

ANA PAULA ALVES SILVA ABOU LTEIF

**A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA AGROECOLOGIA NO ASSENTAMENTO
TAPERA, EM RIACHO DOS MACHADOS, MG.**

**Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa, como
parte das exigências do Programa de
Pós-Graduação em Extensão Rural,
para obtenção do título de *Magister
Scientiae*.**

**VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2008**

ANA PAULA ALVES SILVA ABOU LTEIF

**A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA AGROECOLOGIA NO ASSENTAMENTO
TAPERA, EM RIACHO DOS MACHADOS, MG.**

**Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa, como
parte das exigências do Programa de
Pós-Graduação em Extensão Rural,
para obtenção do título de *Magister
Scientiae*.**

APROVADA: 30 de maio de 2008.

**Prof. José Ambrósio Ferreira Neto
(Co-Orientador)**

**Prof. Marcelo Miná Dias
(Co-Orientador)**

Prof^ª. Maria Izabel Vieira Botelho

Prof^ª. Mirian Abreu Albuquerque

**Prof^ª. Nora Beatriz Presno Amodeo
(Orientadora)**

EPÍGRAFE

Hino do Assentamento Nossa Senhora das Oliveiras – Tapera.
(Oscarino Aguiar Cordeiro, trabalhador rural e membro da CPT).

“Aqui estamos reunidos
Com grande animação
Discutindo com os companheiros
A defesa do nosso chão

Essa terra é nossa vida
Nessa terra nós nascemos
Com fé em Jesus Cristo
Temos certeza que venceremos

Defendemos a natureza
Não deixamos acabar
Protegendo os tamarinos
O caboco e o jatobá

As mulheres e a meninada
Faz o óleo do pequi
É prá fazer as limpeza
Faz-se o sabão de tingui

Com posseiros unidos
As coisas vão melhorar
Teremos terra prá viver
E também casa para morar

Mandacaru é resistente
Com a gente vai ficar
Com a coragem do nosso povo
Os opressores vamos expulsar

Os políticos desta terra
Não querem nos ajudar
Quando chegar as eleições
Vamos saber em quem votar

Daqui não vamos sair
Aqui é nosso lugar
Nossa Senhora das Oliveiras
A nossa luta vai iluminar”

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Professora Nora Beatriz Amodeo pela orientação sempre respeitosa às idéias e propostas de sua orientanda, e aos professores co-orientadores Marcelo Miná Dias e José Ambrósio Ferreira Neto pelos valiosos e sábios conselhos.

À Universidade Federal de Viçosa, que por meio dos seus docentes do Departamento de Economia Rural e de sua infra-estrutura institucional, propiciou condições para uma formação acadêmica de qualidade;

À Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da Bolsa de Mestrado, que possibilitou a realização da pesquisa;

Aos funcionários do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa, especialmente a Carminha, Cida e Brilhante.

Agradeço ainda a equipe técnica do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM) principalmente na pessoa de Marcelo, técnico que assessora o assentamento pesquisado, pela disponibilidade e boa vontade demonstrada em colaborar com esta pesquisa. À Didi e família, pela generosa acolhida durante o período de realização do trabalho de campo no assentamento, e aos demais assentados por contribuírem para a efetivação desta pesquisa.

Não poderia deixar de agradecer àquelas pessoas que fizeram parte dessa caminhada e compartilharam de bons e maus momentos. Por isso, agradeço à Deus, fonte de luz, à meus pais e familiares pela força que me deram nas minhas escolhas, à Alysson pelo companheirismo e compreensão, que mesmo de longe sempre se fez presente e aos amigos do mestrado, especialmente à Lidi, Márcia, Vivian, Jaime, Zênio, Douglas, Dedé, Mateusinho e Álvaro, pelos momentos de descontração, desabafo e troca de idéias. Sou grata à ótima convivência, nestes dois anos, com as companheiras de república: Daiane, Ana Luiza, Ana Marcelina e Lílian.

BIOGRAFIA

Ana Paula Alves Silva Abou Lteif, filha de Yehia Salman Abou Lteif e Irene das Graças Silva, nasceu em 07 de fevereiro de 1982 no município de Divinópolis-MG.

Em 1996 concluiu o Ensino Fundamental, estudando os seis primeiros anos deste na Escola Estadual Engenheiro Pedro Magalhães, concluindo os dois últimos anos no Colégio Nossa Senhora do Sagrado Coração, ambos em Divinópolis-MG. cursou o Ensino Médio também no Colégio Nossa Senhora do Sagrado Coração, concluindo-o em dezembro de 1999.

Em 2000 iniciou o curso de Geografia e Meio Ambiente no Centro Universitário Newton Paiva em Belo Horizonte - MG, onde se graduou bacharel e licenciada em novembro de 2004. Durante a graduação, entre 2001 e 2002, estagiou em órgãos públicos se envolvendo com a temática da educação ambiental, e nos dois anos seguintes, estagiou em uma empresa de consultoria ambiental atuando na área de licenciamento ambiental de empreendimentos do setor hidrelétrico. Após a conclusão da graduação, trabalhou no setor de meio ambiente de uma empresa de estudos e projetos em geração, transmissão e distribuição de energia, atuando na elaboração de estudos para o licenciamento ambiental, além de prestar consultoria autonomamente para outras empresas na cidade de Belo Horizonte, até o momento em que foi selecionada para o Mestrado em uma área de conhecimento de grande interesse.

Em maio de 2006 ingressou no Programa de Mestrado em Extensão Rural do Departamento de Economia Rural na Universidade Federal de Viçosa-MG, obtendo o título de mestre em 30 de maio de 2008.

SUMÁRIO

RESUMO.....	vi
ABSTRACT.....	vii
INTRODUÇÃO.....	1
1. DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA.....	12
1.1 – A materialização do desenvolvimento no meio rural.....	14
1.2 – A modernização conservadora na agricultura brasileira.....	17
1.3 – Os efeitos sócio-ambientais da modernização.....	20
1.4 – A mobilização pela reforma agrária e estratégias do governo para lidar com a questão agrária.....	28
2. AGROECOLOGIA: A EMERGÊNCIA E A CONSTRUÇÃO DO ALTERNATIVO NA AGRICULTURA BRASILEIRA.....	35
2.1 – A representação da agricultura alternativa: “corrente” ou movimento social?.....	38
2.1.1 – A representação da agricultura alternativa na abordagem das “correntes”.....	42
2.1.2 – A representação (teórico-analítica) da existência e construção de um movimento de agricultura alternativa no Brasil.....	47
2.2 – A construção epistemológica da Agroecologia.....	57
2.3 – O desenho e o manejo de agroecossistemas.....	70
3. MEDIADORES SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO RURAL.....	77
3.1 – Do “popular” à sociedade civil ou do assistencialismo cristão à ação política: a emergência das ONGs.....	77
3.2 – Das organizações de base às ONGs de desenvolvimento rural.....	83
3.3 – Situando o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA/NM): sua trajetória, influências e propostas.....	89
4. ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA AGROECOLÓGICA NO ASSENTAMENTO TAPERA.....	105
4.1 – Breve caracterização da área em estudo.....	106
4.2 – Resgatando a história do Assentamento Tapera.....	109
4.3 – A criação do Projeto de Assentamento, sua caracterização e a mediação do CAA/NM no Assentamento Tapera.....	125
4.3.1 – Caracterização do Projeto de Assentamento Tapera.....	127
4.3.2 – A mediação do CAA/NM no Assentamento Tapera.....	132
4.4 – Narrativas da experiência agroecológica no Assentamento Tapera...140	

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	171
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	179
ANEXOS.....	187
ANEXO A – Registro fotográfico.....	187
ANEXO B - Nome dos entrevistados no Assentamento Tapera com identificação do lote e nome completo do beneficiário correspondente.....	190
ANEXO C - Questionário complementar a entrevista direcionado ao técnico do CAA que presta serviço no Assentamento Tapera.....	191
ANEXO D - Roteiro da entrevista realizada com o ex-técnico do CAA que participou do processo de elaboração do estudo favorável a desapropriação das terras da fazenda Tapera em contraposição ao primeiro laudo oficial do INCRA.....	192

RESUMO

LTEIF, Ana Paula Alves Silva Abou, Msc., Universidade Federal de Viçosa, maio de 2008. A construção social da agroecologia no Assentamento Tapera, em Riacho dos Machados, MG. Orientadora: Nora Beatriz Presno Amodeo. Co-orientadores: José Ambrósio Ferreira Neto e Marcelo Miná Dias.

O presente trabalho analisa a construção social de alternativas de desenvolvimento, expressa por meio da proposta da agroecologia, trazendo como referência empírica para análise a experiência em agroecologia de um assentamento rural. Esse Assentamento denominado Tapera está localizado no município de Riacho dos Machados, região Norte do estado de Minas Gerais, e é assessorado técnica e politicamente por uma organização da sociedade civil, mais precisamente por uma ONG dedicada ao desenvolvimento rural, que tem como proposta promover o desenvolvimento rural sustentável fundamentado nos princípios da Agroecologia. Entretanto, anterior ao estudo do caso em questão, buscou-se compreender a emergência de concepções e propostas alternativas de desenvolvimento e a mobilização da sociedade civil organizada a partir de problemas sócio-ambientais, sobretudo àqueles relacionados à agricultura. Para tanto, deu-se ênfase aos conceitos e representações criadas em torno da agroecologia e o potencial de sua proposta para o desenvolvimento rural. Deste modo, esta pesquisa coloca em interação temas como desenvolvimento, agroecologia, mediadores sociais, ONGs de desenvolvimento e assentamentos rurais, de modo que permita uma compreensão mais abrangente da complexidade e do significado da experiência que se propôs analisar.

ABSTRACT

LTEIF, Ana Paula Alves Silva Abou, Msc., Universidade Federal de Viçosa, May of 2008. The social construction of the agroecology in the Tapera Settlement in Riacho dos Machados, MG. Advisers: Nora Beatriz Presno Amodeo. Co-Adviser: José Ambrósio Ferreira Neto and Marcelo Miná Dias.

The present work analyzes the social construction of development alternatives, expressed through the proposal of the agroecology, bringing as empiric reference for analysis the experience in agroecology of a rural settlement. That Settlement is called Tapera and it is located in the district of Riacho dos Machados, in the North area of the Minas Gerais state, and its technique is advised and politically for an organization of the civil society, more precisely for an Non-Governmental Organization (NGO) dedicated to the rural development, that has as proposal to promote the maintainable rural development based in the Agroecology beginnings. However, previous to the study of the case in subject, it was looked for understanding the emergency of conceptions and proposed development alternatives and the mobilization of the organized civil society starting from partner-environmental problems, above all to those related to the agriculture. For so much, it had as emphasis to the concepts and representations created around the agroecology and the potential of the proposal for the rural development. This way, this research puts in interaction themes as development, agroecology, social mediators, development NGOs and rural settlement, so that it allows an including understanding of the complexity and of the meaning of the experience that it intended to analyze.

INTRODUÇÃO

Atualmente as formas produtivas em assentamentos rurais têm sido alvo de debates e de problematização tanto no âmbito acadêmico quanto no campo político, fazendo-se presente a discussão acerca da concepção do modelo preferencial de uso da terra e proposições no sentido do uso sustentável dos recursos naturais como elemento importante para se obter a viabilidade econômica destes. Argumenta-se neste trabalho que a opção por um modelo de produção convencional ou alternativo em assentamentos rurais vincula-se às especificidades que compõem a história de constituição dos assentamentos e de seus projetos, perpassando pela presença de mediadores sociais inseridos no processo de luta pela terra, a existência e o modelo de assistência técnica e extensão rural, seja esta governamental, privada ou promovida por ONGs, bem como a história de vida dos assentados, dentre outros fatores conjunturais e estruturais intervenientes. Dentro desse espectro de possibilidades que condicionam a opção pela adoção por um determinado modelo produtivo em assentamentos, a agroecologia, como princípio orientador de práticas agrícolas alternativas ao modelo convencional, químico-mecanizado, raramente tem se constituído como uma opção para a organização das formas produtivas em assentamentos rurais¹. De acordo com Leite *et al.* (2004), as atividades produtivas nos assentamentos rurais selecionados pelo estudo por eles realizado demonstram que os assentados optam predominantemente por adotar o “pacote tecnológico” convencional.

Tendo em vista essa realidade, pretende-se estudar a construção social de alternativas de promoção do desenvolvimento, trazendo a discussão para o meio rural, em que estas alternativas estão sendo construídas perante a inadequação/insustentabilidade do modelo produtivista hegemônico, historicamente promovido pelo Estado brasileiro. O presente trabalho analisará como se constrói uma proposta alternativa de desenvolvimento rural, expressa por meio da agroecologia, compondo-se por uma constelação de conhecimentos, saberes, práticas e técnicas produtivas emergentes, considerada por vezes, uma

¹ Esta afirmativa se apóia em dados estatísticos referente ao uso de insumos e perfil tecnológico dos lotes de assentamentos rurais, realizado por um estudo coordenado por Sergio Leite, Beatriz Heredia e Leonilde Medeiros e Rosângela Cintrão em 2004 que avaliou o impacto dos assentamentos sobre o meio rural brasileiro, baseia-se também na realidade empírica observada.

ciência, um novo paradigma técnico-científico e/ou produtivo. De maneira ampla, procura-se desvendar como são construídas alternativas de promoção do desenvolvimento, em oposição ou complementaridade às políticas públicas implementadas pelo Estado brasileiro e direcionadas aos agricultores familiares, mais especificamente aos agricultores assentados em Projetos de Reforma Agrária. Para tanto, esta pesquisa circunscreve suas possibilidades de análise a um universo geograficamente delimitado, trazendo como referência empírica para análise e compreensão de tais processos sociais, a experiência em agroecologia de um assentamento rural específico.

Assim, a presente dissertação propõe analisar o caso de um Projeto de Assentamento Rural, denominado “Assentamento Tapera”, localizado na região norte de Minas Gerais, mais especificamente no município de Riacho dos Machados, cujas práticas agrícolas empregadas pelos assentados são compreendidas pelos mediadores sociais atuantes na região como “agroecológicas”. Situado no Semi-Árido brasileiro, esse assentamento rural foi criado no ano de 1995, sendo composto por 41 famílias representadas predominantemente por posseiros da fazenda desapropriada pelo Incra para instalação do assentamento, além de outras famílias de agricultores sem-terra, moradoras das adjacências da área desapropriada. As unidades familiares estão distribuídas em parcelas com área média de 47 hectares. A exploração das parcelas é individual, porém existem áreas produtivas e bens de produção (infra-estruturas e equipamentos) destinados ao uso coletivo. O Assentamento Tapera é assessorado técnica e politicamente por uma organização da sociedade civil designada Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM) que possui como proposta a promoção do desenvolvimento rural fundamentado nos princípios da agroecologia.

Pressupõe-se que o desenvolvimento de práticas agrícolas baseadas em princípios agroecológicos representa uma possível e potencial estratégia de sobrevivência para as populações rurais relegadas, excluídas ou à margem do processo de modernização da agricultura brasileira. Mais do que isso, potencialmente poderá também contribuir para a sustentabilidade ambiental, cultural e sócio-política destas. A redução dos custos de produção derivados da eliminação ou diminuição do uso de insumos externos, a utilização de técnicas e

tecnologias mais adaptadas à realidade socioambiental local e o baixo impacto produzido sobre o ambiente devido às formas de manejo adotado pelo sistema produtivo agroecológico, adicionado a outros fatores, contribuem para menor dependência, maior estabilidade e sustentabilidade, significando assim uma estratégia de sobrevivência e emancipação política especialmente para agricultores menos capitalizados. Salienta-se que a agroecologia pensada como técnica de manejo de sistemas agrícolas, ou como um “pacote” destinado aos assentamentos rurais, por si só, não é e nem será a redenção destes. Faz-se necessário um conjunto de medidas estruturais que atendam aos demandantes dessa “nova realidade” e, para tanto, é de fundamental importância perceber as especificidades na conformação do cenário político conjuntural dos assentamentos rurais, podendo os mediadores sociais agir ou não como catalisadores do processo de transição de modelo. A construção social de um modelo de agricultura alternativo ao convencional requer uma ampla mudança na esfera institucional do Estado no que se refere ao repensar de políticas públicas agrárias e agrícolas visando o pleno desenvolvimento do meio rural.

Assim, a construção social da agroecologia poderá ser visualizada através de um caso que conforma especificidades, tais como, está sendo realizada em uma área de assentamento rural, com todas as limitações e potencialidades inerentes, situado numa região semi-árida, numa terra cuja fertilidade foi questionada quanto à possibilidade para implantação de um assentamento rural. Além disso, é atualmente, um dos poucos assentamentos rurais em Minas Gerais em que os agricultores não estão endividados. Para analisar a construção da agroecologia nesse assentamento, o trabalho foi dividido em quatro capítulos. Por meio deles será apresentado e analisado algumas questões teóricas que possibilitem uma compreensão mais abrangente desse fenômeno.

No Capítulo 1 procurou-se brevemente resgatar representações sociais criadas em torno da idéia de desenvolvimento, enquanto expressão de processos em curso, materializando-se por meio da noção de um “modelo dominante de desenvolvimento”. Buscou-se entender a consolidação do processo de desenvolvimento no meio rural e as transformações parciais manifestadas, enfocando suas conseqüências no Brasil, em que o processo de modernização da agricultura além de parcial teria sido conservador, mantendo e aprofundando a

estrutura agrária desigual e concentradora. Ainda no primeiro capítulo foram abordados os efeitos sociais e ambientais da consolidação de políticas públicas “desenvolvimentistas” especificamente na região em estudo, e, por último, foi enfocada a intensificação das mobilizações, conflitos e lutas pela posse da terra e reforma agrária que ocorrem face ao agravamento da concentração fundiária. Apresenta-se ainda nesse capítulo, como o Estado reage por meio de diversas estratégias, uma delas que interessa particularmente a este trabalho, será a constituição de Projetos de Assentamento.

O Capítulo 2 trata do questionamento ao modelo de desenvolvimento hegemônico e as alternativas que surgem para superá-lo, especialmente aquelas que emergem no meio rural, propostas inicialmente através da “agricultura alternativa” e posteriormente pela “agroecologia”. Deu-se ênfase no significado da agroecologia para o desenvolvimento rural, realizando-se ampla revisão de literatura, visto que a agroecologia é o referencial orientador da experiência estudada no Capítulo 4. Antes, no Capítulo 3 foi dado destaque aos mediadores sociais atuantes no meio rural brasileiro, sobretudo as ONGs que se dedicam ao desenvolvimento rural, buscando entender quem são esses atores que atuam na mediação de conflitos através da assessoria técnica e política aos grupos “sem voz nem vez”, focalizando especificamente o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA/NM), que se constitui no principal mediador junto aos assentados na condução da experiência da agroecologia no Assentamento Tapera.

O Capítulo 4 apresenta o estudo de caso do Projeto de Assentamento Tapera. Na tentativa de desenhar esse cenário, levou-se em consideração a história de vida dos atuais assentados anterior à constituição do assentamento, a história da luta pela posse da terra, a atuação dos mediadores sociais durante o conflito e após a conquista da terra. Essa mediação se manifestou por meio da assessoria técnica e política aos assentados, apresentando como proposta a agroecologia e uma metodologia de intervenção que em grande parte possibilitou a adoção de práticas agroecológicas. Enfim, neste último capítulo estão expressas as análises, interpretações e as considerações resultantes do trabalho de campo no assentamento e das entrevistas realizadas, utilizadas como forma subsidiar e dar legitimidade ao estudo que agora se apresenta.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa visaram atingir os objetivos propostos bem como operacionalizar a pergunta orientadora desta, que consiste em conhecer como são construídas as alternativas de promoção do desenvolvimento rural, expressas por meio da proposta da agroecologia, em uma área de assentamento rural. Tem-se como referência empírica para análise, o estudo de caso de um assentamento rural localizado na região Norte de Minas Gerais, denominado Assentamento Tapera, que orienta suas práticas por meio desta proposta.

Considera-se pertinente salientar que a pesquisa de campo realizada para composição do presente trabalho não se tratou de um primeiro contato com os pesquisados e sua realidade. Ou seja, havia um conhecimento prévio sobre o assentamento ora pesquisado, sobre o trabalho da ONG e do técnico que assessora o assentamento, visto que, anteriormente, havia sido realizados três trabalhos de campo no Assentamento Tapera de modo a subsidiar a produção de uma monografia para o curso de Graduação².

Tendo em vista a natureza do problema de pesquisa investigado, fez-se necessário a realização de uma pesquisa do tipo descritiva e explicativa. A escolha pelo estudo descritivo deveu-se a sua maior pertinência e consonância com os objetivos delimitados, e em razão do conhecimento prévio mencionado, o que, por exemplo, não justificaria uma pesquisa do tipo exploratória. Justifica-se a orientação por uma pesquisa do tipo explicativa pela especificidade da pergunta orientadora desta, em buscar elementos explicativos para a construção de práticas agroecológicas em uma área de assentamento rural, especificamente analisando como se deu a construção destas práticas no assentamento Tapera e o que contribui para que elas se mantenham, ressaltando quais os fatores causais que motivaram a adoção desse “modelo produtivo” e não de outro.

Dentro dos delineamentos, métodos e técnicas de pesquisa possíveis foram selecionados aqueles que consubstanciariam melhor a pesquisa levando em

² Embora apresentando uma temática aproximada, os objetivos e recortes do atual trabalho são bastante diferenciados. A monografia de conclusão de curso foi apresentada no ano de 2004, intitulada “*A Agroecologia na prática – a Área de Experimentação e Formação em Agroecologia do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas Gerais e o Assentamento Tapera: viabilidade, potencialidades e limites.*”

consideração o problema orientador, o tipo de pesquisa e potenciais hipóteses. Desse modo, optou-se pelo método da observação direta e pelo método histórico. Como técnicas de coleta de dados, foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas e estruturadas, questionários, mapeamentos, pesquisa documental em arquivos públicos oficiais e particulares. Para análise e sistematização das idéias contidas nas entrevistas foi realizada a transcrição destas com criação de categorias temáticas de análise e respectiva quantificação quando possível.

A observação direta foi selecionada como método componente da pesquisa, pois auxilia o pesquisador na identificação e na obtenção de evidências a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos orientam o seu comportamento, mas que não têm plena consciência deles (MARCONI e LAKATOS, 1986) contando para tanto, com instrumentos de coleta de dados. A observação direta ocorreu durante todas as oportunidades de contato provenientes do trabalho de campo, que especificamente para a produção da pesquisa atual teve duração de seis dias consecutivos.

O método histórico, selecionado como delineamento para compor esse estudo, está representado através da análise de documentos oficiais e não-oficiais e pela história oral. Por meio da história oral focou-se na retomada do processo histórico de constituição do assentamento, desde a época em que os atuais assentados eram agregados, posseiros, meeiros ou trabalhadores rurais da fazenda onde atualmente se situa o assentamento. Ainda se recorreu, para compor o resgate desse momento histórico, a outros atores sociais envolvidos direta ou indiretamente desde a época do conflito pela posse da terra até a realidade conformada na atualidade. Procurou-se evidenciar a partir de depoimentos de experiências vividas e memórias, a reconstituição de fatos a fim de conhecer a história do assentamento e de encontrar indicativos acerca da motivação pela adoção da agroecologia. Ocasionalmente foi utilizada a história oral temática abordando a história de vida, com a narração de experiências passadas e da trajetória pessoal dos trabalhadores sem-terra até se tornarem assentados, sobretudo no que tange sua relação com a natureza e a terra, pois no decorrer da pesquisa notou-se sua importância como componente para explicar a decisão pessoal pela incorporação dos princípios agroecológicos.

A técnica de diagnóstico participativo de mapeamento foi realizada em algumas unidades familiares no assentamento. Tal técnica consiste em identificar recursos naturais e humanos, valores e significados dos espaços e de seus usos para os moradores (COELHO, 2005, p.92). Procurou-se reconhecer a representação que assentados fazem do espaço, dos usos da unidade produtiva, da lógica produtiva, das interações que visualizam na paisagem, capturando através dos desenhos e conversas, a história de construção das práticas agroecológicas e percepções quanto às mudanças ocorridas na paisagem no decorrer do tempo. Empregou-se essa técnica, em geral, após a concessão da entrevista, sendo realizada individualmente com apenas quatro assentados, já que se percebeu que o fato de propor uma representação de algo sob a forma de um desenho, causava certo desconforto e constrangimentos em alguns assentados, pois diziam que não sabiam desenhar, e também, notou-se que ao longo do seu desenvolvimento, esta técnica não estava proporcionando informações relevantes e respostas tão profícuas quanto aquelas trazidas pela entrevista.

Iniciou-se a pesquisa de campo contactando primeiramente os técnicos da ONG Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, com sede em Montes Claros, que assessora o Assentamento Tapera desde antes da criação do Projeto de Assentamento (PA), quando os atuais assentados eram ainda posseiros e trabalhadores da fazenda Tapera. Alguns técnicos desta organização estiveram envolvidos na elaboração de um estudo favorável à desapropriação das terras da Fazenda Tapera, assim como estiveram presentes através da mobilização, representação da comunidade por meio da mediação, de denúncias ao desmatamento ilegal a órgãos ambientais realizado por uma empresa reflorestadora³ na área da fazenda, e do acompanhamento das reivindicações dos posseiros em reuniões, negociação com órgãos públicos visando a desapropriação da área para fins de reforma agrária.

³ A empresa citada é a Sicafe que em 1989 tornou-se proprietária da Fazenda Tapera iniciando o desmatamento de parte da área adquirida com a finalidade de implantar um projeto de reflorestamento com eucalipto. Quando a Sicafe compra a área da fazenda mencionada, esta já havia sido alvo de vistoria pelo INCRA para possível desapropriação. O conflito entre posseiros e empresa se acirra no momento em que a empresa começa a desmatar áreas próximas às ocupadas pelos diversos posseiros que moravam ao longo dos mais de vinte mil hectares pertencentes à Sicafe.

Com a visita à sede da ONG, os técnicos puderam conhecer mais de perto as intenções da pesquisa, esclarecer suas dúvidas quanto a proposta de investigação e indicar pessoas na organização diretamente envolvidas com o trabalho no assentamento, outras que atualmente não trabalham mais na ONG, ou oriundas de outras organizações, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Buscou-se nessa ocasião, o conhecimento dos potenciais informantes da pesquisa. Os questionamentos sobre a atuação da ONG na região e no assentamento, direcionados a um técnico do CAA que está na organização desde o seu surgimento, ficaram para ser esclarecidos numa próxima ocasião, pois segundo ele, a reflexão deveria ser feita coletivamente e os argumentos discutidos internamente para então ser efetivamente respondidos. Contudo, salienta-se que a entrevista com esse técnico específico não ocorreu e nem mesmo um questionário enviado a ele, não obteve resposta, apesar da insistência.

A partir desta visita à ONG, com a comunicação de que havia alguns assentados do Tapera fazendo um curso⁴ na cidade, foram definidos os próximos passos da pesquisa. Aproveitou-se a oportunidade para realizar entrevista coletiva com um grupo de quatro assentados do Tapera, seguindo um roteiro com tópicos essenciais a serem abordados. Notou-se que as mulheres presentes falaram pouquíssimo, provavelmente inibidas pela presença dos homens, aos quais está geralmente reservado o papel de representação, mesmo convidadas a falar, preferiram que os outros falassem por elas. A próxima fase consistiu em entrar em contato com o técnico do CAA que trabalha no assentamento Tapera há mais de dez anos, de modo a possibilitar os ajustes necessários para realização da pesquisa de campo no assentamento.

A observação em campo foi bastante intensa e proporcionou à pesquisadora um conhecimento minucioso da realidade social do grupo pesquisado, pois como era a intenção, durante o período da pesquisa de campo não se ausentou do assentamento. Este fato possibilitou uma experiência de viver entre os assentados, observar o cotidiano no assentamento, conviver em tempo integral da pesquisa com eles, observando-os mais de perto, participar de conversas informais,

⁴ Alguns assentados do Tapera estavam participando de um Curso para Educação de Jovens e Adultos do Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária) em uma parceria entre CAA, FETAEMG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais) e o Incra, realizado na sede regional da FETAEMG em Montes Claros.

familiarizar-se com os termos e ditos locais, e em algumas oportunidades participar da vida social no assentamento. A observação da realidade empírica, anotação sistemática das informações e dados, participação do pesquisador nas atividades cotidianas do grupo e conseqüente análise, sistematização de evidências e interpretações, foram realizadas tendo como referência o problema instigador da pesquisa.

No assentamento, a pesquisa de campo não se ocupou de fazer uma seleção prévia dos assentados para entrevista, pois a intenção era entrevistar todos os assentados nas suas respectivas propriedades, mas isso não foi possível e nem necessário, pois com o acúmulo das entrevistas e convergência das respostas, foi notado que as evidências se tornavam cada vez mais fortes e repetitivas e quando não surgiram mais fatos novos, percebeu-se o saturamento das informações prestadas e findou-se a pesquisa de campo com os assentados. Assim, das 41 unidades familiares existentes no assentamento, obteve-se um melhor aproveitamento das entrevistas em 26 destas, isto é, contaram com um levantamento de dados mais sistematizado, sendo que as demais entrevistas com assentados ocorreram em outro momento, fora do assentamento, conforme mencionado acima. As dez unidades familiares que não foram abrangidas com entrevistas (individual ou coletiva) deveu-se à ausência de pessoas no lote no momento que transcorreu o trabalho de campo ou a algum comprometimento físico do entrevistado que impedisse a concessão da entrevista, como por exemplo, uma deficiência auditiva. Ressalta-se que este fato não prejudicou a pesquisa já que a qualidade e a convergência das respostas nas entrevistas realizadas alcançaram os objetivos propostos. Contudo, no total de entrevistas realizadas com assentados ocorridas dentro e fora do assentamento, somaram 31 assentados entrevistados⁵, pertencentes a 28 lotes distintos, o que representa uma abrangência de cerca de 70% dos lotes existentes no assentamento que tiveram entrevistados para compor a presente pesquisa.

Finalizou-se efetivamente a pesquisa de campo no assentamento com a entrevista do técnico que assessora o mesmo há dez anos. Procurou-se nesse momento, além de buscar respostas às indagações que ainda persistiam, perceber

⁵ O número de assentados entrevistados não coincide com o número de lotes em que houve entrevista porque se entrevistou, em poucos casos, mais de um indivíduo do mesmo lote.

assimetrias entre discursos, conferir as informações dadas por assentados, colocar em questão alguns pontos importantes, incluindo pontos de vista conflitantes, posições antagônicas e concordantes. Após a sistematização dos dados de campo no assentamento foi direcionado ao técnico um questionário com perguntas abertas, buscando respostas às dúvidas que ainda persistiam⁶.

As informações complementares e as dúvidas surgidas ao longo das análises das entrevistas e do desenvolvimento do trabalho foram resolvidas quando possível por contato via *e-mail*. Fez-se contato também com um ex-técnico do CAA, uma vez que foi tal técnico, por meio da instituição que representava, um dos primeiros a conhecer a realidade dos posseiros da Fazenda Tapera a fim de elaborar um estudo de viabilidade para implantação de um projeto de assentamento, influenciando a fase inicial de construção das propostas agroecológicas neste. Tendo em vista o fato de que foi esse técnico do CAA, um dos pioneiros nesta organização, que elaborou o estudo de viabilidade da terra da fazenda Tapera em contraposição ao laudo oficial do Incra, desencadeando na desapropriação da terra e quem manteve contato inicial com os assentados, optou-se por entrevistá-lo. Após contato por meio eletrônico com o ex-técnico do CAA definiu-se o local de entrevista. Para tanto, foi utilizada a entrevista estruturada seguindo um roteiro pré-estabelecido.

Ressalta-se que ao longo das entrevistas realizadas em diversos momentos com entrevistadores diferenciados, foram relatadas e compartilhadas algumas impressões, considerações, direcionamentos e proposições que a pesquisa estava apontando, constituindo um espaço em que foi possível socializar e conferir com a reflexão dos entrevistados tais impressões, uma espécie de contrapartida da pesquisa àqueles que contribuíram para a efetivação desta.

Após a defesa da dissertação tem-se como objetivo a devolução dos resultados da pesquisa ao assentamento através de um livreto ou de uma cartilha contendo uma versão do estudo em uma linguagem menos acadêmica e mais aproximada à dos assentados, o que é visto como um compromisso por parte da pesquisadora com os assentados.

⁶ Ver questionário direcionado ao referido técnico e a um ex-técnico do CAA, no Anexo deste trabalho.

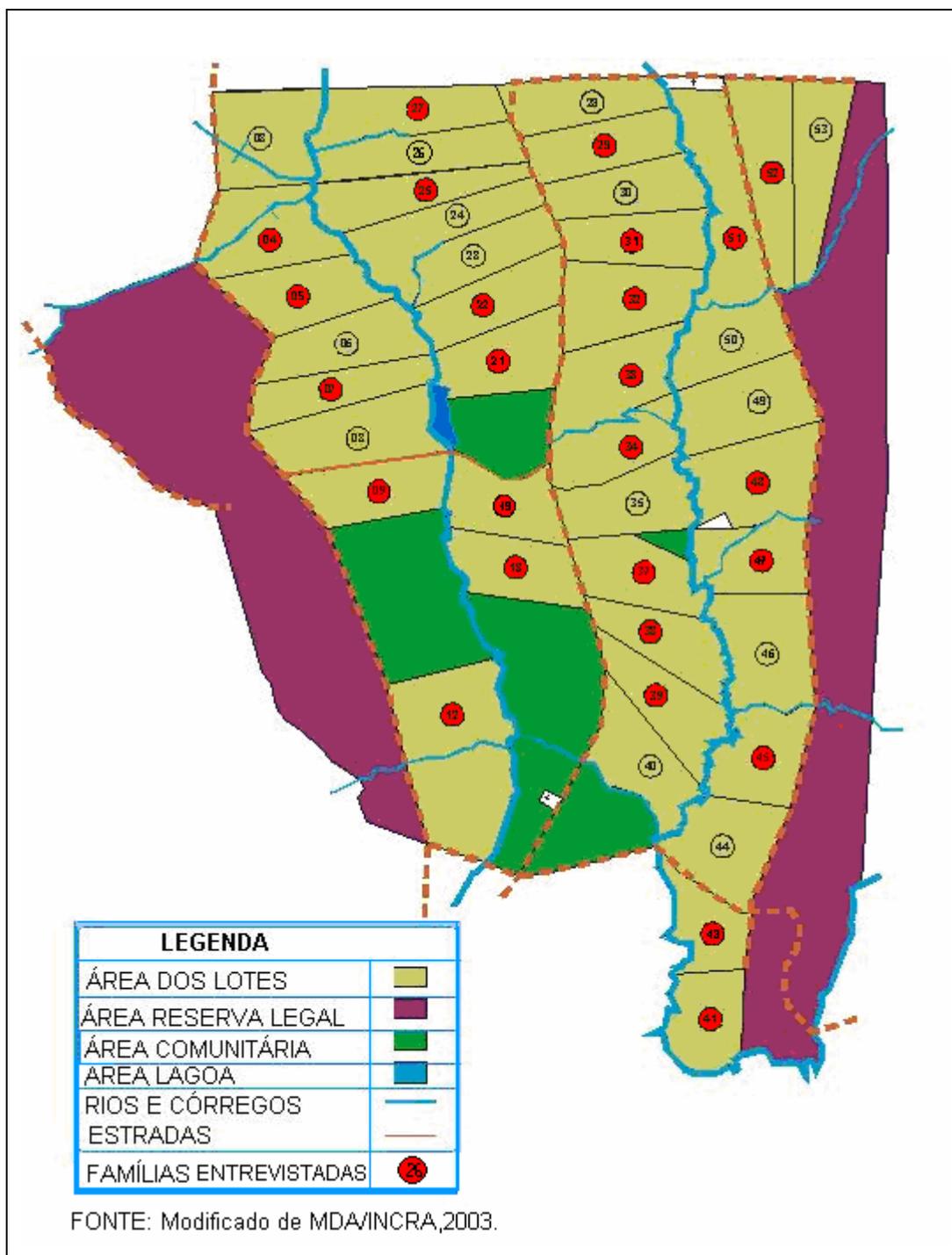


Figura 1: Parcelamento do PA Tapera com respectiva demarcação dos lotes em que houve entrevistados

1. DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

A construção social da idéia de desenvolvimento passou ao longo dos séculos por enfoques diversos, permanecendo associado à idéia de crescimento econômico, modernização, evolução e progresso, constituindo-se em um mecanismo capaz de provocar mudanças na estrutura e dinâmica da sociedade. Para Esteva (2000, p.61), a noção de desenvolvimento ocupa “o centro de uma constelação semântica incrível e poderosa”. Segundo ele, não há outro conceito no pensamento moderno que tenha influência comparável sobre a maneira de pensar e sobre o comportamento humano, ao mesmo tempo em que expressa uma ineficácia e incapacidade de dar substância e significado ao pensamento e ao comportamento.

Essa ineficácia deve-se à multiplicidade de enfoques teóricos, conceitos, sentidos e operacionalidade que se tem dado ao termo desenvolvimento. Ao mesmo tempo, essa ineficácia muitas vezes aproveita-se do seu poder para escamotear as reais intenções que não querem ser explicitamente esclarecidas pelas propostas de desenvolvimento. Somente decorridas algumas décadas de promoção do desenvolvimento, que alguns setores da sociedade civil, dentre eles os intelectuais, iniciaram uma leitura mais crítica dos processos de desenvolvimento que estavam em curso. A origem de tais análises teóricas remonta ao início da década de 1970, desdobrando-se no que Santos e Rodríguez (2005, p.45) designam de “teoria do desenvolvimento alternativo”, composta por uma multiplicidade de propostas formuladas por críticos aos pressupostos e resultados dos programas de desenvolvimento que produziam o modelo de desenvolvimento hegemônico. Entretanto, por um longo período, a conotação advinda do termo desenvolvimento geralmente permaneceu relacionada à idéia de que este é sempre benéfico e desejável pelas/para as sociedades.

Dentre as elaborações teóricas que abordavam o desenvolvimento, aquela que alcançou maior influência política adquirindo o poder de orientar a elaboração de políticas públicas e nortear a ação de agências multilaterais de promoção do desenvolvimento, foi designada no Brasil, por seus críticos de “modelo dominante

de desenvolvimento”. O modelo dominante, também chamado de hegemônico, se caracterizaria pela ênfase dada ao desenvolvimento econômico, em detrimento das outras dimensões envolvidas, destacando-se também o processo de difusão de idéias e valores ocidentais e da lógica da modernização e industrialização direcionadas ao desenvolvimento dos países subdesenvolvidos (DIAS, 2004).

A concepção dominante do desenvolvimento trazia como proposição que os países alvo das ações de promoção do desenvolvimento rompessem com a tradição de modo a atingir o progresso, fato que a industrialização e a modernização assegurariam. Tal representação do que seria o desenvolvimento, como se pode notar, está bastante impregnada da noção evolucionista, como se existisse um caminho único a ser percorrido por toda e qualquer sociedade e à medida que fossem adotando o padrão “moderno” iriam sucessivamente evoluindo, isto é, se desenvolvendo. Esta concepção, é evidente, convivia com outras abordagens alternativas, que questionavam as premissas e pressupostos basilares da concepção dominante, entretanto não representavam uma projeção política, no sentido de orientar políticas de promoção do desenvolvimento.

A produção teórica sobre o desenvolvimento, dotada de uma perspectiva crítica, interpreta que o discurso sobre o desenvolvimento traz consigo a idéia de um projeto único e hegemônico destinado a “salvar” os subdesenvolvidos desta condição. Emergindo-se em um determinado contexto histórico, o discurso do desenvolvimento separou os povos denominados desenvolvidos daqueles que estavam na condição de subdesenvolvidos, e criou a necessidade das sociedades se enquadrarem a um determinado “padrão” que era considerado desenvolvido.

Esta concepção transformou-se em um projeto civilizatório que foi difundido e implantado em diversos países visando alcançar o padrão de desenvolvimento dos chamados países desenvolvidos. A lógica proferida no discurso dos países dominantes recomendava aos países subdesenvolvidos, ávidos por justiça social, mais desenvolvimento. Este discurso segundo Gonçalves (2004) confundia propositadamente o sentido de luta por justiça social com luta pela igualdade, ao alegar que igualdade era direito de todos, estabelecia como pré-condição para a igualdade, o desenvolvimento. O referido desenvolvimento pode ser problematizado uma vez que está unicamente associado à noção de crescimento econômico, incremento do Produto Interno Bruto, elevação da renda

per capita, industrialização, modernização ou avanço tecnológico, sem necessariamente significar melhoria nas condições de vida da população, no sentido de desenvolvimento elaborado por Amartya Sen⁷ (2000, p.10), como expressão de um processo de “eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas que exercerem sua condição de agente”.

Não é de se estranhar que o modelo de desenvolvimento hegemônico tenha recebido tantas críticas nas produções científicas na área das ciências sociais, pois tal modelo foi oferecido ao mundo e eficazmente globalizado como única forma capaz de alcançar o sonhado desenvolvimento. É dessa forma que em nome do desenvolvimento, visando escapar de sua condição indesejável e indigna que 2/3 da população mundial, segundo Esteva (2000, p.65), “precisam escravizar-se a experiências e sonhos alheios”. Contudo, os resultados verificados com o decorrer do tempo evidenciaram uma terrível contradição, pois o modelo de desenvolvimento adotado pelos países subdesenvolvidos fomentava ainda mais o subdesenvolvimento, induzindo ao crescimento das desigualdades sociais, das privações de direitos básicos e liberdades individuais, avançava-se na degradação ambiental, na espoliação dos recursos, desrespeitando a diversidade cultural e a pluralidade epistemológica do mundo “subdesenvolvido” (ESTEVA, 2000; SEN, 2000; GONÇALVES, 2004a; SANTOS, 2005).

1.1 A materialização do desenvolvimento no meio rural

O modelo de desenvolvimento hegemônico preconizado pelo sistema capitalista, sobretudo pós Segunda Guerra Mundial, se materializou no meio rural, por meio da transferência de pacotes tecnológicos da Revolução Verde, cujo objetivo compreendia a modernização da agricultura e o aumento da

⁷ Para Sen (2000) as liberdades não são apenas os fins do desenvolvimento, mas o meio primordial pelo qual ele se assegura e isso implica em uma redefinição radical na compreensão do desenvolvimento, nos modos e meios de promovê-lo. A expansão das liberdades substantivas está intrinsecamente ligada às oportunidades econômicas (facilidade de utilização de recursos econômicos para consumo e produção), liberdades políticas (liberdade de expressão, direitos políticos e eleições livres), facilidades sociais (educação, saúde, etc), garantias de transparência e segurança protetora (segurança social ao desemprego, fome, etc) (SEN, 2000).

produtividade agrícola, priorizando nesse processo, o conhecimento acadêmico-científico.

A Revolução Verde foi assim chamada para dar idéia de contraposição aos ideais da Revolução Vermelha, que representava o avanço do sistema comunista no mundo⁸. Um dos grandes apelos daqueles que eram contrários ao sistema capitalista era justamente de que este sistema, apesar da sua enorme capacidade de gerar riqueza e acumulação de capital, não teria sido capaz de acabar com um dos mais elementares problemas da humanidade, a fome no mundo. Ao contrário, estaria multiplicando a miséria, a concentração de renda e conseqüentemente os quadriláteros da fome no mundo.

Com esse forte argumento e em função do avanço do comunismo no mundo uma vez que sua presença e afirmação era realidade em algumas partes da América Latina, Europa, e em países orientais, os países favoráveis ao capitalismo sentiam-se cada vez mais ameaçados. Nos finais da década de 1950, a fim de superar a crítica protagonizada pelos defensores da Revolução Vermelha, foi estruturada uma ampla rede técnico-científica e financeira⁹, visando o progresso e modernização da agricultura, já que avaliavam que o problema da fome poderia ser solucionado com a intensificação da produção de alimentos, constituindo o que ficou conhecido como Revolução Verde.

Deste modo, o modelo de modernização agrícola trazido pela Revolução Verde foi planejado e disseminado sob o discurso de acabar com fome que assolava milhares de indivíduos por todo o mundo. Para tanto, seria necessário modernizar todo o processo produtivo na agricultura, responsável pela produção de alimentos, de modo a aumentar a área produtiva e a produtividade por área. Com isso, foi necessário, antes de tudo, investir alto em pesquisa científica para geração de tecnologias, sendo igualmente indispensável criar uma estrutura

⁸ A Revolução (nas relações de poder mediada pela tecnologia) Verde representou uma luta política e ideológica contra o “perigo vermelho”, sobretudo após a Revolução Chinesa, Camponesa e Comunista de 1949 (GONÇALVES, 2004b). Há de se ressaltar também nesse sentido, que a atuação das Ligas Camponesas no Brasil a partir de meados da década de 1950, e a ocorrência da Revolução Cubana em 1959 reforçavam o medo da ampliação de idéias radicais de transformação social.

⁹ Organizações internacionais de cooperação financeira ou técnica ao desenvolvimento como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola, entre outras, tiveram destacada participação nos processos de desenvolvimento rural na América Latina (EHLERS, 1999).

financeira, logística e educacional para difundí-las e, por último, fazer com os produtores adotassem tais tecnologias. Isso implicava necessariamente por parte do produtor rural possuir terra e trabalho disponível bem como capital para aquisição dos bens de produção.

A Revolução Verde representou a acentuada apropriação industrial da produção agropecuária, uma estratégia fundamental do processo capitalista em controlar os condicionantes naturais da produção, primeiramente com as inovações mecânicas, isto é mecanização de instrumentos de trabalho, potencializando a capacidade produtiva do setor agrícola e em seguida interferindo nos ciclos biológicos vitais do processo produtivo, advindo das inovações, físico-químicas, biológicas e agrônômicas (GOODMAN *et al*, 1993; GRAZIANO DA SILVA, 1999).

O processo de modernização deu origem a sistemas produtivos que requerem constante intervenção humana, devido à constante substituição e apropriação da natureza e dos processos naturais pela técnica. Por essa razão, de acordo com Altieri (1989), o agroecossistema torna-se cada vez mais artificial e instável:

O preparo de sementeiras comerciais e o plantio mecanizado substituem os métodos naturais de semeio; pesticidas químicos substituem o controle natural da população de invasoras, insetos e patógenos; e a manipulação genética substitui os processos naturais de evolução e seleção de plantas. Até mesmo a decomposição é alterada, uma vez que a planta cresce e é colhida, e a fertilidade do solo é mantida não pelo reciclamento dos nutrientes, mas com fertilizantes (ALTIERI, 1989, p.58).

A Revolução Verde baseou-se na transferência de tecnologia dos países desenvolvidos para a agricultura tradicional dos países subdesenvolvidos, processo que ficou conhecido como transferência de pacotes tecnológicos. Os pacotes tecnológicos, compostos pelas sementes de variedades de alto rendimento, insumos químicos e maquinários, eram assim chamados porque uma determinada tecnologia adquirida para modernizar o processo produtivo, para sua melhor eficácia, vinha atrelada a uma série de outros equipamentos, insumos e bens produtivos necessários ao aumento da produtividade agrícola.

Fundações de pesquisa, governos e cientistas¹⁰ ocidentais no período após a II Guerra Mundial encontravam-se imbuídos da crença de que os países subdesenvolvidos alcançariam a auto-suficiência em alimentos desde que seguissem rigorosamente as práticas culturais difundidas pelos países desenvolvidos (MOONEY, 1987). É por tal efeito que nas áreas em que a moderna agricultura se instala, evidencia-se a necessidade de introdução de uma racionalidade externa a esta área, baseada em uma lógica exógena e distante da área de ação, verifica-se também a demanda por bens científicos (sementes, inseticidas, fertilizantes, etc) e técnicos (pesquisa, assistência técnica) que condicionam todo processo de produção agrícola, do plantio à comercialização, ocasionando, em decorrência da racionalização das práticas, uma certa homogeneização (SANTOS, 2001).

Entretanto, não se pode negar os efeitos benéficos que a adoção desse modelo causou no que tange ao aumento da produção e produtividade agrícola, o que provocou a queda nos preços dos alimentos¹¹, fato decorrente do progresso tecnológico na agricultura. Contudo, por uma série de fatores, tal progresso não resultou na modernização do espaço agrário de forma generalizada, mas foi parcial conforme demonstram estudos, pesquisas e censos agropecuários em todo mundo, pois apenas alguns segmentos do grupo de produtores rurais conseguiu modernizar o processo produtivo de suas propriedades (GRAZIANO SILVA, 1975; GRAZIANO NETO, 1985; MARTINS, 1981; MOONEY, 1987).

1.2 A modernização conservadora na agricultura brasileira

Tendo em vista a lógica que fundamenta o processo de modernização é a lógica do capital, excludente e contraditória em si mesma, torna-se importante

¹⁰ Esse esforço da comunidade científica em resolver o problema da fome ganhou notoriedade internacional, tanto que Dr. Norman Borlaug, considerado mentor intelectual de uma série de inovações responsáveis pela efetivação da Revolução Verde, recebeu o Prêmio Nobel da Paz no ano de 1970 (MOONEY, 1987).

¹¹ Segundo a FAO entre os anos de 1950 e 2000 a produção mundial de grãos aumentou 2,9 vezes, entretanto o consumo de fertilizantes aumentou 10 vezes. A produtividade anual cresceu em média 2,1% ao ano entre 1950 e 1999. A diminuição dos preços ocorreu em quase todos os produtos agrícolas e não se deveu apenas ao aumento da produtividade, mas também ao intenso investimento em capital, expansão da área cultivada, melhorias no sistema de armazenamento e de toda logística responsável pelo escoamento dos produtos (GONÇALVES, 2004b).

analisar o processo de modernização da agricultura brasileira a partir de uma perspectiva mais ampla, entendida como resultado da inserção e aprofundamento do desenvolvimento capitalismo na agricultura, e atualmente de globalização de sua economia. No Brasil, o processo de modernização não foi diferente, como confirmam a evolução histórica das estatísticas do Censo Agropecuário, indicando que concentração da propriedade da terra intervém necessariamente na estrutura de aquisição de bens relacionados à produção agrícola, sugerindo que o progresso técnico não está disseminado por todo o espaço rural (OLIVEIRA, 2001).

No Brasil, a modernização agrícola foi parcial, pois se concentrou espacialmente em algumas regiões do país, como na macrorregião Centro-Sul e privilegiou especialmente os grandes proprietários de terra, além de proporcionar créditos e subsídios atrelados a produtos agrícolas específicos, sobretudo àqueles destinados à exportação. O processo de modernização da agricultura brasileira foi também considerado conservador, uma vez que manteve o padrão histórico de distribuição da posse e propriedade da terra, verificado no início da colonização do país, agravando a concentração fundiária em um segmento de classe historicamente beneficiado: a oligarquia rural latifundiária¹² (GRAZIANO NETO, 1985).

A política de crédito oficial no Brasil, um dos principais mecanismos indutores das mudanças tecnológicas e transformações da base produtiva, possuía uma distribuição bastante desigual. Para se ter um exemplo, no ano de 1985, apenas 3% do crédito rural foi direcionado para estabelecimentos rurais com área inferior a 10 ha, enquanto as propriedades que possuíam área superior a 1000 ha ficaram com 72% do crédito total. Nos estabelecimentos agropecuários com área superior a 1000 ha, apesar da maior parte dos financiamentos se concentrar nessa faixa de área, fica evidenciado o caráter improdutivo da terra demonstrando o uso da terra como reserva de valor¹³. Contraditoriamente os estabelecimentos de até 100 ha, aqueles que menos recebem incentivos são responsáveis pela maior parte

¹² Para se ter uma idéia da concentração do crédito entre determinados produtores rurais, análises de dados do CONCREDE (Comissão Coordenadora da Política Nacional do Crédito Rural) demonstram a seletividade da política de crédito agrícola e o que é mais agravante, a concentração de crédito entre aqueles que o obtém, existindo uma forte correlação entre o tamanho da propriedade e o volume dos contratos. Como se vê, a parcialidade nos financiamentos gerou uma modernização no campo igualmente parcial (GRAZIANO NETO, 1985).

¹³ Pode-se afirmar isso com base em dados do valor de produção animal e vegetal por estrato de área dos estabelecimentos rurais, constados nos Censos Agropecuários.

do abastecimento interno, com produtos agropecuários básicos à alimentação¹⁴ (OLIVEIRA, 2001). A modernização da agricultura no Brasil, do modo como foi estruturada, permitiu aprofundar ainda mais o padrão injusto de distribuição de terra, originário da época do Brasil Colônia, com o advento das capitâneas hereditárias e o regime das sesmarias e posteriormente reforçado com os ciclos econômicos pelos quais o país passou, como os ciclos do açúcar, do café e da cana-de-açúcar. Realidade que insiste em perpetuar, conforme pode ser notado nas estatísticas da situação fundiária durante as décadas de 1970-80-90, confirmando o crescimento vertiginoso da área das grandes propriedades rurais e dos latifúndios por extensão¹⁵ e diminuição da área das pequenas propriedades¹⁶.

Desse modo, a modernização agrícola não foi acessível e adequada às condições de todos os segmentos de produtores rurais, constatando-se que um número considerável de agricultores com condições restritas de incorporação e acesso ao pacote tecnológico se endividaram, pois o aumento dos custos de produção derivado da adoção do referido “pacote” não correspondia necessariamente às expectativas de altas taxas de produtividade e rentabilidade agrícola divulgadas por meio da “ideologia da modernização” da base produtiva no meio rural¹⁷. Ademais, outros tantos produtores rurais que marginalmente incorporaram o modelo produtivista da Revolução Verde, em virtude da competitividade desigual no mercado com grandes produtores rurais, não conseguiram se manter na/da atividade agrícola e migraram para cidades. Houve

¹⁴ Os pequenos produtores abastecem o mercado interno com participação de mais de 50% da produção de produtos como morango, abóbora, batata doce e inglesa, mamona, uva, alho, cebola, melancia, melão, mandioca, feijão, tomate, banana, amendoim, milho, algodão em caroço e arbóreo, café em grão, suínos, aves, ovos, dentre outros (OLIVEIRA, 2001).

¹⁵ O termo latifúndio por extensão é utilizado no Estatuto da Terra (lei 4.504/64, art.46, parágrafo 1º alínea b) referindo-se ao imóvel rural que exceda 600 vezes o módulo rural da região onde se encontra. A Constituição Federal de 1988 faz alusão a pequena e média propriedade e não utiliza o termo latifúndio e minifúndio como faz o Estatuto da Terra.

¹⁶ Em 1970, 51% dos estabelecimentos rurais eram menores de 10 ha e ocupavam 9.083.495 ha, isto é apenas 3,09% da área total, em 1996 reduziram em área para 7.882.194 ha, embora neste período houvesse um pequeno decréscimo (1,74%) no número de estabelecimentos menores que 10 ha. Já os estabelecimentos agropecuários maiores de mil hectares cresceram em número e em área ocupada. Em 1970 ocupavam 116.249.591 ha ou 39,52% da área, crescendo em 1996 para 159.493.949 ha ocupados, passando a representar 45,10% da área total (IBGE, Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985, 1996).

¹⁷ Contudo para ser uma atividade rentável, a moderna agricultura, baseada em alto consumo de energia e insumos, demanda por uma produção em escala o que implica em possuir terra (área produtiva) e quantidade de capital suficientes para produção em escala. Os agricultores, sobretudo os menos capitalizados, que não alcançavam tal “escala” não conseguiam a prometida rentabilidade.

ainda uma parcela de produtores rurais (geralmente pequenos proprietários) que permaneceu totalmente excluída do processo modernizador na agricultura, em razão das políticas públicas vigentes não proporcionarem condições de acesso ao pacote tecnológico, já que esta categoria não era “alvo” das intenções modernizadoras do Estado.

1.3 Efeitos sócio-ambientais da modernização

A consolidação desse modelo de desenvolvimento hegemônico no meio rural foi possibilitada pela constituição de mecanismos responsáveis por assegurar a modernização da agricultura brasileira, estimulada fortemente pelo Estado. Vejamos um pouco do que ocorreu no Brasil e mais especificamente na região foco deste estudo no que tange as políticas incentivadas pelo Estado visando o desenvolvimento.

Pode-se afirmar que, de um modo geral, o conceito de desenvolvimento que o Estado embasava suas ações perpassava pelo imperativo da modernização e era entendido como sinônimo de “desenvolvimento das forças produtivas”, que se daria pela industrialização, transformação e dinamização de regiões pouco desenvolvidas. Nesse sentido, o desenvolvimento remetia essencialmente à idéia de promoção do crescimento econômico. No período histórico que se inicia na década de 1950, no contexto da Guerra Fria, Martins (1981) menciona que prevalecia na retórica da elite (segmentos empresariais urbano-industriais) e do próprio governo, a noção de que o desenvolvimento somente ocorreria adequadamente se o setor agrícola¹⁸ fosse incluído no projeto de desenvolvimento nacional, com a conseqüente transformação da agricultura, de modo que se permitisse nas áreas rurais a criação de um fornecimento crescente de produtos

¹⁸ A reforma agrária passou a ser entendida por várias correntes de pensamento, como uma condição para alavancar o desenvolvimento econômico do país, já que os latifúndios representavam um entrave à ampliação do mercado interno e ao desenvolvimento da indústria nacional, nisso concordavam tanto o Partido Comunista do Brasil (PCB), quanto setores da burguesia nacional, representada principalmente por industriais paulistas. Já na década de 1970 a reforma agrária deixa de ser vista por setores da burguesia nacional como imprescindível ao desenvolvimento, pois, passou-se a entender que o problema da agricultura não se encontrava na estrutura agrária, mas na sua baixa produtividade, o que não se resolveria com a mera “distribuição de terra”.

agrícolas e ainda a formação de um mercado potencial consumidor de produtos industriais. De acordo com Medeiros (2003), essas também eram as indicações e o posicionamento dos principais economistas e planejadores latino-americanos que compunham a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe).

Conforme já foi dito, a proposta de desenvolvimento direcionada ao setor agrícola veio juntamente com a consolidação de uma ampla rede burocrática e institucional de apoio à modernização agrícola. A criação do Sistema Nacional de Crédito Rural, em 1965, propiciou crédito para o investimento na agricultura, o fortalecimento do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural¹⁹ forneceu os meios para difundir as tecnologias no campo, e a efetivação de um sistema de ensino e pesquisa agrícola, contribuiu na formação de pessoal capacitado para empregar, experimentar, criar e validar novas tecnologias. Estes foram apenas exemplos de alguns dos mecanismos constituídos para garantir a modernização do meio rural.

É dessa forma que durante as décadas de 1960/70, o governo brasileiro, vislumbrando mudar o quadro sócio-econômico das regiões de desenvolvimento estagnado no país, elabora diversos programas e projetos com a finalidade de superar “o atraso” e estimular o desenvolvimento em tais regiões. O Estado age no sentido de promover o desenvolvimento de regiões consideradas ainda pouco desenvolvidas, que neste momento ainda eram predominantemente rurais, com a constituição dos programas de desenvolvimento do cerrado e os programas de desenvolvimento promovidos na região do semi-árido brasileiro.

A estratégia de desenvolvimento do cerrado, estritamente relacionada à expansão da fronteira agrícola no país iniciada durante o período da Ditadura Militar, estava inserida em uma política mais ampla de modernização da agricultura, voltada para exportação de grãos e para o fornecimento de insumos para a indústria nacional (RIBEIRO, 2002). Além disso, as características

¹⁹ O serviço de extensão rural foi criado em 1948 em Minas Gerais com o nome de Associação para o Crédito e Assistência Rural (ACAR), num convênio entre o governo do Estado e a Agência Internacional Americana para o desenvolvimento econômico (AIA), criada por Nelson Rockefeller. Em 1968 as atividades da AIA são extintas no Brasil (OLIVEIRA, 1999). Em 1956 o então presidente da república, Juscelino Kubitschek, propõe que o modelo de extensão rural de Minas Gerais se expanda para o restante do país, originando a ABCAR (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural) com objetivo de coordenar e sistematizar ações de extensão rural no Brasil. Em 1974 é fundada a EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural) inaugurando o crédito orientado a propriedades e produtos de maior resposta a incentivos fiscais (MASSELLI, 1998).

topográficas da chapada, caracterizadas por amplas áreas de relevo aplainado, aliado à presença de solos profundos, eram favoráveis à implementação da agricultura mecanizada na região do cerrado. Assim, o cerrado é alvo de programas de desenvolvimento promovidos principalmente na década de 1970, baseados em uso intensivo de capital e tecnologia, viabilizados pelo baixo preço da terra, o que compensava também as correções de acidez necessárias, pois até então, esta era pouco valorizada devido à acidez dos solos da região do cerrado (SHIKI, 2002; RIBEIRO, 2002; GONÇALVES, 2004).

A estratégia modernizadora, como visto, contou com vários programas de desenvolvimento. Só nos cerrados mineiros foram contabilizados em 1.669 milhões de dólares os custos para implantação de programas governamentais de desenvolvimento²⁰. Porém vamos nos ater às ações de promoção do desenvolvimento que ocorreram na região em que se localiza o objeto de estudo apresentado por esta pesquisa. Assim, na região de abrangência deste estudo, região Norte de Minas, resguardadas as especificidades devidas, pode-se dizer que as implicações do processo de desenvolvimento e modernização não foram muito diferentes do restante do país.

Desse modo, a região Norte de Minas Gerais é inserida nesses programas através da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), órgão responsável pelo planejamento e execução de políticas de estímulos financeiros e fiscais para os estados da região nordeste e para região norte de Minas Gerais, propondo integrá-las na dinâmica da economia nacional²¹. No entanto, por trás do discurso da inclusão da região Norte de Minas e de outras regiões historicamente marginalizadas no desenvolvimento econômico nacional, na realidade, o que ocorreu, foi o privilégio financeiro de alguns grandes grupos empresariais do setor industrial e agroindustrial, o uso de incentivos à implantação da agricultura “moderna” e de projetos de irrigação²². Nesse período, o Estado estimula a

²⁰ Esses programas, segundo Ribeiro (2002) são: PCI (Programa de Crédito Integrado), PADAP (Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba), POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), PRODECER (Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento do Cerrados).

²¹ A Sudene é criada em 1959, mas somente em 1963 que a região Norte de Minas Gerais é inserida nos programas de desenvolvimento da Superintendência (MAZZETO, 1999).

²² A implantação da agricultura moderna ocorre através da aquisição e utilização de maquinários, entre outros insumos, não apropriados às condições ecológicas locais e a implantação dos sistemas

operacionalização de políticas públicas de desenvolvimento voltadas para o meio rural, visando, com isso, a intensificação da produção agrícola, aprofundando o processo da modernização conservadora na região. Os programas e projetos governamentais de incentivo ao desenvolvimento da região Norte de Minas privilegiaram três categorias de atividades principais: a pecuária de corte, a “produção florestal” (reflorestamento/carvoejamento) e a produção agrícola intensiva. As conseqüências dessas políticas públicas são de proporções enormes, no âmbito sócio-econômico, político e ecológico (RIBEIRO, 2002; SHIKI, 2002; MDA/INCRA, 2003).

Para se ter uma idéia da dimensão da atuação das políticas públicas de promoção do desenvolvimento na região Norte de Minas, a SUDENE havia estimulado, por meio de incentivos financeiros principalmente durante as décadas de 1960 e 1970, a implementação de 108 projetos industriais, sete agroindustriais e 107 projetos agropecuários²³. É interessante constatar que a área média das propriedades beneficiadas era de 4166 hectares, privilegiando grandes proprietários, muitas vezes oriundos de outras regiões do Estado. Além da SUDENE, outros projetos foram implantados na região visando o desenvolvimento de regiões semi-áridas, como se pode citar a atuação da Ruralminas,²⁴ juntamente com a CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Alto São Francisco), responsáveis por projetos de colonização baseados em perímetros irrigados, como o Projeto Jaíba (MAZZETTO, 1999). De forma geral, tais projetos objetivavam a dinamização e crescimento da economia regional, através do suporte necessário para a consolidação de monoculturas irrigadas em regiões de seca.

Conforme pode ser observado, a estratégia de desenvolvimento na região, apareceu sob o signo da modernização, fundamentada na concepção desenvolvimentista, o que na agricultura se expressou nos princípios da Revolução Verde. O desenvolvimento na região Norte de Minas teve as mesmas

de irrigação, como o pivô central, também inapropriado à realidade sócio-ambiental, gerador de conflitos em torno da questão da água na região.

²³ Mazzetto (1999) utiliza-se de dados levantados na dissertação de Cardoso (1996).

²⁴ A Ruralminas constitui-se no órgão do governo do Estado de Minas Gerais, destinado a implantar projetos de colonização e controlar as terras devolutas no Estado, tendo importante papel na política de incentivos ao reflorestamento. A Codevasf, cuja responsabilidade era coordenar ou executar obras de infra-estrutura, tinha como meta prioritária o fortalecimento da irrigação pública e o incentivo da irrigação privada (ALMEIDA, 2002).

características do Brasil, uma vez que as políticas públicas favoreceram a modernização parcial da agricultura, sobretudo das grandes propriedades rurais, articulou a produção agropecuária aos complexos agroindustriais e incentivou a constituição de grandes e médias empresas agrícolas como protagonistas do processo de desenvolvimento.

O resultado destas políticas contribuiu para reafirmar uma distribuição da terra na região bastante desigual. Tendo por referência os dados do Censo Agropecuário de 1996, pode-se afirmar que a concentração fundiária faz-se presente na região Norte de Minas, uma vez que os estabelecimentos rurais com área superior a 1000 ha representam 1,5% dos estabelecimentos rurais e detêm mais de 50% das terras. E o que é mais preocupante, a análise da evolução temporal da estrutura fundiária, tendo por base as estatísticas de 1970 até 1996, demonstra que está havendo, com o passar dos anos, uma concentração de terra nas mãos dos grandes proprietários. Essa tendência também é válida para o contexto nacional, já que os estabelecimentos maiores de 1000 ha representam apenas 1% do total de estabelecimentos rurais e ocupam 45% da área²⁵, confirmando o crescimento da área ocupada por grandes propriedades, enquanto que a área ocupada para os pequenos estabelecimentos rurais vem diminuindo, expressando uma das distribuições de terra mais concentradas e desiguais do mundo.

Assim, pode-se notar que o Estado, visando promover a modernização do meio rural brasileiro, selecionou não só determinados estratos de produtores, mas também optou pelos “pacotes tecnológicos” que tendem, em conjunto, a causar a concentração da propriedade fundiária. Além do mais, são conhecidos e recorrentemente relatados a insustentabilidade do modelo de produção agrícola químico-mecanizado (ALTIERI, 1989; GUZMÁN, 1997; ALMEIDA, 1999; ALMEIDA, PETERSEN e CORDEIRO, 2001) e os impactos negativos resultantes de sua adoção, tanto para as populações rurais, criando maior dependência a insumos externos e relativa perda da autonomia produtiva, econômica, cultural e política, quanto para o meio ambiente.

A lógica subjacente ao modelo químico-mecanizado se fundamenta na difusão de tecnologias criadas e adaptadas aos países de clima temperado. Tais

²⁵ Afirmações baseadas nos dados de 1996 apresentados pelo Censo Agropecuário do IBGE.

tecnologias deveriam ser transferidas e adotadas por países com características geográficas completamente diferenciadas, desconsiderando nesse processo de “transferência” as particularidades dos ecossistemas locais, do clima (pluviosidade, radiação solar, temperatura) estrutura do relevo e do solo, da biodiversidade, dentre outros fatores intervenientes. O caso da aração é um exemplo da transferência de tecnologias que desconsiderou as diferenciações geográficas provocando impactos ambientais nos países adotantes. Essa prática bastante desenvolvida nos países de clima temperado é usada para revolver o solo após invernos intensos a fim de melhorar suas condições físico-químicas e biológicas para cultivo. Tal prática, quando adotada no Brasil, tem causado efeitos controversos, pois expõe o solo a altas temperaturas, comprometendo sua qualidade, e quando em presença de chuva intensas, provoca o carreamento do solo por erosão (ALTIERI, 1989; ALMEIDA, 2001).

A implementação do modelo agrícola fomentado pela Revolução Verde e mais atualmente, a intensificação da dominação da natureza pela técnica, através da biotecnologia e das sementes transgênicas, tem levado os sistemas produtivos a uma situação de baixas resiliência, estabilidade e equidade (ver capítulo 2), devido à simplificação extrema dos ecossistemas e redução da diversidade genética que este modelo exige. Pois, como bem salientou Almeida (2001), a lógica do sistema moderno²⁶ pressupõe o controle máximo das limitações ambientais, a fim de adequar o ambiente ao genótipo e garantir seu potencial de rendimento. Tal lógica pressupõe que se o ambiente tem menos variáveis intervenientes na produção, maior será o controle das limitações ambientais, e conseqüentemente, maior será a probabilidade de obter sucesso na aplicação das tecnologias. Um exemplo é a introdução de variedades de alto rendimento em substituição às variedades de sementes tradicionais. Estas últimas passaram por um processo secular de seleção de variedades mais adaptadas e adequadas às condições locais. Assim, essa substituição pelas sementes de “alto rendimento” tem levado à extinção de raças e à erosão genética.

Incluindo-se dentre os impactos sociais da modernização, salienta-se ainda a perda da autonomia das populações rurais, sobretudo, aquelas menos

²⁶ O sistema moderno de produção agrícola é aquele proveniente da Revolução Verde, intensificado pela biotecnologia.

capitalizadas, já que o acesso aos insumos químicos exige um gasto vultoso e indispensável, pois precisam ser adquiridos para controle dos patógenos e garantia da maximização da produtividade. A situação dos agricultores que possuem pequenas propriedades é ainda agravada devido ao esgotamento da terra produtiva provocada pelo uso intensivo dos recursos, já que não possuem recursos excedentes e terra disponível para expandir a área de plantio. Isso tem gerado o endividamento de agricultores que são forçados a migrar para as cidades²⁷ ou conciliar atividades agrícolas e não-agrícolas para garantir a renda e reprodução familiar no campo.

Os agricultores que estão condicionados pela ausência da propriedade privada da terra, tendo acesso precário a terra por meio do sistema de arrendamento ou parceria, têm que enfrentar limitantes, como por exemplo, o tempo de arrendamento da terra,²⁸ a impossibilidade de fazer melhorias na terra, já que a terra é alheia. Outras dificuldades, não exclusivas de arrendatários e parceiros, é a ausência de assistência técnica governamental, tendo em vista o reduzido número de extensionistas por região, fazendo com que os produtores procurem orientação de vendedores do comércio do tipo “casa do fazendeiro”, que oferecem orientação técnica casada com a venda de produtos, o que é um problema porque freqüentemente é orientado o uso excessivo de insumos químicos causando comprometimento da saúde do agricultor²⁹ além dos riscos ambientais inerentes. Outro desafio encontrado relaciona-se a inserção do agricultor no mercado pela comercialização, dificultada quando formas organizativas em cooperativas e associações não estão presentes, principalmente pelos custos de transporte para escoamento da mercadoria e/ou com atravessadores, comprometendo significativa parcela da renda obtida.

²⁷ Estima-se que nas três últimas décadas, 40 milhões de pessoas deixaram o campo (MAZZETTO, 2001). Em 1960, 54% da população brasileira vivia no campo, já em 1991 a população rural representava apenas 24,4% (GONÇALVES, 1995).

²⁸ Pois os contratos geralmente são firmados com o mínimo de tempo estabelecido em Lei. A Lei 4.504 de 1964 (Estatuto da Terra) regulamenta em seu Art. 95, Inciso II, o prazo mínimo dos contratos de arrendamento em três anos.

²⁹ O Brasil é o terceiro maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Estima-se que no Brasil 220 mil pessoas são intoxicadas todo ano (DATER, 2006). Tem-se como referência internacional que a cada caso registrado existem outros 50 não registrados (SOBREIRA e ADISSI, 2003). Os dados dos sistemas oficiais de informação sobre intoxicações por agrotóxico são insuficientes para se conhecer a real dimensão dos danos à saúde, pois acredita-se que os casos não notificados sejam bastante expressivos (FARIA, FASSA e FACCHINI, 2007).

Somando-se a isso, o plantio e investimento em um único produto agrícola apenas, quando ocorre, compromete a estabilidade econômica do agricultor, pois qualquer variação de preço, variação climática ou um ataque de pragas na monocultura pode significar a falência do agricultor, porque toda sua fonte de renda está vinculada ao sucesso de uma determinada cultura. O fato de não dispor de reservas financeiras, ou não ter como cortar custos, já que depende do uso de diversos insumos externos, complica ainda mais a realidade do agricultor menos capitalizado. Além do mais, as monoculturas são sistemas instáveis tanto do ponto de vista econômico quanto em relação ao equilíbrio ecológico, pois não reciclam nutrientes, não promovem a conservação do solo nem o equilíbrio de pragas e doenças (ALTIERI, 1989). Fato que, a longo prazo, inviabiliza a própria fertilidade do solo e produtividade. Conforme afirmam Altieri e Nicholls (2000; 2004), a biodiversidade promove uma variedade de serviços ecológicos, tais como reciclagem de nutrientes, controle biológico de pragas, dentre outros serviços, importantíssimos para a estabilidade dos cultivos agrícolas.

Dentre as implicações sócio-ambientais da Revolução Verde, uma corrente de pensamento crítica a esta, defende que a lógica que passa a regular os processos de preparo, plantio e colheita na agricultura está atravessada pela homogeneização das técnicas e das práticas que levam igualmente a uma homogeneização da natureza, bem como da cultura humana. De acordo com pensadores dessa corrente, as distintas formas de manejar e conviver com as potencialidades e limites ambientais, que muitos povos vinham por décadas estabelecendo com a natureza, mediada pela prática da agricultura, foram restringidas ou eliminadas com a inserção dessa “nova” lógica, sedimentada pela Revolução Verde. As perdas se referem não só em termos de diversidade genética, de diversidade dos ecossistemas, mas também remetem à perda da diversidade cultural.

Como é sabido, todo esse processo de desenvolvimento desigual na agricultura brasileira, gerou a expropriação, expulsão e o êxodo rural de uma quantidade inestimável de trabalhadores rurais, que sem alternativas, foram para a cidade ou tentaram resistir no campo. Estes últimos deslocaram-se geralmente para as áreas de fronteira agrícola, instalando-se como posseiros, estabelecendo outras formas de acesso à terra, através da parceria ou do arrendamento, ou se

tornando quando possível, um pequeno proprietário. Aqueles que migraram para as cidades, geralmente foram vender sua mão-de-obra (pouco qualificada para atividades não-agrícolas), em trabalhos informais e pouco rentáveis, o que de certo modo contribuiu para agravar certos problemas urbanos. Ainda dentre os agricultores que se deslocaram para as zonas urbanas há aqueles que retornam sazonalmente ao campo desempenhando a função de trabalhadores rurais temporários. Portanto, pode-se dizer que o desenvolvimento e a modernização da forma em que se estruturaram no Brasil conformaram uma quantidade significativa de agricultores rurais sem-terra.

A modernização da agricultura no país, expressa pela difusão e adoção de maneira parcial ou total das tecnologias, procedimentos e práticas recomendadas, contribuiu extraordinariamente para as dificuldades encontradas pelos agricultores, acima relatadas. Os argumentos aqui expostos pretendem afirmar que o modelo químico-mecanizado é insustentável, não apenas do ponto de vista ambiental, mas também em sua dimensão sócio-econômica e política.

1.4 A mobilização pela reforma agrária e estratégias do governo para lidar com a questão agrária

Segundo foi relatado anteriormente, o processo de modernização no meio rural foi conservador e o desenvolvimento se deu de forma completamente desigual e parcial, agravando a concentração fundiária e, por conseguinte, acentuando as disputas sociais em torno da questão da terra no Brasil. Medeiros (2003, p.25) ressalta as implicações resultantes da modernização verificada no processo produtivo da agricultura brasileira, destacando que no decorrer destas transformações, “as condições de trabalho no meio rural se deterioraram e a demanda por terra aumentou”. A rápida modernização também trouxe consigo a expropriação de colonos, parceiros, arrendatários e posseiros por parte de empresas do setor industrial e financeiro que atuavam no meio rural. Aliado e anterior a isso, a promulgação de leis trabalhistas direcionadas aos trabalhadores rurais, expressas no Estatuto do Trabalhador Rural de 1963, apesar de representar

inegáveis conquistas para a categoria³⁰, provocou efeitos controversos, pois gerou a expulsão dos trabalhadores rurais pelos respectivos proprietários das terras em que viviam, devido ao receio destes últimos perante as leis referidas, ampliando com isso o campo de conflito, de demandas e de luta pela terra.

A intensificação dos conflitos fundiários resultantes da luta pelo direito de acesso a terra no Brasil e a organização dos demandantes em entidades representativas e movimentos sociais reivindicadores da reforma agrária na década de 1960, pressionam o governo militar a responder pela problemática questão agrária³¹. Os militares reagiram por meio de duas ações aparentemente contraditórias, ocorrendo de um lado a aprovação do Estatuto da Terra de 1964 e de outro a forte perseguição e repressão aos movimentos rurais e lideranças (SAUER,1998). Dessa forma, “o Estado se organiza e se esforça no sentido de evitar que a questão agrária se transforme efetivamente numa questão política e implique na redefinição do próprio Estado” (MARTINS, *apud* SAUER, 1998).

Ao aprovar o Estatuto da Terra, o Estado reconhece o problema da concentração da propriedade privada da terra no país, no entanto, deslegitima qualquer manifestação pública nesse sentido, garantido conseqüentemente por meio dele, a desmobilização das formas de organização política. O Estado por meio da força da lei ou da força policial, ao intervir militarmente na questão agrária, agiu no sentido de reprimir qualquer manifestação organizada no seio da sociedade civil reivindicatória da reforma agrária, resguardando e absolutizando o direito de propriedade e deslegitimando o direito de acesso à terra por outros meios senão pela compra (MARTINS, 1984).

O mecanismo jurídico disposto na Lei 4.504 de 1964, que ficou conhecido como Estatuto da Terra, divide-se em duas partes, sendo uma delas reservada à Reforma Agrária e a outra à Política de Desenvolvimento Rural, anunciada por

³⁰ Entre os direitos conquistados está o salário mínimo, repouso semanal remunerado, férias remuneradas, licença maternidade, indenização em caso de dispensa, estabilidade depois de dez anos de serviço e obrigatoriedade de registro em carteira profissional, etc (MEDEIROS, 1989).

³¹ Os movimentos anteriores àqueles da década de 1960 não lutavam necessariamente contra a propriedade privada da terra, mas sim contra a renda capitalista da terra, uma vez que a valorização do preço da terra gerava a expulsão dos ocupantes, posseiros e trabalhadores rurais que não possuíam o título legal. Até a década de 1940, o messianismo e o cangaço foram as formas de organização e de manifestação da rebeldia camponesa predominantes. Durante a década de 1950, as Ligas Camponesas e os sindicatos de trabalhadores rurais se tornam as formas mais importantes de luta política no campo (MARTINS, 1981).

meio de uma política agrícola³², evidenciando intenções para além da reforma agrária. O Estatuto da Terra tratou a questão agrária não como uma questão política, mas como questão acessória ao desenvolvimento econômico na medida em que não deu prioridade a desapropriação por interesse social, mas focou-se na colonização de novas áreas, localizadas principalmente na região amazônica e em partes do centro-oeste brasileiro, onde foram instalados os chamados projetos de colonização.

Essa única válvula da reforma agrária, no entanto, foi em grande parte fechada apenas dois anos após a promulgação do Estatuto, quando o governo federal estabeleceu uma política de subsídios para estimular a implantação de empresas industriais e agropecuárias na região amazônica (MARTINS, 1981, p.97).

Não foi sem propósito que o governo criou nesse período duas instâncias, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e também o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola (INDA), que passou a subsidiar os grandes grupos econômicos na promoção do desenvolvimento rural. É assim que o Estado torna-se o financiador da agricultura, mantendo a propriedade privada da terra intocada. Um dos fatores interpretados como indutor da organização e do crescimento político dos trabalhadores rurais em demandantes de terra, consistiu justamente na implantação da política de desenvolvimento agrícola e econômica pelo Governo Militar, acelerando tanto as transformações quanto as contradições no campo.

Tais políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do meio rural brasileiro compreendiam, nesse período, o recebimento de vultosos incentivos e investimentos financeiros direcionados a grandes empresas capitalistas e grupos econômicos para se ocuparem de atividades agropecuárias, o que provocou tanto a transformação de relações tradicionais de dominação presentes no campo, quanto a oposição dos agricultores a política do governo, especialmente a fundiária, contribuindo para uma nova fase de lutas sociais no campo (MARTINS, 1984).

Devido à conjuntura política que envolve o final da década de 1960, marcada pelo Decreto do Ato Institucional N°5 no ano de 1968, os direitos políticos e de expressão tornam-se cada vez mais restringidos, a repressão aos movimentos se acirra e líderes políticos são exilados. Os sindicatos, regulamentos

³² A referida Lei expressa em seu art.1 §2º por política agrícola “o conjunto de providências de amparo a propriedade da terra que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país”.

em 1962, continuam existindo enquanto instituição, embora com uma ação mais prudente, já que “uma atuação mais combativa do sindicato imediatamente se traduziam em uma possibilidade de intervenção, prisões e mesmo repressão policial aberta” (MEDEIROS, 1989, p.59). Nesse período, o Estado passa a ser regulador dos sindicatos, ampliando seu controle social em regiões onde até então estava ausente, ao mesmo tempo em que passa a ter controle das relações de trabalho no meio rural de modo a garantir a “segurança nacional”. Assim, o sindicalismo transforma-se em braço do Estado na zona rural, fornecendo serviços sociais, como previdência social e assistência médica, e se transformando, exceto raras exceções, em agências “pseudo-estatais” (HOUTZAGER, 2004).

Outro ator que se constituirá na década de 1970 em importante mediador de lutas sociais no meio rural será a Igreja Católica, que após a realização de convenções internas faz uma opção histórica pelos pobres, inspirando a criação de diversas organizações na defesa dos direitos humanos, sendo a de maior repercussão, a Comissão Pastoral da Terra, criada em 1975, proclamando por justiça social em favor das vítimas do regime fundiário³³. A atuação da igreja, dos sindicatos e dos partidos políticos será fundamental para projetar a luta dos trabalhadores rurais no cenário nacional ao mesmo tempo em que se acirra a disputa destes mediadores pela direção política dos trabalhadores rurais³⁴ (MEDEIROS, 1989; MARTINS, 2000).

Já no final da década de 1970, o regime político instaurado demonstra seus primeiros sinais de crise. O início dos anos 1980 marca o início da construção da identidade dos sem-terra, surgindo com as ocupações de terra no sul do Brasil que dará origem ao maior movimento de luta pela terra na atualidade, o Movimento dos Sem Terra (MST)³⁵ (MEDEIROS, 1989). Ao longo da década de 1980, a atuação dos demandantes da reforma agrária organizados em entidades

³³ O surgimento da CPT vincula-se mais diretamente aos conflitos instaurados entre posseiros e fazendeiros ligados a projetos agropecuários na região da Amazônia. A CPT é uma entidade de caráter ecumênico, congregando principalmente católicos e está ligada à CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil).

³⁴ Ressalta-se que com o Golpe Militar de 1964, a perseguição aos partidos políticos e sindicatos mais combativos concederá a igreja o papel de principal mediador na condução política dos trabalhadores rurais.

³⁵ O MST nasce no interior do trabalho pastoral da igreja, para entender o motivo é necessário pensar que na época do regime militar as pastorais abrigavam grupos de esquerda, que a consideravam “*o possível da ação política de esquerda*”. Com o enfraquecimento do regime, e devido às imposições e “barreiras” da organização eclesíástica, foi inevitável o nascimento do MST (MARTINS, 2000, p.152).

representativas cresce, pressionando o Estado para o cumprimento de suas atribuições legais, estabelecidas no Estatuto da Terra e na própria Constituição Federal de 1988, sobretudo no que se refere ao cumprimento do princípio da função social da propriedade da terra.

Embora o Estatuto previsse a indicação de áreas prioritárias para a reforma agrária essa proposta nunca tornou realidade na lógica de intervenção do Estado, vigorando deficientemente a política de colonização em regiões de fronteira agrícola. Em 1985, a retomada desta proposta pelo Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) logo no início da Nova República foi novamente barrado por forças conservadoras. Desde então, o Estado não tem tido um programa sistemático nesse sentido, e as áreas alvo de desapropriação se definem na medida em que os conflitos fundiários deflagram, assim como os acampamentos e as mobilizações ocorrem, o governo é forçado a reagir (LEITE *et al*, 2004).

A situação injusta observada no Brasil no que tange a desigualdade de distribuição da propriedade da terra tem sido garantida por um pacto político, sustentado pelo Estado por meio de seu aparelho burocrático, que envolve principalmente as classes urbanas e os grandes proprietários de terra. Desse modo, a estrutura da terra no Brasil tem se mantido praticamente intocada, garantida por uma coalizão de forças políticas dominantes que impedem a transformação social. A lógica que produz a concentração da propriedade fundiária caso fosse eliminada “alteraria na raiz as bases de sustentação dos grandes latifundiários, das classes dominantes e da forma brutal que a exploração do trabalho e a acumulação do capital assumem em nosso país” (MARTINS, 1984, p.17).

As estratégias do Estado em torno da questão agrária não foram suficientes para minar a capacidade organizativa dos agricultores, pelo contrário, a reforçaram em função do aumento das desigualdades na distribuição da posse da terra, em grande medida, devido à sua política de concessão de benefícios estar vinculada aos latifúndios. A partir da década de 1980, observa-se uma mudança na estratégia de resolução dos conflitos fundiários encontrada pelo Estado para enfrentar o problema da concentração da propriedade privada da terra. Assim, um dos meios para viabilizar a reforma agrária se materializa com a constituição dos Projetos de Assentamentos (PA). Tais projetos manifestam-se pela sua potencialidade em democratizar a estrutura fundiária consolidada, proporcionando

teoricamente benefícios sociais e econômicos que vão além do mero acesso a uma parcela de terra.

Desse modo, em decorrência da organização daqueles que não têm a propriedade e/ou posse legal da terra, os assentamentos rurais são implementados pelo Estado como parte do processo de viabilização da reforma agrária, representativos de novos espaços de sociabilidade, de inserção econômica, política e social e de reprodução familiar no meio rural. A constituição dos assentamentos representa, para as famílias beneficiadas, uma oportunidade de rearranjo das estratégias familiares de reprodução, ao mesmo tempo em que o acesso aos créditos, financiamentos e o início da comercialização da produção, permitem melhorias nas condições de vida das famílias, tendo em vista o maior acesso a bens e serviços. Na sua nova condição, os assentados trazem mudanças para o espaço em que ocupam, que são de ordem tanto econômica, quanto social e política. Os assentamentos rurais têm ainda propiciado o aumento da demanda por serviços públicos nos municípios em que se instalam, ao mesmo tempo em que têm gerado maiores oportunidades de emprego e renda dentro e fora das unidades familiares, contribuindo sobremaneira para aumento da demanda por bens e serviços no comércio, produzindo conseqüentemente a dinamização da economia local (LEITE *et al*, 2004).

A maioria dos assentamentos rurais, como foi mencionado na Introdução³⁶, tendem a optar, na produção agrícola, pelo “pacote tecnológico” convencional. Tal opção, freqüentemente se direciona no sentido da manutenção do padrão produtivo predominante, já existente nas regiões onde se instalam os projetos. Considerando as externalidades e os impactos negativos derivados da adoção deste modelo, atualmente tem havido um debate no cenário político e acadêmico sobre as estratégias de reprodução familiar no meio rural que propõe refletir sobre possíveis saídas para a resolução da questão agrária conciliada à questão ambiental, e à soberania alimentar. Estas reflexões que estão sendo construídas têm gerado proposições que visam direcionar políticas públicas de promoção do desenvolvimento rural.

³⁶ Há uma multiplicidade de abordagens nos estudos dos fenômenos dos assentamentos rurais, porém, focalizaremos os assentamentos sob o aspecto da produção e dos “modelos” orientadores da prática agrícola, tendo em vista que a presente dissertação se propõe a analisar como são construídas as práticas agroecológicas nos assentamento rurais, tendo um caso para se referenciar.

Apesar da realidade das formas produtivas dos assentamentos rurais se configurarem deste modo, optando pelo pacote tecnológico da Revolução Verde, em alguns contextos locais, tem-se desenhado novas concepções e perspectivas de produção que não se enquadram no modelo produtivista, dominante no cenário agrário brasileiro. É precisamente nesse cenário que estão inseridas as práticas sociais e produtivas do assentamento a ser mais detidamente estudado no Capítulo 4. Esse assentamento rural, denominado Assentamento Tapera, desenvolve uma concepção e proposta alternativa de desenvolvimento rural, tendo por base os princípios referenciais da agroecologia, perspectiva que será tratada no capítulo a seguir.

2. AGROECOLOGIA: A EMERGÊNCIA E A CONSTRUÇÃO DO “ALTERNATIVO” NA AGRICULTURA

Antes de inserir a discussão da emergência das alternativas de desenvolvimento para o meio rural, será apresentado brevemente como a idéia do desenvolvimento vai perdendo legitimidade e conseqüentemente será posta em xeque pela sociedade civil. Contudo, é importante diferenciar concepções que descartam radicalmente a idéia de desenvolvimento e de crescimento econômico e buscam “alternativas ao desenvolvimento”, daquelas que são críticas à estrita racionalidade econômica que inspirou o pensamento e as políticas de desenvolvimento e buscam um “desenvolvimento alternativo”³⁷.

A ideologia do progresso e do desenvolvimento, expressão em grande parte do pensamento hegemônico cultural tecido a partir do Iluminismo no século XVIII, começa a ser posta em questão nos anos 1950 e 60, justamente em países onde o desenvolvimento parecia ter dado mais certo, isto é, no continente europeu e nos Estados Unidos. Uma das formas concretas de questionamento ao desenvolvimento tal como estava posto foi feita pelo movimento ambientalista, trazendo à tona a discussão de que deve haver limites ao desenvolvimento e, conseqüentemente, ao domínio da natureza (GONÇALVES, 2004).

A partir da década de 1960, quando a sociedade civil começa a sentir os efeitos controversos do desenvolvimento e a se conscientizar sobre seus riscos, face à irracionalidade ecológica dos padrões dominantes de produção e de consumo, a crise ambiental passa a ser percebida como uma ameaça real. Ao se confrontar com situações desafiadoras derivadas dos processos modernizadores e desenvolvimentistas, articulados ora pelo Estado, ora pelo capital industrial ou financeiro, como a reprodução das desigualdades sociais e crescimento da degradação ambiental, a sociedade civil organiza-se e se articula para se contrapor e reverter o processo que (re)criava tais desigualdades. Desse modo começam a

³⁷ A diferenciação entre *alternativas ao desenvolvimento* e do *desenvolvimento alternativo* é trabalhada em Santos e Rodríguez (2005). A primeira é mais radical, sendo inconcebível, por exemplo, o desenvolvimento sustentável, uma vez que acredita que é impossível crescer sem destruir os recursos naturais.

questionar o desenvolvimento, ou melhor, o “modelo” de desenvolvimento hegemônico.

Dessa forma, a racionalidade econômica e os paradigmas teóricos que fundamentaram e legitimaram o desenvolvimento são também questionados (LEFF, 2005). É nesse momento que a natureza transforma-se em “questão ambiental” e é inserida no debate teórico e político sobre os limites do desenvolvimento que se expressava em grande parte como sinônimo de crescimento econômico.

Das diversas publicações científicas que tiveram repercussão mundial duas delas marcaram o pensamento alternativo sobre o desenvolvimento tendo impactos diretos sobre o mundo rural. “Primavera Silenciosa” da bióloga Rachel Carson, publicado na década de 60 ressaltou os impactos sociais e ambientais resultantes da utilização excessiva de agroquímicos na agricultura norte-americana. Essa publicação inspirará o desenvolvimento de alternativas ao controle de pragas na agricultura, baseado em princípios ecológicos (HECHT, 1989) e chamará atenção para os riscos da agricultura químico-mecanizada. Segundo Ehlers (1999) esse livro é considerado um dos principais alicerces do pensamento ambientalista norte-americano e de outras partes do mundo. Posteriormente, “um estudo econômico que leva em conta as pessoas”³⁸ denominado “O negocio é ser pequeno”, publicado em 1973 por Ernest Frederick Shumacher irá problematizar o uso da tecnologia e suas implicações para a vida social e econômica das pessoas e do ambiente em que se inserem. A publicação do livro de Shumacher traz o conceito de “tecnologias apropriadas”, afirmando que as tecnologias devem ser apropriadas às diferentes regiões, às condições sociais, à escala de produção e às condições naturais, passando a ser referência teórica para muitas organizações que trabalham com agricultura alternativa, já que inicialmente suas propostas se focaram nas “tecnologias alternativas”.

Dos limites do crescimento econômico,³⁹ passando pelas estratégias do ecodesenvolvimento, ao discurso do desenvolvimento sustentável⁴⁰

³⁸ Este é o subtítulo do livro de autoria de Shumacher.

³⁹ O Relatório intitulado “Os limites do Crescimento” foi publicado pelo Clube de Roma em 1972 em razão da realização da I Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em Estocolmo na Suécia. Enfatizava-se a necessidade urgente de reverter a tendência de crescimento (da população, da industrialização, da poluição), causadores da espoliação dos recursos naturais que colocava em jogo o futuro da humanidade.

transcorreram-se duas décadas em que a questão ambiental foi colocada em pauta na discussão dos rumos do desenvolvimento. Logo, a idéia do desenvolvimento sustentável como “um processo que permite satisfazer as necessidades das populações presentes sem comprometer a capacidade de atender as gerações futuras” foi ganhando espaço e legitimidade no cenário político. Nesse ínterim, convenções científicas, publicações de trabalhos científicos, de relatórios oficiais e declarações vão dando substância à discussão e imprimindo um caráter normativo ao desenvolvimento, sobretudo no que tange à materialização de seu significado social e ambiental.

Da negação do desenvolvimento ao desenvolvimento sustentável, da idéia de contradição entre crescimento econômico e conservação ambiental à idéia de compatibilidade, ou de crescimento sustentável, todo esse processo de inversão dos sentidos é resultante da crescente incorporação do discurso ambientalista pela lógica do capital e sua readequação para um discurso mais brando, como forma de perpetuar-se na reapropriação da natureza. Atualmente, o discurso dominante da sustentabilidade monta um simulacro ao negar os limites do crescimento, acelerando a corrida desenfreada do progresso econômico e negando igualmente os limites da natureza (LEFF, 2005).

É em meio a essa confusão conceitual e conflitos ideológicos que o desenvolvimento vai tomando outras qualificações e direcionamentos. Dessa forma, o pensamento ambientalista será gradualmente incorporado aos parâmetros das propostas de desenvolvimento e irá influenciar primeiramente ações de organizações não-governamentais e bem mais tarde, também diretrizes das políticas públicas para o meio rural.

As conseqüências do desenvolvimento no meio rural fizeram com que organizações representativas dos excluídos, “pobres no campo”, agissem no sentido de buscar por alternativas a esse desenvolvimento tal como estava posto. Para o meio rural, o conjunto das propostas que negaram o desenvolvimento

⁴⁰ O termo desenvolvimento sustentável, trazido inicialmente em 1987 pelo Relatório “Nosso Futuro Comum”, foi elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, também conhecida como Comissão Brundtland. Ganha maior notoriedade com outra Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida no Rio de Janeiro no ano de 1992. A idéia de desenvolvimento sustentável partiu do conceito de ecodesenvolvimento (re)elaborado por Ignacy Sachs, que o conceitua como a busca de padrões de aproveitamento dos recursos naturais que atendam aos critérios de justiça social, prudência ecológica, eficiência econômica.

dominante ou hegemônico, foram qualificadas de “alternativas”. A análise que se segue busca reconstruir um pouco do caminho de como as alternativas de desenvolvimento para o meio rural se reuniram em torno das propostas da agricultura alternativa e posteriormente da agroecologia.

2.1 A representação da Agricultura Alternativa: “corrente” ou movimento social?

Pretende-se neste tópico descrever de modo conciso as diversas manifestações e correntes de agricultura alternativa, não se atendo às minuciosas distinções entre elas, já que isso excederia o escopo deste trabalho. Este detalhamento já foi feito mais detidamente por vários autores – para conhecer maiores detalhes sobre as correntes da Agricultura Alternativa, ver Bonilla (1992); Ehlers (1999); Jesus (2005) – a intenção aqui será principalmente procurar entender a dinâmica deste processo social e conhecer as motivações para o surgimento de uma diversidade de formas de pensamento e manifestações contrárias ao modelo de desenvolvimento hegemônico na agricultura.

Na literatura relativa à temática da agricultura alternativa, percebem-se duas formas básicas de abordagem, responsáveis por certa imprecisão conceitual no que tange aos significados e representações elaboradas em relação à agricultura alternativa. Em síntese, e grosso modo, poderíamos distinguir tais abordagens entre aquelas que entendem as ações e as experiências em agricultura alternativa a partir de “correntes de agricultura alternativa” e as análises que a explicam ou a associam à idéia da existência de um “movimento de agricultura alternativa”.

Desse modo, as tentativas teóricas de construção da imagem da agricultura alternativa originaram diferentes interpretações e representações quanto ao seu significado social. Isto é, tem-se a dúvida se ela foi apenas produto do ideário de um restrito grupo de profissionais, comumente provenientes das ciências agrárias, construindo experiências bastante localizadas, ou se realmente seria representativa de um movimento nascente na sociedade civil. A primeira idéia constituiu o que está se chamando de “correntes de agricultura alternativa” e a segunda está associada à existência de um movimento no sentido estrito de movimento social,

cujos princípios de identidade coletiva, adversário e objetivo societal se fazem presentes⁴¹.

Ambas as orientações referentes à agricultura alternativa, abordadas como a expressão de diversas “correntes” ou como expressão de um “movimento” serão analisadas a seguir.

As abordagens que entendem a agricultura alternativa como “correntes”, geralmente caracterizam análises mais restritas, pois vêem as ações direcionadas à agricultura alternativa como um conjunto de experiências esparsas, oriundas de orientações filosóficas e teóricas distintas, que levam em consideração cuidados especiais com o meio ambiente na produção agrícola, sem estabelecer a conexão dessas experiências com processos sociais mais amplos. Estas perspectivas analíticas, que concebem agricultura alternativa a partir de “experiências” isoladas que originariam “correntes” distintas, possuem diversas orientações e abarcam uma diversidade de propostas, fundamentos teóricos e filosóficos, apresentando técnicas frequentemente semelhantes, mas raramente coincidentes. Tais experiências dotadas por concepções de produção alternativas às convencionais podem ser segmentadas em correntes de agricultura alternativa, compondo-se principalmente pela agricultura biodinâmica, orgânica, biológica, natural e permacultura.

Por outro lado, há teóricos que percebem a agricultura alternativa como um movimento maior de contestação a uma realidade que precisa ser modificada. Essa percepção de que existe uma espécie de “crise” seria gerada a partir da observação e da reflexão que a sociedade realiza sobre os processos de desenvolvimento em curso e seus efeitos. Nesse sentido, o movimento de agricultura alternativa se diferenciaria das “correntes” por estar organizado em torno de propostas compartilhadas entre aqueles que visualizam em seus projetos a transformação da sociedade. Estas construções teórico-analíticas concebem o movimento de agricultura alternativa como um momento mais amadurecido⁴² das

⁴¹ Segundo Castells (2002) essas três características (identidade, adversário e objetivo ou projeto) seriam determinantes de um movimento social. Ao fazer essa argumentação Castells (2002) está em consonância com as idéias de Alain Touraine (1977) que menciona como os princípios constitutivos de um movimento social a combinação dos princípios de identidade, oposição e totalidade.

⁴² Porque seria capaz de apresentar uma argumentação consistente àquilo a que se opõe, devido ao acúmulo de reflexões e práticas, por estar organizado a partir de uma oposição a um adversário

ações contestatórias na agricultura, e entendem que deveria diferenciá-lo de seu primeiro momento, ou seja, das formas e experiências construídas em oposição ao modelo de agricultura químico-mecanizado que ocorreram antes da década de 1970.

Direcionando sua abordagem nesse sentido, Ehlers (1999) refere-se às correntes de agricultura alternativa como “movimentos rebeldes”, lembrando que somente a partir da década de 1970 passa a existir o movimento de “agricultura alternativa”. Assim percebe-se que há uma demarcação analítico-conceitual feita por Ehlers, pois ao definir essas correntes como “movimentos rebeldes”, separa-as do movimento alternativo como movimento proveniente de segmentos da sociedade civil organizada, mais articulado, com propostas compartilhadas a nível mais abrangente. Considerando que o movimento da agricultura alternativa se constrói diante dos desdobramentos da problemática sócio-ambiental motivada e aprofundada pela difusão do modelo produtivista resultante da agricultura convencional, químico-mecanizada, sugere que, deveria diferenciá-lo das experiências alternativas anteriores à ocorrência deste processo. Entretanto, podem ser reconhecidos nesta definição dois momentos distintos e duas formas de oposição estruturadas diferentemente. O primeiro momento marca o período inicial de contestação aos princípios básicos da agricultura químico-mecanizada, dando impulso a diversas experiências contrárias a este padrão produtivo, posteriormente, num segundo momento, certas idéias contidas nestas correntes fariam parte juntamente com outros atores coletivos, de um movimento com maior abrangência e articulação e melhor estruturado do ponto de vista teórico-metodológico, denominado de movimento de agricultura alternativa.

Foi exatamente o movimento da agricultura alternativa que criou a designação de agricultura convencional relacionando-a ao padrão dominante na agricultura (EHLERS, 1999). Para criar a idéia de contraposição a este padrão, de negação, organizou-se sob o signo do alternativo, englobando um conjunto de reflexões críticas, técnicas, práticas, correntes, experiências e propostas alternativas para a agricultura, que divergiam das premissas básicas do modelo de desenvolvimento dominante.

reconhecido, construindo uma identidade coletiva entre aqueles que compartilham objetivos e projetos.

Pode-se dizer que a diversidade de propostas e posicionamentos que abrange a agricultura alternativa compreende desde a mera orientação no sentido da redução do uso de insumos químicos na produção agrícola, até intervenções que tendem a produzir transformações mais abrangentes, que englobam não somente a reorientação do processo produtivo em si, mas também aquelas que visam mudanças nas relações sociais vigentes. Para Veiga, esse conjunto de posições compreende uma diversidade de tendências religiosas, ideológicas e visões de mundo que, muitas vezes chegam a ser até mesmo antagônicas (VEIGA *apud* ALMEIDA, 1997).

Muitas abordagens⁴³ não incluem a agroecologia como um elemento componente das “correntes” de agricultura alternativa. A agroecologia se diferencia das demais correntes porque não consiste apenas em um conjunto de técnicas, ela tem uma perspectiva mais ampla de direcionamento do social, do econômico e do político que ultrapassa a “técnica” em si. Nessa perspectiva, a agroecologia é concebida como uma área do conhecimento, uma matriz disciplinar que fornece as bases científicas para a agricultura alternativa, que veio reforçar, embasar e dar maior credibilidade às distintas formas de contrapor a agricultura convencional.

A agroecologia surgiu, na concepção de Assis e Romeiro (2002), como uma resposta às críticas direcionadas às diversas correntes de agricultura alternativa, acusadas de ser uma tentativa retrógrada de volta ao passado na agricultura, proporcionando assim maior sustentação teórica e metodológica aos procedimentos recomendados. Nesse sentido, Caporal e Costabeber (2002) corroboram com o argumento de que não se pode identificar a agroecologia com alguma corrente da “agricultura ecológica”⁴⁴ visto que aquela tem como princípio atender as diversas dimensões da sustentabilidade, ou seja, as dimensões ecológica, econômica, social, cultural, política e ética.

No presente trabalho é empregado o termo agricultura alternativa no intuito de abarcar correntes de pensamento alternativas à ciência normal⁴⁵, mais

⁴³ Entre elas podemos citar a produzida por Bonilla (1992), Graziano da Silva (1997) e Ehlers (1999).

⁴⁴ O que esses autores estão denominando de “agricultura ecológica” foi denominado neste trabalho de “agricultura alternativa”.

⁴⁵ Utiliza-se aqui termo “ciência normal” no sentido dado por Kuhn (1991) trabalhado na próxima seção.

especificamente, alternativas às premissas dominantes na ciência agrônômica, orientadoras da agricultura convencional. Porém, não é raro em publicações científicas e não-científicas o uso de outros termos para se referir ao mesmo objeto representativo das vertentes do pensamento alternativo na agricultura. Uma denominação bastante recorrente, utilizada como sinônimo de agricultura alternativa é a de “agricultura ecológica”. Aparecem nos trabalhos científicos, outras nomeações que pretendem qualificar o termo agricultura, como o de “agricultura sustentável de baixo uso de insumos externos”. Percebe-se que nos últimos anos o termo “agricultura sustentável” tem aparecido frequentemente em trabalhos acadêmicos, em documentos oficiais do Estado, de agências de cooperação ou organizações articuladas pela sociedade civil, remetendo ao complexo e controverso conceito de desenvolvimento sustentável ou de sustentabilidade. Contudo, alguns autores defendem a idéia de que o termo agricultura sustentável está relacionado a outra fase das concepções alternativas de praticar agricultura, mais “madura”, não podendo ser utilizada como sinônimo de agricultura alternativa por esta concepção se centralizar sobretudo nas tecnologias alternativas e aquela possuir uma abordagem que extrapola a questão tecnológica.

Pode-se perceber que nesta área do conhecimento científico, a ausência de consenso é bastante marcante, pois não há ao menos uma aproximação ou acordo no que se refere aos conceitos ou entre os termos empregados para se referirem ao mesmo objeto de estudo, necessitando geralmente de um esforço analítico para decifrar palavras carregadas de ideologia.⁴⁶

2.1.1 A representação da agricultura alternativa na abordagem das “correntes”

As correntes de agricultura alternativa são assim denominadas porque representam experiências alternativas ao padrão moderno na agricultura, dotadas

⁴⁶ O conceito de ideologia está sendo usado aqui não no sentido dado por Karl Marx, de inversão da realidade, ilusão ou falsa consciência, mas no sentido de um conjunto de concepções, representações, idéias, conceitos, dotado de uma existência e de um papel histórico em uma dada sociedade (ALTHUSSER *apud* BOUDON, 1989).

por princípios e intencionalidades divergentes aos característicos da agricultura convencional, químico-mecanizada. Tendo por base principalmente os estudos elaborados por Bonilla (1992) e Ehlers (1999) sobre as correntes de agricultura alternativa será feita uma contextualização destas, classificando-as em agricultura biodinâmica, agricultura orgânica, agricultura biológica, agricultura natural, conforme pode ser observado a seguir.

A década de 1920 constitui-se no marco temporal para o surgimento das primeiras experiências contrárias à adubação química, valorizando a utilização de práticas agrícolas potencializadoras dos processos biológicos na agricultura. A base geográfica da formulação dos primeiros princípios de agricultura alternativa foi a Europa, com a criação da Agricultura Biodinâmica, seguida pela Agricultura Orgânica, difundida mais tarde para os Estados Unidos, da Agricultura Biológica originada também na Europa e da Agricultura Natural no Japão (EHLERS, 1999).

Bonilla (1992) relata que a *Agricultura Orgânica* foi a primeira corrente teórica a ser desenvolvida⁴⁷, iniciando-se no ano de 1905 na Índia, quando o micologista e botânico inglês, Albert Howard, começou a observar os camponeses hindus que cultivavam a terra sem o uso de fertilizantes químicos. Após anos de observação e experimentação, concluiu que o segredo para lavouras livres de pragas e doenças estava na fertilidade dos solos. Entre 1925 e 1930 ele dirigiu na Índia um instituto de pesquisa onde desenvolveu vários estudos sobre compostagem e adubação orgânica. Howard formulou o método “Indore” de compostagem, no qual propõe que os resíduos orgânicos da unidade produtiva podem ser transformados em húmus, demonstrando assim o papel desempenhado pela matéria orgânica e pela atividade dos microorganismos no solo, bem como sua importância fundamental para a manutenção da fertilidade dos mesmos.

A agricultura orgânica traz como princípio a redução ou exclusão do uso de fertilizantes químicos, agrotóxicos, indutores do crescimento, aditivos sintéticos para alimentação animal. Além disso, se apóia em práticas de rotação de culturas, introdução de leguminosas, adubação verde, uso de esterco de origem animal, controle biológico de pragas, entre outros. Segundo Ehlers (1999) os estudos

⁴⁷ Eduardo Ehlers (1999), diferentemente de Bonilla, menciona que a primeira corrente alternativa ao padrão moderno na agricultura emerge com a agricultura biodinâmica no ano de 1924 e considera que a agricultura orgânica somente foi estabelecida entre aos anos de 1925 e 1930.

publicados por Howard foram ponto de partida para uma das correntes alternativas mais difundidas na atualidade.

A agricultura orgânica⁴⁸ foi desenvolvida pioneiramente na Índia e Inglaterra, sendo posteriormente difundida para os Estados Unidos por J. Rodale, discípulo de Howard. Nas últimas décadas os produtos orgânicos com certificação de qualidade⁴⁹ têm conquistado grande aceitação no mercado consumidor, estando em franco crescimento. A expansão dos alimentos orgânicos se expressa pelo crescente número de estabelecimentos e produtores certificados, pelo aumento considerável em área plantada, bem como pelo crescimento da demanda por estes produtos.

Atualmente, o ramo da agricultura orgânica encontra dissidências com outras correntes da agricultura alternativa e com o movimento ecológico, recebendo críticas direcionadas à suas práticas agrícolas, questionada em relação aos benefícios ecológicos e sociais por ela gerados. Esta é uma das contradições que a agricultura orgânica enfrenta hoje. Segundo Canuto (1998) a agricultura de base ecológica, em geral, sofre da mesma contradição, encontrando-se numa encruzilhada em que deverá se decidir entre a expansão e adaptação às normas mercadológicas, ou seguir o direcionamento do ecologismo popular fomentado pelos movimentos sociais e algumas instituições de promoção do desenvolvimento (CANUTO, 1998).

Uma das correntes precursoras associadas à agricultura alternativa é a *Agricultura Biodinâmica*, que está estritamente relacionada à perspectiva filosófica desenvolvida por Rudolf Steiner.⁵⁰ A agricultura biodinâmica entende a propriedade agrícola como um organismo vivo, em que todos os elementos estão conectados, apresentando dessa forma, um enfoque mais integrado da propriedade rural. No ano de 1924 Steiner proferiu um ciclo de oito palestras em uma fazenda na Polônia, em que salientou a importância da manutenção da qualidade dos solos

⁴⁸ Apesar da agricultura orgânica e biológica surgirem em contextos sociais diferenciados, segundo Brandenburg (2002), do ponto de vista prático não existe grandes diferenciações ao que se denomina agricultura orgânica no Brasil e o que é conhecido como agricultura biológica na França.

⁴⁹ Os estabelecimentos rurais que querem comercializar produtos orgânicos devem se submeter a um processo de certificação dotado de exigências normativas. Se as pré-condições para certificação forem atendidas, os produtos orgânicos são reconhecidos através de um selo verde, que é uma espécie de atestado de qualidade do alimento orgânico.

⁵⁰ Rudolf Steiner é considerado o criador da Antroposofia, reconhecida como ciência espiritual. Apesar de ter surgido na Polônia, a agricultura biodinâmica ganhou adeptos na Alemanha e Suíça.

para sanidade dos cultivos plantados. Esse conjunto de conferências estendeu os princípios da ciência espiritual antroposófica à agricultura e forneceu a base fundamental para estruturação da agricultura biodinâmica.

O filósofo Steiner, segundo Paulus (1999) acredita que a agricultura sofre influências cósmicas e que forças espirituais interagem por meio de energias sutis em plantas, animais e homens. Algumas das práticas e formas de cultivo recomendadas pela agricultura biodinâmica incluem a orientação pelo calendário biodinâmico que é indicativo das melhores fases astrológicas do ano para as distintas fases das atividades agrícolas, integração da pecuária na agricultura, uso dos “preparados biodinâmicos”⁵¹, cercas vivas, aproveitamento de leguminosas no plantio consorciado de culturas mistas com cereais, dentre outras indicações (BONILLA, 1992; JESUS, 1997; EHLERS, 1999).

A *Agricultura Biológica* surge na Suíça na década de 1930, com Hans Müller, inventor do modelo organo-biológico de produção agrícola. O político Muller centrou suas preocupações nos aspectos econômicos e políticos que envolvem a produção de alimentos, entre eles, a autonomia de produtores rurais e a comercialização da produção (PAULUS, 1999). Porém, a agricultura biológica é mais diretamente associada ao nome do cientista Claude Aubert, autor do livro “L’Agriculture Biologique” em que enfatiza os problemas da agricultura moderna, sobretudo aqueles relacionados à qualidade dos alimentos. Essa corrente popularizou-se na França após a difusão da publicação supracitada. A agricultura biológica traz como um de seus princípios a idéia de que plantas e animais devem ser colocados em condições que lhes permitam boa saúde e vitalidade, isto é, devem ser tratados como uma estrutura viva e não simplesmente como a base a partir da qual será realizada a produção agrícola. Para tanto, ampara-se no manejo dos solos, fertilização e rotação de culturas, exclui o uso de insumos químicos, recomenda o revolvimento superficial do solo, de apenas 10 a 15cm, uso de inseticidas vegetais, produtos minerais não tóxicos, entre outras técnicas e procedimentos.

⁵¹ Steiner desenvolveu “preparados biodinâmicos” para vitalizar as plantas e estimular seu crescimento como meio de dinamizar as forças naturais dos solos. Estes preparados são produzidos a partir de uma série de componentes que vai do número 500 ao 508. A série 500 abrange produtos “preparados” a partir do esterco, a série 501 é derivada da sílica, e as outras sete séries restantes são substâncias preparadas a partir de uma espécie vegetal determinada, entre elas, a camomila, urtiga, carvalho, dente de leão, etc.

No Brasil, o agrônomo e ambientalista José Lutzenberger representou um dos mais importantes apoiadores da agricultura biológica, juntamente com os pesquisadores Ana Primavesi e Luis Pinheiro Machado, embora utilizem a expressão “agricultura ecológica”.

Apresentada como uma das vertentes mais restritivas e radicais da agricultura alternativa, a *Agricultura Natural* está ancorada na filosofia de Masanobu Fukuoka e Mokiti Okada, da mínima intervenção no meio natural, tendo em vista que as atividades agrícolas devem respeitar as leis da natureza. Japonês, com formação em microbiologia, Fukuoka publicou o livro “Agricultura natural: teoria e prática da filosofia verde”, em que faz uma crítica à ciência natural e ao antropocentrismo apontando as “ilusões da agricultura moderna”. A agricultura natural é explicada por Fukuoka (1995, p.22) como “um método agrícola budista que se originou na filosofia de Mu, ou seja, o nada, e retorna à natureza do ‘nada fazer’” ou ainda pode ser compreendida como “a fundação prática de um movimento espiritual, uma revolução para mudar a maneira de viver do homem” (FUKUOKA, 1995, p.28).

Na agricultura natural, também denominada de agricultura da natureza, prega-se o princípio da purificação, isto é, acredita-se que alimentos produzidos sem produtos químicos tóxicos serão capazes de purificar o corpo. É considerada uma das correntes mais radicalmente contrárias ao padrão agrícola moderno, uma vez que este último preconiza a máxima intervenção possível nas condições naturais visando a maior produtividade dos cultivos. A agricultura natural, ao contrário, opera com o método do não-fazer, cujos procedimentos recomendam não arar, não revolver, não usar fertilizantes químicos ou compostos, não gradear, não usar agrotóxicos ou herbicidas, controlar “invasores” com métodos naturais ou cortes (BONILLA, 1992; FUKUOKA, 1995; EHLERS, 1999).

De acordo com Ehlers (1999), na Austrália este método ficou conhecido como permacultura, cujo princípio é o cultivo alternado de gramíneas e leguminosas, e a manutenção de palha (*mulching*) como cobertura do solo. Outros autores como Canuto (1998) e Paulus (1999) separam a agricultura natural da permacultura apresentando-as como sendo constitutivas de duas correntes distintas.

O filósofo japonês Mokiti Okada igualmente contribuiu para fundamentação da agricultura natural. Na visão de Okada, a agricultura deve ser desenvolvida partindo da observação e do estudo da natureza⁵². O que é marcante na prática da agricultura natural, que a distingue das demais correntes é o uso de microorganismos específicos benéficos ao solo, conhecidos comercialmente como EM (*specific microorganism*) que são introduzidos no solo ou inoculados em composto (PAULUS, 1999).

Considerou-se importante ressaltar cada uma dessas correntes de agricultura alternativa porque representam experiências pioneiras em agricultura alternativa e porque são responsáveis, em grande medida, por fornecer referenciais teóricos e principalmente práticos aos princípios ecológicos básicos dos sistemas agrícolas alternativos, a base dos procedimentos, técnicas, tecnologias, práticas agrícolas e de manejo atualmente orientadores de diversas experiências reconhecidas como agroecológicas. A seguir se abordará outra forma de reivindicação, organização e mobilização em torno dos propósitos da agricultura alternativa, enfatizada a partir das análises que tratam da construção e dos significados do que se convencionou chamar de movimento de agricultura alternativa no Brasil.

2.1.2 A representação (teórico-analítica) da existência e construção de um movimento de agricultura alternativa no Brasil

Tendo em vista o levantamento bibliográfico realizado para efetivação desta pesquisa, pôde-se perceber o pluralismo dos enfoques que tratam da temática agricultura alternativa, o que tornou difícil até mesmo sistematizá-los. Cada abordagem, da maneira que se entende, conforma-se a partir de uma visão de mundo carregada por um indivíduo ou grupo, portador de uma história. Assim, a multiplicidade de enfoques pode ser entendida muito em função de “quem fala” e de “onde se fala”, isto é, da pluralidade de atores que carregam em seus discursos os lugares sociais, culturais, e posições políticas que ocupam.

Há poucas abordagens que procuram refletir e classificar as diversas experiências, manifestações e ações coletivas em agricultura alternativa no Brasil

⁵² Os adeptos da agricultura natural estão organizados no Brasil em torno da Fundação e da Associação Mokiti Okada, localizadas no interior do estado de São Paulo.

como um movimento social no nível teórico-conceitual, apesar de se apropriarem do termo sem o devido critério, utilizando-o frequentemente em publicações científicas, não tem havido muita preocupação com o rigor conceitual que o uso do termo traz consigo. Isso também é verdade quando se tem como parâmetro a América Latina. Maria da Glória Gohn (2006) diz que os estudos sobre movimentos sociais na América Latina se desenvolveram muito no nível das descrições empíricas, sendo pouco trabalhados no nível teórico. Talvez seja por essa razão, que os trabalhos acadêmicos tem se apropriado do conceito de movimento social sem o cuidado devido de explicitar a partir de qual aporte teórico-conceitual está se falando e, desta forma, classificar tal manifestação coletiva como um movimento social ou não.

Primeiramente, serão apontadas algumas perspectivas analíticas presentes nas teorias dos movimentos sociais para em seguida selecionarmos determinados conceitos a fim de analisar e descrever sucintamente o movimento de agricultura alternativa no Brasil, utilizando-se para tanto, da leitura que vários autores fazem deste movimento. Dessa forma, ressalta-se que as teorias de movimentos sociais abarcam uma diversidade de conceitos contraditórios ou não complementares e as restrições ou abrangências de tais definições variarão de acordo com a seleção feita pelo pesquisador do paradigma norteador, da teoria e do teórico em questão.

Assim, na tentativa de situar as ações estudadas, apropriar-se-á de um conceito específico a fim de adotá-lo como base analítica da realidade empírica pesquisada. A referência teórica que possibilita pensar o movimento de agricultura alternativa como um movimento social, abordado neste trabalho, serão as perspectivas de Alain Touraine e Manuel Castells⁵³. Baseado em ambos os autores, pode-se considerar que para ser constitutivo de um movimento social há

⁵³ O pesquisador espanhol Manuel Castells (1997) conceituou movimentos sociais como ações coletivas propositivas, que resultam no êxito ou no fracasso em transformar valores culturais e instituições da sociedade. Touraine (1976), representante da corrente francesa no estudo dos movimentos sociais, considera-os como agentes históricos que expressam em cada momento as formas históricas de opressão, de miséria, de injustiça, de desigualdade, mas expressam muito mais do que isso, pois expressam o dever, através de sua crítica, de suas formas de contestação, de suas lutas buscando alternativas para o comando de uma nova historicidade. Em outro momento, Touraine (1978) define o movimento social como um ator, uma conduta coletiva orientada pela combinação de princípios de identidade, de oposição e de totalidade, direcionados a modificar um campo de ação histórica. Os movimentos sociais são apreendidos conceitualmente por Gohn (2006, p. 251) como “ações sociopolíticas construídas pelos atores sociais coletivos” articuladas a determinados cenários conjunturais, capazes de criar “um campo político de força social na sociedade civil”.

necessidade de convergência de três características determinantes ou princípios básicos: identidade coletiva (identidade), adversário (oposição) e objetivo societal compartilhado, que Touraine, em sua argumentação, chama de totalidade. O princípio da *identidade* é uma construção que se dá por meio das relações sociais, onde no conflito o grupo constrói sua identidade e afirma sua solidariedade. O princípio da *oposição* se faz necessário em um movimento, pois ele existe porque há um contra-movimento ao qual ele se opõe e é nesse conflito que surge o adversário. O princípio da *totalidade* se constitui na disputa entre adversários pela dominação ou orientação do sistema (de ação histórica), ou o que Castells denomina de objetivo societal, e se manifesta quando o movimento expressa sua oposição ao sistema como um todo, vislumbrando a possibilidade de uma alternativa para o desenvolvimento social (TOURAINÉ, 1978; CASTELLS, 2002; GOHN, 2006).

Um conceito operacional fundamental para análise dos movimentos sociais em geral, que pode ser utilizado na análise dos movimentos de agricultura alternativa, advém de Sidney Tarrow, importante representante da vertente teórica norte-americana dos movimentos sociais. Tarrow aponta a existência de quatro elementos⁵⁴ básicos para constituição de um movimento social, um destes, o conceito de oportunidades políticas, será selecionado, pois se reconhece nele grande poder explicativo na dinâmica dos movimentos sociais. Tarrow (1994, p.18), entende oportunidades políticas como dimensões consistentes do contexto político que atuam na mobilização de agentes para participação em ações coletivas. Ele afirma que essa estrutura de oportunidades está condicionada por quatro dimensões: “relativa abertura ou fechamento do sistema político institucionalizado, estabilidade das elites que sustentam a política, a presença de aliados nas elites e a capacidade e propensão do Estado de repressão” (MCADAM, MCCARTHY e ZALD, 1996, p.10).

Se analisarmos o conceito de oportunidades políticas por meio da citação acima, pode-se inferir que é creditada grande importância às elites e ao Estado no

⁵⁴ Os quatro elementos são: oportunidades políticas, repertórios, redes e marcos referenciais (ou frames). O conceito de *frames* consiste em “marcos referenciais e estratégicos da ação coletiva” ou, “esquema interpretativo utilizado por coletividades para entender o mundo” (SNOW e BENFORD, *apud* GOHN, 2006, p.88). Este conceito pode ser interessante para entender como determinado movimento social consegue arregimentar coletividades a partir de um conjunto de idéias e argumentos, engrossando o poder de sua reivindicação.

que se refere à possibilidade de criar oportunidades políticas, sendo que os movimentos sociais surgem e se intensificam dentro desses limites. Assim, na perspectiva deste conceito, o movimento fica limitado às estruturas criadas por esses agentes, por conseguinte, deduz-se que o movimento social por si não é capaz de criar oportunidades políticas. Gohn (2006) discorda das análises que atribuem ao Estado e às políticas públicas papel primordial na estruturação de um movimento social, e propõe que se dê atenção às “estruturas de oportunidade política” mais em termos de correlação de forças políticas e de posições estratégicas ocupadas por todos os agentes e atores envolvidos no cenário político. Desse modo, entende-se que esse conceito de oportunidades deva ampliar os horizontes explicativos para além dos condicionantes provenientes das elites e do Estado, pois não somente estes agentes têm capacidade de criar oportunidades políticas. Os próprios movimentos sociais na medida em que influenciam plataformas políticas, a composição política nas estruturas do poder, mobilizam a opinião da sociedade civil, motivam discursos, também exercem um papel importante na estrutura de oportunidades políticas. Outro conceito que pode ser utilizado como ferramenta teórico-analítica é o conceito de “redes”, trabalhado no capítulo 3, que consiste em importante mecanismo para entender como os movimentos e atores coletivos se organizam, se articulam e se fortalecem politicamente.

A seguir será apresentado um pouco do que tem sido compreendido como movimento de agricultura alternativa no Brasil entre aqueles autores que o reconhecem como tal e recorrem ao termo para descrever e analisar ações, contestações e experiências em agricultura alternativa. A pluralidade de ações sociais coletivas que se alinha à noção de agricultura alternativa será apresentada a partir das “leituras” da realidade social que circunscrevem tais ações ao movimento de agricultura alternativa, associadas e/ou entendidas como constitutivas de um movimento social. Apresentando tal leitura, podemos citar autores como Jalcione Almeida (1999; 2002), Sílvia Gomes de Almeida e Paulo Petersen (2004) José Graziano da Silva (1997), Alfio Brandenburg (2002). Serão apresentados também argumentos e a base conceitual da qual se parte que permite a reflexão da agricultura alternativa como movimento social.

O movimento de agricultura alternativa situa-se num contexto mais amplo resultante da crise gerada pelo “esgotamento da idéia racionalizante da modernidade e dos processos de modernização”, no que tange as formas e os conteúdos que assumiram no Brasil, sobretudo nos últimos 30 anos em que se articularam propostas e movimentos de contestação frente à percepção das crises instaladas decorrentes do padrão de desenvolvimento hegemônico (ALMEIDA, 1999). A partir da década de setenta do século passado, se consolida no mundo e mais especificamente no final da década de 1980 no Brasil, o movimento de contestação ao modelo de desenvolvimento hegemônico – vigente e definidor do padrão tecnológico na agricultura convencional – propondo como alternativa, a construção de um modelo de produção agrícola ancorado em novas bases epistemológicas.

Reconhece-se consensualmente que agricultura alternativa teve origem como movimento social organizado na década de 1970. A emergência do movimento da agricultura alternativa tem sido associada às influências sofridas pelo movimento da contracultura e aos movimentos de contestação ao capitalismo e à sociedade do consumo da década de 1970 (BRANDENBURG, 2002).

As proposições do movimento de agricultura alternativa são construídas em virtude da interação que estabelecem com outros movimentos sociais e diversas organizações da sociedade civil com as quais dialogam. É dessa forma que a luta pela terra e num sentido mais amplo pela concretização da reforma agrária, aliada à crítica social elaborada frente ao caráter parcial da política agrícola e de desenvolvimento rural estimuladas pelo Estado e as lutas do movimento ambientalista e ecologista constituem algumas das orientações que direcionam e embasam o atual movimento de contestação na agricultura no Brasil (ALMEIDA, 2002). Sendo assim, os repertórios sociais, aquilo que os movimentos reivindicam, está continuamente sendo definido pela percepção que tem dos problemas em jogo e dos conflitos, conformado por constantes disputas e demandas sociais.

De modo geral, as análises empíricas ou teóricas que tratam dos movimentos de agricultura alternativa no Brasil, ao fazerem sua leitura deste movimento, direcionam sua discussão se apropriando das mesmas argumentações e críticas que os movimentos utilizam. Desse modo, a leitura que ambos fazem dos

processos sociais relacionados ao movimento entram em consonância. É assim que tanto os pesquisadores quanto os movimentos de agricultura alternativa em suas constantes reflexões que tecem sobre a realidade social, focam-se na conscientização dos atores sobre o processo histórico de modernização da agricultura, do reconhecimento da parcialidade destas transformações e da idealização de um novo “modelo” para a agricultura brasileira que atenda as necessidades dos “excluídos” e a capacidade de suporte da natureza.

A conformação do movimento de agricultura alternativa no Brasil está intrinsecamente relacionado a cenários conjunturais que permitiram a maior ou menor oportunidade da sociedade civil se organizar e se fortalecer politicamente. Considerando que o país, durante quase três décadas, havia passado por um regime de fechamento político e as liberdades individuais haviam sido demasiadamente restringidas, e tendo em vista que no meio rural a modernização conservadora havia produzido significativas adversidades sociais e ambientais – dividindo a agricultura e os agricultores brasileiros em “modernos” e “atrasados”, aprofundando as disparidades sociais e políticas face ao aumento da concentração da propriedade da terra – identificou-se no Estado o principal adversário, visto que foi o principal produtor, gestor e difusor das políticas públicas e do projeto de desenvolvimento implantado. A estrutura de oportunidade política existente durante o período militar não era favorável à constituição de um movimento que surgisse por meio da sociedade civil e que contestasse, de alguma forma, a hegemonia política do Estado.

A partir de meados da década de 1980 com o fim da Ditadura Militar, evidenciada pelo término da repressão e pela crescente reconquista da liberdade política, configurou-se um cenário sócio-político favorável para a discussão sobre possíveis alternativas aos processos de desenvolvimento vigente, fato instigado pela oportunidade de retomada da organização dos movimentos de base. Dessa forma, em face das conseqüências sócio-ambientais trazidas pelo modelo de desenvolvimento hegemônico e seus desdobramentos no meio rural, criou-se uma maior possibilidade de emergência dos movimentos sociais rurais no Brasil, entre eles, o movimento de agricultura alternativa.

Nos anos 1980, a agricultura alternativa marcou presença no cenário nacional por meio da realização dos primeiros Encontros Brasileiros de

Agricultura Alternativa (EBAA). Foram realizados quatro EBAA, o primeiro ocorreu em 1981 em Curitiba, o segundo no Rio de Janeiro em 1984, o terceiro em Cuiabá em 1987 e o último em Porto Alegre, ocorrido em 1991, contou com quase cinco mil participantes. Tais encontros foram organizados por entidades representativas de engenheiros agrônomos⁵⁵, tanto profissionais quanto de estudantes, que juntas estavam construindo uma crítica contundente relacionada aos processos de modernização na agricultura. Esses encontros propunham uma reflexão transformadora, isto é, que visasse o redirecionamento do modelo tecnológico adotado, uma vez que as adversidades provocadas pelo padrão de desenvolvimento implantado na agricultura, com alto consumo de insumos externos e combustíveis fósseis, faziam-se evidentes, engrossando a crítica contrária a esse modelo (EHLERS, 1999; ALMEIDA, 2004). Contudo, tendo em vista a forte divergência interna de posicionamentos, as organizações de representação dos engenheiros agrônomos, após alguns anos de realização do EBAA, foram dominadas por setores conservadores, fato que:

(...) interrompeu a trajetória ascendente de influência destes setores organizados no debate sobre os rumos do desenvolvimento rural no Brasil, notadamente em meio às instituições de ensino, pesquisa e extensão que permaneceram fortemente referenciados nos marcos teóricos da Revolução Verde (ALMEIDA e PETERSEN, 2004, p.11).

Concomitante aos referidos encontros, a agricultura alternativa se insere marginalmente no campo científico por meio de atividades extracurriculares. No interior dos cursos de ciências agrárias, ocorre a formação dos grupos de agricultura alternativa⁵⁶ compostos principalmente por estudantes do curso de agronomia, constituindo grupos de estudos e discussão em que a pauta das alternativas ao pacote tecnológico se fazia presente. Além das reuniões, os grupos de agricultura alternativa iam a campo prestar assessoria a agricultores de base familiar e pequena escala de produção. Nesse momento, ouviam problemas e dificuldades de todo tipo, tanto de ordem técnica quanto política. Em seguida, voltavam à universidade, discutiam possíveis saídas aos problemas encontrados e depois retornavam a campo procurando atuar nas questões que pudessem

⁵⁵ As entidades referidas são FAEAB (Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil) e a FEAB (Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil).

⁵⁶ Existiam também nessa época os grupos de ecologia, formados por estudantes dos cursos de biologia, engenharia florestal, agronomia, dentre outros cursos diversos, que marcaram presença nas universidades brasileiras e baseavam suas discussões nos princípios ecológicos.

solucionar, tendo em vista as orientações da agricultura alternativa. Estes grupos foram muito importantes para formação extracurricular de profissionais das ciências agrárias com um perfil técnico diferenciado dos demais. É por essa razão que grande parte dos agentes que hoje estão em organizações que prestam assessoria a agricultores na perspectiva da “agricultura alternativa” são originários, por exemplo, de grupos de agricultura alternativa das universidades rurais brasileiras.

Nesse momento, na década de 1980, o Estado através de suas políticas públicas e de suas instituições de pesquisa agrícola, de ensino técnico ou superior e assistência técnica e extensão rural ainda mantinham distância de qualquer concepção “alternativa” de desenvolvimento rural que não fosse a hegemônica. Por essa razão, o Estado era reconhecidamente o principal adversário do movimento de agricultura alternativa. Inclusive, muitas ONGs de desenvolvimento rural surgem em função da ausência de espaço institucional dentro do Estado para modificar a problemática realidade do mundo rural, e tendo em vista os limites de atuação do Estado, elas surgem para suprir essa lacuna institucional que o Estado não preenchia e atuar em contraposição ao direcionamento dado pelas políticas oficiais de desenvolvimento rural.

É nesse confronto de interesses opostos que se constroem as identidades, que os atores excluídos das políticas públicas para o meio rural se reconhecem na situação em que se encontram. A partir de uma reflexão mediada ou não por indivíduos externos ao grupo, constroem uma identidade coletiva em que se auto-identificam como “iguais” entre si, visto que passaram por uma história de vida e situações sociais semelhantes⁵⁷. Desta forma, passam a perceber que não é por incapacidade própria que se encontram na situação atual, de excluídos, mas porque não lhes foram dadas as condições mínimas necessárias para se “desenvolverem”. Ao tomarem consciência da exclusão a que foram submetidos, iniciam-se na luta pela inclusão social e, por essa razão, muitos se engajam em movimentos sociais ou outras organizações que lutam por justiça social.

⁵⁷ Tais situações convergem para um histórico de exclusão aos benefícios da modernização, isto é, dos meios de acesso à modernização, já que foram expropriados da política de crédito e financiamentos, e não se constituíam no público-alvo das políticas de assistência técnica e extensão rural.

Atualmente, mais especificamente a partir da década de 1990, o Estado, por vezes, tem sido reconhecido por estes atores e movimentos sociais no campo como um aliado, na medida em que abre linhas de financiamento para a categoria de agricultores que os movimentos e organizações apóiam (agricultores familiares ou assentados da reforma agrária, como é o caso do PRONAF, instituído em 1996) ou quando incentiva projetos de desenvolvimento que tem como pré-condição produção agrícola aliada à conservação ambiental. Enfim, o Estado torna-se um aliado quando suas políticas públicas criam oportunidades políticas para a inserção do agricultor familiar no mercado ou quando o próprio movimento e outras organizações pressionam o Estado para alcançar alguma oportunidade política de inserirem suas reivindicações e proposições. As proposições do movimento de agricultura alternativa, que congrega movimentos sociais e diversas organizações da sociedade civil, alcançam alguma legitimidade quando, por exemplo, há o reconhecimento da agroecologia no cenário político nacional. Como de fato ocorreu, com a publicação do novo direcionamento para a política nacional de ATER⁵⁸, em que a agroecologia tornou-se eixo orientador das políticas públicas de assistência técnica e extensão rural no Brasil.

O conjunto de atores que formam o movimento de agricultura alternativa tem em seus discursos o esboço de um projeto de sociedade que seja mais justa, igualitária e democrática. Este projeto social que vai sendo elaborado por esses atores está atualmente baseado nos princípios da agroecologia, sedimentado em experiências que estão se consolidando de norte a sul do país que projetam em suas propostas a sustentabilidade ecológica dos ecossistemas locais, além da sustentabilidade social e política, econômica e cultural dos atores envolvidos. Um exemplo destas experiências alternativas na agricultura será analisado no quarto capítulo deste trabalho.

Tem-se notado em publicações recentes⁵⁹ que o emprego do termo “movimentos agroecológicos” tem tomado o lugar do termo movimento de agricultura alternativa, talvez muito em função de interpretações que associam a agricultura alternativa a uma posição superada pela agroecologia, ou pelo fato da agricultura alternativa agregar idéias tão diversificadas chegando ser até mesmo

⁵⁸ A política referida é a PNATER (Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural), publicada em 2004.

⁵⁹ Por exemplo, Almeida e Petersen (2004) e Brandenburg (2002).

contrárias que não se poderia afirmar que existe um movimento de agricultura alternativa no sentido de movimento social. Outra explicação possível se encontraria naqueles que fazem essa leitura, visto que os autores que se apropriam da nomeação estão inseridos e de alguma forma vinculados com os movimentos sociais e organizações que trabalham com a perspectiva da agroecologia, então, a leitura que fazem está colada à realidade em que atuam.

Recentemente no país estão ocorrendo os Encontros Nacionais de Agroecologia (ENA), agregando pesquisadores, universitários, consultores autônomos, profissionais de organizações governamentais e não-governamentais, representantes de movimentos sociais, entidades sindicais e agricultores, discutindo o modelo de desenvolvimento na perspectiva crítica e socializando experiências de transição agroecológica. O primeiro encontro, realizado em 2002, no Rio de Janeiro, objetivava afirmar a agroecologia como um “modelo tecnológico alternativo” para o mundo rural brasileiro e dar visibilidade social aos resultados das experiências agroecológicas (Boletim do ENA, 2002).

Ocorrendo em uma perspectiva distinta da ENA, o Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), inaugurado em 2003, possui um caráter mais acadêmico, tanto que a participação de representantes de movimentos sociais, de sindicatos de produtores rurais e agricultores é praticamente inexistente. Desses congressos participam geralmente pesquisadores, técnicos de institutos de pesquisa, de instituições de assistência técnica e extensão rural, discentes e docentes de universidades, haja vista a institucionalização da agroecologia no campo científico⁶⁰. Estes encontros, congressos, convenções, que unem atores do campo científico e político, permitem uma maior discussão e um balanço do que tem sido produzido no nível teórico ou empírico em relação às alternativas às práticas agrícolas hegemônicas na sociedade.

A grande contribuição do movimento de agricultura alternativa⁶¹, concordando com a afirmação de Graziano da Silva (1997) não está na criação de tecnologias ditas alternativas, o que ele chama de “redução da produção”, mas na “produção da consciência” que se encontra na “criação de uma nova consciência

⁶⁰ Tal institucionalização ocorre com inclusão da disciplina agroecologia na grade curricular dos cursos de graduação em agronomia e por meio de programas de pós-graduação *latu sensu* e *stricto sensu* relacionados a agroecologia criados recentemente no Brasil.

⁶¹ Graziano (1997) utiliza o termo agricultura sustentável e não agricultura alternativa.

social a respeito da relação-homem natureza, na produção de novos valores filosóficos, morais e até mesmo religiosos, e na gestão de conceitos jurídicos, enfim, na produção de novas formas políticas e ideológicas” que possibilitam aos homens tomarem consciência desse conflito (GRAZIANO DA SILVA, 1997, p.106).

Contudo, a agroecologia, dentre as manifestações da agricultura alternativa, segundo Almeida (2002, p.9) não constitui ainda em um movimento social no sentido estrito, isto é, no sentido de se instituir uma “ação social organizada contra o poder de adversários que têm as rédeas do modo de desenvolvimento agrícola”. No entanto, ele considera a agroecologia como portadora, em gestação, de tal movimento. Ainda de acordo com Almeida, (2002) se a agroecologia de fato irá constituir um movimento social *stricto sensu* dependerá do rumo em que irá tomar, das alianças que estabelecer, da sua capacidade de articular-se no campo político, instituindo uma coalizão de forças que ultrapasse a lógica da ação contestatória que visa exercer uma pressão puramente institucional, para assim provocar uma real transformação do social. Assim, o direcionamento das diversas experiências alternativas na agricultura deve ser problematizado para que não se estreitem e caiam na retórica da reintegração econômica ao mercado pura e simples ou no isolamento a partir de um discurso fundado basicamente na defesa identitária do grupo, provocando o enfraquecimento de sua força contestadora (ALMEIDA, 2002). Porém, para entender melhor o sentido dessa afirmativa, deve-se buscar compreender os conceitos, significados e representações sociais relacionado à agroecologia.

2.2 A construção epistemológica da agroecologia

Uma ciência, um conjunto de conhecimentos que dão origem a uma disciplina científica, um novo paradigma epistemológico ou um conjunto de técnicas e práticas na agricultura que propõem ser mais sustentáveis? Afinal, o que é agroecologia? As respostas a este questionamento serão tantas e tão diversificadas quanto as orientações que se têm dado à agroecologia, ou seja, relacionam-se ao direcionamento dado às experiências realizadas nesse sentido, a

apropriação pelos atores e movimentos sociais, aos sentidos que os mediadores sociais constroem, ao modo como o Estado tem se apropriado do conceito e transformado em políticas públicas, enfim, tais respostas transcendem o que tem sido produzido no interior do campo científico propriamente dito. O que se pode afirmar é que existem concepções derivadas das distintas formas de se abordar, compreender e assimilar conceitualmente a agroecologia, e cada uma das possibilidades são, em grande medida, resultantes de construções teóricas e representações que cada indivíduo ou grupo social elabora.

Procuramos entender a produção do conhecimento (agroecológico) como uma negociação travada em diversas arenas de ação, que Knorr-Cetina (1982) denominou de arenas trans-epistêmicas, isto é, que extrapola o lugar da pesquisa em si. Knorr-Cetina (1982) argumenta que a produção do conhecimento transcende as comunidades científicas, uma vez que não cabe dentro da categoria de relacionamentos pertencente à ciência ou aos “especialistas”, pois envolvem cientistas e não-cientistas, e está imbricado em uma constelação de interesses e argumentos de natureza técnica e não técnica. Corroborando com a tese de Knorr-Cetina (1982) e por analogia a esta, compreende-se que o conhecimento produzido no âmbito científico sobre agroecologia está sujeito a inúmeras outras ordens de influências não apenas internas a um campo epistêmico em particular, mas a produção do conhecimento e as decisões tomadas são negociadas simbolicamente em campos trans-epistêmicos, que envolvem recursos e relacionamentos entre cientistas, políticos, empresários, dirigentes de órgão públicos, movimentos sociais, organizações não-governamentais, dentre outros atores.

Pode-se analisar a formação epistemológica da agroecologia, partindo tanto da discussão da pluralidade interna da ciência, quanto da pluralidade externa da ciência⁶². A primeira é um debate que ocorre no próprio campo da ciência que busca desmistificar como o conhecimento é produzido no campo interno da ciência, influências as quais está sujeito, motivações de cientistas a optarem por determinada área de pesquisa, colocando em questão a neutralidade, a objetividade e a autonomia científica. A segunda vertente tenta desconstruir a

⁶² Essas duas vertentes definidas por Boaventura de Sousa Santos (2005) são duas formas diferenciadas de debater sobre a pluralidade epistemológica existente.

idéia de ciência como única forma de conhecimento válido, centrando-se nas relações entre a ciência e a pluralidade de outros conhecimentos, emergindo desta forma, a possibilidade de abertura ao diálogo entre a ciência e as outras formas de conhecimento, ora denominadas de conhecimento tradicional, nativo, local, dando origem a uma terceira forma de conhecimento.

Ambas as vertentes são interessantes como meio para se pensar a construção do conhecimento agroecológico, entendendo-o como um processo em curso, em diálogo com as diversas esferas da sociedade civil, do Estado e por que não, do mercado. Nessa perspectiva, de acordo com Santos (2005), construir significa:

Pôr em relação, e em interação, no quadro de práticas socialmente organizadas, materiais, instrumentos, maneiras de fazer, competências, de modo a criar algo que não existia antes, com propriedades novas e que não pode ser reduzido à soma dos elementos heterogêneos mobilizados para a sua criação (SANTOS, 2005, p.42).

Assim, a seguir veremos algumas definições e formas de abordagem do termo agroecologia para analisar “por dentro” e “por fora” do campo estritamente científico, a construção social da agroecologia.

Hecht (1999) salienta o uso normativo ou prescritivo que o termo agroecologia traz consigo, pois geralmente as definições implicam em direcionamentos propositivos e orientadores da sociedade e da produção que ultrapassam os limites da propriedade rural. Geralmente as definições sobre o que seja agroecologia estão relacionadas a um tipo de agricultura cuja produção está normatizada por proposições de uso sustentável dos recursos naturais e por prescrições sobre as conseqüências deste uso para a sociedade. Entretanto, há de se ressaltar que a literatura está repleta por definições mais abrangentes e outras mais restritas ao campo produtivo em si, relacionadas estritamente aos fenômenos ecológicos do ambiente produtivo.

A formação epistemológica da agroecologia tem impulso nas ciências agrárias, especialmente na agronomia, sua disciplina *mater*, e sofre influências da ecologia, responsável pelo marco conceitual e por oferecer maior consistência teórica e argumentativa, do ambientalismo, que lhe proporcionou o marco filosófico normativo, e dos estudos de sistemas nativos de produção dedicados a analisar a lógica das práticas tradicionais e interpretá-las como possíveis alternativas, bem como dos estudos de desenvolvimento rural e seus efeitos nos países subdesenvolvidos (HECHT, 1999).

Na bibliografia a respeito, o emprego mais antigo do termo agroecologia remete aos zoneamentos agroecológicos, que se referem à delimitação de áreas destinadas à exploração agrícola de determinada cultura, definidas a partir das condições pedológicas e climáticas necessárias ao seu desenvolvimento no ambiente selecionado (FEIDEN, 2005). Contudo, de acordo com Costa Neto e Canavesi (2002), o termo agroecologia é utilizado pela primeira vez na década de 1930 para designar a aproximação da ecologia aplicada à agricultura. Com o desenvolvimento do conceito de ecossistema, na década de 1950, foi então criada a estrutura básica para investigação dos processos agrícolas com base em uma perspectiva ecológica (COSTA NETO e CANAVESI, 2002).

O desenvolvimento inicial da agroecologia na ciência formal segundo Hecht (1999), está vinculada à figura de Klages⁶³ grande incentivador da agricultura ecológica. A agroecologia tem sua origem no interior do campo das ciências naturais, bastante relacionada com a disciplina da ecologia agrícola⁶⁴, que havia sido integrada ao currículo da ciência agrônômica na década de 1960. Com isso, inicialmente, a concepção de agroecologia esteve intrinsecamente ligada à ecologia agrícola, tanto que eram compreendidas como sinônimos, conforme pode ser observado na conceituação de agroecologia dada por Miguel Altieri (1989):

A agroecologia do ponto de vista científico é o mesmo que ecologia agrícola e procura encarar os sistemas produtivos como uma unidade fundamental de estudo, onde os ciclos minerais, as transformações energéticas, os processos ecológicos e as relações sócio-econômicas são investigadas e analisadas como um todo (ALTIERI, 1989, p.18).

Durante a década de 1960 e 1970 cresce o interesse investigativo na área da ecologia aplicada à agricultura, devido à intensificação das pesquisas de ecologia de populações e comunidades e à influência das abordagens em nível de sistemas (COSTA NETO e CANAVESI, 2002). O uso do termo “agroecologia” é recente, data dos anos 1970, contudo, as práticas resgatadas, empregadas e recomendadas pela mesma são bastante antigas, uma vez que a agroecologia fundamenta-se em

⁶³ Klages (1928) sugeria que os fatores fisiológicos e agrônômicos influíam na distribuição e na adaptação de espécies cultivadas, buscando compreender a complexa relação entre a planta cultivada e o meio ambiente. Esse enfoque era orientado à adaptabilidade das plantas aos ecossistemas. Mais tarde Klages (1942) expande sua definição incluindo fatores históricos, técnicos e socioeconômicos que determinam quais culturas agrícolas deveriam ser produzidas em determinada região e em que quantidade (HECHT, 1999; JESUS, 2005).

⁶⁴ A ecologia agrícola é um ramo da ecologia que se dedica ao estudo das relações ecológicas e fisiológicas na agricultura (JESUS, 2005).

práticas agrícolas que remontam às origens da agricultura. A agroecologia, em parte, embasa-se teoricamente no conhecimento tradicional, e estaria aí a diferença fundamental entre esta e outras áreas da ciência agrônoma. Os teóricos da agroecologia afirmam que os conhecimentos a partir dos quais a agroecologia busca se constituir estão ancorados não necessariamente nas técnicas modernas e no conhecimento científico, mas na interação dialógica entre o conhecimento científico e o saber tradicional. Esta interação de saberes, conhecimentos técnico-científicos e experiências empíricas no ambiente vivido visam uma redefinição da função e operacionalização da agricultura, no que se refere a outra concepção da produção, produtividade e relação do homem com o meio ambiente.

Assim, agroecologia é entendida por diversos teóricos como uma forma de agricultura alternativa à moderna ou convencional na medida em que seus princípios, pressupostos e proposições apontam para a ruptura com o paradigma técnico-científico hegemônico, paradigma este basilar para a agricultura convencional. O surgimento da agroecologia está associado à percepção social das anomalias, isto é, a consciência de que os impactos negativos resultantes do modelo de desenvolvimento hegemônico na agricultura, gerado e sustentado pela ciência normal, não poderão ser contornados com as mesmas “ferramentas” que o criaram. Esta evidência produz por extensão o reconhecimento da crise do conhecimento agrônomo convencional, de que este não é mais capaz de dar respostas eficazes aos problemas e desafios existentes, sobretudo no âmbito sócio-ambiental, abrindo caminhos para a emergência de paradigmas alternativos no campo científico.

Quando se menciona o termo paradigma técnico-científico faz-se referência, conforme explicita Thomas Kuhn, a “uma constelação de realizações, concepções, valores, técnicas, etc – compartilhada por uma comunidade científica e utilizada por essa comunidade para definir problemas e soluções legítimos” (KUNH *apud* CAPRA, 1996, p.24). Kuhn (1991) no livro “A estrutura das revoluções científicas” relata que o pensamento alternativo surge em função de crises enfrentadas pela ciência normal, quando esta não consegue resolver os problemas a ela colocados. A não resolução dos problemas pela ciência normal gera o que o autor denomina de anomalias, a sucessão de anomalias produz a crise, e com a

crise surgem alternativas explicativas, podendo implicar na revolução científica que se expressa pela transição paradigmática.

Deste modo, segundo Kuhn (1991), o pensamento alternativo se coloca em contraposição ao pensamento científico convencional, e neste último, as ações de desenvolvimento são realizadas como consequência do pano de fundo sociopolítico e influenciadas por suas orientações teóricas que tendem a legitimar a ordem social existente. Já o pensamento alternativo, ao contrário, tende a transformá-la. A transição de um paradigma em crise para um novo constitui-se em “uma reconstrução da área de estudos a partir de novos princípios, reconstrução que altera algumas das generalizações teóricas mais elementares do paradigma, bem como muitos de seus métodos e aplicações” (Kuhn, 1991, p.116).

Recorrentemente é apresentado o argumento de que a agroecologia se desenvolve em contraposição aos preceitos da ciência (agronômica) normal, portanto, se basearia em um paradigma alternativo. Contudo há divergências acadêmicas no que diz respeito à fundamentação teórica da agroecologia em um paradigma alternativo, configurando atualmente um fértil campo de disputas teórico-conceituais. Segundo Gomes (2005a, 2005b) o momento atual está marcado por explosão de anomalias no interior do paradigma convencional, contudo especificamente na construção da epistemologia⁶⁵ da agroecologia, segundo o autor, ainda não ocorreu uma profunda ruptura da base epistemológica que dá sustentação ao paradigma em vigor, por isso, “não se pode considerar a agroecologia como um novo paradigma, como algo puro e acabado que represente uma ruptura e que oriente a produção e a circulação do conhecimento na agricultura” (GOMES, 2005a, p.83-84).

Nesse sentido, quando Graziano da Silva (1997) discute se a agricultura sustentável é ou não um novo paradigma tecnológico, deixando explícito que está se utilizando do conceito de paradigma dos neo-schumpeterianos. Ele diz que para se conformar um novo paradigma é preciso pressupor que uma tecnologia deva preencher três requisitos básicos:

- a) ser de ampla aplicabilidade; b) ser aplicada tanto a esfera da produção propriamente dita (como um redutor de custos) como a de consumo, através da produção de novos bens e de novos segmentos consumidores; e c) ser aplicável basicamente a um setor emergente

⁶⁵ O conceito de *epistemologia* é utilizado pelo autor no sentido de teoria do conhecimento, englobando tanto o conhecimento científico, quanto o conhecimento tradicional.

(ou ascendente) do sistema econômico (GRAZIANO SILVA, 1997, p.106-107).

Contudo, na visão de Veiga (1997) discutir o “conflito de paradigmas” não permite compreender a complexa relação entre as mudanças tecnológicas e as mudanças institucionais que está na essência da “transição agroambiental”. Em outro momento Veiga (2005) diz que o ganho de legitimidade da proposta da agroecologia tende a ser proporcional a perda de legitimidade da proposta produtivista, indicando que, embora estejamos no início de uma transição agroambiental, isso não quer dizer que estamos em uma fase de mudanças aceleradas que caracterizam as revoluções.

A partir da década de 1970 tem sido notado um crescente número de estudos na literatura agronômica com enfoque agroecológico. Já na década de 1980 a perspectiva social começa a ser enfatizada nas análises agronômicas expandindo a forma de compreensão até então desenvolvida, dando início à integração com outras áreas da ciência, como as ciências sociais, com a incorporação da análise da dimensão social no contexto da produção (HECHT, 1999). É também a partir da década de 1980 que a ciência da agroecologia mostra-se com maior estruturação conceitual e metodológica iniciando um longo caminho no sentido de alcançar legitimidade e reconhecimento no campo científico.

De acordo com Sevilla Guzmán (1997), a abordagem agroecológica se expande na segunda metade da década de 1980 com dois claros “*locus* intelectuais”: um no México com Angel Palerm, Vitor Toledo, Stephen Gliessman, Alba Jacome e outro na Espanha com Joan Martínez Alier e José M. Naredo. A produção das bases epistemológicas que dão sustentação à teoria agroecológica, decorrentes de contribuições tanto das ciências sociais quanto das ciências naturais, convergem para dois centros principais, um localizado no Chile, por meio dos estudos da equipe do Consórcio Latino Americano de Agroecologia e Desenvolvimento (CLADES) e outro nos Estados Unidos através das pesquisas realizadas pela Universidade de Berkeley na Califórnia. O principal sistematizador dessas idéias é o agrônomo chileno e professor da Universidade de Berkeley Miguel Altieri (GUZMÁN e MIELGO, 1994).

A publicação do livro “Agroecologia: bases científicas de la agricultura alternativa” de autoria de Altieri, no ano de 1984, faz crescer em nível mundial o

interesse por parte de grupos e organizações da sociedade civil, pelo conhecimento e busca de outras formas sustentáveis de produção agrícola. A publicação desse livro no Brasil, em 1989, pela organização não governamental AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa), exerce grande influência na divulgação da agroecologia no país. Esta obra passa a ser referência para instituições e organizações da sociedade civil no estabelecimento de bases conceituais e abordagens metodológicas agroecológicas.

O termo agroecologia tem sido compreendido de forma mais restrita ou abrangente originando conceitos diversos. Em seu primeiro manual sistemático, produzido em 1984, a agroecologia foi definida por Altieri como as bases científicas para uma agricultura ecológica. Ainda em um sentido mais restrito, a agroecologia “refere-se ao estudo de fenômenos puramente ecológicos que ocorrem na produção agrícola, tais como relações predador/presa ou competição cultivo/vegetação espontânea” (ALTIERI, 2002, p.27). Contudo, ao longo das publicações produzidas por Miguel Altieri verifica-se uma ampliação do entendimento da agroecologia para além das interações ecológicas, incorporando gradativamente a perspectiva social em suas análises. Outro pesquisador com importantes contribuições para a agroecologia, Stephen Gliessman, segue uma linha semelhante à desenvolvida por Altieri, centrado-se, sobretudo nas bases ecológicas para a produção sustentável (CANUTO, 1998). Para Gliessman (2001), agroecologia é a aplicação dos princípios e conceitos da ecologia ao desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis, ou ainda, o funcionamento ecológico necessário para se praticar uma agricultura sustentável (GLIESSMAN, 1997 *apud* GUZMÁN, 2005). Ambas conceituações estão nitidamente circunscritas aos aspectos ecológicos da produção agrícola.

A agroecologia, na visão de alguns teóricos como Altieri (1999) Guzmán *et. al* (2000) e Gliessman (2000) é classificada como uma disciplina científica, para outros autores, entre eles Hecht (1989), é mais do que uma disciplina científica, pois incorpora idéias e métodos de diversos outros campos do conhecimento. Na percepção de outros, como Norgaard (1999), Leff, (2002), Caporal, Costabeber e Paulus (2006), está se edificando um novo paradigma técnico-científico. Há ainda aqueles que a concebem em termos de tecnologias apropriadas ou apenas um conjunto de técnicas e práticas na agricultura que pretendem ser alternativas às

convencionais. É importante salientar que a classificação da agroecologia prioritariamente como disciplina científica ou matriz disciplinar não exclui necessariamente pensá-la como um paradigma emergente e o contrário também é verdadeiro.

Guzmán (1997) entende a agroecologia como um campo de estudos e, dotado por uma perspectiva mais ampla do conceito, define a estratégia agroecológica como:

(...) manejo ecológico dos recursos naturais que, incorporando uma ação social coletiva de caráter participativo, permita projetar métodos de desenvolvimento sustentável. Isso se realiza através de um enfoque holístico e uma estratégia sistêmica que reconduza o curso alterado da evolução social e ecológica, mediante o estabelecimento de mecanismos de controle das forças produtivas para frear as formas de produção degradantes e expoliadoras da natureza e da sociedade, causadoras da atual crise ecológica (GUZMÁN, 1997, p.29).

Encontra-se ainda nos fundamentos da agroecologia uma preocupação a longo prazo com a viabilidade social, econômica e ecológica do sistema agrícola, combinando uma solidariedade sincrônica com a sociedade presente e diacrônica com as gerações futuras (SACHS, 1986).

Segundo Guzmán, Casado e Morales (1996, p.42), a agroecologia enquanto estratégia desempenha um papel primordial na dimensão local como portadora de um “potencial endógeno” que, através da articulação do saber camponês com o conhecimento científico, torna possível “la implementación de sistemas de agricultura alternativa potenciadores de la biodiversidad ecológica y sociocultural”.

Devido à agroecologia se referenciar também no conhecimento tradicional, já que parte da premissa que os conhecimentos seculares de agricultores tradicionais fornecem mais do que a possibilidade, mas a potencialidade de se (re)estabelecer uma produção agrícola de menor impacto no meio ambiente e para a sociedade. Acredita-se que através do resgate do conhecimento de práticas agrícolas acumuladas pelas comunidades indígenas, quilombolas e camponesas presentes no mundo, em particular do conhecimento de populações das regiões tropicais, ter-se-ia um referencial basilar para (re)orientar as ações na agricultura. Então, ao contrário da agronomia, que parte de outros princípios, a agroecologia inclui como parte de seu fundamento basilar, o conhecimento que parte da observação apurada e do aprendizado experiencial de agricultores que herdaram e

desenvolveram sistemas agrícolas complexos, na maioria das vezes sob condições adversas, isto é, solos marginais, áreas secas ou sujeitas à inundação e à baixa disponibilidade de recursos.

As ciências agronômicas, em grande parte, consideram as práticas agrícolas derivadas do conhecimento tradicional como experiências ultrapassadas, superadas, fruto de crenças sem fundamentos. Boaventura de Sousa Santos (2005a, 2005b) explicita as razões pelas quais iniciativas e experiências sociais alternativas ao modelo de desenvolvimento hegemônico são desacreditadas pela ciência moderna, uma vez que elas não atendem aos conceitos de “racionalidade” e de “eficácia” legitimadores da validade do conhecimento, pois dão *status* de cientificidade ao conhecimento. Para Santos (2005a, p.22) “a ciência moderna conquistou o privilégio de definir não só o que é ciência, mas, muito mais do que isso, o que é conhecimento válido”.

A construção epistemológica da agroecologia em certa medida está calcada na desconstrução epistemológica da “ciência normal” ou clássica, apresentando um cenário em que se faz cada vez mais presente a pluralidade epistemológica, uma vez que se movimenta no sentido de unir e se apropriar dos diferentes modos de conhecer, não se alicerçando exclusivamente no conhecimento científico como a única forma de conhecimento válido, reconhecido e legitimado.

Um dos teóricos pioneiros que trabalhou com a questão da base teórica do conhecimento agroecológico foi Richard Norgaard. Influenciado pela corrente teórica do evolucionismo, Norgaard (1989) busca explicitar a base epistemológica da agroecologia a partir da idéia de coevolução, trazendo como princípio a visão coevolutiva do mundo, isto é, entende que os homens – através de sua cultura, organização social, valores, conhecimentos e tecnologia – moldam os sistemas biológicos, estes por sua vez moldam o sistema social, sendo que cada um pressiona seletivamente o outro e ambos evoluem conjuntamente.

Richard Norgaard (1989, p.47) apresenta uma interessante diferenciação entre a base epistemológica da ciência convencional e da agroecologia. Para ele os cientistas convencionais “empenham-se em trazer novas tecnologias derivadas da ciência moderna para produtores tradicionais para que eles se ‘desenvolvam’”. Já os agroecologistas trabalhariam na ordem inversa “empenham-se em entender como os sistemas tradicionais se ‘desenvolveram’ para aprimorar a ciência da

ecologia, de forma que a agricultura moderna possa ser feita de maneira mais sustentável”.

Norgaard e Sikor (1999) discutem que a agroecologia do ponto de vista metodológico e da prática possui raízes filosóficas distintas daquelas que subsidiam a ciência agrônoma convencional. Segundo esses autores, a agroecologia possui como premissa filosófica o holismo, o contextualismo, o subjetivismo e o pluralismo, em contraposição as premissas dominantes na ciência, respectivamente, o atomismo, o mecanicismo, o universalismo, o objetivismo e o monismo. Contudo, entende-se que a definição das premissas filosóficas que seriam norteadoras da ação na agroecologia está definida por esses autores em nível de concepção ideal, do que se idealiza que a agroecologia seja. Isto não quer dizer que a prática tem refletido exatamente estes princípios, pois as apropriações e implementações práticas da agroecologia dependerão dos atores e agentes sociais que irão incorporá-la, significá-la, construí-la com outros agentes (agricultores) que por sua vez irão (re)significá-la e implementá-la na prática cotidiana.

Um outro pesquisador que aposta na necessidade de transcender a objetividade fragmentária do conhecimento científico promovendo a discussão da coalizão entre o conhecimento científico e tradicional é o mexicano Victor Toledo (2002). Ele desenvolve suas análises dentro da área de conhecimento da etnociência e da etnoecologia propondo estudar o rural de uma perspectiva interdisciplinar. Apresentando importante fundamentação para a formulação do conhecimento agroecológico, Toledo (s/d) dá sua contribuição através dos conceitos de “corpus” e “práxis” explicativos da lógica (racionalidade) e da dinâmica de ação camponesa, que se referem ao sistema (cognitivo) de conhecimento local que o indivíduo traz consigo e ao sistema de práticas de manejo local, em outras palavras, refere-se à apropriação da natureza e da forma que circula o conhecimento tradicional.

De acordo com Gomes (2005), enquanto Norgaard seguiu a linha epistemológica do evolucionismo, Toledo trabalha seus conceitos a partir da epistemologia natural, isto é, pressupõe que os conhecimentos e saberes cotidianos são dotados de valor epistêmico e têm validade como conhecimento para a própria produção da ciência.

A agroecologia, em seus anos iniciais de afirmação sofreu forte resistência e descrédito das instituições de ensino, pesquisa e extensão agrícolas, contudo, nos últimos anos essa tendência vem lentamente se modificando. Altieri, Gliessman, Noorgard, Sevilla Guzmán, Vítor Toledo e Enrique Leff, entre outros, têm sido os representantes no cenário mundial, que mais têm contribuído teoricamente e metodologicamente para o estudo da agroecologia, cada qual, com aportes teóricos e enfoques diferenciados. Estes pesquisadores através de investigação, experimentação e estudos empíricos comparativos com unidades de produção convencional, têm contribuído bastante para reverter esse quadro, demonstrando a sua viabilidade.

No Brasil, a partir da década de 1970, pesquisadores da área das ciências agrárias têm legitimado teoricamente os fundamentos do movimento de agricultura alternativa. Mazzetto (1999) cita acadêmicos como a agrônoma e pesquisadora Ana Primavesi, da Universidade Federal de Santa Maria, Luis Pinheiro Machado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Adilson Pascoal, da Escola Superior Agrícola Luís de Queiroz da Universidade de São Paulo e José Lutzemberg, dentre outros. Todos com importantes contribuições na crítica à agricultura moderna e na defesa da necessidade e potencialidade da agricultura tradicional para definição de novos rumos de sustentabilidade agrícola, através da pesquisa e difusão de práticas alternativas às modernas.

Recentemente, no país, inserindo a temática da agroecologia no âmbito das políticas públicas, por meio do Ministério do Desenvolvimento (MDA), consolida-se uma nova proposta norteadora para as instituições que prestam assessoria a agricultores familiares. Esta proposta está sistematizada no documento “Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural” (PNATER, 2004), que objetiva implantar e consolidar estratégias de desenvolvimento rural sustentável adotando os princípios da agroecologia como eixo orientador das ações.

Até transformar-se em eixo orientador de uma política nacional de ATER, a agroecologia percorreu um longo caminho de legitimação dentro e fora das instituições de assistência técnica e extensão rural governamental, emergindo inicialmente no Sul do país, fortalecida, sobretudo no estado de Rio Grande do Sul. Com intensa participação na elaboração da nova PNATER e grande produção

bibliográfica relacionada ao tema da agroecologia, encontram-se os engenheiros agrônomos que fizeram carreira como extensionistas na Emater-RS, Francisco Roberto Caporal⁶⁶ e Antônio Costabeber.

As instituições de pesquisa pública têm tido historicamente uma trajetória muitas vezes comprometida com interesses mercantis de corporações transnacionais e atendendo parcialmente o público interessado em pesquisa e inovação na agricultura. No que se refere aos institutos de pesquisa agrônômica atuantes no país, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) possui altos investimentos em pesquisa de base tecnológica, objetivando a máxima produtividade dos cultivares. No entanto, historicamente, não tem avaliado ou se preocupado suficientemente com os impactos sócio-ambientais de suas inovações. Há de se considerar que alguns técnicos e centros de pesquisa desta instituição, isoladamente, têm iniciado pesquisas na linha agroecológica. Em 2006 um grupo de trabalho começou a ser formado na Embrapa a fim de operacionalizar conceitos e métodos propostos na publicação “Marco referencial em agroecologia”. Através deste documento, a Empresa firma seu compromisso de criar uma rede de projetos em agroecologia, com formação de arranjos locais e estabelecimento de parcerias para desenvolvimento de pesquisas com orientação agroecológica (EMBRAPA, 2006).

É importante problematizar a pesquisa com orientação agroecológica de modo que não incorra no mesmo equívoco da pesquisa clássica, que pretendia produzir uma tecnologia de caráter universal a ser difundida largamente sem qualquer parâmetro. A pesquisa agroecológica é mais complexa uma vez que incorpora a diversidade e a diferença como componentes do processo de pesquisa (GOMES, 2005b). Da mesma forma, deve-se salientar que o modelo de extensão rural de base agroecológica não seja imposto nem percorra o mesmo caminho do

⁶⁶ Caporal, durante o governo do Partido dos Trabalhadores no Rio Grande do Sul foi diretor técnico da Emater-RS e em parte responsável pela opção da agroecologia nesta instituição. Quando o governo do PT perde as eleições estaduais e ganha a presidência da república, a equipe de técnicos da Emater-RS passam a compor os quadros do Ministério do Desenvolvimento Agrário, levando a proposta da agroecologia para o cenário nacional. Dessa forma, a proposta da agroecologia ganha legitimidade no campo político em função destes técnicos que passaram a compor os quadros do funcionalismo público a nível federal, carregando consigo a proposta agroecológica. Acredita-se que existia uma favorável pré-disposição no governo federal para abarcar concepções alternativas às convencionais de extensão e desenvolvimento rural, seja pelas críticas direcionadas ao Estado na promoção da modernização conservadora ou pela crescente pressão das organizações da sociedade civil.

modelo difusionista cometendo os mesmos erros, ou fique procurando saídas para a crise usando as mesmas ferramentas que a provocaram. Nesse sentido, a busca por um “modelo alternativo” ou a crença de que “modelo” existe e deve ser difundido é freqüente nas discussões, nas propostas e no ideário de muitos agentes e organizações sociais em prol da agroecologia. Contudo, não podemos esquecer que a crise que originou proposições alternativas na agricultura foi gerada a partir dessa mesma crença, isto é, de que existia um padrão tecnológico ou um “pacote” a ser adotado, um “modelo” ao qual o agricultor deveria se “enquadrar” para alcançar a modernização, vista como sinônimo de desenvolvimento.⁶⁷

Canuto (1998) acredita que a agroecologia no Brasil se constitui como “una forma de resistencia contra la devastadora ola modernizadora y contra la expropiación completa de los agricultores” (CANUTO, 1998, p.112). Como se vê a agroecologia propõe ser uma estratégia de sobrevivência e resistência, isto é uma alternativa produtiva e política aos agricultores menos capitalizados, entretanto, existem poucos exemplos práticos validados para sua aceitação generalizada.

Assim, o presente trabalho pretende contribuir nesse sentido, através da análise de uma experiência em agroecologia em um assentamento rural motivada por um mediador local que se constitui no assessor técnico e político dos assentados. Portanto, é relevante o estudo do Projeto de Assentamento Tapera, pois ele pode nos oferecer um exemplo “prático” de como a incorporação de princípios agroecológicos pode representar a resistência política dos agricultores familiares no campo, na medida em que se direciona no sentido de garantir a soberania alimentar, conservação da natureza, sobrevivência/fixação das populações no campo e o fortalecimento político dos assentados.

2.3 O desenho e manejo dos agroecossistemas

⁶⁷ A idéia do modelo alternativo pode ser interessante do ponto de vista didático, para diferenciá-lo do modelo hegemônico advindo da Revolução Verde da agricultura moderna ou químico-mecanizada, mas acreditamos que os modelos são tipologias criadas no nível ideal, na prática existem interações entre um e outro.

Miguel Altieri, para se referir às unidades produtivas que se utilizam de técnicas e formas de manejo características da agricultura alternativa, emprega o conceito de agroecossistema. Este termo remete à noção de ecossistema, conceito central para a ciência da ecologia, e tal qual, estuda as funções, estruturas e propriedades dos sistemas agrícolas. A grande diferença entre os ecossistemas naturais e os agroecossistemas é que estes últimos são geridos para serem sistemas muito abertos (TEIXEIRA e LAGES, 1996). Contudo, a perspectiva de abordagem da agroecologia é mais do que a mera aplicação da ecologia à agricultura, uma vez que tal abordagem insere a perspectiva da interação sócio-cultural no ambiente em questão. A agroecologia tem a tendência de focar o agroecossistema associado principalmente a sistemas produtivos presentes em pequenas unidades geográficas, considerando cada agroecossistema como único.

Os agroecossistemas são comunidades e plantas e animais interagindo com o ambiente físico-químico modificado para produção de alimentos e outros produtos para o consumo e processamento humano. O objetivo do desenho agroecológico em agroecossistemas é imitar a estrutura e a função dos ecossistemas naturais do local, é manejar os componentes de forma a aumentar a eficiência biológica, preservar a biodiversidade e manter a capacidade produtiva (ALTIERI, 2002).

Para Altieri (1989), os agroecossistemas funcionam com base em quatro processos ecológicos principais: os processos energéticos, biogeoquímicos, hídricos e de equilíbrio biótico. A análise de seu desempenho leva em consideração variáveis correlacionadas às propriedades dos ecossistemas e da sociedade, sendo estas a produtividade, estabilidade, sustentabilidade e equidade.

De acordo com Altieri (1989), os princípios básicos do agroecossistema sustentável compõem-se pela “conservação dos recursos renováveis, adaptação da agricultura ao ambiente e a manutenção de um nível alto, porém sustentável de produtividade”. Segundo este pesquisador, um agroecossistema deve possuir os seguintes princípios norteadores:

reduzir o uso de energia e recursos; empregar métodos de produção que restaurem mecanismos homeostáticos que levem à estabilidade comunitária, otimizar a taxa de retorno e reciclagem de matéria orgânica e nutrientes, maximizar a capacidade de uso múltiplo da terra e garantir um fluxo eficiente de energia; encorajar a produção de itens alimentares adaptados à conjuntura natural e sócio-econômica; reduzir os custos e aumentar a eficiência e a viabilidade econômica de pequenas e médias propriedades, promovendo, assim, um sistema

agrícola diversificado e potencialmente resistente (ALTIERI, 1989, p. 79 e 80).

Na visão de Altieri (1984), o desenvolvimento de sistemas alternativos de manejo e produção agrícola deve perpassar pelo estudo e compreensão dos sistemas agrícolas tradicionais, que são o resultado de um longo processo de seleção. De acordo com Feiden (2005), sistemas de cultivo tradicionais ainda resistem em diversas regiões do mundo, principalmente na América Latina, África e na Ásia, eles “representam um ponto intermediário entre os ecossistemas naturais e a agricultura convencional” (FEIDEN, 2005, p.64). Esses agroecossistemas tradicionais possuem potencialidades e limites como sistema produtivos inseridos na atual conjuntura econômica e política. Entretanto faz-se necessário conhecer algumas características dos sistemas de manejo e produção tradicionais para que possam ser úteis no desenho e no manejo de agroecossistemas sustentáveis.

Algumas práticas e formas de manejo presentes em agroecossistemas tradicionais caracterizam-se pela manutenção de alto grau de diversidade, a independência de insumos comerciais, utilização de recursos renováveis e disponíveis no local e práticas que proporcionam a reciclagem de nutrientes no solo. Além disso, considera-se que os sistemas de cultivo tradicionais estão mais bem adaptados às condições geográficas locais, conseguindo aproveitar, ao máximo, os microambientes, beneficiando o ambiente dentro e fora da propriedade (FEIDEN, 2005, p.65).

Alberto Feiden⁶⁸ (2005) procura sistematizar alguns passos possíveis e não exclusivos para a construção de um sistema de produção agroecológico, ressaltando que não é possível desenvolver pacotes tecnológicos agroecológicos para efetivação de tal sistema, mas que se deve trabalhar no sentido do fechamento dos ciclos de nutrientes e pela reativação dos mecanismos de autocontrole das populações. Menciona então como práticas que propiciam a sustentabilidade de tais sistemas, reduzir a dependência de insumos comerciais; utilizar recursos renováveis e disponíveis no local; enfatizar a reciclagem de

⁶⁸ Pesquisador da Embrapa Agrobiologia.

nutrientes⁶⁹; introduzir espécies que criem diversidade funcional no sistema⁷⁰; desenhar sistemas que sejam adaptados às condições locais e aproveitem, ao máximo, os microambientes; manter a diversidade, a continuidade espacial e temporal da produção; otimizar e elevar os rendimentos, sem ultrapassar a capacidade produtiva do ecossistema original; resgatar e conservar a diversidade genética local e resgatar e conservar os conhecimentos e a cultura local (FEIDEN, 2005).

Existe uma imensa variedade de abordagens e posicionamentos sobre a questão da sustentabilidade na agricultura, já que há diversos grupos portadores de diferentes códigos culturais e formas de se relacionar e apropriar da natureza. Assim, as conceituações sobre sustentabilidade e as tentativas de mensuração não tem chegado a um ponto convergente. Caporal e Costabeber (2002), visando qualificar o debate sobre a sustentabilidade na agricultura, tentam construir uma ferramenta metodológica para análise multidimensional da sustentabilidade. A sustentabilidade deve ser estudada e proposta como sendo uma busca permanente de novos pontos de equilíbrio entre diferentes dimensões que podem ser conflitivas entre si. Assim, a sustentabilidade deve ser alicerçada em seis pontos ou dimensões, sendo estas, social, econômica, ecológica, cultural, política e ética (CAPORAL e COSTABEBER, 2002b), cada qual se desenvolvendo a partir de vertentes teóricas próprias. A definição das dimensões de sustentabilidade facilita o exercício de seleção de indicadores de sustentabilidade, devendo contemplar todas as dimensões relacionadas.

O indicador é uma variável selecionada e quantificada que permite observar uma tendência. A definição destes indicadores pressupõe uma perda da real complexidade que abrange o conceito de sustentabilidade. Assim é preciso simplificar a realidade a determinadas variáveis, devido à diminuição no número de variáveis quantificáveis, mas por outro lado, a definição das variáveis implica

⁶⁹ Isto é, evitar, ao máximo a perda de nutrientes, através de práticas de controle de erosão e utilização de espécies de plantas capazes de recuperar os nutrientes lavados para as camadas mais profundas do perfil do solo.

⁷⁰ Interessa uma diversidade que proporcione serviços ecológicos capazes de dispensar o uso de insumos. Essa diversidade deve incluir espécies fixadoras de nitrogênio, recicladora de nutrientes, estimuladoras de predadores e parasitas de pragas, de polinizadores, estimuladoras de micorrizas, sideróforos, solubilizadores de fosfato, etc (FEIDEN, 2005, p.67).

em maior objetividade e ganho em precisão da noção de sustentabilidade (SARANDÓN, 2002).

Recentemente, tem-se ampliado o interesse em investigar aspectos relacionados com a sustentabilidade dos sistemas agrícolas. Um dos empecilhos que surgem quando se quer avaliar ou mensurar a sustentabilidade é a confusão causada pelo que exatamente se quer avaliar, em que abrangência (se será em nível local, regional, global ou outro qualquer) fato intrinsecamente relacionado à imprecisão conceitual do termo sustentabilidade. Nesse sentido, um dos aspectos que não devem ser desconsiderados segundo Sarandón (2002) é o componente temporal, visto que é indissociável da definição de sustentabilidade, já que a noção de sustentabilidade envolve a possibilidade de sobrevivência das gerações futuras. Existem autores que arriscam estabelecer uma escala temporal para se avaliar a sustentabilidade, fixando-a em um limite superior a 25 anos (SARANDÓN, 2002).

Segundo a concepção de Conway e Altieri (1989), a avaliação da sustentabilidade de um agroecossistema pode ser realizada levando-se em consideração algumas propriedades indicadoras do comportamento de um agroecossistema específico, sendo estas a produtividade, resiliência, estabilidade e equidade. Seguindo as definições de Altieri (1989; 2000) descrevem-se essas propriedades abaixo.

A produtividade é a medida da quantidade de produção por unidade de superfície, trabalho ou insumo utilizado. É uma variável que cresce até a capacidade de suporte do ambiente, isto é, a produtividade dos sistemas agrícolas não pode aumentar indefinidamente.

A resiliência foi definida como a habilidade de um agroecossistema manter a produção através do tempo, tendo em vista restrições ambientais e pressões sócio-econômicas. Sua mensuração é dependente das características intrínsecas de cada sistema, da natureza e intensidade dos estresses e dos choques, bem como dos impactos de origem antrópica.

A estabilidade é a constância da produção sob um número de condições ambientais, econômicas e de manejo que podem perturbar o funcionamento do agroecossistema. A variação ou não da estabilidade pode ser mensurada através de comparações ao longo de um período temporal determinado. Algumas práticas de

manejo podem ajudar a manter a estabilidade, utilizando culturas mais adaptadas às condições ambientais, bem como cobertura morta, esterco, rotação de culturas e “consorciamento” são alguns dos procedimentos que auxiliam na resistência do agroecossistemas a pressões externas e na estabilidade da produção.

Já a equidade é o grau de uniformidade com que são distribuídos os produtos do agroecossistemas entre os produtores e consumidores locais, isto é, representa o grau de igualdade de distribuição da produção na sociedade. Em uma concepção particular, a equidade é alcançada quando um agroecossistema é capaz de satisfazer as demandas de alimento sem impor à sociedade aumentos nos custos sociais da produção, para outros, a equidade é a distribuição de oportunidades. A equidade pode, por exemplo, ser medida pelo índice de Gini, que mede entre outras coisas a concentração da propriedade fundiária em uma região específica.

Na literatura existe uma imensa variedade de abordagens e posicionamentos sobre a questão da sustentabilidade na agricultura, já que existem diferentes culturas e diferentes formas de se relacionar com a natureza. Da mesma forma, não há um consenso com relação à idealização do que seria sustentável e conseqüentemente dos critérios de se avaliar. Contudo, considera-se que há grande esforço no sentido de construir indicadores de sustentabilidade, alguns desses esforços foram apresentados anteriormente.

Nesse capítulo abordou-se dentre outras coisas, a agroecologia e os sistemas tradicionais de uso da terra, considerou-se importante entendê-los para melhor compreender a experiência que ultrapassa o campo da agricultura, descrita no capítulo 4, que combinam práticas tradicionais com práticas agroecológicas, ambas delineadas no sentido de se garantir maior sustentabilidade dos sistemas agrícolas.

Os sistemas produtivos que levam em consideração a disponibilidade dos recursos locais e a combinação de algumas práticas acima relatadas, como o policultura, o cultivo de cobertura, a utilização de cobertura morta, rotação de cultura e cultivo mínimo, manejo alternativo de pragas, bem como os princípios agroecológicos, se direcionam para serem sistemas com maior capacidade de adquirir resiliência e estabilidade (ecológica, produtiva e econômica). Conseqüentemente, maior será a capacidade de gerar autonomia para quem o

conduz, mesmo que o nível de produtividade não seja o mesmo comparável aos sistemas produtivos com alta demanda de energia e insumos, já que nos sistemas agroecológicos, os gastos com insumos são bastante reduzidos, diminuindo os custos de produção. Dessa forma, percebe-se que os sistemas agroecológicos são mais condizentes com a realidade sócio-econômica dos agricultores com possibilidades restritas de acumulação de capital e terra, característica da categoria em que se enquadram os agricultores familiares, camponeses ou agricultores assentados em programas de reforma agrária.

É o que ocorre no caso estudado, em que os assentados mantiveram sistemas tradicionais de uso da terra que existiam na região, com exceção de algumas práticas tradicionais, poucas, avaliadas como negativas pelo mediador social que os assessoram na perspectiva agroecológica, tendo em vista a insustentabilidade ecológica e econômica de longo prazo sobre o ambiente de tais práticas, afetando inclusive as condições de produtividade. Com isso, foram progressivamente incorporadas pelos assentados outras práticas e técnicas de simples condução reconhecidas como agroecológicas. Porém essa discussão, tanto do direcionamento dos mediadores sociais quanto pela opção pela agroecologia no assentamento estudado, será mais bem especificada nos capítulos seguintes.

3. MEDIADORES SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO RURAL Neste capítulo será dada ênfase aos mediadores sociais atuantes no meio rural, especificamente as organizações da sociedade civil que atuam na condução de processos políticos vinculados ao desenvolvimento rural. Dentre esses mediadores sociais, serão abordadas com destacada atenção as Organizações Não-Governamentais (ONGs), uma vez que no caso estudado pelo presente trabalho, tem-se a intervenção de uma ONG no processo de constituição e consolidação do assentamento Tapera, atuando por meio do assessoramento técnico e político aos assentados. Supõe-se que a atuação dos mediadores sociais no assentamento em questão desencadeou um processo de ação reflexiva por parte dos atores envolvidos criando oportunidades políticas para realizar mudanças sociais desejadas.

Contudo, antes de apresentar a trajetória desta ONG, denominada Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, será realizada uma breve revisão do surgimento das ONGs especialmente no Brasil e de seus significados, no que tange a construção social de alternativas de promoção do desenvolvimento, bem como de outras organizações que estabelecem a mediação e estão diretamente envolvidas com a proposição do desenvolvimento rural.

3.1 Do “popular” à sociedade civil organizada ou do assistencialismo cristão à ação política: a emergência das ONGs.

Originalmente, o termo organização não-governamental (ONG) foi utilizado na Carta das Nações Unidas, em meados da década de 1940, fazendo referência às diversas organizações da sociedade que estivessem dispostas a colaborar com projetos filantrópicos em caso de situações emergenciais, ou com projetos assistenciais em países pobres (DIAS, 2004). Tais organizações contavam, nesse primeiro momento, com a cooperação financeira de instituições públicas⁷¹ para executar projetos de interesse social nos países de “terceiro mundo” dentro de

⁷¹ Landim (1993) menciona que no Brasil a idéia do “desenvolvimento comunitário” latente na década de 1950 permeava diversos programas e convênios firmados entre o governo brasileiro e fundações privadas e entidades governamentais norte-americanas.

uma filosofia de trabalho denominada “desenvolvimento de comunidade” (GOHN, 1997).

Estas organizações da sociedade civil foram se constituindo como organizações privadas com finalidade pública. Não consistiam em instituições de caráter público, visto que eram “organizações voluntárias privadas” sem fins lucrativos, porém tinham em sua ação a intencionalidade de promover o bem público, mesmo que restrito a uma área temática e a uma comunidade específica.

O termo ONG, segundo Sherer-Warren (1995) está conceitualmente associado a organizações formais que dispõe de certa institucionalidade, sendo compreendidas como entidades privadas, autogovernadas com estatuto e regras próprias, o que as distinguem institucionalmente do Estado. Entretanto, possuem finalidade pública, podendo contar com alguma participação voluntária em seus quadros. Podem ainda ser definidas quanto aos seus objetivos como organizações que se propõe a:

realizar mediações de caráter educacional, político, assessoria técnica, prestação de serviços e apoio material e logístico para populações-alvo específicas ou para segmentos da sociedade civil, tendo em vista expandir o poder de participação destas com o objetivo último de desencadear transformações sociais ao nível micro (cotidiano e/ou local) ou ao nível macro (sistêmico e/ou global) (SHERER-WARREN, 1995, p.165).

Na América Latina, a emergência das ONGs está historicamente ligada às organizações que se identificavam por prestar “assessoria e apoio” ou estar “a serviço dos movimentos populares” muitas dessas atuando durante as décadas de 1960 e 1970 através dos “centros populares” de educação, promoção, assistência, assessoria, e outros serviços. Somente nas duas décadas seguintes, que as entidades ambientalistas se apropriarão do termo ONG juntamente com os “centros populares”, como autodenominação. As ONGs latino-americanas foram designadas de ONGs de desenvolvimento usualmente por fazer a intermediação entre as agências financiadoras do Norte (países desenvolvidos) e o público-alvo das ações, atendido na “base” dos países em desenvolvimento (SHERER-WARREN, 1995). Pode-se dizer que as ONGs dos países subdesenvolvidos fazem não somente a transferência de capital monetário das entidades e agências financiadoras do Norte até o público beneficiário, mas trazem também, um pouco a nível discursivo, suas ideologias e demandas sedimentadas, que não

necessariamente combinam com as dos beneficiários, já que para terem seus projetos aprovados pelos financiadores, devem necessariamente atender as expectativas e intenções destes. Isso leva a refletir sobre a autonomia das ONGs, discussão que será retomada posteriormente nesse capítulo.

No Brasil, a atuação de entidades não pertencentes à institucionalidade pública, que compartilhavam a missão de “ajuda” aos pobres e oprimidos, freqüentemente estiveram vinculadas à Igreja Católica. Tais entidades se caracterizaram num primeiro momento pelo assistencialismo de suas práticas. Entretanto, mudanças na orientação vocacional da Igreja ocorrem devido ao novo direcionamento dado pelo Concílio Vaticano II em 1965, confirmado pelas Conferências do Episcopado Latino-Americano em Medellín em 1968 e Puebla em 1979. A partir desse momento, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) irá se pronunciar por meio de diretrizes internas, afirmando a opção da Igreja pelos pobres, que desde então, passam a ser vistos como sujeitos de sua própria libertação⁷². Dessa forma, tais entidades foram gradativamente incorporando idéias relativas à emancipação social, reflexão da realidade imediata e formação da consciência crítica dos oprimidos como meios necessários para a mudança social (FERNANDES, 1998; DIAS, 2004).

A mediação da Igreja progressista com as “bases populares” no contexto do período militar perpassava principalmente pelo trabalho das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT). As CEBs, apoiadas na Teologia da Libertação, constituíam espaços de reflexão e socialização política, e a CPT atuava diretamente conflitos fundiários e organização dos trabalhadores na luta pela terra. Por meio de ações quase invisíveis, porém disseminadas por todo território nacional, foram construindo uma forte oposição à repressão, ao cerceamento de liberdades, e ao projeto de desenvolvimento que remetiam diretamente à figura do Estado. Ambos os atores, articulados aos centros⁷³ populares de educação existentes no país em que a

⁷² Até a década de 1960 a Igreja Católica procurava exercer influência no campo político por meio dos partidos democratas cristãos e de movimentos sociais como a Ação Católica. Após o Concílio do Vaticano II, a Igreja volta-se para o social, passando a ser agente ativo na organização da sociedade civil, através das pastorais e das CEBs (GOHN, 2006).

⁷³ De acordo com Sherer-Warren (1995) os “centros” eram espaços de maior autonomia em relação a hierarquia eclesial e abrigavam militantes de esquerda para um trabalho diferenciado de mediação junto as camadas populares.

pedagogia de Paulo Freire era referência, e aos movimentos populares, formavam forças sociais atuantes na transformação da realidade social do país (FERNANDES, 1998; DIAS, 2004).

As primeiras ONGs no Brasil serão resultantes da atuação, ainda durante o período militar, de entidades pioneiras cuja categoria “popular” estava presente enquanto identidade, formadas basicamente por pessoas ligadas à Igreja e, ideologicamente à corrente de oposição à ditadura militar, que genericamente podem ser identificadas à esquerda do espectro político. Os centros populares vão gradativamente superando o assistencialismo cristão e fazendo a opção pelo ativismo político. Isso ocorre já na segunda metade da década de 1970, quando passam a fazer parte de seus quadros, profissionais cujas trajetórias não estavam exclusivamente coladas à instituição Igreja. Desse modo vão ganhando progressivamente espaço nessas organizações, ativistas de esquerda, marxistas, acadêmicos e ex-exilados políticos que após ter contatos e experiências com agências financiadoras na época do exílio, garantem maior legitimidade, conhecimento e facilidade para fazer as intermediações com as financiadoras. A partir de então se iniciam os primeiros passos na direção da construção da nomeação ONG. No entanto, nesse momento ainda não havia o reconhecimento do termo ONG para identificar um conjunto de entidades com características próprias, já que não existia a representação de pertencimento a esse universo institucional particular. Segundo Landim (1993, p.222), as ONGs não nascem ONGs, “eram, na sua quase totalidade, instituições de forte relação com as Igrejas, fundamentalmente a católica, dedicando-se a trabalhos de fundo assistencial e pedagógico ao nível de pequenas comunidades”.

Dessa forma, as ONGs aparecem inicialmente como entidades militantes de caráter não-partidário, surgindo em função dos limites de atuação do Estado, constituindo uma identidade opositora a este, aliadas aos movimentos sociais e às organizações de setores progressistas da Igreja, com os quais partilhavam idéias e objetivos e construía propostas de atuação. Esses atores em conjunto, devido à leitura crítica que faziam dos processos de desenvolvimento promovidos pelo Estado e tendo em vista a conjuntura política do período militar, entendiam que a organização, o fortalecimento político e a conscientização dos excluídos e

marginalizados eram condições primordiais para modificar a realidade social desfavorável destes (LANDIM, 1993; DIAS, 2004).

A partir de meados da década de 1980, com a crescente implementação de políticas de descentralização do poder público e a reorientação das políticas internas de financiamento, as ONGs intensificam sua ação como atores participantes da condução de processos de desenvolvimento, ampliando sua atuação para áreas que eram originalmente de responsabilidade quase exclusiva do Estado (KIENER, 2001). Dentre as instituições financiadoras, agências multilaterais como o Banco Mundial passa a priorizar seus investimentos em ONGs do “terceiro mundo”, fundamentado na percepção que tais instituições constituíam estruturas menos burocratizadas e mais eficientes que as agências governamentais facilitando a implementação dos processos de desenvolvimento em que a dimensão social deste estivesse garantida.

Contudo, somente a partir da década de 1990 que as ONGs irão conquistar maior visibilidade na sociedade, apesar de desde meados da década de 1980 virem construindo um nome, uma identidade política como mediadores da organização política de setores sociais marginalizados. A categoria ganha reconhecimento com a fundação da Associação Brasileira de ONGs (ABONG), em 1991, e certa popularidade com o Fórum Brasileiro preparatório para a Conferência da Sociedade Civil sobre o Ambiente e Desenvolvimento, congregando no ano de 1992 mais de mil entidades de todo o Brasil. Um dos marcos para a institucionalização das ONGs foi a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento ocorrida no Rio de Janeiro em 1992, com ampla divulgação da mídia, o que foi favorável para que conquistassem o reconhecimento público. Os eventos associados à conferência citada, também conhecida como Eco-92, propiciaram espaços de intensa participação de diversas entidades e organizações de movimentos sociais, que na oportunidade verbalizaram sua oposição quanto aos rumos do desenvolvimento e demais demandas da sociedade civil organizada. Segundo Landim (1993, p.76) “o conjunto de eventos que constituiu a Eco-92 teve óbvio efeito consagrador da categoria”. Tendo em vista a diversidade de organizações participantes do Fórum, houve grande aceitação da proposição do termo ONG em referência ao conjunto das entidades participantes, mesmo em se tratando de um termo flexível e

polissêmico, era condizente e expressava bem a realidade que então se apresentava (LANDIM, 1993).

No final dos anos 1980 e durante os anos 1990, as mudanças manifestadas no cenário político do país, algumas já mencionadas, fizeram com que as ONGs buscassem outras parcerias e estabelecessem outras redes de relacionamentos para além dos movimentos sociais e organizações da ala progressista da Igreja Católica. É dessa forma que, de acordo com Gohn (1997, p.57), “as ONGs deixam de ser meros apoios e passam a ter centralidade, pois a nova era irá exigir novas relações com o Estado e a sociedade civil”. A “nova era” caracterizou-se pela redução dos investimentos públicos na área social, ditados em grande parte pelo neoliberalismo e pela diminuição da cooperação internacional que passou a direcionar seus investimentos para outros continentes. Devido à conjuntura política desfavorável aos financiamentos externos, as ONGs buscaram sua sobrevivência institucional, aproximando-se do Estado a partir dos anos 1990, estabelecendo alianças, parcerias, convênios, participando de projetos por ele financiados e adquirindo relativo afastamento em relação aos movimentos sociais.

As ONGs, segundo Novaes (1994), têm na mediação a sua razão de ser, elas são espaços por excelência de formação de profissionais da mediação, recebendo quadros de profissionais da Igreja e freqüentemente fornecendo profissionais para assessorias a movimentos, sindicatos de representação de trabalhadores urbanos e rurais. Estas organizações como diversas outras da sociedade civil, e mesmo instâncias do Estado, desempenham freqüentemente o papel de mediadores sociais, formando opiniões, legitimando reivindicações e atuando na condução de ações sociais coletivas. O mediador na conceituação de Senna Filho (1994):

É o agente social que, atuando junto aos movimentos sociais, a partir dos valores destes e através da prestação de atividades, consubstancia uma assessoria, um discurso da necessidade de elaboração de sociedade, em face das carências de toda ordem compartilhadas, e de forma a levar os movimentos à superação de suas debilidades e à realização de seus projetos. A mediação, assim, ocorre quase sempre de forma implícita, e é um trabalho político.

A mediação é aqui entendida, entre outras definições apresentadas, como um processo de intervenção numa dada realidade social com fins a promover mudanças ou reforçar símbolos e reafirmar valores na estrutura social existente. Ressalta-se que o processo de mediação traz uma proposição de ação social cuja

implicação dependerá do grupo de interesse que o mediador representa e do objetivo pelo qual media, podendo conduzir tanto para o continuísmo, para a reprodução de práticas sociais desiguais, como para o questionamento da dominação e a transformação social. A mediação para alguns teóricos pressupõe diferenças culturais e assimetria econômica e política entre grupos sociais, já que como nos lembra Brandão (1984) quem conduz a mediação é um agente externo às relações sociais e simbólicas do grupo representado. Para Novaes (1994, p.178) ser mediador implica em “ser ponte, estar entre e fazer o meio de campo”, a mediação apresenta-se ainda como uma possibilidade de “traduzir e/ou introduzir falas e linguagens”. Assim, a mediação pode ser associada à idéia de uma ponte que permite a interação de grupos distintos com vistas ao diálogo e a produção de consensos.

3.2 Das organizações de base às ONGs de desenvolvimento rural

As ONGs que fazem a mediação no espaço rural brasileiro se originaram, em grande parte, das organizações de assessoria aos trabalhadores rurais e aos movimentos sociais no campo, criadas em sua maioria na década de 1980, advindas de grupos nascidos dentro das pastorais da Igreja Católica e Protestante, influenciadas por setores progressistas como as CEBs e a CPT. Para Gohn (1997, p.143) “a pedagogia da igreja teve grande sucesso no meio popular porque, a princípio, soube respeitar o modo de raciocinar do camponês, sua visão de mundo e forma de se expressar, valorizando sua fala, suas canções, poesias, sua cultura em síntese”. Tais organizações, que mais tarde surgirão sob a denominação de ONGs de desenvolvimento rural, se dedicarão a temática do desenvolvimento se colocando a serviço de setores da sociedade que estiveram historicamente à margem da modernização no meio rural e ao mesmo tempo sofrendo os efeitos da parcialidade desta (GOHN,1997; ALMEIDA e PETERSEN, 2004).

O termo “ONG de desenvolvimento” se afirma em função da realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992, que trazia como eixo principal de discussão os temas do ambientalismo e do desenvolvimento. Nessa ocasião, as entidades pioneiras de “assessoria e apoio aos

movimentos populares” se redefiniram e auto-afirmaram como ONGs de desenvolvimento. Segundo Landim (1993, p.73) “coube às entidades de assessoria e apoio aos movimentos populares – junto às organizações e movimentos aos quais se ligam – aprofundar o discurso crítico sobre os modelos de desenvolvimento”, já as entidades ambientalistas e diversos outros grupos ecologistas que participavam do evento, se definiram como ONGs ambientalistas.

As ONGs que trabalham a questão do desenvolvimento no meio rural possuem uma proposta de intervenção que é adjetivada de alternativa, isto é, elas propõe um modelo alternativo de desenvolvimento ao que é engendrado pelo Estado e que é por elas denominado de hegemônico. Este modelo de desenvolvimento hegemônico sedimentou-se na agricultura, conforme visto no Capítulo 2, por meio da difusão de inovações e transferência de tecnologias que foi a forma basilar de intervenção do modelo agrícola químico-mecanizado, também nomeado de moderno ou convencional, impulsionado pela Revolução Verde a partir da década de 1950.

Inicialmente, as ONGs de desenvolvimento rural traziam como proposta para seu público preferencial as “tecnologias alternativas” em contraposição àquelas difundidas pelo pacote tecnológico da Revolução Verde, disseminado por todo o mundo (ALMEIDA, 1997). As tecnologias alternativas pesquisadas, experimentadas e difundidas pelas ONGs de desenvolvimento rural eram também denominadas de tecnologias apropriadas ou tecnologias socialmente apropriadas⁷⁴ pois, acreditava-se que propiciavam maior autonomia aos “pequenos produtores”. Só mais tarde as ONGs irão ampliar o entendimento da possibilidade de construir outro modelo de agricultura para além das técnicas e tecnologias, iniciando uma abordagem e entendimento mais sistêmico da realidade. Posteriormente, com o amadurecimento de suas propostas e demandas diversas, em função da trajetória percorrida até então, algumas irão optar pela agroecologia como base epistemológica norteadora de suas ações.

⁷⁴ A noção de tecnologia socialmente apropriada, certamente deve ter surgido do conceito de “tecnologias apropriadas” formulado por Ernest Frederick Shumacher, elaborado no livro “O negócio é ser pequeno” referência teórica para o trabalho de organizações que trabalham com agricultura alternativa. Para Shumacher, os métodos e instrumentos de produção devem ser desenvolvidos de modo a adequá-los às diferentes realidades do país ou região, sendo primordialmente acessíveis para as populações de baixa renda.

No plano discursivo, as ONGs de desenvolvimento rural tinham como premissa básica de ação a idéia de que a pesquisa e o desenvolvimento na agricultura devem operar a partir da base, “de baixo para cima”, partindo da realidade existente, isto é, das necessidades, aspirações, conhecimentos e recursos da população local (ALTIERI e MASERA, 1997).

Muitas das ONGs de desenvolvimento rural nascem a partir das críticas corroboradas pelas reais conseqüências sociais negativas provocadas modelo de agricultura convencional e de reflexões sobre possibilidade de reverter esse processo de desenvolvimento que forma que atendesse as necessidades dos “pequenos agricultores”. No final da década de 1980 e início da década de 1990, quando os impactos ambientais associados a esse modelo entram na pauta de reivindicações de determinados setores da sociedade, incorporam o discurso de cunho ambientalista e passam a reivindicar também um desenvolvimento que respeitasse os limites da natureza, um desenvolvimento que fosse sustentável do ponto de vista ecológico, sócio-econômico e político. Deste modo, houve por parte das ONGs, um alargamento da compreensão do processo de modernização e desenvolvimento, uma vez que se faziam notáveis as adversidades e externalidades negativas provocadas no meio sociocultural, econômico e ambiental. Altieri aponta que mais precisamente na América Latina “as ONGs desenvolveram-se mantendo uma firme ideologia centrada nos problemas ecológicos relacionados com os sistemas agrícolas” (ALTIERI, 2002, p.73). E é justamente nesse cenário que vão se constituindo e se fortalecendo propostas alternativas ao modelo “produtivista” que orienta a concepção hegemônica de desenvolvimento para o meio rural.

No Brasil, segundo Almeida (1997), as ONGs foram as precursoras da utilização dos conceitos de agricultura sustentável e desenvolvimento rural sustentável. O discurso do desenvolvimento rural sustentável é um dos mais recentes incorporados pelas ONGs, que demonstra, pelo menos a nível discursivo, a incorporação de idéias de cunho ambientalista como norteadoras da ação e reflexão de um outro desenvolvimento, expressa na linguagem das ONGs na crença em um “modelo alternativo de desenvolvimento rural”.

Como pode ser percebido, na medida em que as condições estruturais e conjunturais do momento histórico vivido mudam, as ONGs também mudam suas

orientações metodológicas, teóricas e concepções que embasam suas práticas, o que pode ser visualizado por meio de seus discursos e propostas, conforme explicitado na citação a seguir:

(...) a tentativa de caracterizar “a proposta” de um tipo de ONG, que dedique sua agência à temática do desenvolvimento rural, em um determinado período histórico, sempre se confronta com a diversidade concreta de orientações de suas ações e/ou com as distintas redes de interdependências institucionais que são criadas (DIAS e DIESEL, 1999, p.2).

Nesse sentido, retomando a discussão da autonomia⁷⁵ das ONGs, Dias e Diesel (1999, p. 2) afirmam que ao contrário do que se tem divulgado “a ONG mostra-se como organização que não detêm ampla autonomia, [pois] apresentam-se como dependentes de outros agentes sociais”. Esses agentes que fazem parte de sua rede de relacionamentos são responsáveis por garantir a legitimidade de sua existência e atuação, e concomitantemente, capital monetário e capital simbólico, isto é, necessitam de reconhecimento das instituições financiadoras e do público beneficiário. Os mesmos autores ainda desmistificam a idéia da superioridade das propostas das ONGs para o desenvolvimento, apresentando os limites impostos a estas, visto que não são tão autônomas quanto imaginado, já que mudam de proposta na medida em que os financiadores mudam de área a ser financiada.

(...) a proposta assumida pela ONG em um determinado momento é produto, sobretudo das interações que estabelece mais do que de um processo continuado de reflexão sobre sua experiência. Desta forma, não haveria porque pressupor, a priori, a superioridade da proposta das ONGs (DIAS e DIESEL, 1999, p.9).

Isso pode ser notado atualmente a partir do redirecionamento dos repertórios das ONGs que atuam na promoção do desenvolvimento rural, que gradativamente vão deixando velhos repertórios como o atendimento primeiro à dimensão econômica, das necessidades básicas da população beneficiária e passam a englobar privilegiadamente outras, como a dimensão ecológica. Isso significa para as ONGs que lidam diretamente com o agricultor, optar pelo incentivo e assessoria às práticas na agricultura que atendam a dimensão ecológica, confirmando que são dependentes das forças que estão em jogo, conformadas por disputas e demandas que partem tanto do público-alvo e quanto das agências financiadoras.

⁷⁵ Cabe aqui o conceito de autonomia referenciado por Coelho (2005, p.112) “trata-se daquele que é capaz ou tem o poder de dar a si mesmo a norma e a regra”.

Esse redirecionamento da proposta das ONGs também sofre influência de mudanças de orientações teóricas que dão embasamento ao trabalho das ONGs, fato que poderá ser observado a partir da análise da trajetória de uma ONG de desenvolvimento rural, abordada próxima seção. Segundo Dias e Diesel (1999) até o final da década de 1980 as ONGs simpatizavam-se pelas construções teóricas neomarxistas. O aporte teórico marxista desempenhou um papel significativo para a formação intelectual dos profissionais das ONGs, chamando atenção para a centralidade dos processos de “conscientização” ou “sensibilização” dos atores e na construção de propostas coletivas de ação quando se almeja mudanças sociais.

A partir da década de 1990, a leitura neomarxista do desenvolvimento, até então predominante nessas entidades, entra em crise. Diante disso, tem-se a tentativa de construção de um modelo analítico alternativo ao paradigma clássico marxista, já que este não possibilitaria, na nova configuração mundial, a explicação satisfatória dos fenômenos sociais insurgentes (SCHERER-WARREN e LÜCHMANN, 2004). Nesse mesmo sentido, Dias e Diesel (1999, p.4) observam que “no momento da crise do discurso e projeto social neomarxista, salienta-se a emergência de um novo referencial nos fóruns de discussão sobre o desenvolvimento”. Esse novo referencial está embasado por três reflexões genéricas distintas: a reflexão das “necessidades básicas”⁷⁶, a reflexão dos “estilos de desenvolvimento” advinda dos estudos de desenvolvimento formulados por economistas latino-americanos da CEPAL e a reflexão crítica do movimento ecológico ao desenvolvimento. Assim “o encontro entre estas tendências tem como pauta comum o projeto de um ‘modelo alternativo de desenvolvimento’” (DIAS e DIESEL, 1999, p.5).

As ONGs que se dedicam ao desenvolvimento rural em prol de um “modelo alternativo de desenvolvimento”, terão como população-alvo de suas ações uma categoria específica de agricultores, denominada primeiramente por “camponês”, “pequeno produtor” ou “pequeno proprietário”, transitando em meados da década de 1990, para a categoria “agricultor familiar”, entrando em consonância com definições das políticas públicas.

⁷⁶ Originou-se nas instituições de cooperação internacional na segunda metade da década de 1970 que previa a reorientação dos programas nacionais de desenvolvimento em favor ao atendimento das necessidades básicas dos indivíduos mais pobres.

A mediação das ONGs está imbricada por um ideal de postura diferenciada por parte dos técnicos que as compõem, geralmente caracterizados por um perfil profissional crítico ao “modelo de desenvolvimento”, por um passado atravessado pela militância, com formação política definida, e boa capacidade de articulação e mobilização dos grupos-alvo de sua intervenção. Esse técnico disciplinou seu olhar e sua leitura da realidade a partir das teorias neomarxistas, principalmente em sua abordagem sobre campesinato, bem como por abordagens realizadas por pesquisadores das ciências agrárias críticos da Revolução Verde.

Em termos de práticas, as ONGs de desenvolvimento rural tendem a privilegiar as intervenções participativas, pelo menos ao nível discursivo, sendo estas intervenções entendidas, segundo a concepção de Alencar (1990), como aquelas que têm como protagonista a população-alvo, chamando-a à participação e buscando envolvê-la durante todo o processo de intervenção, gerando nestas capacidades de se organizarem a fim de decidir coletivamente sobre seus problemas potenciais e soluções. As ONGs geralmente priorizam a aplicação de diagnósticos participativos e lançam mão de métodos como a pesquisa-ação ou pesquisa participante para melhor conhecimento da população com que irá conjuntamente trabalhar. Por isso, e por outros motivos, as ONGs são aludidas como fontes interlocutoras capazes de “dar voz” àqueles que não têm voz.

Nesse processo de mediação, em que o conhecimento, as necessidades e os desejos da população são considerados, o conhecimento científico passa a desempenhar um papel auxiliar na apreensão e explicação da realidade, visto que o conhecimento do técnico passa a ser considerado uma das ferramentas para mudança almejada, porém não a única condição necessária.

É difícil dizer, de modo generalizado, a maneira que as ONGs se relacionam com seu público, por meio de suas propostas, projetos e influências diversas, portanto, a seguir, tenta-se esclarecer essa questão a partir da análise de um caso empírico de uma ONG de desenvolvimento rural, podendo ser mais concretamente visualizado suas propostas, fundamentos teóricos, métodos e articulações.

3.3 Situando o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM): sua trajetória, influências e propostas

Esta seção se dedicará a narrar brevemente como foi a trajetória do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM). Isto será feito de modo que permita a compreensão das orientações teóricas e metodológicas que direcionaram sua proposta de intervenção no meio rural, numa região marcada pela “pobreza” e aridez, em contraste com vultosos investimentos estatais destinados a projetos de desenvolvimento que beneficiariam um determinado estrato da sociedade. Enfatiza-se, por meio de sua própria narrativa contida em documentos institucionais diversos, a sistematização de sua trajetória, de forma que seja possível perceber as influências que moldaram a mediação do CAA no Assentamento Tapera, já que parte-se do princípio que a atuação deste mediador social foi de fundamental importância para provocar mudanças na realidade sócio-ambiental do assentamento em questão.

Para se compreender a origem do CAA, deve-se enveredar primeiramente pela criação do Projeto de Tecnologias Alternativas (PTA-FASE), ao qual inicialmente esteve estritamente vinculado, além de se buscar entender o cenário sócio-político da época. A conjuntura nacional pós-ditadura militar favoreceu a emergência e o fortalecimento de diversas organizações e movimentos sociais críticos aos processos de desenvolvimento tal como se davam. Conseqüentemente, ocorre o crescimento da percepção social sobre os riscos ambientais e implicações sociais da modernização conservadora da agricultura brasileira empreendida durante o governo militar.

Dentre essas organizações da sociedade civil, a ONG FASE (Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional), uma das organizações pioneiras em ações direcionadas ao desenvolvimento rural, atuando principalmente na formação política dos trabalhadores, a partir de 1983, estrutura um projeto de tecnologia alternativa, conhecido sob a sigla PTA, propondo a constituição, em diversas regiões do país, de equipes de profissionais para assistência técnica a uma parcela preferencial de agricultores. O PTA visava inicialmente pesquisar e

difundir tecnologias alternativas⁷⁷, optando por tecnologias que fossem mais apropriadas às possibilidades e limitações da “pequena produção”, selecionando para acompanhamento experiências em agricultura alternativa que estavam em curso no país. Pouco depois surge a demanda por parte de técnicos e agricultores de se construir uma estrutura para sistematização, experimentação e demonstração das tecnologias alternativas, que deveria funcionar tal qual uma pequena propriedade rural. A partir desta demanda são criados Centros de Tecnologia Alternativa (CTA)⁷⁸ em diversas regiões do país. A partir de 1984 começa a tornar realidade os encontros regionais e locais de agricultura alternativa para troca de experiências e a constituição de uma Rede Nacional de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas, congregando diversas ONGs afins (DIAS, 2004).

A idéia de se criar o que mais tarde será denominado CAA-NM surge em 1985 durante um encontro regional de agricultura alternativa em Montes Claros, organizado pela Casa de Pastoral Comunitária da Diocese de Montes Claros, pela CPT e pelo PTA/FASE. Os participantes desse encontro⁷⁹ almejavam criar uma organização que tivesse como propósito intervir na realidade dos “pequenos agricultores”, e que ao mesmo tempo essa organização representasse um movimento contrário aos paradigmas da agricultura convencional e à lógica operante na política macroeconômica do Estado. Política esta, que era interpretada por seus críticos como responsável, em grande parte, pelo processo de expropriação, degeneração da cultura camponesa, êxodo rural e degradação ambiental regional.

Um dos primeiros técnicos contratados para dar sentido à intervenção proposta pela instituição nascente, o CTA do Norte de Minas, situado em Montes Claros, narra como transcorreu a realização desse encontro.

Teve um encontro regional em 85, aí se decidiu pela criação de um CTA lá [em Montes Claros]. A CPT junto com os sindicatos e associações de pequenos produtores da região reuniu num encontro

⁷⁷ Esses atores sociais possuíam como premissa que as tecnologias empregadas não eram adequadas às condições dos agricultores menos capitalizados. Sabiam que era necessário buscar por alternativas tecnológicas, mas ao mesmo tempo, havia uma indefinição de que tecnologia seria esta. Nessa incerteza, a opção pelo “saber camponês” frequentemente foi seguida.

⁷⁸ Os CTAs davam ênfase a produção, mas não se limitavam a cursos e formação técnica, isto é na dimensão produtiva da agricultura alternativa, havia a intenção de contribuir para a formação política dos agricultores e técnicos envolvidos (DIAS, 2004).

⁷⁹ Participaram do encontro, lideranças comunitárias e sindicais, agentes da CPT, técnicos da Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) e da SETAS (Secretaria do Trabalho e Assistência Social) (CAA, 1997).

com 150 pessoas, para pensar em criar alternativas para a pequena produção no semi-árido, onde no Norte de Minas Gerais nessa época [ocorria] a modernização via SUDENE, dinheiro a rodo [...] para implantar fazenda de gado, para implantar projetos de irrigação, muita monocultura de algodão, muito veneno. E o pequeno o quê que faz? (C.E.M, em entrevista)

Essas organizações buscavam idealmente uma intervenção que ocorresse de modo completamente diferenciado do tipo de intervenção que o Estado propunha e praticava. Aliás, boa parte do sentido de sua existência residia aí. Na visão do primeiro agrônomo contratado para trabalhar no CTA de Montes Claros “*essas ONGs foram criadas porque não tinha espaço no Estado pra você trabalhar de outro jeito, mais próximo do agricultor*”, e reitera “*você não tinha esse espaço no Estado, então estas ONGs se constituíram para fazer oposição ao Estado e fazer um trabalho diferente mesmo, o oposto ao que o Estado fazia*” (C.E.M., em entrevista).

Comungando dessas idéias, surge em 1985, o CTA do Norte de Minas, contando com apoio institucional do PTA-FASE, que foi quem contratou, com apoio da CPT, os dois primeiros profissionais que fizeram parte dos quadros da instituição, sendo um agrônomo e um educador (psicólogo)⁸⁰. Um deles conta como acontecia a articulação da rede PTA em meados da década de 1980, já que um de seus desdobramentos em Minas Gerais originou o CTA do Norte de Minas.

Em 84 começa os primeiros trabalhos da Rede PTA, eles começam a viabilizar alguns projetos regionais, montar a equipe pra trabalhar junto aos sindicatos, associações, parceiros locais com essa idéia da tecnologia alternativa. Já existira aqui em BH a Rede de Intercâmbio de Tecnologia Alternativa⁸¹, tinha um escritório em Belo Horizonte com dois técnicos que articulava essa rede, animava essa discussão em Minas Gerais, fazendo encontros, muito por dentro do movimento sindical, dos sindicatos de trabalhadores rurais (C.E.M, em entrevista).

Nos primeiros anos de atuação, os técnicos do CTA do Norte de Minas estiveram voltados para o conhecimento da região e estabelecimento de contatos, “*começamos a fazer encontros, visitas, viagens, conhecer a região, aí eu fui aprender o que era o cerrado norte mineiro, o que era essa coisa do cerrado na transição com o semi-árido, como é que era a vida desse camponês*” o que permitiu progressivamente a compreensão das especificidades da região e de seu

⁸⁰ Em janeiro de 1987 os dois primeiros técnicos foram contratados com recursos da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), para dar início ao trabalho na região (CAA, 2001).

⁸¹ A Rede de Intercâmbio de Tecnologia Alternativa, integrante do PTA/FASE, foi criada em 1986 (www.rede-mg.org.br).

povo. Segundo este mesmo técnico, *“no começo eu achava que eram miseráveis, que era uma região sofrida demais, aí com o passar do tempo você vai calibrando seu olhar, entendendo, conversando com esse povo e vai entendendo que eles têm estratégias de vida ali”* pois, na sua opinião *“conseguem extrair do ambiente as condições materiais de existência”* (C.E.M, em entrevista).

Outra frente de atuação baseou-se na assessoria ao movimento sindical e no apoio aos movimentos populares, na luta pela terra e acesso ao crédito rural, o que está explicitado na seguinte fala de um dos técnicos *“apoiar as articulações políticas, apoiar as lutas, lutas pela terra, conhecer os sindicatos e as organizações, apoiar os assentamentos que estavam começando acontecer as ocupações”*. Na sua percepção, com isso a entidade foi *“pouco a pouco ganhando legitimidade e credibilidade, fazendo parte de uma rede de apoio aos camponeses”* (C.E.M, em entrevista).

A entidade, ao publicar um documento que aborda sua trajetória institucional, elabora e sistematiza no trecho abaixo o que significou os primeiros cinco anos de atuação da entidade, que ela própria define como *“primeiros passos”*. Ressalta-se que nesse momento ainda não existia institucionalmente o CAA, mas o CTA do Norte de Minas.

Os primeiros passos que resultaram na definição da missão institucional e de suas estratégias de ação, passaram pela formulação de uma crítica fundamentada ao modelo de desenvolvimento em curso na região e pela construção de instrumentos metodológicos para conhecer e compreender a lógica da produção camponesa, sua visão de mundo e suas interações com o entorno (CAA, 2006, p.41).

Contudo, em 1989, o PTA se desvincula da FASE e todos os CTAs e equipes regionais vinculados à coordenação nacional, dentre eles o CTA do Norte de Minas, iniciam o processo de criação de autonomia institucional, passando cada equipe técnica a constituir uma ONG autônoma⁸² (DIAS, 2004). É dessa

⁸² Depois da reestruturação do PTA, a Rede PTA continua existindo, passando a ser uma rede interinstitucional. Em Minas Gerais nesse período inicial faziam parte da Rede PTA, o Centro de Tecnologia Alternativa da Zona da Mata (CTA-ZM); o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM); o Centro de Assistência Técnica e a Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE) (DIAS, 2004).

forma que é criado o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, CAA-NM.⁸³

Aí em 89 criamos a entidade, a ONG né, o CAA. Foi preciso criar autonomia institucional, financeira, viabilizar seus projetos, e também se legitimar socialmente. Então o trabalho de dois anos que tinha até aquele momento, deu alguma base para legitimidade e criar o CAA. Inclusive teve muita polêmica na criação do CAA, o que seria o CAA? O que seria essa entidade né? Porque tinha vertentes diferentes ali dentro. Alguns defendiam que o CAA tinha uma especificidade a tratar, que era a agroecologia, na época a gente chamava de agricultura alternativa, estava começando a chamar de agroecologia, que era trabalhar com sistema de produção, com alternativas produtivas e econômicas e outros achavam que não, que o CAA deveria ser um centro de assessoria ao movimento social, camponês *latu sensu*, em geral né. E teve uma briga brava, polêmica, aí teve duas assembléias pra resolver isso, a primeira rachou, foi por voto e na segunda que houve um consenso (C.E.M, em entrevista).

Com a análise da narrativa do próprio CAA, que distingue sua trajetória de atuação em quatro fases, de 1985 a 1990, de 1990 a 1995, de 1996 a 2002 e de 2002 até os dias atuais, será possível situar qual o direcionamento tomado a partir do “consenso” ocorrido no momento da criação da entidade ao longo destas fases, que estão marcadas pela inovação metodológica e por momentos de mudança de estratégia institucional, sistematizadas no Quadro 1.

Quadro 1: Sistematização da trajetória do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM)

Fases	1985-1990	1990-1995	1996-2002	2002- ...
Abordagem	Primeiros passos	Abordagem comunitária e ações temáticas	Desenvolvimento local	Abordagem territorial e as redes sócio-técnicas
Locus de atuação	Planejamento da ação com as famílias na propriedade; comunidade.	Planejamento da ação com as famílias na propriedade; comunidade.	Assessoria a organizações de pequenos agricultores	Território; direito ao território ancestral (comunidades sertanejas tradicionais).
Influência teórica	Teorias neomarxistas	Teoria do Desenvolvimento Comunitário;	Teorias do Desenvolvimento Local;	Gestão de territórios Teorias antropológicas e sociológicas (Redes

⁸³ A partir de então, o CAA-NM se organiza como uma organização civil, sem fins lucrativos, com a participação de pequenos agricultores, agrônomos e técnicos agrícolas da região norte de Minas, passando a ser constituído em sua estrutura, por um conselho diretor, um conselho fiscal, equipe administrativa e coordenação executiva. A instância máxima de deliberação é a Assembléia Geral, composta por representantes de grupos de base e de entidades parceiras, que se reúnem ordinariamente uma vez por ano. O conselho diretor reúne-se a cada dois meses, sendo eleito a cada dois anos (CAA-NM, 2001).

		Pedagogia do Oprimido (Freire,1970); Agroecologia e etnociência.	Desenvolvimento Local Sustentável; Agroecologia e etnoecologia.	sociais); Agroecologia.
Articulação	STR's, agentes pastorais, CPT e PTA-Fase.	Associações comunitárias; CPT, CUT regional, movimento ecológico, Rede PTA.	STR's; associações; Fetaemg, pastorais, fóruns de desenvolvimento	Redes sócio técnicas (atores locais, comunidades de agricultores e organizações sociais)
Métodos e metodologia	Sensibilização e conscientização	Pesquisa-ação, pesquisa participante, DRP.	Construção metodológica; Técnicas e recursos didáticos diversificados, Diagnósticos participativos.	Ação em redes

Fonte: Sistematização realizada a partir compilação de documentos do CAA-NM.

Como se viu, as primeiras propostas foram assentadas em alternativas tecnológicas, muito em função da sua ligação com o PTA/FASE, que conduziu seus “primeiros passos”. Nessa primeira fase, que vai desde o seu surgimento em 1985 até o ano de 1990, a entidade fundamentou-se tanto em estudos “porteira a fora” quanto “porteira a dentro”. As intervenções denominadas de estudos “porteira a fora” englobavam a análise das dinâmicas e dos impactos da ação interventora do Estado na região, objetivando fundamentar uma crítica consistente ao modelo de desenvolvimento. Já os estudos “porteira a dentro”, como o próprio nome indica, objetivavam realizar pesquisas sobre determinados sistemas de produção, sobretudo aqueles advindos de um “saber camponês”, a fim de se compreender a lógica produtiva dos agricultores e resgatar práticas tradicionais (CAA, 2006).

Para tanto, a orientação pedagógica e metodológica que ancorava a relação entre técnico e agricultor estava permeada pela concepção de educação popular de Paulo Freire, como conta um ex-técnico da instituição:

(...) a gente tinha muita referência de Paulo Freire, da educação popular né, do dialogo né, da dialogicidade, quer dizer, nós não sabemos mais que ninguém, a gente aprende junto né, a gente aprende é no diálogo. Então assim, na relação com o camponês, sempre foi isso, mesmo que faltasse pra gente instrumento pedagógico, às vezes faltava, mas a postura ideológica, filosófica do técnico era sempre de aprender, de ouvir, de contribuir, dessa coisa do diálogo (C.E.M, em entrevista).

O CAA explicita que sua dinâmica de trabalho a nível local ocorria através da realização de encontros comunitários, nos quais havia a sensibilização das famílias, o resgate de experiências tradicionais, assim como o debate da proposta de trabalho a ser realizado, focadas nesse momento principalmente no manejo, conservação dos solos, adubação orgânica, controle alternativo de pragas e doenças e produção de sementes (CAA, 1997; 2006). Nesses encontros alguns agricultores se mostravam mais dispostos a mudar algumas práticas avaliadas como insustentáveis, e a incorporar outras. Os que demonstravam essa predisposição para mudança, os técnicos do CAA aproveitavam para iniciar o acompanhamento às experimentações na propriedade deles, *“esse é o experimentador, é o agricultor que vai na frente, e nós vamos acompanhando ele, e a propriedade dele passa a ser referência para levar os outros depois, discutir.”* (C.E.M., em entrevista). Assim, a dinâmica de atuação da organização passava pela seleção para estudo destas propriedades rurais, onde se dava experimentação e demonstração da viabilidade do uso de práticas alternativas (CAA, 1997).

No que se refere à metodologia empregada, um agrônomo da ONG explica que:

Todo encontro que a gente fazia o método sempre começava com o camponês falando, sempre começava com o que eles colocavam, depois que eles falavam, então a gente se inseria na discussão, e vê como entrar, como que a agricultura alternativa entra nessa discussão. Se o tema era solo, eles começavam colocando como que era o manejo, como que era a relação, o que eles percebiam no manejo do solo, os resultados, depois a gente entrava. Então era assim, essa troca né, e apesar do CAA ter constituído uma área⁸⁴, o centro do trabalho sempre foi a área dos agricultores, que a gente chamava de experimentação participativa, sempre experimentação prioritária na área dos agricultores (C.E.M., em entrevista).

Como a própria organização afirma, a construção de princípios que direcionariam sua ação, inicialmente esteve fortemente ancorada na crítica opositora à forma de intervenção do Estado. É dessa forma que o CAA-NM “influenciado pelas concepções do movimento social e consciente do processo desenvolvimentista em curso, toma caminhos e definições conceituais trilhados

⁸⁴ Está se referindo a Área de Experimentação e Formação em Agroecologia (AEFA), que é uma área de 63 ha localizada na zona rural de Montes Claros, adquirida pelo CAA-NM na década de 90 objetivando ter um “controle” mais rigoroso dos princípios ecológicos nas experimentações. Contudo, além de ocorrer nesta área algumas experimentações em agroecologia, ela se constitui também em um centro de formação (técnica e política) de técnicos e agricultores da região.

pelos próprios atores sociais, que cuidam de mostrar os limites e as ambigüidades dos esquemas formais” (CAA, 2006, p.42). Esse conjunto de princípios norteadores esteve ao longo de sua trajetória marcado pelo “posicionamento ético ao lado dos agricultores e suas organizações” pelo “reconhecimento e valorização do saber tradicional” e por uma “concepção universalizante do saber técnico-científico”, pautadas em ações direcionadas à “recuperação, conservação e uso sustentável dos recursos naturais” e da “inserção de alternativas técnico-metodológicas na dinâmica de organização da produção camponesa” (CAA, 2006). Neste primeiro momento, fica bastante explícita, na trajetória da instituição, sua afirmação político-ideológica, posicionando-se “ao lado dos movimentos sociais” e “de costas para o Estado” uma vez que construía seu projeto a partir da elaboração crítica ao modelo de desenvolvimento apoiado pelo Estado, estabelecendo uma identidade opositora a este, em diálogo com os movimentos sociais.

Contudo, essa postura institucional será transformada na década de 1990, mudando paulatinamente a forma de relacionamento destas organizações com o Estado. Esta década traz consigo a afirmação do projeto de redemocratização do país, criando oportunidades para o “surgimento” de uma multiplicidade de atores coletivos e identidades que superam as categorias analíticas da leitura marxista, o que demandou um alargamento da base analítica para além da categoria “classe social” (SCHERER-WARREN e LÜCHMANN, 2004). Assim, as influências neomarxistas, até então predominantes como base teórico-analítica das ONGs, perdem espaço para novas abordagens, que serão determinadas por “novas” demandas sociais.

Essas “novas” demandas ganham destaque com a mobilização em torno da preparação e realização das Conferências Mundiais das Nações Unidas, que estimula a criação de fóruns de discussão relacionados especialmente à problemática sócio-ambiental, contando com intensa participação da sociedade civil organizada e possibilitando maior intercomunicação entre os movimentos sociais (SCHERER-WARREN e LÜCHMANN, 2004). Entre essas Conferências, a Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, como visto na seção anterior, inseriu a discussão ambiental na pauta nacional, e somada aos eventos preparatórios a esta foram

importantes para a definição da identidade e reconhecimento social do nome ONG. Sherer-Warren e Lüchmann (2004) salientam ainda a oportunidade que os eventos preparatórios para a Eco-92 e outros, como o Fórum das ONGs e Movimentos Sociais, criaram no que diz respeito ao estímulo para parcerias entre sociedade civil e poder público.

Além disso, outro fator essencial para o fortalecimento das “parcerias público-privadas” será o contexto ensejado pela globalização neoliberal. Nesse processo, as ONGs cumprem papel primordial, (re)significando a forma de intervenção social do Estado, baseando-se nos princípios de participação e cidadania. Desta forma, as ONGs, entre elas o CAA, que até então percebiam o Estado como adversário, passam progressivamente a percebê-lo como parceiro das ações e programas sociais que visavam o desenvolvimento de comunidades. Em função da importância do apelo às questões ambientais e da visibilidade que os movimentos ambientalistas conquistam no cenário mundial, a demanda pela promoção do desenvolvimento aliado à conservação dos recursos naturais irá daqui pra frente, constituir-se em pré-requisito das agências financiadoras de projetos em países em desenvolvimento, o que influenciará a mudança na retórica das ONGs de desenvolvimento localizadas nos países em desenvolvimento.

É assim que no período de 1990 a 1995 o CAA repensa sua relação com o Estado (CAA, 1997) e mostra-se influenciado pela abordagem comunitária ancorada na teoria do desenvolvimento comunitário. Neste segundo momento a instituição direciona prioritariamente sua atuação para as associações comunitárias e alguns sindicatos de trabalhadores rurais, afirmando uma assessoria mais direcionada às questões produtivas da “agricultura familiar” vinculada a dimensão sócio-ambiental. Dentre as ações deste período, uma que interessa especialmente a este trabalho, retomada no capítulo seguinte, será o apoio a luta pela terra na Fazenda Tapera e denúncias contra o desmatamento ilegal de parte vegetação nativa desta, bem como negociações com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) tendo em vista a desapropriação das terras em litígio (CAA, 1997).

É também a partir deste momento que se iniciam as primeiras discussões em torno da agroecologia, com a redefinição dos marcos teóricos conceituais, representadas pelas contribuições da etnociência e da agroecologia, responsáveis

por fornecer uma nova estrutura metodológica para ONG, em que a valorização do conhecimento tradicional ganha renovada importância discursiva. Na leitura do CAA, a etnociência e a agroecologia, juntas, permitem uma “compreensão mais profunda da natureza dos agroecossistemas e de seu funcionamento, bem como dos sistemas de conhecimento dos grupos étnicos locais” (CAA, 2006, p.47).

A incorporação dos princípios agroecológicos na retórica e na prática da ONG foi gradativa. Contudo, salienta-se que desde o início a idéia de alternativas tecnológicas “ao pacote” e ao “modelo de desenvolvimento hegemônico” esteve presente, bem como o respeito e o resgate ao saber tradicional, um dos pilares da agroecologia, o que ainda não se fazia presente era uma ciência que embasasse suas práticas. O trecho a seguir demonstra como se deu a inserção da agroecologia nas discussões técnicas da ONG por meio da assessoria técnica aos agricultores:

Aí como que entra a agroecologia nisso, que a gente foi também aprendendo né, quais eram os pontos de estrangulamento daqueles sistemas camponeses, em quê que a agroecologia podia contribuir nisso, não com soluções prontas e pacotinhos fechados, mas de entender como que se davam aqueles sistemas camponeses, e como melhorar o manejo do solo, como melhorar as variedades que eles plantavam, o manejo dos animais, o manejo do cerrado. Fomos pouco a pouco conseguindo entrar no sistema e propor algumas melhorias né, não uma mudança radical no sistema (C.E.M, em entrevista).

Um ponto fundamental encontrado nas entrevistas⁸⁵ que pode ter influenciado na receptividade dos agricultores à proposta agroecológica da ONG, era de que não se propunha uma mudança radical do sistema de produção “camponês”. Porém, mesmo assim, a adesão não ocorria de imediato, algumas dificuldades estiveram presentes como está ressaltado na fala de um dos técnicos, pois avalia “*havia resistência, sempre houve resistência, a gente nunca pensou na agricultura alternativa como pacotinho, soluções técnicas prontas, fazer receita, nunca entramos nessa, a gente sabia que isso era barco furado*” e salienta que a adesão dos agricultores à proposta de produzir dentro dos princípios da agroecologia era bastante parcial “*de dez, às vezes dois ou três acreditava que era possível, então a gente tinha que começar com esses dois ou três.*” (C.E.M, em entrevista). Segundo este técnico,

(...) a primeira coisa que a gente começou a trabalhar, era que os agricultores, uma boa parte, tacava fogo no cisco e colocava o gado para comer a palhada, e deixava o solo nu. A gente achava isso

⁸⁵ Entrevistas concedidas por técnicos da ONG e por assentados assessorados pelo CAA-NM.

insustentável, eles mesmos reclamavam do depauperamento do solo, então começamos a discutir como não queimar, e como trabalhar com a palhada aproveitando essa matéria orgânica para devolvê-la ao solo. Tinha agricultor que batia na mesa e dizia, “se não queimar não dá, se não queimar eu não colho um grão” (C.E.M, em entrevista).

Um técnico do CAA, conta o caso emblemático de um casal de agricultores de Mirabela, um dos municípios de atuação do CAA, que após participar de uma discussão que a organização promovia com alguns agricultores da região sobre os prejuízos da queimada como forma de manejo da roça. Este casal apresentou comportamentos diferentes em resposta à nova informação, já que esta informação “não queimar” era contrária ao que tradicionalmente se praticava na região. O homem continuou queimando, e a mulher em uma outra área ao lado daquela que o marido plantava preferiu inovar e fazer a experiência de plantar sem queimar, em curva de nível, retendo a erosão e devolvendo a matéria orgânica para o solo. Com o passar do tempo foi se observando que *“a roça dela ficou muito melhor que a dele, aí o marido foi se convencendo e depois virou um grande entusiasta da agricultura alternativa”* (C.E.M, em entrevista).

Esse processo que envolve a decisão da experimentação de algumas práticas consideradas mais sustentáveis na agricultura se baseia fortemente na observação apurada da experimentação em curso pelo agricultor, da comparação e avaliação dos resultados com outras experiências que não se preocupam com a sustentação desse sistema em longo prazo. Caso o agricultor avalie que a experiência que parte dos princípios da agroecologia está dando melhores resultados, ele irá optar por esta, já que atende mais às suas possibilidades e limitações.

Retornando a descrição da trajetória do CAA, o terceiro período que vai de 1996 a 2002 afirma sua opção pela agroecologia, porém a ênfase será no desenvolvimento local. A agroecologia é inserida como a base para o desenvolvimento rural sustentável e seu público-preferencial passará a ser denominado por “agricultor familiar” e não mais “pequeno produtor” nomeação predominante em sua primeira fase.

Logo, a abordagem do desenvolvimento local que ganhou força durante a década de 1990, perde espaço na década seguinte para as análises baseadas no conceito de território e de redes sócio-técnicas. Percebe-se que na medida em que as políticas públicas vão tomando novos direcionamentos e congregando novos conceitos, como o de “território” que na gestão atual do Governo Federal, instituiu

inclusive uma Secretaria de Desenvolvimento Territorial, as organizações, dentre elas as ONGs, vão também incorporando novos conceitos, já que atualmente parte do financiamento de seus projetos depende do Estado. É interessante constatar que as influências e as mudanças de enfoque teórico do CAA coincidem com a transição e evolução temporal das abordagens alternativas de desenvolvimento, como pôde ser analisado no Quadro 1, apresentado no início dessa seção.

Como pode ser percebido, a partir da sistematização realizada, ao longo de sua trajetória, o CAA vem constantemente revisitando seus princípios de ação, atualizando conceitos, abarcando “novas” teorias e construindo conseqüentemente suas estratégias o que lhe confere uma constante reorientação metodológica.

Mais recentemente, pode-se dizer que no conjunto geral das ONGs de desenvolvimento “*houve uma antropologização da leitura e discurso das ONGs, como desdobramento da “humanização” da noção do desenvolvimento*” (PIETERSE, 1998 *apud* DIAS e DIESEL, 1999, p.6), o que também pode ser notado pela retórica do CAA. A percepção da existência de culturas e modos de vida tradicionais na região, o que conformaria identidades sociais distintas, ganha amplitude nos últimos tempos. Isso é visível no discurso do CAA quando se diz inserido, juntamente com seus colaboradores, em uma “*ampla rede sócio-técnica junto às comunidades de quilombolas, indígenas, geraizeiras, caatingueiras, vazanteiras, acampados, assentados, agricultores e agricultoras familiares do Sertão do Gerais de Minas*”⁸⁶. O Sertão de Minas Gerais representa o território⁸⁷ no qual essas distintas populações tradicionais ganham visibilidade pela leitura antropológica.

Somando-se a esta última, a noção de redes⁸⁸ atualmente faz-se presente no CAA predominantemente nas suas formas de abordagem, e de articulação, como

⁸⁶ Informação disponível no endereço eletrônico do CAA-NM, www.caa.org.br.

⁸⁷ O território é compreendido pelo CAA como uma “*unidade sócio-espacial, sobre a qual existe uma identidade social, circuitos econômicos, vínculos e circuitos privilegiados de conversação e diálogo entre famílias, comunidades e localidades*”. Contudo, ressalta que os territórios podem ser entendidos como “*espaços físicos concretos, mas também dinâmicos e em permanente construção social*” (CAA, 2006, p.57).

⁸⁸ O CAA (2006, p.60) tendo como referência o conceito de redes sócio-técnicas de Eric Sabourin, as entende como “*estruturas desenhadas pelas relações interpessoais múltiplas que reúnem atores individuais e institucionais ao nível regional ou local, em torno de objetos e objetivos comuns*”. Na prática são redes de articulação, com atores locais, comunidades de agricultores e suas organizações sociais, formados por múltiplos atores, entre eles técnicos de ONGs, grupo de pesquisadores, institutos de pesquisa e organizações parceiras. A abordagem de redes se constitui em importante ferramenta teórica para compreensão da dinâmica político-social e dos processos estruturadores da sociedade (SCHERER-WARREN e LUCHMAN, 2004).

influência teórica e método de ação⁸⁹. Percebe-se que a adoção preferencial da gestão de territórios em redes sócio-técnicas não excluiu a agroecologia do seu projeto. Ao contrário, segundo o CAA, a agroecologia precisa articular suas ações de forma mais ousada de modo a “sair do isolamento”, buscando processos de validação ambiental, social e econômica, inserindo-se em um conjunto de ações articuladas em redes, pautadas no enfoque agroecológico, fortalecendo assim, suas iniciativas (CAA, 2006).

Essas inovações discursivas, que em grande medida influenciam na forma de intervenção da organização, podem ser notadas também através da sistematização dos objetivos do CAA-NM ao longo de sua trajetória, a seguir apresentados, sendo possível perceber como a organização vai transformando sua retórica, suas estratégias de ações, incluindo novos conceitos e alterando nomeações referentes ao público com quem trabalha.

Quadro 2: Sistematização dos objetivos do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM)

Fases	1985-1990	1990-1995	1996-2002	2002-
Objetivos	Promover tecnologias adaptadas às condições sociais e do meio natural; Construir canal alternativo de informações sobre sistemas integrados de produção para as condições da pequena produção local; Estender a área de estudos aspectos de plantas medicinais e controle biológico de pragas e doenças.	Construção de propostas técnico-metodológicas no campo produtivo e da formação técnica e política dos agricultores e suas organizações; Contribuir para experimentar, demonstrar, avaliar, intercambiar, irradiar propostas sustentáveis para a agricultura camponesa (AEFA).	Colaborar na construção de propostas de desenvolvimento rural sustentáveis do ponto de vista sócio-cultural, econômico e ecológico; Desenvolvimento e difusão de experiências agroecológicas; Colaborar para o fortalecimento econômico e sócio-político da agricultura familiar.	Colaborar, enredado nas organizações de agricultura ou extrativistas dos sertões norte-mineiro, no desenvolvimento de propostas para uma sociedade solidária, justa e democrática com enfoque na agroecologia.

Fonte: compilação realizada a partir de documentos do CAA-NM.

⁸⁹ Primeiramente as iniciativas de ação em rede se deram através da Rede PTA de Tecnologias Alternativas, Rede de Intercâmbio de Sementes e Rede Cerrado, depois foram incluídas outras, entre elas, a Articulação Agroextrativismo, Articulação Semi-Árido, Via Campesina, Articulação Nacional de Agroecologia, Rede Alerta contra o Deserto Verde, dentre outras (CAA, 2006).

Como pode ser observado, desde o princípio de sua existência, o CAA tem se pautado por estratégias de ação que objetivam intervir no contexto da produção de modo a assessorar e fortalecer os sistemas produtivos e a organização política dos agricultores. Ao mesmo tempo, estrategicamente, não se restringe apenas ao local, por meio de ações pontuais, mas visa estabelecer relações para além do local, inserindo-se em redes de discussão e relacionamento com outras organizações da sociedade civil e atores sociais diversos, constituindo meios necessários para que a produção familiar chegue ao mercado consumidor, visando ainda criar uma rede de assistência, pressão e defesa dos interesses dos agricultores familiares.

Recentemente, a instituição parece ter reforçado sua prioridade pela segunda opção, isto é, ações que transcendem o local, expressas pela opção preferencial de ação em rede, como modo de fortalecer, consolidar e validar suas ações locais. Para tanto, a instituição possui diversos parceiros com os quais obtém financiamentos em organizações internacionais de cooperação ao desenvolvimento, muitas delas ligadas às Igrejas, além de contar com apoio financeiro de fundações e entidades privadas internacionais e nacionais, voltadas para a conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável e mais recentemente tem recebido apoio dentro do próprio governo⁹⁰.

Percebe-se, por meio da análise de documentos institucionais e entrevistas, que a abrangência da articulação do CAA é bastante expressiva, formando uma complexa rede com outras organizações com a finalidade de facilitar a intercomunicação, a interação e organização em torno de temas polêmicos, o estabelecimento de estratégias de ação conjunta, ampliando o espaço político de

⁹⁰ Dentre seus parceiros, está a *Miseror*, que se constitui em uma obra episcopal da Igreja Católica Alemã de cooperação ao desenvolvimento, a *Brot für Die Welt* (Pão para o Mundo) agência de cooperação das Igrejas Evangélicas da Alemanha para combate a fome e a pobreza através de projetos de apoio ao desenvolvimento, a *CESE*, Coordenadoria Ecumênica de Serviços, entidade filantrópica composta por cinco Igrejas que faz a intermediação de recursos financeiros a projetos sociais. Ainda são parceiros do CAA o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (*FUNBIO*), responsável por aportar recursos estratégicos para a conservação da biodiversidade, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (*PNUD*), a organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (*FAO*), a Articulação Semi-Árido (*ASA*), a *ActionAid* que é um ONG sem filiação partidária ou religiosa, que apóia outras organizações, o Instituto Sociedade, População e Natureza (*ISPN*) que tem como objetivo contribuir para a viabilização do desenvolvimento sustentável com equidade social e equilíbrio ambiental, a *Fundação Banco do Brasil* e no âmbito governamental federal tem apoio do *MDS*, *MMA* e *MDA*, respectivamente Ministério do Desenvolvimento Social e combate a fome, Ministério do Meio Ambiente e Ministério do Desenvolvimento Agrário (site do CAA e das instituições financiadoras).

interferência seja nas políticas públicas, seja em outras áreas (SHERER-WARREN, 2005; KECK e SIKKINK, 1998).

O CAA possui parcerias com entidades representativas de classe, organizações ligadas às Igrejas, instituições de ensino superior, órgãos governamentais, participa nos âmbitos local, regional e nacional de fóruns de articulação, intercâmbio e discussão de temas que relacionados à questão sócio-ambiental que envolve um conjunto variado de atores coletivos ligados a diversas outras redes.

O estabelecimento de uma rede de apoiadores aos projetos desenvolvidos pelo CAA permitiu a efetivação e ampliação da abrangência dos trabalhos dessa organização no decorrer de sua história de atuação junto às populações rurais no Norte de Minas⁹¹. A figura abaixo ilustra a atual abrangência da atuação CAA que alcança diversos municípios da região Norte de Minas.

⁹¹ De acordo com o “relatório de auto-avaliação institucional” divulgado em 1997, neste ano o CAA atuava em 6 municípios através de 7 técnicos e 10 funcionários. Segundo outro relatório elaborado em 2001 pelo CAA, os trabalhos da instituição passaram a envolver 414 famílias de forma sistemática e 2472 famílias de forma esporádica, organizadas em sindicatos e cinco associações de agricultores em 11 municípios. Um documento do MMA divulgado em 2002, diz da ampliação das atividades, passando envolver 13 municípios. Em levantamento de campo uma das técnicas e sócias da entidade informa que a instituição atuava em 2003 em 11 municípios, contando com 21 funcionários (LTEIF, 2004).

4. ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA AGROECOLÓGICA NO ASSENTAMENTO TAPERA

Este último capítulo se dedicará, entre outros objetivos, a narrar e analisar como se deu a construção da agroecologia no Assentamento Tapera, buscando entender como as práticas agroecológicas se mantêm, identificando fatores que contribuíram para sua permanência. Para tanto, inicialmente serão relatadas as razões da origem do conflito pela posse da terra da fazenda Tapera, deflagrado com a indicação do então prefeito do município de Riacho dos Machados para desapropriação desta para fins de Reforma Agrária, por não cumprir sua *função social*⁹². Fazem ainda parte dessa história, a emissão de um laudo oficial contrário à desapropriação desta fazenda, resultado de uma primeira vistoria, a posterior venda desta fazenda, o acirramento do conflito com o novo proprietário e a busca de apoio em mediadores sociais, que projetaram e fortaleceram a luta dos posseiros para além da localidade. Pouco tempo depois, a produção de um diagnóstico favorável à desapropriação desta fazenda, de caráter não-oficial, elaborado por um mediador do conflito citado, contra-argumentando e questionando o laudo oficial do INCRA, desencadeou a retomada do processo de vistoria pelo mesmo. Desse longo processo, que se arrastou por mais de dez anos, somadas às pressões que posseiros e mediadores locais conseguiram imprimir na esfera governamental, originou-se o Assentamento Nossa Senhora das Oliveiras, mais conhecido como Assentamento Tapera.

Contudo, antes de narrar o referido conflito, será feita uma breve caracterização do local em estudo, apresentando um pouco das especificidades geográficas presentes e das identidades culturais que se afirmam nesse cenário que tem aqui como tema central a construção da agroecologia.

⁹² De acordo com o Artigo 186 da Constituição Federal de 1988, regulamentada pela Lei 8.629/93, a função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, quatro requisitos: “I – aproveitamento racional e adequado; II – utilização racional dos recursos naturais e preservação do meio ambiente; III – observância das Disposições que regulam as relações de trabalho; IV – exploração que forneça o bem-estar dos trabalhadores e proprietários”. Contudo, a função social da terra já se constituía em um condicionante ao acesso à propriedade da terra desde o Estatuto da Terra de 1964.

4.1 Breve caracterização da área em estudo

Como foi mencionado, o Assentamento Tapera localiza-se em Riacho dos Machados, região Norte de Minas, distando cerca de 600 km da capital mineira, já que o percurso de Belo Horizonte a Montes Claros compreende 418 km, de Montes Claros até chegar a Riacho dos Machados são mais 140 km de estrada asfaltada e da sede do município de Riacho dos Machados até o Assentamento Tapera são mais 22 km de estrada de terra. As experiências agroecológicas, ora em estudo, situam-se nos topos aplainados da Serra do Espinhaço, em uma área de transição fisionômica entre os domínios do cerrado e da caatinga, inserida climaticamente na região do semi-árido brasileiro.

O lugar em que estas experiências estão sendo desenvolvidas é particularmente conhecido pela população local como “gerais”, designação de origem popular, que foi apropriada pela linguagem científica sob a nomenclatura de “campos gerais” para se referir as formações arbustivas e herbáceas com fisionomia de cerrado *strictu sensu* (CAMPOS, 2001). A razão por receber tal denominação tem tido diferentes interpretações. Uma delas entende que o termo “gerais” é empregado devido à sensação de amplitude que se tem na vastidão dos horizontes intermináveis próprios do Planalto Central Brasileiro, outra interpretação indica que a utilização do termo “gerais” relaciona-se com a forma de uso e ocupação das terras, que eram (e algumas ainda são) de uso comum das populações locais, por isso, chamada de gerais (CAMPOS, 2001; GONÇALVES, 2004b). Nos gerais se partilha o uso comum do território, seja por meio da criação de animais na “solta”, seja por meio do extrativismo vegetal, atividade bastante presente na região em estudo. Outra denominação popular relacionada a um tipo de vegetação característica da região é a de “carrasco”, cuja literatura científica a ele se refere como sendo a vegetação que marca a transição entre o cerrado, localizado nas chapadas, e a caatinga, localizada nas encostas ou escarpas que bordejam o relevo tabular (CAMPOS, 2001).

Como a região em estudo está inserida no semi-árido brasileiro, uma de suas características marcantes é a insegurança hídrica, principalmente no que se refere ao desempenho da produção agrícola, o que está relacionado à reduzida

precipitação, que na área em estudo, tem índice variável entre 600 e 800 milímetros/ano⁹³. A baixa pluviosidade nesta região⁹⁴ aliada a altas taxas de evapotranspiração e a concentração das chuvas em curto período do ano associado a estiagens prolongadas, intensificam a sensação de um clima seco, e são responsáveis pela intermitência de grande parte dos rios e córregos, que especificamente na área de estudo pertencem à bacia do Rio Jequitinhonha. A intermitência das drenagens nessa região é um fenômeno natural, entretanto, existem suposições, que não partem apenas do campo científico, de que esta tenha sido agravada pela interferência humana. Nesse sentido, temos um exemplo na própria área de estudo, pois na percepção dos assentados do Tapera, com a implantação da monocultura do eucalipto na área que circunda o assentamento, os córregos que o atravessam passaram a “segurar menos a água” e reduziram a vazão na “época das águas”, fato evidenciado nas entrevistas.

Algumas das populações que vivem no meio rural na região do cerrado-norte mineiro, seja no interior do vale do São Francisco ou em regiões de transição com a caatinga, têm sido estudadas e associadas ao conceito de populações tradicionais⁹⁵, já que foram entendidas como populações portadoras de uma identidade singular que as distinguem de outras⁹⁶. Essa diferenciação e definição podem partir da própria população local. Segundo descreve Dayrell (1998), no município de Porteirinha, situado na região de caatinga, os seus habitantes nomeiam os agricultores que descem dos planaltos cujo ambiente é típico de cerrado, de geraizeiros. Assim, as diversas identidades dos habitantes

⁹³ O índice pluviométrico na região Norte de Minas é bastante variado. No município de Riacho dos Machados, onde se encontra o Assentamento Tapera, este índice está próximo 800 mm/ano e em Montes Claros, por exemplo, que está posicionada mais ao sul da região, este índice situa-se acima de 1.000 mm anuais. (MAZZETTO, 1999; ALMG, 2008).

⁹⁴ Segundo Mazzetto (1999), a noção recorrente da diminuição da precipitação na região, muitas vezes não encontra respaldo nos dados coletados por estações meteorológicas. Ele afirma isso tendo por base as médias históricas (1910-1998) de precipitação pluviométrica no município de Montes Claros. Portanto, para ele, a razão para a diminuição da vazão e a intermitência de drenagens anteriormente perenes, também atribuídas na maioria das vezes à diminuição das chuvas, deve ser buscada em outros fatores que influenciam a dinâmica hidrológica da região.

⁹⁵ Tendo por referência Diegues (2001, p.87) entende-se que a população tradicional é por definição portadora de uma cultura tradicional. Essa população se caracteriza, por exemplo, pela dependência e simbiose com a natureza, os ciclos e recursos naturais, a partir dos quais se constrói um modo de vida, pelo conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e manejo dos recursos naturais; e ainda na moradia e ocupação do território por várias gerações; importância das atividades de subsistência e reduzida acumulação de capital; fraco poder político, auto-identificação ou identificação pelos outros de pertencer a uma cultura distinta das demais (DIEGUES, 2001).

⁹⁶ Para maiores detalhes ver Dayrell (1998).

dos sertões norte-mineiros são formadas a partir da nomeação dada por eles mesmos, a si ou aos outros, e referem-se aos termos vazanteiros ou barranqueiros, chapadeiros, catingueiros, geraizeiros, entre outros, constituindo-se em denominações intrinsecamente ligadas às características naturais do ambiente que habitam, tendo por referência, as singularidades do lugar de morada, muitas vezes conformando um modo de vida típico⁹⁷. Dentre essa multiplicidade de identidades, uma que se refere e nomeia a população aqui estudada é o termo “geraizeiro” que diz respeito especificamente às populações locais que habitam os gerais, isto é, são os habitantes das regiões de planaltos, encostas e vales dominadas pela vegetação do tipo cerrado, onde os solos são geralmente ácidos e de baixa fertilidade natural⁹⁸ (DAYRELL, 1998).

E inserido nesse ambiente, o assentado do Tapera se reconhece e é reconhecido como um geraizeiro, pois muitos deles possuem um histórico de relacionamento com o ambiente atravessado por um conjunto de crenças que caracterizam e definem um geraizeiro. Essa relação com a natureza é marcada pela elevada diversidade cultural e genética da produção agrícola, pelo uso de variedades de sementes tradicionais, pela criação extensiva dos animais no sistema denominado “solta”, compartilhando áreas comuns de criação e caça de animais e coleta extrativista de madeira, plantas medicinais, frutas típicas, mel silvestre, responsáveis por garantir a sobrevivência familiar (DAYRELL, 1998). Esses arranjos de apropriação comum do espaço e dos recursos naturais, presentes no modo de vida da população mencionada, de acordo com Diegues (2001), são característicos de comunidades com forte dependência dos recursos naturais renováveis que garantem a sua subsistência, que tem vinculações mais ou menos limitadas com o mercado, “*permeados por extensa teia de parentesco, compadrio,*

⁹⁷ Gonçalves (1997), citado por Mazzeto (1999), estudando estas populações sertanejas do norte de Minas, diz que são portadoras de matizes de racionalidade peculiares, forjadas em uma sociabilidade própria e em formas diferenciadas de convivência (produtiva, inclusive) com ambiente em que habitam.

⁹⁸ Especificamente na área de estudo foram identificados 6 tipos de solos sendo duas variações de Latossolos, ambos álicos e de textura média a argilosa; Areia quartzosa também álica; a combinação de solos Litólicos com Cambissolos álicos, fase pedregosa e não pedregosa ocorrendo predominante nas áreas de tabuleiro; e presente nas áreas de vazante estão os solos Aluviais, eutróficos, e Areias Quartzosas Hidromórficas (DAYRELL, 1998). Considerações resultantes do Relatório de Vistoria do INCRA sobre o potencial agrícola das terras em questão afirmaram que 40% da área é constituída por solos sem aptidão agrícola (INCRA, 1989).

ajuda mútua, de normas e valores que privilegiam a solidariedade intragrupal” (DIEGUES, 2001, p.66).

Este habitante do Tapera carrega consigo uma experiência de plantio sem uso de insumos químicos externos, uma vez que, por motivos diversos, o “pacote” da Revolução Verde não chegou até eles, e pela presença de muitas outras práticas consideradas sustentáveis, recomendadas atualmente por correntes da “agricultura ecológica” e pela agroecologia, como a diversificação cultural e genética, o consorciamento da produção com plantas leguminosas, o uso de variedades tradicionais (caboclas) mais resistentes e adaptadas às condições ambientais locais, dentre outras, que serão citadas ao longo deste capítulo.

4.2 Resgatando a história do Assentamento Tapera

O resgate da história do surgimento do assentamento Tapera faz-se importante como base explicativa para se compreender como se construíram as práticas agroecológicas nesse assentamento, o que ficará mais claro ao longo dessa seção. Assim, teve-se como base referencial para resgatar o processo histórico de constituição do assentamento o método histórico, incluindo-se a história oral narrada pelos próprios atores participantes desse processo⁹⁹, associada, quando possível, à análise e ao confronto de informações com documentos oficiais e não-oficiais. Em alguns casos, utilizou-se da história oral com ênfase na história de vida, sobretudo quando se notou a importância fundamental desta como possível elemento explicativo para a incorporação dos princípios agroecológicos. Ressalta-se que a identidade do informante foi preservada em algumas declarações citadas no decorrer do texto que pudessem vir a causar algum tipo de constrangimento, desencadear algum conflito ou confronto de opiniões/dados.

⁹⁹ Incluem-se como participantes desse processo que contribuíram através depoimentos de experiências vividas e memórias, os atuais assentados, que no momento narrado eram posseiros e agregados da Fazenda Tapera. Buscou-se também o depoimento de mediadores sociais atuantes na época do conflito a ser narrado.

A história do assentamento Tapera está relacionada à história da fazenda a qual lhe emprestou seu nome. Essa fazenda ao longo de sua história teve muitos proprietários, conforme descrito abaixo:

Segundo Sr. Chico¹⁰⁰, o primeiro fazendeiro foi o Saraiva, ainda no tempo da escravidão. Depois veio o tal João Figueiredo, sujeito muito envexado, tinha muitos jagunços e mandava matar. Em seguida passou para Júlio Guimarães, baiano, casado com D. Oliva, a quem todos chamavam de Iaiá. Antes de morrer passou para seu irmão, José Guimarães, tratado de Juca. De Juca ficou para D. Clarice, a viúva, que depois se casou com Dr. Carlos, o agrimensor. Foi este agrimensor que mediu a fazenda na época da demarcação e ajudou a ampliar os limites da fazenda, que passou a medir 20.482 ha (MDA/INCRA, 2003, p.20).

A nossa história começa a ser narrada a partir do último proprietário, Sr. Alcebino Santos, conhecido como Major, casado com a filha de Dona Clarice, de quem herdou a Fazenda. A descrição que será feita a seguir percorre principalmente os últimos anos protagonizados por Major na Fazenda Tapera.

A principal atividade econômica realizada na fazenda Tapera quando Major era proprietário consistia na pecuária de bovinos, entremeada por um curto período de tempo, em que a cultura do algodão também se fez presente. A mão-de-obra responsável por desempenhar tais atividades agropecuárias provinha dos próprios moradores da fazenda, que não eram poucos, calcula-se que, ao longo dos 20.482 hectares pertencentes à fazenda Tapera, viviam 54 famílias¹⁰¹ distribuídas ao longo dos cursos de água que a atravessam.

Ressalta-se que a maioria dos moradores da fazenda Tapera tem sua origem relacionada a três famílias apenas, dispersas no interior da fazenda (MDA/INCRA, 2003). Com o passar dos anos estas famílias foram se multiplicando, dando origem a novas gerações, fato que pode ser confirmado a partir dos sobrenomes que estes carregam, segundo informação de um dos entrevistados para a presente pesquisa.¹⁰²

¹⁰⁰ Sr. Chico é hoje assentado do Tapera e foi identificado como o mais antigo morador da Fazenda Tapera, cujos pais e avós também nasceram na fazenda, ainda no tempo da escravidão. (MDA/INCRA, 2003).

¹⁰¹ Informação obtida em entrevista de campo no Assentamento Tapera, agosto de 2007, com um assentado, que se constituiu na época do conflito pela posse da terra, em um dos líderes da mobilização dos posseiros na Fazenda Tapera.

¹⁰² Informação concedida pelo assentado Custódio do Carmo, ex-presidente da Associação dos Assentados do Tapera e atual integrante da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Riacho dos Machados, em entrevista de campo, agosto de 2007.

- *“nasci e criei aqui”*¹⁰³

Observa-se que ser morador da fazenda é uma situação que conforma distintas funções/ocupações dentro da fazenda. Dessa forma, encontrava-se na condição de morador, tanto posseiros, prestando serviços de forma mais ou menos esporádica ao proprietário da fazenda, quanto agregados, desempenhando a função de trabalhador rural (encarregado ou vaqueiro), embora sem registro, tendo um vínculo de trabalho mais permanente e morando na própria sede da fazenda ou próximo a ela.

Um dos entrevistados em campo, que nasceu e cresceu na fazenda Tapera, assim como seus pais, também posseiro desta, conta que os posseiros viviam e plantavam “de tudo um pouco” em uma área muito restrita, geralmente em volta de suas casas, denominada por eles de “quintal”¹⁰⁴. Este restrito espaço que circunda as casas dos posseiros era destinado à produção de gêneros alimentícios que garantiam a subsistência das famílias. Ele conta como era a relação de subordinação dos posseiros ao proprietário da fazenda, *“se você quisesse plantar tinha que ir lá implorar ele, se você fizesse sem ir lá e implorar ele não deixava não, então as pessoas vivia como se fosse cativo, como se fosse escravo”* e explica essa situação mais detalhadamente:

As famílias não tinha aquela liberdade, vivia como se fosse cativo, era obrigado a trabalhar mais para ele do que pra si, não tinha liberdade de aumentar suas roças, até mesmo ter uma criação ele não deixava, era uma forma das pessoas serem presas a ele, só fazia o que ele quisesse, então não era bom (A.P.S, nessa época posseiro, hoje assentado do Tapera, em entrevista).

Os moradores da fazenda, segundo um dos entrevistados¹⁰⁵ cujo pai trabalhou muitos anos para Major como vaqueiro, podiam cultivar outra área fora do quintal, se fosse permitido. Essa área geralmente consistia em uma área de mata virgem, que deveria ser aberta para o plantio por um período de dois anos,

¹⁰³ Afirmação constante, apresentada por aqueles que foram moradores da fazenda Tapera, isto é, pela grande maioria dos entrevistados em campo.

¹⁰⁴ Woortmann e Woortmann (1997, p.82) mencionam o “quintal” como uma categoria nativa expressa pelos sitiantes do Nordeste, que diz respeito ao “espaço das fruteiras que circundam a casa”. Contudo, o quintal na representação dos moradores do Tapera se refere ao espaço da produção dos “mantimentos”, isto é, da cultura do milho, do feijão, da mandioca e da cana, principalmente.

¹⁰⁵ Informação concedida à pesquisadora em trabalho de campo por C.P.S, agosto de 2007.

logo em seguida nessa mesma área, explica esse entrevistado, os moradores deveriam “jogar capim para o dono”¹⁰⁶.

Assim transcorreu até que o ano de 1983, quando o prefeito de Riacho dos Machados, entra com processo solicitando a desapropriação da fazenda Tapera para fins de reforma agrária¹⁰⁷. De acordo com C.D.R, que na época trabalhava para Major como encarregado, esse prefeito era conhecido como Seu Lelé, foi o “*primeiro prefeito de Riacho, queria desapropriar a fazenda toda né, porque ele não pagava imposto, não pagava nada*”, justifica. Nesse momento, ao ficar ciente do ocorrido, um dos posseiros da fazenda que “trabalhava para o patrão”, logo se torna uma das referências para os outros posseiros no que se refere à busca por direitos, já que, segundo uma entrevistada, “*ele tinha um estudozinho em vista dos outros que não tinha nada, ele que tinha um entendimento melhor, ele que procurava a solução*” (A.C.S, posseira, em entrevista). Este posseiro que se tornou o “cabeça da luta”¹⁰⁸ explica mais detalhadamente os motivos do pedido de desapropriação da fazenda pelo prefeito de Riacho dos Machados.

Em 1983 teve um prefeito que entrou aí e tomou uma decisão porque ele [“Major”] era dono da fazenda fazia trinta anos e não pagava imposto [Imposto Territorial Rural] além de não cultivar para dar trabalho mesmo pro pessoal, usava o pessoal como mão-de-obra barata na pouca coisa que fazia, e não dava renda para o município (A.P. S, em entrevista).

Atendendo à solicitação de desapropriação, o INCRA, em oito de novembro de 1986¹⁰⁹ realizou a primeira vistoria na Fazenda Tapera. O então proprietário entra com recurso pedindo o arquivamento do processo. Apesar de não ter sido encontrado nenhum tipo de documentação no INCRA de Belo Horizonte que comprove a ocorrência e os desdobramentos desta vistoria, o fato é que todos os relatos mencionam que a primeira vistoria foi realizada e apresentou como

¹⁰⁶ Observe que a permissão dada ao posseiro de plantar em outra área fora do “quintal” não significava qualquer área, mas uma área que ainda não fosse cultivada, de mata fechada, com o condicionante de que deveria, após dois anos de cultivo, plantar capim nesta mesma área para o gado de Major, ou seja, transformá-la em uma área de “pasto”. Note ainda que esta permissão praticamente eliminava a necessidade do fazendeiro demandar mão-de-obra para realizar este trabalho mais pesado, dado pela abertura de novas áreas.

¹⁰⁷ Segundo informação apresentada nas entrevistas de campo por diversas fontes, o prefeito de Riacho dos Machados tinha razões para isso, para além da questão agrária e social em si, pois era pertencente a um grupo político rival ao de “Major”

¹⁰⁸ Definição que C.D.R dá a seu “companheiro de luta”.

¹⁰⁹ Segundo informação apresentada por A.P.S, em entrevista, agosto de 2007.

resultado que a Fazenda Tapera não poderia ser objeto de desapropriação para fins de reforma agrária, porque a terra não tinha potencial produtivo.

Depois dessa vistoria a gente foi a Belo Horizonte umas duas vezes, mas isso acabou morrendo porque ele entrou com alguns recursos lá, apesar de ser falsos os recursos¹¹⁰, mas ele conseguiu arquivar o processo, ele conseguiu paralisar o andamento do processo. O processo montou em Belo Horizonte e não saiu de lá, de lá mesmo foi pra gaveta (A.P.S, em entrevista).

Tendo em vista a ameaça de desapropriação da fazenda Tapera, Major decide vendê-la. A explicação para tal decisão que Major deu a um de seus vaqueiros de confiança veio seguida de uma recomendação *“eu vou vender a fazenda porque meus filhos não tão querendo saber de nada e eu não tô agüentando esse baque de ficar de lá pra cá, então eu vou vender a fazenda, mas você não fala com esse pessoal aí de dentro não”*¹¹¹. Logo apareceu um interessado em comprar a fazenda *“viu aquele tanto de moradô, não animô a comprá não”*¹¹², mas em seguida apareceu outro interessado. Enquanto isso, Major recomenda ao vaqueiro que fosse retirando o gado *“teve dia d’eu soltá lá dentro de um faisão 12, 13 carroto de gado”* conta o vaqueiro¹¹³.

Assim ficou até o dia quatro de maio de 1989, quando o proprietário vende a fazenda para uma empresa reflorestadora denominada SICAFE – Produtos Siderúrgicos, *“sem comunicar ninguém”* conforme conta um dos líderes da luta, *“ele vendeu a fazenda com o pessoal que tinha dentro, como se fosse o gado que ele tinha comprado e era dele”*¹¹⁴. Contudo, os posseiros logo ficaram sabendo por meio desse vaqueiro da fazenda, que a contragosto de Major, decide revelar sobre a venda da fazenda aos moradores. Esse vaqueiro que não nasceu na fazenda, mas morava na sede desta, explica os motivos que lhe fizeram contar da venda aos posseiros. Diz que ao receber a notícia que a venda havia tornado realidade e não era mais uma mera possibilidade, começa a se questionar sobre o destino daquelas famílias: *“aquilo moço, eu senti uma dor, mas gente e esse*

¹¹⁰ Segundo o posseiro que acompanhou mais de perto esse processo, o recurso apresentado por Alcebino Santos argumentava que as terras da fazenda eram impróprias para a Reforma Agrária, pois não possuíam potencial agrícola, assim, *“com esse recurso ele conseguiu arquivar o processo”* segundo informação concedida por A.P.S, em entrevista realizada em agosto de 2007.

¹¹¹ Informação concedida por J.M.C, em entrevista realizada em agosto de 2007.

¹¹² Segundo informação dada por um dos posseiros da fazenda Tapera, J.C.C, em entrevista de campo, agosto de 2007.

¹¹³ J.M.C, em entrevista, agosto de 2007.

¹¹⁴ A.P.S, que na época da venda da fazenda era posseiro desta, concedeu essa declaração durante a entrevista de campo, realizada em agosto de 2007.

*peessoal vai pra donde? esse peessoal vai pra debaixo de uma ponte, uma favela?
Todo mundo era pió que pai mais mãe comigo, aí eu peguei e avisei pro peessoal”*
115

- *“Aí começa a luta”*¹¹⁶

A empresa que comprou a fazenda Tapera tinha o propósito de implantar um projeto de reflorestamento com eucalipto na área, contudo não foi informada corretamente do número de posseiros que estavam estabelecidos ali há várias décadas¹¹⁷. Logo que a empresa ficou ciente da quantidade de ocupantes na área recém adquirida, começou a pressionar o antigo proprietário a resolver aquela situação. Assim, os novos proprietários e Major assumem o compromisso de regularizar a situação dos posseiros presentes na área, de acordo com informação constada em documento oficial *“esse compromisso diz respeito à medição e registro das áreas efetivamente exploradas pelos posseiros”* (INCRA, 1990, p.11).

Conforme visto, apesar de a todo o momento Major procurar esconder dos posseiros a intenção da venda da fazenda, com a efetivação desta, alguns posseiros passam a ser procurados pelo fazendeiro para negociação. Um dos entrevistados narra como se deu essa negociação *“quando ele dá de vender a fazenda aqueles posseiros que era mais ‘chegado’, vaqueiros, fiscais, aquele povo foi procurado para fazer acordo”* e complementa, *“mas a maioria ele usou a estratégia que era de medir o quintal”*¹¹⁸. Esta proposta de “medir o quintal” foi recusada pela maioria das famílias, segundo explica o posseiro A.P.S *“porque ele dava só o quintalzinho, não é a área que você já plantava não, se tivesse uma área mais distante aquela não era constada”*. Dessa forma, as famílias temiam ficar encurraladas em um espaço muito restrito comprometendo a sua subsistência e sobrevivência, como conta um dos que rejeitaram tal proposta, *“o quê que nós vamos fazer só com o quintal? O quintal cercado, lá fora não pode panhá uma*

¹¹⁵ J.M.C, em entrevista, agosto de 2007.

¹¹⁶ Afirmação de C.C.C, referente ao momento em que emerge o conflito pela posse da terra, inaugurado pela venda da fazenda Tapera para a empresa reflorestadora.

¹¹⁷ A empresa foi informada que havia apenas sete famílias que moravam na fazenda, mas na realidade, existiam 54 famílias (Informações obtidas em campo, agosto de 2007).

¹¹⁸ Afirmação de C.C.C., em entrevista realizada em agosto de 2007.

lenha, não pode panhá nada” conforme afirma, C.D.R, que na época, trabalhava para Major como encarregado e era agregado da fazenda Tapera.

Por vezes, quando “oferecido” o usucapião, Major estipulava que deveria ser em outra área, distante de onde residiam e plantavam. Nesse sentido, um de seus funcionários conta que Major ofereceu uma terra que, em sua opinião, não era propícia para a prática da agricultura, nas suas palavras “*ia dá pra nós lá no córrego preto, (...) lugar que dá só pra criar égua*”¹¹⁹. Major ainda impôs que se não fosse aceita aquela área indicada, ele não “daria os direitos” que os posseiros possuíam. Para dois de seus agregados, um encarregado e um vaqueiro, Major ofereceu dinheiro para deixarem a fazenda, o que não foi aceito por ambos. Quando perguntado dos motivos para tal posição, esse encarregado respondeu “*não, e os outros?*” se referindo a sua preocupação com o restante das famílias que moravam na fazenda. J.M.C, que na época era vaqueiro, expõe que Major “*propôs a comprá eu a troco de dinheiro, aí eu disse, moço, eu vou falar com ocê, a gente compra cavalo, égua, vaca e boi, agora cara de homem assim ocê não compra não, não tem dinheiro que paga cara de homem*” (J.M.C, em entrevista). Assim como “os mais chegados” a Major não aceitaram o dinheiro, a proposta de “medir o quintal” também não foi aceita pela grande maioria dos posseiros. A partir de então estava instalado o impasse, o que daria origem ao conflito pela posse da terra na Fazenda Tapera.

- A reivindicação dos posseiros: “*nóis já morava aqui dentro, nóis já trabalhava aqui*”¹²⁰ e atuação dos mediadores sociais: estabelecendo uma “*parceria de apoio pra tá lutando em benefício dos direitos na terra*”¹²¹

Tendo em vista esta situação, os posseiros começam a reivindicar os seus direitos de permanência na terra. Para tanto, procuram se unir e se articular a outros atores sociais, buscando serem atendidos em seus direitos. A articulação com atores e organizações de apoio à luta pela terra se inicia timidamente após

¹¹⁹ Depoimento de C.D.R., em entrevista de campo, em agosto de 2007.

¹²⁰ Afirmação de Aroldo, cujo pai trabalhava como vaqueiro na fazenda Tapera, ambos eram agregados da fazenda, em entrevista de campo, agosto de 2007.

¹²¹ Fala de Custódio contando do apoio recebido pelos mediadores sociais, captada em entrevista de campo, agosto de 2007.

1986, ano da primeira vistoria na fazenda Tapera, e se fortalece sobretudo a partir da venda da fazenda em 1989.

Uma religiosa, membro da Comissão Pastoral da Terra, foi a primeira mediadora do conflito a entrar em contato com as demandas dos posseiros da fazenda Tapera, atuando na conscientização, formação política e organização dos posseiros na luta por seus direitos. Essa agente da CPT "*foi fazendo esse trabalhinho de formiguinha, de reunir, de discutir*" (C.E.M, em entrevista) segundo um outro agente participante da mediação do conflito.

Os posseiros ainda procuraram apoio no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Riacho dos Machados, "sindicato fraco na época"¹²², "não tinha muita condição de orientar a luta"¹²³. Esse sindicato atuava principalmente através da realização de reuniões que priorizavam o encaminhamento das reivindicações, isto é, procurava mostrar aos posseiros os caminhos possíveis a serem seguidos. Nesta época, o STR de Riacho dos Machados possuía uma relação muito próxima com a CPT e com o CTA do Norte de Minas, entidade que atuava na região assessorando os sindicatos¹²⁴ e associações de agricultores, conforme visto no capítulo anterior.

Dessa interação entre organizações da sociedade civil que atuam no meio rural como mediadores sociais surge a demanda por parte da presidente desse sindicato¹²⁵ de que se fosse realizado uma espécie de laudo técnico de vistoria das terras da fazenda Tapera para se contrapor ao laudo oficial do INCRA, que declarava que a terra não era apta para a prática da agricultura. Dessa forma, no ano de 1988, o STR de Riacho dos Machados "*apareceu com essa demanda lá no CTA*", conta o agrônomo da entidade, que a presidente do sindicato lhe procurou com tal demanda e explicou que já havia sido realizada uma vistoria das terras da fazenda pelo INCRA, cujo relatório apontava que a terra não tinha potencial produtivo. O agrônomo narra como lhe foi transmitida a situação dos posseiros da

¹²² Afirmação de C.D.R, em entrevista, agosto de 2007.

¹²³ Afirmação de C.C.C, em entrevista, agosto de 2007.

¹²⁴ O técnico do CTA, hoje CAA, conta que o CTA trabalhava mais diretamente com os sindicatos mais combativos, aqueles ligados a CUT, e o STR de Riacho dos Machados era um sindicato "cutista". Note que apesar do STR de Riacho ser "cutista", foi considerado pelos agricultores entrevistados como um sindicato "fraco", talvez por ter sido naquela época recentemente fundado.

¹²⁵ Esta presidente do STR de Riacho dos Machados era dirigente regional da CUT e participava frequentemente dos cursos promovidos pelo CTA e de algumas discussões dos encontros das redes e fóruns regionais em que o CTA também estava presente, nestas ocasiões, foi estabelecida uma relação de proximidade entre esse STR e o CTA (C.E.M, em entrevista, dezembro de 2007).

fazenda Tapera “*olha, eles [INCRA] dizem que não é possível produzir lá, mas tem mais de 30 famílias que moram lá. Como é que a área não é apta se as famílias vivem lá?*”.

Assim, a demanda dos posseiros de permanecer na terra encontrou apoio de outras organizações da sociedade civil, por meio da mediação do STR de Riacho dos Machados, e conquistou justificação, a partir da realização de um estudo de viabilidade desta terra por um agrônomo que compunha a equipe técnica do CTA. Este agrônomo explica como foi realizado esse estudo técnico nas terras da fazenda:

Então eu fui lá, visitei as famílias, vi como é que elas viviam, como é que elas plantavam, (...) conversei com as famílias, vi as roças, os animais, o cerrado, como é que eles produziam e escrevi um documento dizendo, olha eles vivem assim, eles plantam no solo tal, eles criam no solo tal, eles fazem extrativismo ali, a água etc...*dentro desse modelo é possível criar um assentamento*, respeitando a forma camponesa de viver aqui, e melhorando essa forma, desde que não coloquem muitas famílias, tendo espaço, é perfeitamente possível essas famílias viverem aqui (C.E.M, em entrevista, *grifo nosso*).

Em contraposição ao laudo oficial do INCRA, o agrônomo remete parecer favorável à possibilidade de implementação de um assentamento rural na área, desde que fosse seguido o “modelo produtivo” já implantado, somado a algumas melhorias, ele explica que “*o documento que eu escrevi não tinha caráter oficial nenhum, tinha caráter de dar um subsídio ao sindicato, de argumento pra ele rediscutir a questão com o INCRA de criar o assentamento ali naquela área*” (C.E.M, em entrevista). Este documento não desencadeou na desapropriação da fazenda, mas contribuiu de maneira significativa ao apresentar uma argumentação favorável sobre a produtividade das terras em que os posseiros viviam, corroborando e legitimando tecnicamente a afirmação dos posseiros de que a terra era produtiva, como relata Chico, também posseiro nessa época “*as pessoas que eram nascidas e criadas aqui, vivia desse lugar, eles plantava e colhia era aqui*”, questionando-se como então a terra poderia ser considerada improdutiva.

O técnico do CTA que produziu esse estudo não-oficial de viabilidade das terras expõe que nas primeiras vezes em que esteve na Fazenda Tapera para a realização do estudo mencionado se deparou com a seguinte situação, quando “*chegava lá eles fugiam*”, pois segundo ele, esses posseiros “*não tinha contato*

com ninguém, não sabia nem discutir, (...) eram rústicos, o camponês mais isolado que você pode imaginar” (C.E.M, em entrevista). E descreve a situação em que viviam “eram posseiros abandonados, não tinha direito a nada, não tinha terra direito, não era assalariado lá, nada, eram famílias completamente abandonadas lá” (C.E.M, em entrevista).

Havia uma situação de passividade por parte dos posseiros, resultante de uma relação tradicional de dominação e de um longo processo de sujeição ao proprietário da terra. Porém, essa condição foi mudando na medida em que os posseiros foram tomando consciência de sua situação e de seus direitos, muito em função da mediação de agentes da Pastoral da Terra, do STR de Riacho dos Machados e posteriormente do STR de Porteirinha, que na visão dos posseiros “*deu muita força pra nós*”¹²⁶ além da contribuição dos técnicos do CAA, que passaram a ter uma atuação mais efetiva e próxima aos posseiros quando o conflito com a empresa SICAFE se acirrou, segundo descreve João Tiú “*o pessoal do CAA lutou dia e noite mais nós, qualquer viagem pra Belo Horizonte, pra Brasília, tudo quanto é canto era o pessoal do CAA que ia mais nós*”.

Com isso, os laços de solidariedade e união foram se fortalecendo na medida em que o processo de luta e as adversidades se interpunham aos posseiros, que foram construindo uma organização política e estratégias de enfrentamento da luta “*a gente reunia nos local, era na casa de qualquer um (...) a gente reunia até debaixo de um pau pra podê discutir os direito da gente*” (D. Ana, em entrevista). Reafirmando a mudança de postura por parte dos posseiros, que de uma situação de passividade e sujeição, passaram a ser sujeitos de sua própria história, resistindo à violência que partia dos proprietários. Dona Ana ressalta que “*a gente sujeitou a tolerar toda violência que vinha com uma companhêrage forte, unida, a gente ficou de pé firme, a gente não desistiu da luta e até hoje (...) se a gente é companheiro, é companheiro na vida e na morte*”.

Depois de 1989, com a compra da fazenda pela SICAFE, o conflito pela posse da terra se intensificou, pois os novos proprietários queriam impedir a permanência dos posseiros na área e para isso usaram de diversas estratégias:

A empresa tentou impedir que os posseiros manejassem qualquer área fora do quintal e foram diversos os artifícios utilizados, além da

¹²⁶ J.M.C, que neste momento não era mais vaqueiro da fazenda devido a venda desta, decidiu continuar na área da fazenda apoiado pelos posseiros desta, se apossando de uma pequena área.

repressão policial: fez o represamento das águas nas cabeceiras dos rios, derrubou as matas nativas e fez o plantio de eucalipto até às margens dos rios. As águas começaram a secar. No campo das relações sociais, os moradores sofrem pressão e isolamento pelo poder público local que evita se comprometer com o movimento de resistência (MDA/INCRA, 2003, p.21).

A perseguição da empresa a certos posseiros e ex-agregados objetivava desmotivar a luta. Contudo, na medida em que a empresa radicalizava seu enfrentamento, proporcionava contraditoriamente uma maior união do grupo, fortalecendo os laços de solidariedade entre estes. Nesse sentido, o relato do ex-vaqueiro da fazenda, a quem certamente essa perseguição foi mais incisiva, demonstra essa constatação:

Então o que eu passei de sufoco aqui não foi fácil, teve dia de pará carro de polícia aqui cinco vezes em frente a minha casa, pra desmancha cerca. (...) Jagunço andava aqui pra riba e pra baixo (...) eu já estava esperando qualquer hora eles me matá” (...) e veio jagunço pra me matar, e eu não abri mão de maneira nenhuma, tinha dia que tinha que amanhecia 16 pessoa em volta pra eu podê cuchilá, pra eles não me matá (J.M.C, em entrevista).

As ameaças foram se tornando cada vez mais constantes por parte da empresa, seja por meio da perseguição de “lideranças” ou pela tentativa de destruição das casas destes. Houve uma situação em que tratores da empresa tentaram demolir casas de posseiros, sendo impedidos por um grupo de mulheres e crianças, conforme conta uma senhora que participou desse “enfrentamento”:

Na hora que os trator veio, as mulher juntou tudo na frente, deu as mãos, barrou trator, máquina, que queria derrubar as casa, nós sabia que ele envinha, uma turma vinha pra cá, outra turma vinha pra li, pra barrar eles. Não derrubou nenhuma casa. (D. Dina, em entrevista).

Outra estratégia utilizada pela empresa para desmobilizar a luta foi o desmatamento de áreas que eram de interesse dos posseiros, segundo justifica um dos posseiros, “*porque aí tirava o valor né, aí você tinha a terra nua até ela regenerar de novo, aí desestimulava as famílias a lutar por ela*”.¹²⁷

Em função destas constantes ameaças, tendo em mãos um documento técnico favorável à capacidade produtiva das terras ocupadas, os posseiros, apoiados pelos mediadores locais, pressionam o governo a intervir no caso e tomar medidas necessárias para reversão daquela situação que estava se tornando

¹²⁷ Afirmação realizada por Antônio, conhecido por Toni da Jovita, em entrevista concedida à pesquisadora em agosto de 2007.

insustentável “*aí a gente tirou uma comissão de seis pessoas e foi a Belo Horizonte pedir uma nova vistoria*” (Toni, em entrevista). Os posseiros foram ao INCRA levando consigo os produtos agrícolas que cultivavam como prova de que a área que reivindicavam posse era produtiva e, desta maneira, conseguiram ser atendidos em sua solicitação, acontecendo em 1990¹²⁸ uma segunda vistoria técnica “*para seleção de uma área de 4.000 ha da Fazenda Tapera, destinada ao assentamento de trabalhadores rurais*” (INCRA, 1989, p.1). De acordo com o Toni, posseiro que acompanhou os técnicos do INCRA durante a realização dessa segunda vistoria “*a gente fez questão de levar os técnicos que veio fazer a vistoria na roça, mostrar a produção que tinha na época, aí eles ficaram com um pé atrás, não tinha como mentir*”, isto é, remeter um parecer relatando que os solos não eram agricultáveis, que a terra alvo de vistoria era imprópria para a reforma agrária, já que os posseiros plantavam e viviam da agricultura nessa área.

Nesse ínterim, entre a segunda vistoria e uma decisão definitiva do governo favorável ou não à desapropriação da área vistoriada, os posseiros procuram o CAA para denunciar a intensificação do desmatamento provocado pelo SICAFE. Com isso, depois de agrupadas as provas necessárias à denúncia, um técnico do CAA acompanhou um supervisor regional do IBAMA até a área desmatada ilegalmente, que foi imediatamente embargada por este órgão, segundo descreve uma das pessoas que denunciaram o desmatamento realizado pela SICAFE.

Quando foi em 1991 eles quebrou o pau desmatando, aí o CAA trouxe uma filmadora, e nós saiu nesse mato filmano, eles quebrando com correntão, motosserra, carvoeira, nós saiu filmando esse trem e aí nós tornou a voltar em Belo Horizonte de novo. Nós foi no INCRA, no IBAMA, no IEF, tudo nós foi, passou essa fita e eles ainda falou com nós assim: “*isso ainda existe no estado de Minas Gerais? mas nós vamos parar agora*” quando nós chegou aqui eles já tava aí, já tinha barrado tudo também (Zé de Tico, em entrevista).

As visitas do CAA na área do conflito se tornaram mais freqüentes a partir do momento em que a empresa SICAFE deu início ao desmate ilegal da área recém adquirida, como explica um dos posseiros que presenciou este fato “*quando a SICAFE começou a desmatar o pequiizeiro e nas cabeceira das nascentes, aí eles começaram a vir, e quando atacou essa área*¹²⁹, um cado dela foi toda

¹²⁸ Esta data foi mencionada por alguns assentados, mas o relatório de vistoria do INCRA consta como ano de vistoria 1989, especificamente realizada entre 28/08/1989 a 05/09/1989.

¹²⁹ Está se referindo a área onde atualmente se localiza o assentamento Tapera.

desmatada (...) aí começou a apertar mesmo, aí eles começaram a vim freqüente” (C.P.S, em entrevista). Desse modo, o conflito pela posse da terra que era prioritariamente de cunho social, com a luta dos posseiros contra o desmatamento, passa a caracterizar um conflito sócio-ambiental, uma vez que a ameaça do desmatamento objetivando a implantação da monocultura do eucalipto avançou para as áreas que até então eram de uso comum dos posseiros, sendo estas destinadas principalmente ao extrativismo e à “solta” dos animais.

Percebe-se pelos depoimentos que a articulação dos posseiros com os mediadores sociais foi de fundamental importância para o atendimento das demandas daqueles, dando uma maior projeção social ao conflito, por meio do acompanhamento, orientação, intermediação nas reuniões realizadas com diversas instâncias do Estado, negociações com os proprietários da terra, e por meio do apoio nos momentos mais críticos do conflito, como relata um dos posseiros: *“quando o conflito começava a alterar, a gente ligava pra lá, pra CPT, pro sindicato, ‘ó o negócio tá ficando feio’, aí nós acionava eles, eles vinha”* (Zé de Tico, em entrevista). Os diversos relatos de campo convergem para essa afirmação, confirmando que os mediadores foram atores fundamentais nesse processo de mobilização para garantia dos direitos dos posseiros na terra, contribuindo por meio da formação política, da conscientização dos atores envolvidos, oferecendo maiores possibilidades materiais e imateriais de enfrentamento às adversidades enfrentadas pelos posseiros. Nesse sentido, o apoio e incentivo dos mediadores à luta dos posseiros desempenharam uma função essencial, como ressalta uma dos participantes da luta: *“a gente foi procurando as entidade, sindicato, pastoral da terra, a própria irmã, os padres também nos ajudava a incentivar, e dão a gente os ensinamento, mostram os conhecimento que a gente podia tomar”* (D. Ana, em entrevista). O filho dessa senhora também destaca outro mediador social importante nesse processo: *“o papel do CAA foi sempre dizer pra gente que não esmorecesse, que a gente tinha que lutar mesmo (...), buscase a força mesmo, fosse fiel, que os companheiro desse as mãos, não desunisse”* (Chico, em entrevista).

Depois da realização da segunda vistoria nas terras de interesse dos posseiros, um grupo de nove pessoas foi para Brasília tentar pressionar no INCRA o andamento do processo. Após um longo período de negociação, pressão e

disputas em 23 de novembro de 1993 foi publicado o decreto de desapropriação dando ordem para expropriar 3886 ha¹³⁰, parte da área pertencente à empresa SICAFE onde se situavam os posseiros. Contudo, como ressalta Toni, um ex-posseiro “*antes disso aconteceu muita luta, muita batalha, (...) a gente tinha que tá lá dia e noite pra dá proteção, dá segurança*”. Mesmo depois de decretada a desapropriação, a empresa SICAFE continuou a perseguir os posseiros “*gente fazia uma coisa, uma cerca, a firma vinha não deixava, polícia vinha (...), graças a Deus não morreu ninguém. Eles ameaçava jogar carro na estrada, matar nós. Sabe moço, eles queriam ganhar no grito*”, justifica C.D.R, um dos agregados que com a venda da fazenda se tornou posseiro da área, participando de modo mais efetivo das negociações travadas durante o conflito.

A conquista da posse da terra é representada pelos participantes da luta como uma conjunção de forças, que associam o apoio recebido pelas “entidades de fora”¹³¹ e união dos próprios moradores da comunidade, convergindo na reivindicação e conquista de direitos “*então acho que valeu a pena, porque a gente fica feliz, porque sozinho nós não somos nada, mas com os companheiro nós somos muita coisa, porque essa luta não foi fácil, e nós venceu*” (Zé de Tico, em entrevista).

Quando ocorreu a desapropriação, a intenção era de que fossem assentadas todas as 47 famílias¹³² que estavam na condição de posseiras da “fazenda”, mas algumas famílias se recusaram a mudar para a área selecionada para instalação do assentamento, já que foi desapropriada apenas uma parte da área que pertencia à fazenda e existiam muitas famílias dispersas ao longo desta. Assim, algumas delas, especificamente 14 famílias¹³³, preferiram permanecer no lugar de morada de origem, do que se deslocar para outra área, selecionada para a instalação do assentamento. Nesse meio tempo há desacordo entre a preferência do INCRA que era trazer famílias sem-terra de diversas outras regiões do estado para “completar”

¹³⁰ Área que com uma medição posterior passou a medir 4057 ha.

¹³¹ A designação entidade “de fora”, apresentada por um entrevistado, se refere àquilo que aqui está sendo chamado de mediador social.

¹³² Dado que consta no Relatório de Levantamento dos Recursos Naturais da Fazenda Tapera realizado pelo INCRA-MG. Ainda segundo este relatório, 25 famílias ficaram de fora da área delimitada pelo perímetro projetado para a área do PA (INCRA, 1995).

¹³³ Nas entrevistas realizadas no assentamento não houve consenso em relação ao número de famílias posseiras que preferiram ficar de fora do assentamento. Um entrevistado diz que foram 8 famílias, outro já fala em 10 famílias e um terceiro mencionou o número de 14 famílias que ficaram “de fora” da área destinada ao projeto de assentamento.

os lotes vagos, e a vontade dos posseiros, de que se desse preferência para famílias sem-terra moradoras das adjacências ou ainda um prazo maior para que se negociasse com as famílias de “dentro” a irem para a área destinada ao assentamento. Como algumas destas famílias posseiras decidiram ficar onde estavam instaladas, houve seleção de dez beneficiários “de fora” para preencher os lotes remanescentes. Mas como é ressaltado pelas palavras de Toni *“é um de fora assim, é tudo gente conhecida, que já tinha parente aqui dentro, que já tinha família que morava aqui”*. Outro assentado afirma que a maioria dos atuais assentados já viviam na fazenda antes da desapropriação desta, também pondera a característica dos “de fora” que vieram a fazer parte do assentamento, justificando:

Mas é um de fora que tinha as mesmas condições dos que viviam ali, era pobre, era trabalhador rural, participava às vezes não diretamente, mas participava da luta, do movimento, não eram pessoas de conhecimentos diferente, já sabia mais ou menos como era a realidade deles lá. Era da região mesmo, do mesmo município (Custódio, assentado do Tapera, em entrevista).

- *“Aqui é assim né, é tudo parente um do outro”*¹³⁴

A questão do parentesco no Assentamento Tapera foi uma descoberta que auxiliou na compreensão das relações sociais no assentamento, conforme é ressaltado na fala de um dos entrevistados, hoje assentado do Tapera: *“é uma coisa até interessante porque quando a gente ia ver pela assinatura fica parecendo que é tudo uma família só”*¹³⁵. Essa “descoberta” começa por um fato intrigante ocorrido durante a realização do trabalho de campo. Como nas entrevistas, estava sempre acompanhada por alguém do próprio assentamento, quando chegávamos às casas dos assentados, era comum as crianças virem pedindo a bênção à pessoa que me acompanhava, e a mim inclusive, algo que não

¹³⁴ Afirmação apresentada por Cirso explicando que só ele e outro ex-vaqueiro que vieram de outra comunidade, contudo ambos se casaram com mulheres da comunidade Tapera. Cirso explica que tem parentes em outros lotes, suas duas filhas são casadas com outros dois irmãos, cada qual com seu lote no assentamento, garantindo ser comum o casamento entre parentes de primos de primeiro grau.

¹³⁵ Afirmação apresentada por Custódio, assentado do Tapera, em entrevista, agosto de 2007. Constatou-se no cadastramento dos beneficiários do PA Tapera dois sobrenomes predominantes “dos Santos” e “Pereira” e a fusão “Pereira dos Santos”.

entendia bem, e assim acontecia em todo lugar que chegávamos¹³⁶. Diante disso, perguntei ao informante que me acompanhava o motivo pelo qual isso ocorria, ele explicou que eram seus parentes, mas como isso era bastante frequente, comecei a perceber que as relações de parentesco no assentamento eram muito fortes entre os seus componentes.

O parentesco é um elemento definidor do espaço social, ele define em grande medida, por meio da categoria nativa apresentada, se um indivíduo é “de dentro” ou “de fora”. A categoria “de dentro” e de “fora” é bastante presente como forma de auto-identificação dos assentados, ser “de dentro” significa ser nascido e criado na fazenda, remete a um sentimento de pertença ao lugar de origem. Já ser “de fora” não significa imediatamente não possuir qualquer tipo de vínculo com o lugar, pois existem gradações ou níveis de “ser um de fora”. Um indivíduo que não nasceu nem cresceu “dentro da fazenda” pode ter a situação de ser um de fora relativizada, sendo parente de alguém de dentro, e/ou a partir de uma história de convivência com as pessoas do lugar, como é o caso de pessoas que moravam em comunidades vizinhas à fazenda. Estas pessoas por estarem recorrentemente em contato com “os de dentro” mesmo sendo “de fora” passam a ser considerados não tão “de fora”, pois já existia certo conhecimento e interação com as regras de sociabilidade local. Casar-se com um morador “de dentro” é uma forma de se tornar aceito pelos “de dentro”, tornando-o menos “de fora” e mais “de dentro”. Não ter qualquer tipo de relação de parentesco com os “de dentro”, ou qualquer relação anterior de convivência comunitária, categoriza-o ser mais intensamente um “de fora”.

Ser “de dentro” foi o primeiro critério que orientou o cadastramento das famílias para assentamento. O segundo requisito que balizou a escolha das famílias beneficiadas certamente foi possuir um vínculo de parentesco com algum “morador de dentro”. A distribuição dos lotes por família ocorreu privilegiando o local onde a família já estava estabelecida, conforme explica um posseiro da fazenda, hoje assentado do Tapera, *“a maioria foi assim, a maioria ficou onde já tava, dos que já morava aqui não precisou remanejar ninguém”* (Toni, em entrevista).

¹³⁶ Se estivesse acompanhada de um adolescente este pedia a benção aos mais velhos da casa visitada, e se estivesse acompanhada por alguém mais velho, com família constituída, as crianças da casa visitada pediam a benção.

4.3 A criação do Projeto de Assentamento, sua caracterização e a mediação do CAA/NM no Assentamento Tapera

A proposta inicial de parcelamento realizada pelo INCRA sofreu modificações devido à demanda por alterações em seu desenho oficial, sugerida pelos beneficiários e projetada através de uma proposta de readequação das parcelas do PA Tapera¹³⁷ pela mediação do CAA, CPT e STR de Porteirinha. Houve protesto quanto à concepção original do parcelamento realizado pelo INCRA, relacionado principalmente ao dimensionamento dos lotes, à quantidade excessiva de lotes no PA destinados ao uso familiar, e à má distribuição das terras férteis por parcelas, sendo que algumas ficaram bastante prejudicadas, como declara um dos assentados *“esse parcelamento já veio prontinho de lá (...) do modo que eles fez lá, pôs aqui dentro”*¹³⁸. A principal solução proposta pelos beneficiários, em conjunto com os mediadores, previa a redução do número de lotes destinados ao uso familiar, que passaria de 53 para 42 lotes, sob a argumentação de que as condições geográficas locais não comportavam o excessivo número de lotes projetados para exploração agropecuária, fato que geraria uma pressão excessiva sobre os recursos naturais podendo até mesmo implicar no seu esgotamento.

A readequação da proposta oficial de parcelamento foi pensada tendo como base o conhecimento acumulado advindo da experiência que a população local possuía das potencialidades e limitações do ambiente em que vivia. Nesse sentido, um ex-técnico do CAA destaca a importância do papel que cumprem os técnicos que vistoriam áreas destinadas a PAs na elaboração de uma proposta de parcelamento coerente com as demandas dos futuros assentados e com as possibilidades do ambiente. Assim, é crucial considerar os conhecimentos de que

¹³⁷ O parcelamento elaborado pelo INCRA previa a instalação de 54 lotes, sendo um deles destinado a implantação da infra-estrutura coletiva. A contra proposta apresentada pelos futuros beneficiários solicitava o assentamento imediato e liberação dos créditos para as famílias já cadastradas e destinar parte dos lotes ainda não ocupados, para serem incorporados à área de reserva legal ou aos lotes de uso comunitário (Proposta de Adequação do Parcelamento encaminhada ao superintendente regional do INCRA, 25/09/1995).

¹³⁸ Informação de J.P.S, assentado do Tapera, em entrevista concedida à pesquisadora, agosto de 2007.

a população local é portadora e observar o modo como manejam os recursos naturais para se projetar a capacidade de suporte do ambiente que será instalado o assentamento:

O levantamento dos recursos naturais executado na ocasião da vistoria já deve ser pensado nesta perspectiva do uso sustentável dos recursos, ou seja, a partir de uma estratificação ambiental que venha a ajudar na construção participativa de uma proposta de parcelamento que facilite, e até conduza, este uso sustentável. Esta construção participativa implica o fato de acampados/futuros assentados do PA tem o seu conhecimento agroambiental da área e que sua participação na elaboração e definição do parcelamento será de fundamental importância para que este seja simultaneamente adequado às expectativas das famílias agricultoras e às potencialidades e limitações dos recursos naturais das áreas (MAZZETTO, 2000, p.126).

O INCRA reconhecendo a legitimidade desse discurso que apareceu nas negociações para modificações na proposta de parcelamento do INCRA, mediada pelo CAA, CPT e STR, concedeu alguns pontos de reivindicação dos posseiros e futuros beneficiários da reforma agrária, vindo de fato a readequar sua proposta de parcelamento oficial.¹³⁹

Passados seis anos da realização da segunda vistoria, e já completados dois anos de desapropriação da área destinada ao assentamento das famílias posseiras, no ano de 1995, tem-se a criação do Projeto de Assentamento Tapera, iniciando uma fase de transição de identidade para os beneficiários, que de posseiros e agregados passaram a ser assentados da reforma agrária. A partir de então, estando na condição de assentado, estabelecem uma relação de maior proximidade com instâncias do Estado, que até aquele momento esteve precariamente presente, e passam a ser atendidos por políticas públicas específicas para a categoria, gradativamente conquistando reconhecimento e respeito da sociedade inserida no município.

Formalizada a criação do PA, ocorre um debate interno entre assentados e mediadores sociais sobre qual seria o “formato” do assentamento a ser instalado. Com a transferência de município da agente da CPT, esse mediador, que teve papel essencial no processo organizativo dos posseiros, se afasta um pouco das discussões. Nesse momento, o CAA e em menor intensidade os STRs de Riacho dos Machados e Porteirinha serão os mediadores mais presentes dentro do

¹³⁹ O parcelamento implantado no PA Tapera destinou 12 lotes para uso comunitário/extrativista e 41 lotes para uso individuais/familiar (INCRA, PFA Tapera, 2004).

assentamento. Ainda no ano de 1995, o CAA inicia um assessoramento de cunho mais técnico junto aos assentados, partindo do princípio que os conhecimentos que a população local trazia consigo eram essenciais para traçar as estratégias de uso e ocupação do solo. Nessa ocasião, fazem a devolução de um diagnóstico rápido participativo realizado com os beneficiários, segundo explana o agrônomo do CAA, Carlos Alberto Dayrell:

Nosso trabalho começa com a devolução deste diagnóstico, como elemento de base para o planejamento do processo de implantação do assentamento, procurando abrir o diálogo com os atores locais. Esse foi um processo de mobilização e aproximação dos assentados na discussão de uma proposta de assentamento numa perspectiva de sustentabilidade, e o início de construção de uma visão compartilhada do território e da realidade que serviu de base para o planejamento, a partir das questões prioritárias que estavam sendo colocadas (INCRA, 1998, p.39).

A atuação dos mediadores incentivou a participação dos assentados na discussão e direcionamento da proposta desse assentamento. Enquanto isso, os assentados passaram a receber recursos do Governo Federal para implantação da infra-estrutura básica do assentamento, e uma nova fase de relacionamento com os órgãos governamentais se inaugurou, onde o Estado, até certa medida, será o responsável por garantir as condições internas de funcionamento das unidades produtivas e por instalar as infra-estruturas indispensáveis à sobrevivência das famílias dentro do assentamento. Dois anos após a criação do PA são liberados os créditos fomento e habitação, e posto em execução os projetos do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA), dando início à aquisição de instrumentos de trabalho, materiais, construção das habitações e da infra-estrutura básica do assentamento. A seguir será caracterizado brevemente o PA Tapera em pontos importantes que demonstram a atuação do Estado e a transformação do espaço social e econômico das famílias proporcionadas pelas políticas de apoio aos assentamentos rurais.

4.3.1 Caracterização do Projeto de Assentamento Tapera

O objetivo deste item não é elaborar um diagnóstico sócio-econômico das famílias que compõem o assentamento pesquisado, mas apresentar uma breve

caracterização e descrição das condições sociais da população assentada e da infra-estrutura e organização do espaço interno no assentamento. Apresentamos alguns dados coletados com base nas entrevistas, observações de campo e análises de documentos oficiais, a fim de oferecer um sucinto panorama geral desse PA.

A organização espacial interna no assentamento está composta por 41 lotes individuais e 12 coletivos. Os lotes individuais representam as parcelas de uso familiar, onde se situa a casa¹⁴⁰ e as demais estruturas produtivas de uso da família, nas quais a atividade produtiva está organizada de forma individual¹⁴¹. Os lotes coletivos ou comunitários abrangem os espaços e infra-estruturas de uso coletivo, com fins diversos. As áreas coletivas voltadas para o aproveitamento econômico, geralmente abrigam atividades pecuárias e extrativistas. Disposta no centro do assentamento existe uma área comunitária que abriga a escola do assentamento, recentemente ampliada com recursos do Programa de Consolidação e Emancipação (Auto-suficiência) dos Assentamentos resultantes de Reforma Agrária (PAC), um galpão da Associação dos assentados com equipamentos de uso coletivo que foi construído no sistema de mutirão, uma unidade de beneficiamento de mandioca e cana, um centro de vivência¹⁴², um campo de futebol, e um bar.

O assentamento Tapera abrange uma área de 4.057 ha, sendo cerca de 25% desta área destinada à Reserva Legal. A área total dos lotes individuais ocupa 2.621 ha, e a área dos lotes comunitários, pouco mais de 510 ha. Cada família assentada usufrui de uma área média de 76 ha. As parcelas individuais destinadas ao espaço de produção familiar têm área média de 47 ha, possuindo áreas bastante

¹⁴⁰ As casas possuem o mesmo padrão, de cinco a seis cômodos, sendo constituídas geralmente de três dormitórios, uma sala, uma cozinha, uma dispensa onde se estoca o excedente da produção, uma varanda e um banheiro com instalação sanitária completa.

¹⁴¹ O que não quer dizer necessariamente que as famílias não recorram, em certos períodos agrícolas, ao mutirão e à ajuda mútua. Na época de plantio das lavouras é comum a ocorrência do mutirão principalmente formado por parentes, também é recorrente a troca de dia trabalhado entre as famílias.

¹⁴² O centro de vivência destina-se a realização de cursos e reuniões, contendo um salão comunitário, uma sala da associação, uma sala para os técnicos, outra sala para manipulação de fitoterápicos e uma sala de atendimento de saúde, além de uma cozinha industrial e banheiros. No momento de realização do trabalho de campo, em agosto de 2007, a unidade de beneficiamento e o centro de vivência, construídos recentemente também com recursos do PAC, ainda não estavam em atividade.

variadas dependendo das condições produtivas (morfológicas e pedológicas) de cada parcela, oscilando entre 43 ha, o menor lote, e 83 ha o maior.¹⁴³

Atualmente, estão assentadas no Tapera 41 famílias. A maioria destas famílias eram posseiras da área desapropriada¹⁴⁴, por isso a declaração “*sou nascido(a) e criado(a) aqui dentro*” ou “*sempre trabalhei aqui*” foi tão frequente nas entrevistas realizadas por ocasião da presente pesquisa. Dentre as famílias assentadas que eram posseiras, muitas se mantiveram instaladas após assentadas, no exato lugar que habitavam antes da criação do assentamento. Já as famílias que vieram “de fora”¹⁴⁵, beneficiadas com os lotes remanescentes, eram famílias sem-terra moradoras das adjacências da área desapropriada. Entretanto, destaca-se que no momento imediatamente anterior à entrada destas famílias no assentamento todas as famílias assentadas no PA Tapera eram provenientes do próprio município¹⁴⁶, todas residiam na zona rural e estavam ocupadas em atividades agrícolas. Ressalta-se ainda que todos os assentados do PA Tapera possuíam experiência anterior de trabalho na agricultura, já que eram predominantemente posseiros e, em menor grau, trabalhadores rurais com acesso limitado a uma pequena porção de terra para a mera subsistência.

Foram entrevistados no assentamento Tapera, assentados pertencentes a 26 lotes distintos. O levantamento de dados e as entrevistas realizadas nesse assentamento priorizaram uma abordagem em campo orientada para um levantamento mais qualitativo, tendo em vista a natureza da pergunta orientadora desta pesquisa, contudo alguns dados quantitativos foram levantados na ocasião. Nesses 26 lotes que contaram com um registro de dados mais sistematizado,

¹⁴³ Informações baseadas em dados oficiais do INCRA, Planta do Parcelamento no PA Tapera (INCRA, 1995) e Relatório do PAC (Programa de Consolidação e Emancipação (Auto-suficiência) dos Assentamentos resultantes de Reforma Agrária) realizado sobre o Assentamento Tapera (MDA/INCRA, 2003).

¹⁴⁴ Consta no Projeto Final do Assentamento (PFA) Tapera, que das famílias assentadas, 23 destas já residiam no local (INCRA, 2004).

¹⁴⁵ Estima-se com base em informações de campo que 10 famílias vieram de fora. Contudo, se considerarmos as informações que constam no PFA do Tapera, pode-se considerar que, se 23 famílias eram posseiras, no máximo 18 famílias não eram posseiras, porém sabe-se que esse número certamente é menor, já que se tem o conhecimento de que dois filhos de ex-posseiros que antes moravam com suas respectivas famílias, desde 2004, cada qual possuindo seus respectivos lotes dentro do assentamento.

¹⁴⁶ Três assentados declararam que nasceram em outro município, entretanto moravam e trabalhavam há muitos anos no município de Riacho dos Machados, mais especificamente na propriedade que teve parte de sua área desapropriada para instalação do assentamento Tapera. Esses três assentados que vieram “de fora” se casaram com mulheres da comunidade Tapera, uma residia próxima da área desapropriada e as outras duas eram posseiras da fazenda Tapera.

residem 137 indivíduos, o que representa uma média de 5,42 moradores por lote. O número de famílias por lote é objeto de preocupação, apesar de existirem lotes com apenas dois moradores, há também aqueles que possuem 11 ou mais moradores, abrigando mais de uma família. Segundo informação não-oficial, residem hoje 52 famílias nos 41 lotes existentes, o que não implica necessariamente na construção de mais uma casa dentro do lote, pois, dos lotes visitados, apenas dois deles tinham duas casas, o restante tinha apenas uma casa cada. Essa situação de haver mais de uma família no interior dos lotes deve-se ao casamento de filhos que acabam por constituir outra família e continuam morando no lote, ou pela entrada de um parente que estava passando por situação financeira difícil, que encontra no lote uma expectativa de melhoria de vida. Salienta-se que uma das principais preocupações apresentadas pelos assentados diz respeito ao crescimento populacional no assentamento e a conseqüente pressão sobre os recursos naturais dentro e fora de cada lote. Alternativas estão sendo pensadas para contornar esse potencial problema, como a criação de uma área de Reserva Extrativista (RESEX), que está já em tramitação. Esta reserva seria localizada próxima ao assentamento, abrangendo especificamente a reserva da empresa SICAFE, tal área seria destinada a coleta de frutas típicas do cerrado e da caatinga e outros produtos, gerando emprego e renda para os filhos de assentados, cujos lotes em um futuro próximo não garantiriam renda nem trabalho suficiente a estes.

É representativo o número de assentados que trabalham e obtêm renda exclusivamente do lote. Entretanto, o trabalho fora do lote e do assentamento é também realidade, principalmente entre os jovens. A pesquisa de campo identificou 13 assentados que se dedicam em tempo integral ao trabalho na empresa reflorestadora SICAFE ou em uma pedreira localizada dentro do assentamento, ou seja, a cada dois lotes pesquisados existe pelo menos um membro da família que obtêm renda fora do próprio lote ou fora do assentamento.

A faixa etária predominante dos responsáveis pelos lotes situa-se entre 30 a 59 anos, com exceção de cinco assentados que possuem idade superior a 60 anos e dois deles com idades entre 20 e 29 anos. Os chefes de família apresentam baixa escolaridade, possuem no máximo os quatro primeiros anos do ensino fundamental ou não possuem escolaridade formal alguma. Para se ter uma nítida idéia da escolaridade entre a população adulta, um diagnóstico socioeconômico do

assentamento apontou que 23,6% da população adulta (19-59 anos) nunca frequentou a escola e 76,4% cursaram apenas as séries iniciais do ensino fundamental (MDA/INCRA, 2003). Contudo, este quadro tende a se reverter, pois muitos adultos e até mesmo idosos estão empenhados frequentando o projeto de Educação de Jovens e Adultos (EJA) na própria escola do assentamento, ampliada recentemente com recursos do PAC, passando a atender todas as séries do ensino fundamental. Até bem pouco tempo atrás, essa escola atendia somente os quatro primeiros anos do ensino fundamental. Além do mais, os jovens hoje têm possibilidade de continuar os estudos quando concluem o ensino fundamental, devido a uma reivindicação feita pela Associação dos Assentados e atendida pela Prefeitura visando o acesso ao transporte público e gratuito para aqueles que moram no assentamento e estudam na cidade. Esse transporte também traz as professoras da cidade que lecionam na escola do assentamento. O ensino médio é cursado na sede urbana do município, possibilitado pelo transporte da prefeitura municipal que atende aos estudantes que residem no assentamento e têm que se deslocar para a cidade.

O principal e antigo problema dos posseiros do Tapera e inicialmente dos assentados consistia na escassez e baixa qualidade da água disponível. Com a instalação do PA e a liberação dos créditos e execução dos projetos, hoje todas as famílias assentadas possuem abastecimento de água em casa. A garantia de água de qualidade para o uso doméstico advém de duas fontes distintas, pelo sistema de captação da água pluvial ¹⁴⁷ ou através da água captada pelos cinco poços artesianos ¹⁴⁸ situados próximos aos cursos d'água, que por meio de um sistema de canalização e bombeamento asseguram a chegada da água às casas do assentamento. Ambas as fontes de captação armazenam a água em caixas de ferrocimento de 20 ou 30 mil litros, presentes em todas as casas. Os cursos d'água que atravessam o assentamento, embora temporários, e a existência de quatro barragens, diversos tanques de retenção e sistema de barraginhas garantem água também para as criações (bovinos, equinos, muares, caprinos, suínos e aves).

¹⁴⁷ Este sistema capta a água da chuva que escoar do telhado por meio de calhas que conduzem a água para armazenamento em uma caixa de ferrocimento.

¹⁴⁸ Os poços artesianos são geridos por setores, formados por grupos de famílias, sendo cada setor responsável por acordos no uso da água de determinado poço.

O assentamento desde 2005 é atendido pela rede de energia elétrica, presente em todos os lotes, e não possui acesso à telefonia pública. O rádio era o principal meio de comunicação e informação no assentamento, mas com a aquisição de outros equipamentos eletrônicos domésticos, o rádio vem perdendo espaço, pois atualmente os assentados se informam por meio da televisão, equipamento bastante difundido nas casas, acompanhada da antena parabólica, aparelho de DVD e equipamento de som, entre outros equipamentos domésticos.

No que se refere às condições das estradas internas do assentamento houve recentemente abertura de novas estradas e recuperação das estradas já existentes com recursos do PAC, com isso todas as estradas internas estão em boas condições de tráfego. O mesmo ocorre nos 22 km de estrada de terra que liga o assentamento à área urbana da sede municipal. O assentamento é atendido por transporte coletivo, há o transporte diário dos alunos que estudam na sede do município realizado por um ônibus da prefeitura, como já mencionado e existe ainda outro ônibus que passa próximo ao assentamento duas vezes por semana.

Outras observações relacionadas à caracterização do assentamento serão abordadas ao longo deste capítulo, a seguir será abordado o serviço de assistência técnica direcionado ao assentamento e a orientação dos projetos produtivos neste.

4.3.2 A mediação do CAA/NM no Assentamento Tapera

Devido ao envolvimento anterior com os posseiros, o CAA conhecia um pouco da realidade do agroecossistema, da relação estabelecida pelos que ali viviam com o ambiente e as especificidades que compunham o sistema de produção desenvolvido no local. Desse modo, a partir de 1996, a mediação até então desenvolvida pelo CAA junto aos antigos posseiros e atuais assentados foi reconhecida pelo INCRA e legitimada através da responsabilidade concedida ao CAA pela elaboração dos projetos do PROCERA. Na concepção da ONG, o seu trabalho de assessoria ao assentamento buscou romper com a lógica de trabalhar com as carências, focando-se nas potencialidades dos sistemas de produção existentes, conforme foi relatado por um agrônomo do CAA, durante a realização de um seminário interno no INCRA-MG:

Nós procuramos entender bem a lógica do sistema de produção dos agricultores, o papel nas diversas unidades da roça de vazante, roça de sequeiro, do quintal, das criações, do extrativismo para o sustento e comercialização, sempre com o cuidado de ver o que é que esses sistemas produtivos tinham de potencial que nós pudéssemos estar explorando (INCRA, 1998, p.40).

Como se viu, o CAA já atuava como mediador das demandas dos moradores do Tapera quando a área foi desapropriada para criação do PA Tapera, e mesmo após a desapropriação a entidade continuou a assessorar os assentados nas negociações com o INCRA visando o redimensionamento das parcelas e outras questões referentes ao assentamento. Foi em função dessa relação de proximidade do CAA com os posseiros, que o CAA foi escolhido como a instituição responsável para prestar serviços de assistência técnica aos assentados, segundo explica um assentado:

O INCRA deixa os assentados à vontade para escolher uma instituição, ou EMATER ou alguma não-governamental para tá apoiando e aí na época eles escolhe o CAA, por essa intimidade, porque já vinha apoiando e também pela característica do CAA que é diferente. [O que é diferente?] a metodologia de trabalho né é diferente porque é uma instituição que discute essa questão da agroecologia, da preservação, levando em consideração as culturas das pessoas, do seu jeito de ser, da vida, do dia-a-dia (Custódio, assentado do Tapera, em entrevista).

Assim, a partir de 1999, o CAA tem sob sua responsabilidade a elaboração e a gestão do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) Tapera. O agrônomo da entidade selecionada para prestar assessoria aos assentados, narra, durante um seminário interno no INCRA-MG, o que o CAA ao construir esses projetos levava em consideração:

O projeto (...) teve a preocupação de conciliar a produção com a preservação, num trabalho de formação com os agricultores, com a perspectiva de autonomia e de menor dependência do mercado, estimulando cadeias produtivas que procurassem dinamizar a economia do próprio assentamento ou, pelo menos, com o município (INCRA, 1998, p.40).

De acordo com o assentado Claudionor¹⁴⁹, desde o início a assessoria técnica do CAA ao assentamento teve a preocupação de produzir conservando o ambiente “*então começamos aquela prevenção, já no início do trabalho, de se fazer a conservação do ambiente*” (INCRA, 1998, p.42). Nesse sentido, várias

¹⁴⁹ No momento deste depoimento registrado em um Seminário Interno do INCRA, em 1998, o assentado Claudionor exercia o cargo de diretor de meio ambiente da Associação dos Assentados do Tapera.

técnicas foram experimentadas, Claudionor explica que com a abertura das áreas de mata nativa para formação das áreas de pastagens, foram preservadas faixas de mata nativa, sistema conhecido como faixas de retenção¹⁵⁰, para ele, as faixas de retenção auxiliam no equilíbrio ambiental. O plantio nas roças seguindo as curvas de nível do terreno foi outro procedimento utilizado visando a conservação dos solos.¹⁵¹ Esse assentado cita ainda o trabalho de resgate de sementes de variedades tradicionais, consideradas mais resistentes, entre outros procedimentos responsáveis, segundo ele, por proporcionar maior qualidade ao produto cultivado e maior autonomia ao agricultor, conforme relata:

O nosso grupo se preocupa muito com a questão da semente, e aí a gente fez um plantio de sementes de qualidade (...) para que a gente possa ter essa semente todo o ano, e evitar comprar no mercado, e é uma forma já de se obter uma certa independência e ir melhorando a qualidade de vida (INCRA, 1998, p.43).

Um profissional da equipe técnica do CAA que presta assessoria aos assentados do Tapera há mais de dez anos¹⁵², conta que foi contratado em 1997 para assistência técnica no Assentamento Tapera, entrando no momento de implantação dos primeiros projetos produtivos. Este técnico afirma que conseguiu implantar diversas experiências tendo a agroecologia como base orientadora. Para tanto, uma das estratégias fundamentais utilizadas para que as inovações fossem adotadas pelos assentados sempre foi a experimentação. Entretanto, não esconde que dificuldades sempre existiram no que se refere ao processo de incorporação de novas práticas e técnicas, apresentando os limites de se pensar a experimentação pura e simples. Coloca como exemplo, os campos de experimentação de sementes tradicionais, dizendo que não é possível

¹⁵⁰ O sistema de faixas de retenção é utilizado na formação de áreas de pastagens, em que se desmata uma faixa de 30 metros e nesta se planta o capim, em seguida deixa preservado 20 metros de vegetação nativa e logo em seguida desmata mais 30 metros e assim sucessivamente.

¹⁵¹ Segundo Claudionor, para fazer as curvas de nível, utilizou-se de vários instrumentos, como explicita “um com mangueira, outro com nível A, que outros chamavam de pé de galinha, e é muito simples e rápido para trabalhar. Depois que as pessoas tiram o nível, vão marcando, e outras vão cavando e fazendo uma pequena vala de 30 centímetros de largura, e jogando a terra do lado de baixo, onde será plantada as duas ruas de capim ou feijão-guando” (INCRA, 1998, p.42).

¹⁵² Os três primeiros anos de assistência técnica no assentamento foram pelo Programa Lumiar, seguidos por mais dois anos de assistência viabilizada pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Porteirinha, continuando por mais dois anos pelo CAA fazendo um acompanhamento técnico mais no campo da produtividade e por um período de mais três anos de assistência técnica pontual pelo Programa de Consolidação do Assentamento. Atualmente está sendo contratado pelo CAA em parceria com a Cooperativa Grande Sertão através de um projeto específico de produção de oleaginosas destinadas à composição do biodiesel.

operacionalizá-los somente na perspectiva da preservação e do resgate, mas ressalta que foi preciso pensar em instrumentos que viabilizassem a produção e a comercialização da produção de sementes, conectando-os com políticas públicas e mercados que pudessem agregar valor ao produto, estimulando, dessa forma, os agricultores a resgatarem e preservarem as sementes tradicionais. Nesse sentido, ele descreve um pouco sobre como ocorre a dinâmica das experimentações:

Toda tecnologia que a gente tentava experimentar a gente começava com um grupo menor, então quando você pegava uma experiência e experimentava aí o resultado você difundia. Fazia num lote no assentamento, então, você quer trabalhar com semente, você pegava três, quatro pessoas e experimentava, então discutia qual o objetivo do campo de semente, por que plantar o campo de semente, por que do resgate das sementes tradicionais, aí vinha a avaliação né, e a discussão do próprio sistema de comercialização e geração de emprego e renda para aquelas famílias. Porque trabalhar o campo de semente só da perspectiva do resgate cultural ou de preservação do patrimônio histórico da própria comunidade você acaba não incentivando os agricultores (Marcelo, técnico do assentamento Tapera).

No que se refere às práticas, técnicas e procedimentos recomendados aos assentados, foram citadas na entrevista concedida pelo técnico que assessora o assentamento em questão, diversas práticas de conservação dos solos, captação e retenção da água, diversificação genética das criações, da produção agrícola, e das atividades produtivas, dentre outras recomendações associadas à conservação ambiental. Dentre estas, incentivou-se o plantio segundo as curvas de nível do terreno, de modo a evitar a erosão do solo. Objetivando o preparo do solo para o plantio, inicialmente foi freqüente o uso da aração movida à tração animal ou manual simples. Atualmente, a maioria dos assentados passaram a usar o trator, por agilizar o processo do plantio. No preparo das roças foram plantadas em curva de nível “faixas” de cana, andu¹⁵³, capineira, conservando o solo contra a erosão, ao mesmo tempo em que tais faixas se tornam uma reserva importante de alimentação para o gado, sobretudo na época da seca. Na formação das áreas de pastagens, desmatou-se parte da vegetação, preservando faixas de vegetação nativa, portadora de diversas funções ecológicas. Também se trabalhou no sentido do resgate de variedades tradicionais de sementes, consideradas mais resistentes e adaptadas às condições locais.

¹⁵³ Andu, também chamado de feijão guandu é uma leguminosa arbustiva, com elevada capacidade de fixação de nitrogênio no solo, é também uma fonte de proteína para as criações.

Visando alcançar a segurança hídrica foram construídas caixas de ferrocimento conectadas aos telhados das casas por um sistema de calhas que capta a água da chuva e a armazena em caixas de 20 ou 30 mil litros. Além das caixas de ferrocimento, também chamadas de “cisternas caseiras”, estão dispostos ao longo das estradas do assentamento 200 tanques de retenção de água pluvial cuja função é o reabastecimento do lençol freático, diminuição da velocidade de escoamento superficial da água e da erosão. Ainda faz parte das estratégias para convivência com a seca, a construção de pequenas barragens, sistema conhecido como “barraginhas”, que dentre diversas outras funções positivas para a conservação do ambiente, retém água para dessedentação animal, utilizada também para criação de peixes, auxiliando na segurança alimentar da população.

Inicialmente também foi frequente o uso de homeopáticos, “remédios caseiros” e de preparados naturais com efeito fungicida (calda bordalesa, calda sulfocálcica, fungo com pimenta, fungo com álcool, etc) para controle fitossanitário alternativo, como relata o técnico “*no início foi usado muito o remédio caseiro, hoje ninguém usa, não precisa*”. Isso também é afirmado pelos assentados, pois dizem que as plantações não requerem nenhum tipo de defensivo, fato que será retomado na argumentação posteriormente.

Incentivou-se ainda por meio das recomendações técnicas, a diversificação da produção agrícola e da criação de animais, conforme ressalta o técnico: “*no campo da produtividade, tentamos diversificar o máximo a produção, era criação de galinha, criação de porco, criação de gado, carneiro, cabra, criação de abelha, produção de mel*”. Também ocorreu a incorporação de raças de animais visando o melhoramento genético das criações e que fossem ao mesmo tempo mais resistentes e adaptadas às condições ambientais encontradas na região. Concomitantemente, foram introduzidos pequenos animais para criação, como a cabra, o carneiro, cujas raças selecionadas são mais resistentes à seca. Ocorreu ainda a implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs), e também foram mencionadas entre as práticas recomendadas, o uso de cobertura morta, a adubação orgânica, a fertilização do solo por meio do fosfato de rocha, realizada num período de quatro em quatro anos. O uso de compostos sintéticos não fazia parte das práticas agrícolas anteriores daqueles que foram assentados, com a consolidação do assentamento esta “atitude” permaneceu. Nas palavras do

técnico: *“incentivamos o agricultor a evitar o uso de produtos químicos, herbicidas, inseticidas, fungicidas, e tá trabalhando com remédio caseiros e algumas alternativas de produção orgânica”*. Foi proposto também a melhoria de hortas e dos quintais no sentido de diversificá-los e um conjunto de outras recomendações focadas na produção familiar aliada à conservação dos recursos naturais, conforme afirma o técnico *“o tempo todo a gente foi inovando na atividade melhorando na questão da geração de renda como também no campo da conservação”*.

A formação dos agricultores em cursos e encontros na perspectiva da agroecologia promovidos pelo CAA, somada à estratégia da experimentação, que partia do princípio que toda proposta técnica deveria ser primeiramente experimentada para então depois ser difundida, e a metodologia adotada na condução da assistência técnica contribuíram, na opinião desse técnico, para a incorporação das propostas agroecológicas pelos assentados. No que tange aos métodos de trabalho utilizados expõe que *“as metodologias adotadas foram apresentadas aos agricultores de forma pacífica sem causar transtorno às práticas adotadas anteriormente e sempre respeitando as diferenças”* (Marcelo, técnico do assentamento, em entrevista). Para tanto, o papel do profissional que conduz a assistência técnica nesse processo também é muito importante não somente para a incorporação dos princípios agroecológicos e para a adoção de práticas identificadas como agroecológicas, mas também para a permanência dessa proposta, na opinião do técnico que assessora o PA Tapera:

Trabalhar adotando os princípios da agroecologia é muito difícil se o profissional não for sensível às propostas, tem que gostar e acreditar na mudança, e que é possível produzir sem veneno, sem degradar o meio ambiente e multiplicar a vida na comunidade, repassando os conhecimentos técnicos/propostas com segurança (Marcelo, técnico do assentamento Tapera, em entrevista).

Assim, entende-se que o profissional que presta assistência técnica ao assentamento Tapera tem um papel importante na construção da agroecologia neste assentamento, por compor os quadros técnicos de uma ONG de desenvolvimento rural que trabalha na perspectiva da agroecologia, o CAA, esse técnico traz consigo uma proposta institucional que também é sua porque está incorporada em sua forma de pensar e conduzir a assistência técnica. Ao assessorar desde o princípio os assentados nas questões técnicas e políticas, esse

técnico narra como se deu a incorporação das práticas identificadas como agroecológicas no assentamento Tapera:

O processo da agroecologia vai se inserindo no decorrer do assentamento é até um processo lento, que as pessoas vão absorvendo num processo de construção. Vários agricultores conseguem adaptar e conseguem absorver isso com maior facilidade, outros ao longo do tempo que vai se incorporando a isso né. As pessoas que mais participam das reuniões, encontros, seminários, têm essa facilidade de compreensão de discussões, debates. As pessoas que são mais tímidas, que quase não saem dos lotes têm uma dificuldade de compreender isso né. A gente percebe a importância da capacitação, da formação, que é importante pra o processo de entendimento, compreensão da proposta (Marcelo, técnico do assentamento Tapera, em entrevista).

Esse técnico afirma que nos primeiros anos de assistência técnica ao assentamento possuía uma postura profissional mais “rígida”, conforme relata:

(...) a gente andava nos lotes, discutia com o pessoal, indiretamente a associação exigia que pra ficar aqui tinha que incorporar essa questão da agroecologia, essa questão de plantar sem veneno, é como se tivesse uma bandeira de luta do assentamento (Marcelo, técnico do assentamento Tapera, em entrevista).

Assim, tanto a assistência técnica quanto a associação dos assentados do Tapera tinham um firme propósito de construir uma imagem diferenciada do assentamento, que perpassasse também pelo campo da produção, fundamentada na proposta da agroecologia, projetando uma imagem positiva do assentamento para a sociedade. Nesse sentido, o técnico reafirma “*a Tapera nasce de uma proposta de um assentamento diferenciado a partir da agroecologia (...) a Tapera tinha isso muito como um desafio.*”

Foi perguntada a opinião do técnico a respeito dos fatores que contribuíram para a adoção dessas práticas, identificadas como agroecológicas. Como resposta, ele mencionou sete fatores causais distintos, apontando que o processo de experimentação e as visitas de intercâmbio contribuíram para a formação e o entendimento da proposta agroecológica por parte dos agricultores assentados, nas suas palavras “*quando você visita, vê algo novo, acaba se interessando a fazer. Agora o geraizeiro é muito desconfiado, ele só faz se vê o outro fazer, se vê que deu certo*”. Esse técnico ressalta que a própria compreensão da dinâmica do assentamento – dada muitas vezes pela participação nas reuniões da associação dos assentados e outras – auxilia no entendimento e incorporação da proposta, mas para esse técnico “*mesmo aqueles que não participam das reuniões acaba fazendo né, de ouvir conversa dos vizinho, ou um vizinho orienta o outro né,*

acaba fazendo essas atividades”. Nesse sentido conta que começou a trabalhar com campos de produção de sementes tradicionais com dois agricultores apenas, hoje trabalha com nove agricultores, haja vista que a percepção apurada dessas novas práticas experimentadas, a comparação dos resultados e avaliação dos custos e benefícios fizeram com que os outros assentados se interessassem e decidissem a experimentar em suas unidades produtivas.

A percepção relacionada ao retorno financeiro dado por um produto agroecológico, que passa a ser valorizado no mercado por ser um produto diferenciado é outro fator estimulante na incorporação destas práticas para os assentados, pois, segundo o técnico, o preço conseguido numa variedade de milho crioulo chega a ser quase dez vezes maior do que uma variedade comum, *“enquanto você vende o milho de R\$ 22,00 a saca, o J.F [assentado que fez experimentação de produção de semente crioula] vende de R\$ 120,00 a saca”*, fato que em sua opinião *“acaba estimulando o vizinho a fazer o mesmo processo de produção, resgate, preservação e agregação de valor na produção de sementes”*.

A manutenção de diversas práticas tradicionais de manejo dos recursos na produção agrícola, consideradas propícias para a conservação do ambiente e sustentação econômica das famílias assentadas, foram incentivadas em sua permanência, como confirma o técnico *“a forma que eles plantavam antigamente eles continuam plantando até hoje né (...) não mudou a sua vida cotidiana, simplesmente pegou recursos do governo federal e ampliou o que eles faziam, mas não mudou”*. Assim, não houve uma ruptura radical na forma dessa população se relacionar com a natureza e manejar recursos, mediada pela prática da agricultura, apenas houve eliminação de algumas práticas tradicionais consideradas insustentáveis para o ambiente, o que inviabilizaria em longo prazo a continuidade da produção agrícola. Somada à eliminação de práticas insustentáveis, houve a incorporação de algumas inovações, técnicas e práticas de baixo custo, fácil condução e aplicabilidade, associadas aos princípios da agroecologia.

A incorporação de outras tecnologias *“adaptadas à realidade local”*, a presença de uma assistência técnica *“sensibilizada pela proposta da agroecologia”* e as inovações sistemáticas, aliadas as já citadas, *“experimentação”*, *“formação e participação”*, *“percepção de retorno financeiro”* do sistema agroecológico e a

existência de uma intervenção que não buscou romper com a tradição dos agricultores, fecham os sete elementos que, na percepção do técnico, constituem os fatores motivacionais para a incorporação da proposta da agroecologia, apresentados aqui tendo como base analítica a realidade do Assentamento Tapera.

4.4 Narrativas da experiência agroecológica no Assentamento Tapera

Entende-se que para compreender em profundidade e reconhecer o significado das experiências identificadas como agroecológicas desenvolvidas no assentamento Tapera, não se poderia prescindir de uma análise do cenário sócio-político realizada nos capítulos antecedentes, que em grande medida, as estruturaram. Por isso, antes de abordar tais experiências foi necessário percorrer um caminho que levasse a explicar as razões para a emergência de concepções alternativas de desenvolvimento, fundamentadas na crítica e oposição ao modelo de desenvolvimento hegemônico concebido prioritariamente como sinônimo de crescimento econômico.

Dessa forma, através da exposição argumentativa apresentada nos capítulos anteriores, vimos que o modelo de desenvolvimento hegemônico se expressou no meio rural por meio dos “pacotes tecnológicos” da Revolução Verde, que ao objetivar a máxima produtividade dos cultivos e das criações, causou conseqüências sócio-ambientais de relevante impacto sobre o meio rural. Concomitantemente, a percepção e a reflexão social sobre os limites e as contradições do desenvolvimento, primeiramente restrita a círculos intelectuais, disseminada mais tarde para movimentos sociais e segmentos da sociedade civil organizada, contribuiu para o surgimento de propostas alternativas de desenvolvimento rural em contraposição aos princípios da agricultura convencional, químico-mecanizada que, em grande medida remetem ao discurso do desenvolvimento sustentável. Na medida em que as contribuições à idéia do “alternativo” vão ganhando novos adeptos, surgem diversas correntes que propõem pensar outro “modelo de desenvolvimento”. Por estas propostas serem tão plurais, distintas e portadoras de diversas referências que ultrapassam o campo científico, não é possível falar sobre “alternativa de desenvolvimento” no singular,

tornando-se mais adequado dizer “alternativas de desenvolvimento rural”. De modo geral, as propostas alternativas à agricultura convencional, remetem a um conjunto de procedimentos na agricultura que recomenda a conservação dos recursos naturais e a mínima utilização de insumos químicos externos às propriedades rurais. A convergência de muitas destas práticas e técnicas se consolidou atualmente sob a nomeação da agroecologia, cuja especificidade teórica foi abordada no segundo capítulo desta dissertação.

Para melhor compreender a complexidade do contexto em que a experiência agroecológica emerge foi preciso trazer à cena fenômenos ocorridos no período pós ditadura militar, que favoreceram o surgimento e o fortalecimento de diversas organizações da sociedade civil, entre elas as ONGs, organizações de apoio aos trabalhadores rurais e movimentos em torno da agricultura alternativa e da agroecologia. Ainda fizeram parte da análise apresentada na presente dissertação que contribuíram para a conformação do cenário político favorável à emergência da experiência em foco, a constituição de políticas públicas visando a implantação e consolidação de assentamentos rurais e àquelas direcionadas ao fortalecimento político dos agricultores familiares e assentados, bem como a narrativa histórica da luta pela terra para constituição do assentamento Tapera.

A experiência ora em questão, fundamenta-se e ao mesmo tempo expressa uma proposta alternativa de desenvolvimento rural baseada nos princípios da agroecologia. Especificamente no caso estudado, essa proposta foi trazida por uma ONG que se dedica ao desenvolvimento rural, que tem sua origem vinculada à percepção da insustentabilidade social, econômica, ecológica e política derivada do “modelo” de desenvolvimento hegemônico, implantado na região, definidora de sua proposta de desenvolvimento rural, descrita em detalhes no terceiro capítulo. Devido a um evento específico ocorrido, já narrado neste capítulo, esta ONG, em conjunto com a CPT e os STRs mencionados, passa a mediar o conflito pela posse da terra que dará origem ao assentamento estudado, e posteriormente passará a assessorar esses assentados, como narrado no início deste capítulo.

Esse processo de luta pela conquista da terra fez com que os demandantes da terra se tornassem sujeitos mobilizados em torno de seus direitos, exigiu que saíssem de um estado comportamental de passividade para se inserirem nas lutas e nos processos decisórios, formando indivíduos conscientes sobre a importância da

participação como meio de se alcançar objetivos almejados. Considera-se que o aprendizado propiciado pela luta, impulsionada pela atuação dos mediadores, contribuiu para a organização interna e articulação política dos assentados, definindo e formando um sujeito mais participativo, portador de uma capacidade de reflexão crítica sobre a realidade que o circunda, que conhece bem os caminhos e entraves na busca pelo reconhecimento de direitos. Supõe-se que tal postura auxiliou na compreensão da potencialidade da proposta da agroecologia para esse assentamento.

Tendo percorrido este caminho, objetivando dar substância e significado às práticas alternativas desenvolvidas em uma área de assentamento rural, esta seção cuidará de apresentar sob o ponto de vista e percepção dos assentados, as mudanças na maneira de manejar os recursos naturais, ocasionadas pela incorporação de algumas práticas e técnicas de cultivos orientadas pela assistência técnica. Conforme visto no tópico anterior e confirmado a partir do depoimento dos assentados, a natureza da orientação da assistência técnica no assentamento foi fundamental para a efetivação de um conjunto de experiências identificadas como agroecológicas.

Sendo assim, por meio das entrevistas realizadas com os assentados, foram abordadas questões relacionadas às possíveis mudanças na forma de produzir alimentos, isto é, buscou-se compreender se o processo de preparo do solo, de plantio e colheita é realizado da mesma forma que tradicionalmente era realizado ou se houve incorporação ou abandono de algumas práticas de manejo da terra. Foi perguntado o quê exatamente mudou na forma de produzir, as razões que fizeram com que tomassem tal decisão a favor da mudança. Ainda tentou-se caracterizar a sustentabilidade das práticas empregadas no assentamento a partir da percepção que os assentados têm sobre a “qualidade” da terra ao longo do tempo, o que na prática significa considerar uma avaliação que engloba mais de uma década de cultivo da terra, ou mais, no caso dos posseiros que continuaram a plantar na mesma área que cultivavam antes da criação do assentamento. Os depoimentos e análises destas questões serão apresentados a seguir.

- *“Produzindo mais de acordo com a natureza”*¹⁵⁴

No campo produtivo as principais atividades agrícolas desempenhadas no assentamento são as culturas de milho, arroz, feijão e cana, o que não significa de maneira alguma que sejam culturas agrícolas exclusivas, mas representam em grande medida a base alimentar e econômica dos agricultores assentados. As atividades pecuárias mais importantes no assentamento estão representadas pelos bovinos, seguido pela criação de aves, suínos e caprinos. Os projetos produtivos elaborados pela assistência técnica sempre priorizou a diversificação das atividades, seja esta agrícola ou pecuária.

A proposta de uma produção agrícola e pecuária que incorporasse os ideais de sustentabilidade no assentamento Tapera foi progressivamente sendo discutida e construída em conjunto com os assentados, já que, como demonstra a fala de um ex-técnico do CAA-NM *“é claro que o CAA via esse potencial lá, na cultura deles e no ambiente que eles tinham”* (C.E.M, ex-técnico do CAA). Como visto, o CAA-NM foi a instituição contratada para prestar o serviço de assistência técnica e que elaborou o PDA do assentamento em questão. Um assentado aponta que a proposta de produção agroecológica foi legitimada por meio do PDA, documento que firmou uma espécie de acordo entre assentados no que tange a forma de produção dentro do assentamento, como é explicado pela narrativa abaixo apresentada:

E quando escolhe o CAA, (...) a partir do plano de desenvolvimento do assentamento, no momento de criação dele, foi pensado muito esse modelo de produção diferenciada, aí chama os assentados pra fazer um assentamento com cara diferente, pra discutir agroecologia, que estava disposto a conservação ambiental, com trabalho no solo de forma diferente. E esse trabalho era um trabalho que veio com uma visão de não dismantelar a cultura do povo do lugar, é tentar melhorar aquela situação, aquele jeito de produzir que eles já tinham, porém melhorar, mas não mudar a cara dessa realidade deles. E aí o pessoal topa a fazer isso, esse modelo diferente que a gente pratica lá no dia-a-dia (Custódio, assentado do Tapera, em entrevista).

Essa produção diferenciada, que aqui está sendo nomeada de agroecologia, representaria, o que na narrativa dos assentados constituiria um assentamento diferenciado, que aliasse a produção à conservação ambiental, sem contudo,

¹⁵⁴ Afirmação de Eduardo, assentado e atual presidente da Associação dos Assentados, em entrevista em campo, agosto de 2007.

desconsiderar as práticas culturais tradicionais dos geraizeiros, pelo contrário, a proposta seria de mantê-las, mas antes de tudo, aprimorá-las.

Argumenta-se que existem alguns elementos inerentes ao caso estudado que podem ser em si considerados favoráveis para a incorporação de práticas agroecológicas pelos assentados. As famílias assentadas são todas provenientes da região Norte de Minas, do mesmo município, a maioria pertencia à mesma comunidade em que foram assentadas. São reconhecidas como portadores da identidade de geraizeiros, muitos dos assentados eram posseiros que “nasceram e criaram” sobre aquela terra que foi desapropriada para fins de reforma agrária, portanto conheciam demasiadamente as particularidades do ambiente em que viviam. Devido a algumas particularidades intrínsecas ao sistema de produção agrícola tradicional não foi necessário uma orientação técnica no sentido que se mudasse radicalmente a maneira do agricultor cultivar a terra e manejar os recursos naturais. Até porque anteriormente, o próprio histórico de sua relação com o ambiente esteve marcada pelas limitações do tamanho de área produtiva e pela produção sob condições ambientais adversas (solos marginais, clima semi-árido, baixa disponibilidade de recursos hídricos) o que demandava práticas de uso sustentável da terra, haja vista que os posseiros podiam cultivar apenas o quintal, que representava na prática, uma restrita faixa de terra nas cercanias da casa. Assim, para manterem em boas condições a restrita porção de terra sob sua posse (e conseqüentemente dos recursos naturais intervenientes na produção), tinham de pensar em mecanismos de uso da terra que a conservasse ao longo do tempo, o que conformou um uso sustentável da terra.

Dessa forma, tendo em vista a interação anterior e o profundo conhecimento que os geraizeiros possuíam do ambiente à sua volta, caracterizado pela prática da agricultura de subsistência sem uso de insumos externos, sem uso de mecanização, agrotóxicos e fertilizantes químicos, pela presença do consorciamento das culturas agrícolas, integração da agricultura com a pecuária, criação extensiva de animais na “solta”, e pela utilização de um conjunto de práticas e tecnologias que favoreciam a conservação dos recursos naturais, afirma-se que não houve uma ruptura na forma tradicional de manejar os recursos depois que passaram a receber assistência técnica fundamentada nos princípios da agroecologia.

Essas práticas tradicionais do modo de produzir dos geraizeiros foram incentivadas pela assessoria técnica para que se mantivessem, já que estavam dentro dos princípios ecológicos do referencial proposto para o assentamento Tapera. Estas práticas agrícolas e princípios ecológicos foram seguidos nos projetos elaborados pela assistência técnica para que os assentados conseguissem acessar o financiamento concedido pelo Governo Federal intermediado pelo Banco do Nordeste. Desse modo, este projeto encontrou restrições por parte do banco, que não queria aprová-lo *“porque eles [banco] só liberava o dinheiro com o serviço completo, com semente, agrotóxico, adubo”*¹⁵⁵ e o projeto técnico estava baseado em uma outra lógica de produção agropecuária, já que previa a produção consorciada, não previa a aquisição de agrotóxicos, nem fertilizantes químicos, nem medicamentos veterinários. Nesse sentido, foi encontrada em um documento interno do INCRA a declaração de que *“a ONG teve que passar por uma sabatina técnica pelo fato de não incluir nos projetos aquisição de nenhum tipo de insumo químico”* (MDA/INCRA, 2003, p.23). Para ser aprovado pelo banco foi preciso muita pressão por parte dos assentados, que procuraram o INCRA para que interferissem no caso. Houve ainda ameaças de ocupação da sede do banco, diversas reuniões, acordos, além do uso de certos artifícios¹⁵⁶ e apresentação de garantias de que o sistema de produção proposto era viável economicamente.

Depois de muita negociação com a instituição financeira e devido à intervenção do INCRA, os assentados conseguiram acessar aos créditos que tinham direito, possibilitando o início da produção no assentamento dentro dos princípios da agroecologia.

O Quadro abaixo comprova que a inadimplência no assentamento Tapera é inexistente, situação inclusive que persistia até o momento da realização do trabalho de campo em agosto de 2007, em que todos os assentados declararam estar em dia com as parcelas do financiamento concedido pela instituição financeira responsável pelo repasse dos recursos do PRONAF A.

¹⁵⁵ Eduardo, assentado do Tapera e atual presidente da Associação dos Assentados do Tapera.

¹⁵⁶ Segundo o técnico agrícola M.L.R, no projeto que apresentaram ao banco aparecia no corpo do texto, por exemplo, a frase “plantio de 5ha de mandioca”, mas colocavam em nota de rodapé em letras com tamanho de fonte mínima, que seriam 5ha de mandioca consorciada com milho, feijão, abóbora, etc. Espertamente foi usado esse artifício já que o banco só aprovaria o projeto sob a condição de que fossem plantadas culturas solteiras.

Quadro 3: Financiamentos das Unidades Familiares Assentamento Tapera

Programa	Ano	Famílias	Valor Recebido	Amortizada %	Inadimplência %
PROCERA Investimento	1997	36	191.984,00	40,0 ¹⁵⁷	0,0
PROCERA Custeio	1997	37	10.037,00	100,0	0,0
PROCERA Custeio	1998	20	18.294,15	100,0	0,0
PRONAF A Investimento	2000	25	93.996,50	20,0 ¹⁵⁸	0,0
PRONAF A custeio	2001	21	23.532,00	100,0	0,0

Fonte: MDA/INCRA, 2003.

Quadro 4: Financiamentos das Unidades Coletivas Associação dos Assentados do Tapera

Programa	Ano	Famílias	Valor Recebido	Amortizada %	Inadimplência %
PROCERA Investimento	1997	37	25.527,00	40,0 % ¹⁵⁹	0,0

Fonte: MDA/INCRA, 2003.

Com a quitação dos empréstimos, os assentados foram ganhando confiança e credibilidade do banco, a ponto de um dos funcionários que trabalha diretamente com a aprovação de projetos técnicos para concessão dos empréstimos dizer que o *“Tapera é hoje uma exceção pra nós”*¹⁶⁰. Assim, de uma posição de intransigência e incredulidade com o sistema de plantio proposto pela assistência técnica em conjunto com os assentados, o banco passou a acreditar na possibilidade do retorno econômico deste sistema. Nesse sentido, o assentado Toni afirma que *“hoje eles viram que deu certo, hoje taí oferecendo financiamento para o pessoal e já dizendo: ‘ó dá certo, porque o pessoal lá do assentamento plantou’ então*

¹⁵⁷ Renegociação e alongamento dos prazos para 15 anos;

¹⁵⁸ Renegociação e alongamento dos prazos para 15 anos;

¹⁵⁹ Renegociação e alongamento dos prazos para 15 anos;

¹⁶⁰ Fala de um dos funcionários do Banco do Nordeste, segundo conta o assentado C.C.C, em entrevista de campo, agosto de 2007.

mudou a visão do banco”.¹⁶¹

Algumas práticas agrícolas alternativas que constavam no projeto técnico que o Banco a princípio rejeitou serão apresentadas no texto que se segue, junto com a argumentação de que, foram estas práticas, somado é claro a outros fatores intervenientes também abordados no decorrer deste capítulo, que garantiram o pagamento dos financiamentos.

Outro elemento propício ao entendimento da proposta da agroecologia pelos assentados que pode ser notado através das narrativas dos assentados é a percepção adquirida por um longo período de vivência no ambiente, de suas capacidades e potenciais de uso, transmitida pela idéia de “convivência” com o semi-árido, como pode ser comprovado através da fala a seguir apresentada:

Aqui é seco, na verdade a diferença com o sul de Minas Gerais é muita e com sul do país muito pior, mas a pessoa tem que aprender a viver com a seca, com o sistema do lugar, com o lugar. Se aqui dá pra criar é bode, tem que criá bode, porque bode é um trem rústico que güenta a seca, não adianta você querer criar peixe, como é que você cria peixe, aqui não tem água! (João Franco, assentado, em entrevista).

Foi perguntado para os assentados sobre as recomendações que a assistência técnica faz no campo da produção, uma resposta apontou que a produção orgânica sem uso de insumos químicos sempre foi incentivada “*eles falavam pra gente não plantá com veneno, plantá sem agrotóxico*” mas, salienta que isso era apenas um reforço pois “*antes do assentamento a gente já produzia sem veneno né, até mesmo chamava de agroecológico por causa disso né*”¹⁶². Questionou-se ainda se as recomendações técnicas são seguidas pelos assentados, um deles respondeu que “*a maioria das pessoas seguiram né*”. Um levantamento realizado no PA Tapera em 2003 pelo INCRA corrobora com esta afirmação, pois aponta que 100% não utilizam agrotóxicos nem fertilizantes químicos, usam somente sementes crioulas, e não praticam queimadas, salvo no primeiro ano de cultivo. Ainda apontou que 60% dos assentados relataram utilizar faixas de retenção nas roças e 30% indicaram uso de defensivos alternativos (MDA/INCRA, 2003).

Pontualmente os assentados entrevistados pela presente pesquisa indicaram as principais recomendações do técnico, sendo que as mais citadas nas entrevistas foram “não queimar”, manter a “cobertura morta” no solo, desmatar deixando

¹⁶¹ Entrevista realizada em agosto de 2007.

¹⁶² Depoimento proferido por Chico, em entrevista, agosto de 2007.

“faixas de retenção”, plantar seguindo as “curvas de nível” do terreno, controle alternativo de pragas e doenças, que na linguagem nativa chamam de “remédio caseiro”. Um dos assentados que atualmente exerce a função de tesoureiro da Associação, narra quais foram as recomendações técnicas mais seguidas:

O desmatamento mesmo, não podia desmatar sem faixa né, o pessoal desmata deixa uma faixa, desmata mais 30 metros deixa mais outra faixa de 20m, isso foi o CAA que indicou. Plantar também em curva de nível a maioria das pessoas planta em curva de nível. Sobre os agrotóxicos, as pessoas já não plantavam e ninguém planta né, o único adubo que usa é o fosfato de araxá e calcário, ninguém joga adubo químico. E também a gente aprendeu a fazer o composto orgânico pra colocar em horta, eu fiz até um curso no CAA sobre isso. Outra coisa que a gente aprendeu foi não queimar o cisco da roça (Chico, assentado, em entrevista).

Das práticas recomendadas, algumas eram tradicionalmente praticadas pelos posseiros, agregados e pelas famílias sem-terra que passaram a compor o assentamento Tapera. Foi mencionado nas entrevistas que antes de mudarem para o assentamento tinham por costume plantar consorciado, nunca haviam feito uso de agrotóxicos, nem fertilizantes/adubos químicos nas lavouras. A partir do momento em que passam a receber orientação técnica, estas práticas acima citadas continuam a ser realizadas pelos posseiros e incentivadas pelo técnico. Entretanto, algumas práticas que também faziam parte da cultura local foram avaliadas pela assistência técnica como prejudiciais para sustentabilidade da terra, dessa forma, são propostas algumas inovações, que demoraram algum tempo para serem efetivamente incorporadas. Nisso as experimentações desempenharam um papel essencial.

Quando perguntado se continuam plantando da mesma forma que plantavam antes de entrarem para o assentamento as respostas convergiram para as afirmações de que “mudou muito pouco” e declarações que afirmam que “mudou muito” o que denominam de “sistema de plantar”, preservando-se práticas agrícolas tradicionais e incorporando algumas inovações, como bem ilustrada a fala seguinte:

É outro sistema, o sistema é o seguinte, muitas vezes, eu acompanhei meu avô com o sistema dele trabaiá, e eu mudei muito pouco o sistema d’eu trabaiá, então essas entidades que entrou pra orientá a gente, ajudou muito, tem alguma coisa que a gente aprendeu com eles e seguiu e achou vantagem, mas quase que o meu sistema de trabaiá e plantá é o mesmo (Sr.Geraldo de Ruza, assentado, em entrevista).

Outra fala confirma a citada acima, descrevendo as mudanças incorporadas “*diferençô foi o modo de mexer com as lavouras né. Agora você só cuida da terra e faz o plantio e deixa*” afirma Juvenato. Na opinião do assentado Toni “*hoje já tem uma outra técnica de plantar(...) você tirou os grãos, a palha a gente mistura na terra pra adubá, a gente não usa nada de químico, tudo é orgânico, a gente faz os pastos em fachada*”. Esse mesmo assentado explica como o plantio era tradicionalmente realizado na região antes da criação do assentamento: “*naquela época o pessoal tudo pra cultivar a roça, pra podê plantá tirava todo o adubo da terra, deixava como se fosse cimento, se não enxergasse a terra limpa, não estava bom*”. Nesse sentido a assentada Antônia se recorda dessa mesma prática tradicional, hoje abandonada, e cita outras que passaram a fazer parte do cotidiano das famílias assentadas “*naquela época a gente queimava os adubo da terra, depois agente aprendeu que não pode queimar, e sobre curva de nível também*”. Corroborando com essa narração e assinalando a importância da interação entre técnico e agricultor assentado na transição para uma agricultura de base ecológica, foi dado o seguinte depoimento:

Desde quando a gente mudou pra cá, mudou muito a tecnologia da gente trabalhar. A gente quemava o cisco todo ano, não mexia quase com gradeação, e desse tempo pra cá, a gente aprendeu, veio o povo do CAA aí, deram um cado de aula pra gente aí, teve que deixar aquele cisco, aí foi gradeando com tudo (Noé, assentado, em entrevista).

As sucessivas queimadas como uma prática tradicional que antecede o período do plantio foi uma das práticas que a assistência técnica conseguiu demonstrar por meio principalmente da experimentação que se constituía em uma prática desfavorável tanto para a sustentabilidade do ecossistema quanto para a sustentabilidade econômica das famílias assentadas, já que a sucessão temporal de queimadas levaria o esgotamento da capacidade produtiva do solo.

- “Agora aqui ninguém usa queimar não”¹⁶³

A principal mudança efetivada pelos agricultores que passaram a fazer parte da realidade desse assentamento rural, citada por todos os 26 assentados

¹⁶³ Afirmação de Clemente, assentado, em referência à mudança efetivada por todos os assentados do Tapera, pronunciada em entrevista de campo, em agosto de 2007.

entrevistados, foi o abandono da prática tradicional de queimadas que ocorria após a colheita da produção, como forma de preparo da terra. Prática esta que os assentados denominam de “queimar o cisco” e “bater palhada” e que pode ser compreendida por meio das seguintes afirmações: *“de primeiro nós batia a paiada, tocava fogo, limpava a terra (...) porque a gente pensava que se a gente queimasse o cisco tava miorando a terra, e sempre a gente tava era acabando com a terra né”* reconhece a assentada Mariinha. Ainda através do depoimento de Dona Anita, pode-se perceber essa mudança: *“nós quemava o cisco, depois que nós mudou pra cá, nunca mais queimou o cisco”*. Segundo outro assentado, com o início do atendimento da assistência técnica *“diferençô mais”* a forma de cultivar a terra, visto que, conforme relata Geraldinho *“de primeiro que nós trabaiaava aí mas não tinha uma informação certa né, pra gente trabaiaá nós usava quemá o cisco, então agora já nós não quema mais, depois que o INCRA cortou a terra, eu mesmo não queimei mais”*.¹⁶⁴

Outra prática diretamente associada a esta, citada por 23 assentados (88,5%) relaciona-se a formação, do que a linguagem nativa denomina de “cisco”, que pode ser associado àquilo que a linguagem científica chama de formação de “cobertura morta” no solo, que corresponde a uma camada de folhas, palhas, e restos de culturas deixadas no solo, com a finalidade de protegê-lo contra ervas daninhas, manter a umidade, auxiliar na fertilidade e mantê-lo em temperatura adequada. Essa prática de “deixar o cisco”, orientada pela assistência técnica é descrita com alguns detalhes no trecho a seguir:

Quando o CAA passou a orientá a gente, aí veio a mudança né, aí a gente já deixou de queimar o cisco, só queima aquele cisco mais grosso, o que é de garrancho, agora o que é de folhada, essas coisas, vai deixando porque exige, é um adubo, a terra precisa de adubo e pra não pô um adubo químico, a gente deixa na terra o que é de mato, uma palha de feijão (...) (Geraldo de Ruza, assentado, em entrevista).

Pelo fato de ter abandonado a prática da queimada como forma de preparo do solo para o plantio, os restos culturais que antes eram queimados passaram a ficar sobre o solo cultivado, a assentada Dona Anita conta que atualmente *“do modo que tá a paiada, a gente passa o trator, aterra tudo (...) não queima, deixa uns pé de árvore dentro, conserva o moiado”* observa as vantagens.

¹⁶⁴ Todas as citações de falas dos assentados foram concedidas à pesquisadora durante a realização do trabalho de campo no Assentamento Tapera, em agosto de 2007.

Os assentados foram questionados sobre os motivos que os levaram a deixar de “queimar o cisco”. Geraldinho, ex-vaqueiro, hoje assentado, respondeu que antes de adotar a prática fez o teste e confirmou os benefícios, conforme descreve: *“o técnico falou pra nós que resseca muito a terra e nós fez a experiência e é de vera mesmo, você quema um monte de cisco, aí quando chove a terra fica um trem curuçudo, endurece a terra, misturando o cisco não, a terra vai ficando é fofa.”*

As percepções dos assentados relacionadas às melhorias observadas são associadas à adoção de algumas práticas agroecológicas somadas à manutenção de outras já existentes e ainda o abandono de certas práticas tradicionais consideradas insustentáveis. Essa mudança de “sistema” foi percebida pelos assentados como algo positivo para a produtividade, conforme sinaliza Juvenato: *“depois que a gente não tá usando queimar o cisco a lavoura sai com mais açoite”*. Esse novo “jeito de plantar” que adotaram, na opinião de Clemente, é melhor do que o anterior e explica o porquê assim considera: *“mió porque a terra fica mais forte né”*, avaliando os benefícios de deixar os restos culturais e a palhada no solo: *“agora quando dá uma chuva o cisco segura a umidade”*. Juvenato nota ainda os impactos positivos da utilização da cobertura morta no período da seca, sobretudo por se tratar de uma região semi-árida *“o cisco a gente deixa tudo na terra, aí você vai mexendo com a terra vai apodrecendo tudo, vai fazendo adubo né, conserva a terra, quando não tá no tempo das águas conserva o molhado né”*.

A agricultora assentada Adriana, conta que o técnico lhe orientou a *“deixar as canela de milho acabar na terra, que é melhor pra adubá a terra”*. Quando perguntado se ela considera que a prática recomendada tem contribuído de fato para a adubação da terra, ela responde da seguinte forma: *“eu não entendo direito não, mas deve ser bom porque tá todo mundo fazendo isso, Oliveira [esposo] mesmo faz direto.”* Já quando perguntado se ela percebe que tal prática está melhorando a terra, ela responde positivamente: *“eu acho porque aonde é que fica as canela de milho e a gente vai plantá tá molhadinho”*.

- *“Planto misturado”*¹⁶⁵

88,5% dos assentados entrevistados, isto é, 23 dos 26 assentados mencionaram que realizam o plantio consorciado¹⁶⁶, isto é, plantam diversas culturas agrícolas simultaneamente. Os assentados lembram que “plantar tudo junto” já fazia parte do sistema tradicional de plantio, o que é confirmado na fala do assentado Geraldo de Ruza “*é um sistema que eu trouxe de herança*”.

No assentamento são realizadas e identificadas tanto as interações temporais de culturas, isto é, a rotação de cereais com leguminosas, por exemplo, do milho com o feijão, quanto as interações espaciais dadas pelo cultivo concomitante de várias espécies. Segundo Altieri e Nicholls (2000), as rotações e os cultivos intercalados reduzem as pressões de pragas e enfermidades, melhoram a qualidade do solo e fazem uso mais eficiente da água e dos nutrientes, incrementam a produtividade da terra e reduzem a variabilidade dos rendimentos.

O consorciamento da produção agrícola é uma prática mantida pelos assentados, confirmada na fala de Noé “*a gente planta tudo misturado*”. Contudo, a assentada Jesuída conta que depois que vieram para o assentamento, a prática da policultura foi aprimorada, havendo o aumento do número de culturas que passaram a ser plantadas consorciadas, conforme descreve: “*tinha muitas plantas que não plantava consorciada e hoje nós planta*”.

Geralmente os assentados plantam pelo menos três culturas consorciadas. As mais comuns são as combinações de milho com feijão¹⁶⁷, milho, feijão e fava, além da presença da fava, feijoa e/ou sorgo consorciadas com o milho. A cultura da mandioca convive em seu primeiro ano de crescimento, com o milho e o feijão. O arroz é plantado separado, nas “baixadas” isto é, em áreas úmidas, sujeitas a inundação. A cana, assim como a mandioca é plantada consorciada apenas no primeiro ano, comumente com feijão, milho e/ou amendoim. Moacir relata que planta de modo consorciado milho, feijão, fava, andu, mandioca. Marrinha afirma

¹⁶⁵ Geraldinho, assentado do Tapera, explica que planta misturado o milho, o feijão e feijoa, tudo junto, ele planta o milho e dentro do pé de milho ele planta o feijão e a feijoa, em entrevista, agosto de 2007.

¹⁶⁶ No geral, não foi perguntado diretamente e nestes termos se a família realiza o plantio consorciado, foram utilizadas perguntas mais abrangentes do tipo, “como que você planta?” e outras congêneres, e a partir das análises das entrevistas identificou-se as famílias que tratavam do plantio consorciado, é claro que a linguagem nativa utiliza-se de outras denominações indicativas dessa mesma prática.

¹⁶⁷ O feijão é classificado pelos assentados em diversas tipologias: feijão de arranque, feijão catador, feijão de andu, etc.

que planta “tudo junto”, e elucida: “*só o que a gente planta mais separado é a mandioca, mais assim mesmo, no primeiro ano que a gente planta a mandioca, planta o milho, planta o feijão, a fava, é tudo junto*”.

João Franco expõe que faz “*as rotações de cultura pra cuidar bem da terra*”. Essa preocupação também é demonstrada por outro assentado, fazendo a travessia de parte da área produtiva do lote, ele aponta uma área específica e conta que agora terá que plantar outro tipo de cultura nesta, quando perguntado o motivo, ele disse “*eu não devolvi a matéria orgânica, vou ter que plantar feijão de corda, ajuda a melhorá*”.¹⁶⁸

A efetivação prática de alguns dos benefícios derivados dos procedimentos associados à agroecologia, como a rotação de culturas e do plantio consorciado, por exemplo, pode ser notada no depoimento de um assentado, abaixo citado:

De 94 pra cá, a gente trabaia mais natural (...) é plantar mais coisa junto, milho, feijão, mandioca, andú, um cado de coisa, tudo junto né, não tem essa coisa de plantar só feijão só, outra hora só milho só. Então o que a gente faz é uma mistura, quando perde um, salva outros, tem bastante tempo que a gente num perde nada, então tá salvando tudo (Zé de Tico, em entrevista).

Uma estratégia fundamental adotada em todos os lotes, priorizada através dos projetos técnicos, foi a questão da diversificação da produção, isto é, diversificação das culturas agrícolas e das criações e conseqüentemente as fontes de renda familiar. O assentado Eduardo, que diz que conhecendo as particularidades do clima da região em que “*tem época que você planta e não consegue colher nada não*”, relata que é mais coerente em se tratando de uma região semi-árida, diversificar a produção: “*imagina você faz uma roça de milho e tem a seca(...) então tem que plantá variado né, tem que plantá mandioca, fava, feijão de corda, feijão catador, se plantar só milho ou só feijão não dá, tem que diversificar*”. A diversificação é entendida também como uma estratégia para garantir a segurança alimentar.

Observe a partir das falas supracitadas, que as práticas do consorciamento, da rotação de culturas e da diversificação da produção são percebidas como mecanismos auxiliares à estabilidade dos agroecossistemas, o que permite conseqüentemente a estabilidade econômica do agricultor, deixando-o menos

¹⁶⁸ Eduardo, assentado do Tapera, em entrevista, agosto de 2007.

vulnerável as intempéries climáticas, baixa de preços no mercado, ou qualquer outro problema que venha afetar a estabilidade econômica do agricultor.

O agricultor mais propenso à inovação é chamado de agricultor experimentador e tem importância estratégica no estímulo dos outros agricultores a experimentarem as inovações. Um dos agricultores assentados, que tem esse perfil, apontado pelos outros assentados como o maior produtor do assentamento, na ocasião do trabalho de campo, estava realizando uma experimentação com mandioca. Conta que esteve na EMBRAPA de Brasília e trouxe de lá algumas variedades para serem testadas “*para ver qual mandioca que dá mais certo, que produz mais*” segundo relatou. A partir de sua fala e da observação em campo é possível perceber a diversificação genética que existe dentro de seu lote. Ele diz que hoje planta mais de 20 variedades de mandioca, sendo quatro variedades de mandioca cacau e diversas outras variedades de “mandioca brava” e de “mandioca mansa”.

As sementes utilizadas pelos assentados são designadas de tradicionais, também chamadas de sementes “crioulas”, ou “semente de paiol”, este último termo é mais comum na linguagem nativa, devido à ligação com a prática da cultura do milho, muito forte dentro do assentamento. Das sementes de milho, três variedades principais são utilizadas, conhecidas como milho catete, o amarelão e o coruja, este último conforme destaca Jesuílda “*é uma variedade muito antiga, a gente não compra essa semente aí de fora pra plantar não, é do paiol mesmo*”. Cirso afirma que os assentados não precisam comprar semente, pois relata “*aqui nós planta o milho de paiol*” sendo geralmente cultivadas por volta de duas variedades de milho tradicional, de duas a cinco variedades de feijão e diversas variedades de mandioca. Considera-se que a tradição de produzir, armazenar e trocar sementes crioulas, como ocorre no Tapera, podem representar para o agricultor assentado tanto a garantia de uma semente de qualidade mais resistente e adaptada às condições ambientais do local, quanto a diminuição dos custos de produção, por não haver a necessidade de aquisição deste insumo no mercado, o que gera maior autonomia para esse agricultor.

- “o sistema do desabamento”¹⁶⁹ ou “se a terra for pendente”

O “sistema de desabamento” diz respeito ao emprego da curva de nível em áreas destinadas à produção agrícola que possuem significativa declividade, constituindo-se em uma prática de conservação do solo que evita o carreamento de matéria orgânica em função das chuvas e a erosão do mesmo. Um assentado, ex-agregado da fazenda desapropriada, explica que tradicionalmente não utilizavam curvas de nível para realizar o plantio das roças, “*antes curva de nível não existia mas também as roça era pequena né*”, relata Cristiano. Desse modo, nota-se que a incorporação do sistema de curva de nível está entre as práticas que passaram a ser empregadas pelos assentados, propiciado pela indicação da assistência técnica, conforme salientado na fala seguinte: “*o povo daqui não fazia curva de nível em roça não, começou a fazer por causa da água. Se a terra for pendente, se não fizer a curva de nível a água leva tudo, mas deu certo, aqui mesmo nós fez, primeiro fez um teste né*” (Aroldo, em entrevista). Observe novamente a importância que teve as experimentações orientadas pela assistência técnica e conduzidas pelos próprios agricultores para a tomada de decisão em adotar ou não uma inovação.

Identificou-se que 17 dos 26 assentados, ou seja 65,3% afirmaram fazer uso de curva de nível. Ressalta-se que esse percentual pode ser maior, pois não foi perguntado diretamente sobre a utilização de curva de nível ou qualquer outra prática especificamente, apenas foi feita uma pergunta ampla como, o que mudou na forma de plantar com a criação do assentamento e com as orientações técnicas, ou o que a assistência técnica recomendou e que estão seguindo. Portanto, pode ter tido algum assentado que se esqueceu de citar a incorporação da curva de nível entre suas práticas agrícolas.

- “O pasto pro gado também tem as faixa”

Dos agricultores assentados entrevistados 46% fizeram referência à preservação de faixas de vegetação nativa na formação de área de pastagem. Esse

¹⁶⁹ Modo pelo qual Geraldo de Ruza, assentado do Tapera, se refere às curvas de nível, em entrevista, agosto de 2007.

sistema, como já descrito anteriormente, se baseia no desmate de uma faixa e preservação de outra, e assim sucessivamente, da forma narrada pela assentada Jesuílda: “*desmata 30 metros e deixa uma faixa de uns 20 metros de nativa e aí você desmata de novo e vai fazendo esse controle*”.

Cristiano lembra que esta foi uma prática adquirida pelos assentados em função das recomendações constantes da assistência técnica, fato ratificado no seguinte trecho de sua fala: “*deixo umas faixa no meio do pasto, isso é orientação do técnico*”. Nesse sentido, João Tiú assinala que: “*todo pasto tem as faixa, ficou muito bom o sistema pra gente trabaiá. Antigamente pra fazer uma manga¹⁷⁰, pelava esse trem tudo, o gado não achava uma rama, não achava nada*”. Ele conta que atualmente estão preservando ervas medicinais e mantendo uma fonte futura de lenha dentro das áreas de pastagens, especificamente nas faixas de vegetação nativas onde é possível também encontrar algumas “ramas” para a complementação da alimentação animal, explicita: “*agora se pelasse tudo como é que eles [gado] iriam fazer? Na época da seca ajuda demais! Então hoje numa comparação, toda manga nossa tem as faixa, não tem jeito não, tudo tem as faixa, até dentro das roça*”.

A percepção dos benefícios da preservação de faixas de vegetação nativa pelos assentados ficou evidenciada na narrativa de um caso grave de infestação de pragas nas lavouras e pastagens de comunidades vizinhas ao assentamento, relatada a seguir:

Ano atrasado nas comunidades vizinhas deu um estrago muito grande de lagarta, deu lagarta nas roça, nos pasto, você precisava de ver e aqui no nosso assentamento não deu. E aí a gente foi descobrir, foi por causa das faixa, que é aonde fica os passarinho, aqui você precisa de ver tem uma diversidade de pássaros, que às vezes em muitos lugares você não vê, é aonde eles combate os insetos. (Jesuílda, assentada do Tapera, em entrevista).

- “*a natureza é que faz o controle pra gente*”¹⁷¹

Um fato interessante que pode causar algum estranhamento inicial foi a negação da existência de pragas na plantação ou sua existência em uma proporção ínfima que não teria o potencial de causar estragos na plantação. Fato que pode ser

¹⁷⁰ Manga é o local de pastagem do gado.

¹⁷¹ João Franco, assentado do Tapera, em entrevista, agosto de 2007.

confirmado nas falas de Noé: *“praga aqui nunca deu não, pra estragar nunca deu não”*, de Adriana: *“não dá assim pra prejudicar, pra fazer falta não”*, e de Moacir: *“mas aqui quase não dá, aqui é difícil”* que acredita que o motivo para tal realidade *“é devido à terra”*, certamente se referindo as condições desfavoráveis para a propagação de pragas e doenças. Então é consensual a observação que assentados têm com relação às pragas e doenças, resumida na fala do assentado Geraldinho, que é morador da área há mais de 30 anos: *“aqui é muito difícil pra dá esses trem pra estragá roça, sempre dava aqui era uma lagarta, mas tem anos, é muito difícil dá, tem muito tempo que deu, não dá pra estragá”*.

A partir dos depoimentos dos assentados foi sendo notado que não é que não existam os organismos e microorganismos potencialmente danosos às plantações, eles existem, mas a lógica que rege o processo e a organização do sistema de produção efetivado no assentamento contribui para que estes organismos potencialmente danosos à agricultura não se transformem em pragas de fato. Um dos assentados observa os impactos e prejuízos de uma área completamente desmatada para implantação de uma monocultura: *“os inseto vai chegar e vai achar só a planta pra cortá, então, se deixar os mato pode cortá bastante mesmo que não vai estragar a roça, agora uma roça que tem só uma cultura só, ô gente, rapidinho ele tá longe”*.¹⁷²

O controle de pragas e insetos daninhos pode ser realizado naturalmente por determinadas plantas que têm o poder de “proteger as roças”, como o gergelim e a batata doce, que ao serem plantados no interior das roças, formam uma defesa natural contra agentes nocivos à lavoura. Diversos outros mecanismos de manejo das roças que auxiliam no controle alternativo, podem ser utilizados, como descreve um dos agricultores assentados no trecho que se segue:

O controle de praga que a gente tem aqui é não limpar as roça demais sabe, aqui também a gente usa homeopatia, usa esse controle, aqui a gente também planta as roça muito ao redor dos matos, pra ter passarinho, pra ter outros insetos pra combater, então ajuda. Se você plantá muitas culturas juntas, ajuda também, porque tem uma certa cultura que os bicho não come, eles fica com nojo daquilo, não quer, nem beira. O gergelim mesmo, é bom plantar ao redor das roça, porque formiga não corta ele, se cortá, elas morre e tem a batata doce, pra formiga também, se elas cortá a batata doce, elas não corta mais nada, o leite da batata doce garra no trupico dela, ela não dá conta de tirar, então, se plantar na roça é bão. A gente usa é isso sabe, usa

¹⁷² João Franco, em entrevista, agosto de 2007.

muito é a natureza mesmo, a natureza que faz o controle pra gente (João Franco, assentado do Tapera, em entrevista).

Os assentados entrevistados possuem um sistema de plantio que por si só realiza esse controle naturalmente, por isso normalmente é declarado que não fazem nada no combate às pragas ou qualquer outro tipo de organismo patogênico, da forma descrita por Dona Neuza: “*nós nunca fez nada não, não precisou né*”. Foi perguntado o que fariam para combater as pragas caso ocasionalmente aparecessem na lavoura. Dona Mariinha responde que “*aqui nunca deu não, se der tem os remédio que o povo ensinou a gente a fazer, mas por enquanto não precisou não, e tem as rezas, benze*”. Assim, percebemos que além do próprio sistema de produção agrícola propiciar o controle natural de pragas, existe ainda o uso de plantas medicinais, denominadas de “remédio do mato”, homeopatia e certos rituais religiosos, como as rezas e benzeduras que fazem parte da cultura dos assentados, também ressaltados na fala de Dona Dina, apontada como a benzedeira e “remedeira” do assentamento: “*a gente tem o costume de rezar, porque tem certas oração que abate esse tipo de coisa*”.

Diversas receitas de “remédios do mato” para o combate de insetos, lagartas, fungos e outros organismos são de conhecimento dos assentados para serem utilizadas nas plantações, no controle de enfermidades humanas e animais. Para o combate de pragas e doenças existem receitas de domínio dos assentados sobre caldas alternativas e “preparados caseiros”. O conhecimento sobre “remédio do mato” é transmitido entre gerações, conforme relata o assentado Geraldo de Ruza, que diz o ter adquirido em parte com seu avô: “*a gente já tinha o conhecimentozinho de antigamente de remédio do mato*”. Além disso, somando-se ao conhecimento tradicional, logo nos primeiros anos de constituição do assentamento foram realizados pelo CAA trocas de experiências e cursos ensinando a preparar homeopantias e os chamados “remédios do mato”.

O controle de pragas e doenças era feito tradicionalmente por meio de “remédio do mato” por estes agricultores que passaram a fazer parte do assentamento. Dessa forma, o uso de agrotóxicos na produção agrícola não fazia parte da realidade desses agricultores, salientada na fala de Zé de Tico: “*nós foi nascido e criado sem mexer com veneno*”. Isto continuou sendo uma realidade depois que os agricultores foram beneficiados com os lotes no assentamento.

Dessa forma, o que antes poderia ser falta de possibilidades de acesso a insumos químicos, mesmo com as oportunidades abertas pelos financiamentos da produção, os insumos químicos, entre eles o agrotóxico continuaram não fazendo parte da realidade produtiva desses agricultores. Fato relacionado também aos princípios norteadores da assistência técnica, cujo projeto técnico elaborado não constava aquisição de quaisquer insumos químicos. Sendo assim, na ocasião das entrevistas realizadas com os 26 assentados, todos declaram não fazer uso de agrotóxicos, como expõe João Tiú: “*nós nunca precisou usar veneno aqui pra nada*”, fato que pode ser confirmado pelo depoimento abaixo:

Muito bom viu, essa experiência que o CAA trouxe pra cá foi ótima, nós nunca precisou de bater veneno né e outra coisa, na hora de limpá a roça, nós num limpa belezinha porque se tiver as pragas, uma praga mata a outra. Se nós pô veneno, nós mata a lagarta, mata o passarinho, mata tudo, então se nós controlar ali, a lagarta come, o passarinho come, então todo mundo tá alimentando né. Nós não pode trabalhar só pra nós não, nós temo que trabalhar pra nós e pros animais também né (Zé de tico, assentado do Tapera, em entrevista).

Na fala acima pode ser observada a relação de reciprocidade com a natureza, a consciência da relação de causa e efeito, de ação e reação, uma visão sistêmica do ambiente, em que percebe a importância de se manter as interações da cadeia alimentar responsável pelo equilíbrio do agroecossistema. Portanto, podemos presumir que não é necessário o uso de agrotóxicos porque as interações entre predador e presa nesse agroecossistema estão em equilíbrio dinâmico.

- outros indicadores de sustentabilidade no uso da terra

Foi indagado aos assentados se têm costume de mudar de área de plantio dentro do lote, se vêem necessidade de deixar a terra em que plantam descansar por um período. Todas as respostas dos assentados entrevistados convergiram para a negação da realização da prática do pousio. Nesse sentido, Geraldo de Ruza diz que: “*eu nunca mudei de terra, tá produzindo direto*”, assim como Mariinha: “*todo ano a gente planta no mesmo lugar*”, e Sô Pedrinho: “*sempre que eu vim pra qui eu tô mexendo num lugar só aqui toda vida, tô plantando aqui direto*”.

Um dos assentados considerados “de fora” por ser proveniente de uma comunidade vizinha à Tapera, conta da forma como manejava as áreas de plantio

onde morava, antes de vir para o assentamento e as mudanças incorporadas depois de sua vinda: “*antigamente nós plantava uma roça aqui e passava pra li, aqui virava um pelador, e hoje não, hoje se nós largar de plantá aqui, aí o mato vai, porque só tá o adubo orgânico ali*” (Zé de Tico, em entrevista). Nota-se que esse assentado acredita que se a área de plantio fosse abandonada, o ambiente se regeneraria. Afirma ainda que a terra por ele cultivada não tem necessidade de descansar, posição reafirmada por Chico, que elucida que hoje em dia “*o adubo vai ficando, você gradeia o adubo, não deixa que a terra vai desvalorizando, cada vez que você gradeia, a terra vai é afundando mais. E com adubo, a terra vai ficando mais forte, mas fértil, vai ficando melhor*”, podendo este ser um indicador do uso sustentável da terra no assentamento. Este fato pode levar à suposição de que as terras cultivadas estão em boas condições de produção devido às práticas de conservação empregadas no manejo do solo.

Alguns assentados que antes eram moradores da área desapropriada afirmam cultivar determinadas áreas por mais de três décadas consecutivas, como Geraldinho afirma: “*eu moro aqui tem mais de 30 anos, continuei plantando direto, planto direto nesse quintal mesmo aqui, quando a chuva não falta dá um mantimento danado*”. Cirso também considera que com o passar do tempo, mesmo cultivando na mesma terra, tem observado que o solo vem melhorando bastante. Tentou-se abordar a sua opinião sobre quais os motivos que teriam propiciado a melhoria desse solo, ele considera que: “*conservar o ambiente né, se você não conservar o ambiente, desmatar, não tem solo que güenta*”. Assim, podemos inferir a partir dos depoimentos dos assentados, que o conjunto de procedimentos técnicos recomendados, quando associados, incorporados e efetivados na prática cotidiana pelo agricultor, levaria o uso sustentável dos recursos naturais no assentamento, isto é a consciência da conservação, para a permanência (em constante mudança) destes recursos ao longo do tempo, o que poderia se entender por sustentabilidade. O mais interessante é que além desse solo não se degradar ao longo dos anos, foi constatado, a partir das análises das entrevistas com os assentados, a sensação expressa de melhoria desse solo.

É melhor, porque de primeiro a gente achava que limpar a terra que era bom né, e não é. Porque antigamente não, batia as paiada e quemava o cisco tudo. Agora tem o trator, a gente roça e o trator chega e revira essas canela de milho, mistura tudo na terra aí a terra

fica mais melhor que antigamente (Mariinha, assentada, em entrevista).

A agricultora assentada Jesuída apresenta os condicionantes que fazem com que não seja necessária nem possível, e até mesmo nem desejável a prática do pousio das terras cultivadas *“porque nossa terra de cultura é muito pouca, então a gente preserva, faz essa preservação mesmo pra modo não precisar, porque nós nem temos um terreno grande pra ficar trocando e às vezes nem é muito bom”*. A exposição de um trecho de uma das entrevistas realizadas em campo levanta algumas hipóteses que poderiam explicar porque a sucessão temporal de cultivos no mesmo solo não levou o esgotamento destes.

E desse tempo pra cá a gente vem continuando não quemando cisco, e a terra, cada ano que passa fica melhor né, e graças a Deus a produção sempre aumenta o dobro, agora ninguém sabe se é por causa desse modo da gente movimentar com a terra. A terra também precisa comer né, se a gente tirar tudo o que ela produz ali e não deixar isso aí, a tendência dela é ir só enfraquecendo (Noé, assentado, em entrevista).

Geralmente as entrevistas apontam especialmente duas práticas como responsáveis por essa melhoria das condições gerais do solo cultivado, sendo as mais citadas pelos assentados *“não queimar”* e *“deixar o cisco”* se decompor no solo, o que certamente estaria contribuindo para a formação da matéria orgânica e promovendo a fertilidade do solo. Porém, a manutenção de sistemas produtivos complexos, com elevada diversidade também ajuda a explicar a estabilidade do agroecossistema e continuidade da produtividade em longo prazo. Devido a estas circunstâncias, Noé prevê não somente a manutenção das boas condições de produtividade do solo, mas a sua melhoria no decorrer dos anos, destacada na seguinte afirmativa: *“até a gente güentar e tiver vida, essa terra nunca que ela cansa, a valoração dela é cada vez melhor do que ela é, porque ela vai comendo essa palhada e a tendência dela é só ir reforçando”*.

O trecho da entrevista citada abaixo resume bem a lógica com que um dos agricultores assentados do Tapera organiza seu pensamento, o que ordena a sua ação e define o modo com que se apropria dos recursos naturais.

É pensar, eu tenho um lote de 50 ha, (..) e nesse pouco ainda você recebe tabuleiro, lugar que não produz, você tem que pensar que você vai ter uma roça pro resto da sua vida naquele lugar ali, e então por isso que foi a maior questão de orientação foi nessa parte. O negócio diferente foi plantar uma roça pra vida inteira, o modelo de trabalhar, de roçar, queimar e plantar era quase o mesmo, mas o modelo de usar uma roça por 20, 30 anos, era pensar um pouco disso, evitar fogo,

manter forma de criar umidade nas roças, é fazer faixas, não queimar o cisco [...] (Custódio, assentado, em entrevista).

Podemos notar nesse assentamento a presença de um assentado que de maneira geral percebe o ambiente em que está inserido a partir de uma visão sistêmica, não reducionista ou fragmentária, conseguindo com facilidade entender as interações e causalidades existentes no agroecossistema, o que permite organizar sua ação a partir de objetivos de longo prazo e não imediatistas.

- Percepção das melhorias

A sensação pessoal de melhora de vida foi indicada por 100% dos entrevistados, tendo como parâmetro, a vida antes e depois do assentamento. A percepção dessa melhoria, encontrada nas falas dos assentados, comumente está associada à segurança de ter conquistado um pedaço de terra, está associada também à incorporação de algumas práticas reconhecidas como agroecológicas incentivadas pela assistência técnica, e ao aumento da produção, da segurança alimentar e a possibilidade de comercialização da produção através da cooperativa assessorada pelo CAA-NM.

A percepção de melhora de vida está principalmente relacionada à sensação de segurança, de pertença ao lugar, de liberdade, à possibilidade de exercer a cidadania, ter direitos reconhecidos, de possuir trabalho, o que possibilitou a estabilidade familiar. Estas foram as correlações mais estabelecidas que estão marcadas na fala dos assentados. A percepção de que ao conquistar a terra conquistou-se junto a liberdade, rompendo com relações tradicionais de dominação, pode ser observada através de vários depoimentos, como apresentado por Toni, um ex-posseiro da fazenda Tapera: *“hoje melhorou o seguinte, você é livre, pode plantar da forma que você quer, a gente pode fazer um pasto, pode fazer a quantidade de roça que tiver condição de cuidar, você pode criar o que quiser”* ou no seguinte depoimento de Aroldo, ex-agregado da fazenda: *“melhorô bastante porque antes a gente plantava uma roça aí e ficava pro fazendeiro, depois a gente planta o que é da gente e fica pra gente”*. A fala de Mariinha também ilustra a sensação de melhora de vida: *“a vida agora tá melhor do que antes, hoje a gente trabalha pra gente mesmo”*. Essa assentada nasceu na Fazenda

Tapera, mas chegou a migrar para os grandes centros urbanos em busca de trabalho e melhores oportunidades na vida, estando hoje de volta à terra de origem.

A sensação de segurança proporcionada pelo fato de ser um beneficiário da reforma agrária devido à implantação do assentamento e à concessão do direito de ter uma gleba de terra também está expressa nas palavras de Zé de Tico: *“quando a gente mudou pra cá, a vida da gente melhorou 100%, tem hora que eu fico pensando que aqui a gente tá sossegado né, e lá quando a gente morava com o fazendeiro não”*. Um campo de novas possibilidades é aberto com o assentamento das famílias, na visão de um dos assentados, a efetivação de um PA de reforma agrária contribuiu para o reconhecimento de seus direitos, de poder exercer a cidadania, conforme salientado na fala seguinte: *“assentamento hoje pra mim, reforma agrária pra mim hoje é um espaço de aprendizagem pra tudo na vida, [...] o interessante é que você começa enxergar várias formas e caminhos que a gente tem direito de seguir e correr atrás”*.

As mudanças no “sistema de produção agrícola” ou no modo de trabalhar a terra, denominado aqui de agroecológico, propiciado pela presença da assistência técnica foi a segunda causa explicativa mais frequentemente relacionada à percepção melhoria de vida, já que esta última sempre está correlacionada às descrições de melhoria da terra em si. Todos os 26 assentados entrevistados afirmaram estar satisfeitos com o trabalho do técnico que os assessoram¹⁷³. Poucos assentados entrevistados, apenas três, mencionaram o termo agroecologia ou correlatos, esse termo também não foi pronunciado pela pesquisadora durante as entrevistas. Nota-se que estes três assentados citados são mais envolvidos com as discussões da agroecologia, que estão à frente de organizações, como a Associação de Assentados ou do STR de Riacho dos Machados. Chico percebe as melhorias promovidas pelo sistema de produção atual, chamado de agroecológico

¹⁷³ Apenas um assentado mencionou que o serviço de assistência técnica “deixou a desejar” por um curto período de tempo, especificamente na ocasião da campanha política para as eleições municipais de 2004, quando o técnico concorreu ao cargo de vereador e foi eleito. Depois disso, continuou a prestar assistência ao assentamento pelo PAC até o momento do vencimento de seu contrato no final de 2007. Contudo já estava em vista a sua contratação pelo CAA, dando continuidade à assistência (não exclusiva) ao assentamento Tapera, atualmente através de um outro projeto.

e considera que: *“tá bem melhor do que antes, que nem o pessoal mais velho fala, antes a gente plantava e não tinha sistema”*.

Os assentados em geral avaliam que a mudança no “sistema” de produção agrícola *“foi bom, difícil foi só a primeira vez”* quando abandonaram algumas práticas e incorporaram outras. Nesse sentido o técnico que os assessora conta que realmente *“no início foi muito difícil”*. Mas, segundo ele, isso faz parte do processo de aprendizagem, tudo que é novo causa medo, e aos poucos os agricultores foram aderindo à proposta agroecológica. O responsável pela assistência técnica no assentamento, pode dizer com propriedade sobre a adoção das práticas agroecológicas, já que está há mais de 10 anos consecutivos acompanhando os assentados. Segundo ele: *“os que mais aderiram à proposta foram os agricultores que tinham aptidão para trabalhar com a roça, produzir alimentos, grãos, frutos nativos, sementes crioulas, etc.”* e salienta ainda: *“temos dificuldades com os agricultores com aptidão de criação de gado, e [produção de] carvão”*¹⁷⁴

Geraldinho afirma que algumas práticas tradicionalmente utilizadas no manejo da terra antes da criação do assentamento, eram desfavoráveis a fertilidade do solo, e que atualmente “o sistema” utilizado melhorou a produção *“tinha roça mesmo que tinha época que não dava mais nada. Agora não, com o cisco que nós tá deixando parece que a terra tá só melhorando. O mantimento mesmo sai mió”*. Aroldo também observa as melhorias na produção: *“melhorou bastante, cupim mesmo né, antes estragava muito os mantimentos, não achava o que eles comia, agora não, larga espaiado, ataca mais as folha que fica na terra e não ataca mais os mantimento”*, promovendo maior equilíbrio ecológico do agroecossistema.

Houve alusão ainda à percepção de melhoria da produtividade relacionada à incorporação de algumas práticas reconhecidas como componentes das recomendações agroecológicas, como destaca Cristiano quando questionado sua opinião sobre as mudanças efetivadas na forma de plantar atual: *“eu acho que produz mais”*. Esta observação sobre o aumento da produtividade apesar de ser predominante, não é consensual, como pode ser notado por meio da citação da fala de um os assentados: *“às vezes quando produz agroecologicamente, você não*

¹⁷⁴ Resposta ao questionário elaborado para o responsável pela assistência técnica no assentamento Tapera.

produz tanto, mas tem uma coisa diferente que é a qualidade do produto,(...) com os apoios, com as articulações, a gente consegue aumentar essa qualidade” ou seja, tem-se a oportunidade de comercializar um produto com maior valor de mercado.

As possibilidades geradas pela criação do assentamento ampliaram também as oportunidades de expansão da produção desses agricultores, como descrito por Cristiano, ex-agregado da fazenda: *“a gente tá produzindo bem mais, aumentou a área, tem as grades que toca com o boi, isso adianta demais né. Porque antes não podia né, o fazendeiro não deixava você fazer uma roça boa, cercá ela, fazer um pasto, não podia”*. Do mesmo modo, Geraldinho considera que: *“melhorou mais porque a gente deu pra plantar mais roça”* já que, estando submetido ao proprietário da fazenda, essa possibilidade era bastante restrita. Essa percepção sobre o crescimento da produção, dada pela expansão da área de plantio, foi o terceiro elemento mais frequente nas entrevistas relacionado à explicação da melhoria de qualidade de vida, o que está diretamente ligada a existência de uma política pública de financiamento voltada para agricultores assentados e também ao direcionamento dos projetos produtivos elaborados pela assistência técnica.

As expressões relacionadas ao sentimento de segurança alimentar foi o quarto elemento mais mencionado nas entrevistas, que subsidia na explicação da sensação pessoal de melhoria de vida. Recorrentemente os assentados referem a essa segurança alimentar por meio da afirmação que não compram quase nada no mercado. Às vezes produtos de higiene pessoal e de limpeza doméstica e pouquíssimos gêneros alimentícios, dando a impressão de certa auto-suficiência e autonomia no que se refere à produção de alimentos, do modo narrado por João Tiú: *“tudo eu tenho dentro do meu quintal, bão demais, o quê que eu quero mais?!”*.

O alimento proveniente do assentamento Tapera, por ser produzido sem utilização de agrotóxicos nem fertilizantes químicos é considerado mais saudável, o que contribui para a qualidade de vida do produtor deste alimento, como ressalta Toni: *“a qualidade é melhor, não envenena a pessoa, não mata a pessoa, em vez de destruir a vida constrói a vida”*, notando as vantagens também para o ambiente em que é produzido. Além do mais, considera as possibilidades mercadológicas geradas pelo sistema agroecológico de produção, dizendo que: *“eu acho que é melhor, se você olhar a questão do mercado”*.

A maior capacidade adquirida de comercialização da produção e a venda desta através da cooperativa de “produtos agroecológicos” assessorada pelo CAA foi a quinta causa mais relacionada pelos assentados ao sentimento de melhora de vida. Contudo, pode-se afirmar que a comercialização está estritamente vinculada à ocorrência e regularidade das chuvas. Na interpretação dos assentados, o “tempo” é determinante para a produtividade agropecuária do assentamento, para a geração de “sobras” e conseqüentemente para a comercialização da produção. As denominadas “sobras” se referem ao que restou da produção agrícola e que poderá ser comercializado. Para realizar este cálculo deve-se reduzir o que será consumido pela família, bem como a parte da produção de grãos que deverá ser armazenada para o próximo plantio e para as trocas efetuadas com a vizinhança.

A comercialização da produção é feita no assentamento através de duas formas principais, por meio da Cooperativa Grande Sertão¹⁷⁵ ou através da venda para comerciantes do mercado local. Todos os assentados entrevistados demonstraram ter como atividade principal a agricultura e não a pecuária. Para estes agricultores, o gado bovino funciona como uma espécie de poupança, uma reserva para momentos “difíceis” enfrentado pela família. Os suínos são vendidos nas proximidades ou no próprio assentamento. As aves, como o frango caipira, têm a opção de serem comercializadas através da cooperativa.

Segundo informações obtidas em campo, vender para a cooperativa é mais vantajoso para o agricultor, pois consegue um preço melhor, o que não ocorre, segundo Toni, se for vender para um atravessador ou comerciante na cidade. Ele destaca que o assentado do Tapera “*só consegue vender por um preço diferenciado porque tem a Cooperativa Grande Sertão, [...] você consegue receber um preço melhor*” confirma. Um dos sócios da cooperativa salienta que “*há uns tempo atrás o agricultor só tinha o atravessador*”. A agregação de valor ao produto, quando comercializado através da marca Grande Sertão, se deve ao beneficiamento/processamento que este produto recebe e ao apelo embutido na divulgação da marca de ser um produto agroecológico de uma cooperativa formada por agricultores familiares e agoextrativistas. Assim, as possibilidades

¹⁷⁵ A Cooperativa Grande Sertão foi fundada em 2003 e abrange mais de 1500 famílias, de 148 comunidades rurais, situadas em 21 municípios da região Norte de Minas (CAA, 2006). A Cooperativa repassa parte da produção do assentamento para um programa do governo federal intermediado pela CONAB.

geradas pela comercialização de boa parte da produção dos assentados por meio da cooperativa têm contribuído para a sensação de melhoria de vida, que pode ser visualizada no depoimento de Jesuílda: *“depois da cooperativa nossa vida mudou muito, porque antigamente às vezes perdia muito mantimento porque você não achava aonde vender, não tinha um mercado garantido e hoje graças a Deus a gente tem”*. Para se ter uma nítida idéia da agregação de valor ao produto comercializado através dessa cooperativa, um assentado expõe que: *“às vezes você vende um saco de milho por R\$ 25,00/ 30,00, como semente selecionada você consegue vender por R\$ 80,00/ 90,00 reais, é outra coisa.”*

No assentamento existem cinco assentados que são sócios da cooperativa Grande Sertão, sendo três agricultores e duas agricultoras. Não é preciso que todos sejam sócios da cooperativa para comercializar os produtos, estes são comercializados através destes cinco sócios. Contudo, o produto a ser comercializado através da cooperativa deve possuir certas peculiaridades, tem que ser obrigatoriamente originários de uma fonte segura, produzido com os princípios agroecológicos. Isto é, devem ser produtos derivados de agricultores(as) que realmente aderem à proposta da agroecologia para que a marca da cooperativa responsável pela comercialização dos produtos não seja colocada em risco, segundo informações do técnico do assentamento. Os produtos comercializados pelos assentados são rapadurinha, mel de abelha, pequi in natura, sementes crioulas (milho, feijão, arroz), frutos nativos (cagaita, araçá, coquinho azedo, mangaba), frango caipira, dentre outros.

Segundo o técnico do assentamento, aproximadamente 70% dos assentados tem uma inserção mais intensa no mercado, isto é, sempre possuem sobra de produção para comercializar, mas considera que 85% dos agricultores vendem, mesmo que ocasionalmente, seus produtos no mercado local ou regional¹⁷⁶. Uma agricultora assentada, que participa da diretoria da associação dos assentados do Tapera relata que no assentamento apenas duas famílias produzem estritamente para a subsistência.

¹⁷⁶ Dos entrevistados em campo na ocasião desta pesquisa 58% responderam que sempre possuem excedente para comercialização e 27% responderam que comercializam esporadicamente, 4%, isto é, um assentado declarou que produz exclusivamente para o consumo e em 11% dos assentados não houve resposta.

Enfim, são estes, na percepção dos assentados, os cinco elementos explicativos mais frequentes nas entrevistas, todos correlacionados diretamente à melhoria de vida. Entende-se que cada um destes fatores, que contribuíram para o sentimento de satisfação na vida dos assentados, estão interligados, ou seja, a existência do sistema agroecológico está relacionado à existência e à perspectiva da orientação da assistência técnica no assentamento, ambas tem participação importante no aumento da produção bem como responsabilidade pela abertura de novas possibilidades de comercialização. A citação a seguir sintetiza o significado da melhoria das condições de vida na perspectiva de um assentado:

A avaliação que eu tenho feito, é que quando eu olho de onde eu saí, da comunidade de onde vim e quando entra lá dentro (..) quando a gente olha essa realidade, (..)eu não vou dizer só bens materiais nem a comida por exemplo, porque graças a Deus, a cada dia a gente consegue entender que está se melhorando, mas na sua vida, na cara da realidade do que você vive ali, é que acha muita diferença, olhando para o social, olhando para produção, a vida social, é onde a gente vê, a diferença taí (Custódio, em entrevista).

- algumas observações sobre a construção da agroecologia no assentamento Tapera

Objetivou-se ao longo desse capítulo refazer o possível caminho para tentar entender e analisar a construção social da agroecologia no assentamento Tapera, buscando identificar fatores explicativos para a ocorrência e permanência da experiência agroecológica nesse assentamento rural. Para tanto, buscou-se descrever a história, os fatos e personagens envolvidos com a constituição do assentamento, ponto de partida para compreensão da experiência agroecológica analisada. Através das narrativas dos agricultores assentados sobre o modo de vida e as práticas agrícolas anteriores a sua vinda para o assentamento, percebeu-se a importância estratégica do conhecimento tradicional e sua forma de manejar a terra, compreendendo-os como elementos facilitadores para a incorporação da experiência agroecológica. Infere-se que não houve uma ruptura radical na forma tradicional de se apropriar da natureza em função da intervenção da assistência no assentamento, já que, sua proposta estava orientada e baseada na concepção de desenvolvimento rural fundamentada nos princípios da agroecologia, que acredita na potencialidade do conhecimento local, tradicional, no desenho de sistemas

agrícolas sustentáveis. A análise dessa experiência demonstrou que a combinação de sistemas tradicionais de uso da terra em conjunção com algumas práticas recomendadas pela agroecologia, resultaram em sistemas produtivos que configuraram, não por esse motivo exclusivamente, melhorias nas condições de vida dos agricultores assentados.

Observou-se também que a inserção dos agricultores na luta pela terra, através da mediação da CPT, STR e da ONG CAA, formou um indivíduo com uma ampla capacidade refletir criticamente sobre a realidade social que o cerca, de entender os interesses que estão em jogo, aprendendo no fazer da luta, a importância da participação, da organização e da articulação política como forma de alcançar seus direitos e objetivos almejados. Outros fatores que podem contribuir para explicar a permanência da experiência agroecológica é o profundo conhecimento que este assentado possuía das potencialidades e das limitações do ambiente em que estava inserido, já que todos eram do município em que foi implantado o PA, a maioria era da mesma comunidade rural e alguns de comunidades vizinhas, todos eram agricultores e o mais interessante é que muitos dos posseiros, após a desapropriação, continuaram no mesmo lugar de morada que viveram e cultivaram ao longo de toda sua vida.

Assim, na postura e no comportamento do assentado do Tapera podemos encontrar uma das possíveis respostas para a continuidade das experiências agroecológicas, pois se considera que este assentado conseguiu compreender, com algumas variações, a proposta da agroecologia, incorporá-la, assimilá-la e efetivá-la na prática cotidiana. Através de práticas simples condução e comprovada eficácia, confirmada com o auxílio das experimentações *in loco*, os agricultores tendo em vista as oportunidades mercadológicas que se abriam frente ao produto agroecológico, tem preferido e constatado as vantagens em se seguir o sistema agroecológico de produção.

Pode ser notado ainda, que desde o parcelamento do PA Tapera, a lógica de uso e ocupação do espaço esteve permeada pelos princípios da agroecologia, muito em função da assessoria técnica e política do CAA-NM, constante nas fases de planejamento e execução do projeto de desenvolvimento do assentamento. Bem como por meio de sua proposta, em que houve a opção por orientar práticas de manejo e produção mais adequadas à realidade sócio-econômica, cultural e

ecológica local. A análise da experiência agroecológica do assentamento Tapera evidencia que construção é o termo que melhor descreve esse processo social, em permanente mudança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da presente dissertação, procurou-se, através da constituição de uma base argumentativa que permitisse explicar e dar sentido ao fenômeno analisado, compreender de maneira mais ampla as motivações para a emergência de propostas alternativas de desenvolvimento, expressas em oposição ou complementaridade à concepção hegemônica de desenvolvimento. Foi abordado especificamente como tais propostas reivindicadoras de um “desenvolvimento alternativo” tomam corpo em algumas realidades do meio rural brasileiro, pioneiramente por meio da atuação das ONGs que se dedicam à temática do desenvolvimento, apoiadas por uma rede de articuladores e financiadores de âmbito transnacional, e conquistam reconhecimento e legitimidade dentro do próprio Estado. Atualmente, muitas das propostas de desenvolvimento rural, em sua perspectiva “alternativa”, têm aparecido sob o conceito de “desenvolvimento rural sustentável” no qual a agroecologia tem sido uma das principais referências teóricas norteadoras.

A exposição do referencial conceitual e argumentativo apresentado nos capítulos anteriores pretendeu permitir dar significado à experiência empírica analisada que trata de alternativas de promoção do desenvolvimento, possibilitando perceber a complexidade de temas e problemas que estão interligados no caso estudado, buscando perceber o que tornou a construção social da experiência agroecológica no assentamento Tapera possível e realizável. Nesse sentido, a seguir serão apresentadas algumas inferências que contém elementos explicativos para a ocorrência deste fenômeno social que se buscou desvendar pela presente pesquisa.

Pode-se afirmar que a inserção dos *mediadores sociais* no conflito pela posse da terra e sua atuação em distintos momentos desde a criação do PA, passando pela assessoria aos projetos de desenvolvimento, consolidação e emancipação do assentamento Tapera, criou oportunidades políticas para a construção da experiência agroecológica nessa área de assentamento rural. Estabeleceu-se, paralelamente, uma relação de confiança entre os assentados e os mediadores, criando as bases da credibilidade destes, beneficiando o entendimento e incorporação das propostas técnicas e políticas dos mediadores.

Esses mediadores sociais, inseridos em redes de articulação de organizações da sociedade civil e movimentos sociais, se propõem refletir e intervir no desenvolvimento rural, cujos princípios de ação perpassam e requerem uma racionalidade para além da econômica. Porém, a atuação dos mediadores sociais não explica exclusivamente a construção social da agroecologia, apesar de possuir uma função basilar para a ocorrência e permanência deste fenômeno.

Outro elemento que subsidiou na compreensão da construção da agroecologia no assentamento pesquisado foi a abordagem da *trajetória de vida* dos agricultores assentados, que permitiu entendê-los como integrantes de uma população tradicional que habita o ambiente dos “gerais” no meio rural do norte-mineiro, portadores de uma identidade coletiva reconhecida sob a nomeação de “geraizeiros”. Dessa forma, entende-se que o modo de vida tradicional desses agricultores, seu lugar de morada, seu “corpus” e “práxis”, isto é, seu conhecimento apurado sobre as potencialidades e limites do ecossistema em que estão inseridos, sua forma secular de lidar com a terra e com os outros recursos naturais tendo em vista a necessidade de conservação desses recursos ao longo do tempo, ajudam a explicar a relativa facilidade dos agricultores em incorporar os princípios agroecológicos contidos na proposta da ONG mediadora, não demandando uma ruptura radical na forma tradicional de manejo dos recursos.

Considera-se que o *aprendizado propiciado pela luta pela terra*, espaço e tempo de formação de sujeitos políticos, modificou o comportamento de passividade típico dos agricultores em questão e característico de grupos dominados e submetidos a relações desiguais de poder. Assim, acredita-se que o momento da luta social pelo reconhecimento da posse da terra representou um espaço de reflexão e formação de cidadãos críticos e conscientes do cenário sócio-político em que estão envolvidos, fato que também auxilia na compreensão da proposta da agroecologia pelos agricultores assentados e para a construção da experiência no assentamento Tapera. Não se pode deixar de citar, a atuação de organizações da sociedade civil que cumpriram papel fundamental nesse processo de formação de sujeitos sociais e políticos, como a CPT e o STR, principais mediadores no momento do conflito fundiário.

Salienta-se que a proposta da agroecologia não partiu espontaneamente dos próprios agricultores, como pode ser constatado. Entretanto, isso não quer dizer

que esta proposta tenha sido imposta pelos mediadores, pelo contrário, diversos assentados entrevistados afirmaram participar efetivamente da construção dos projetos técnicos implantados no assentamento. Foi mencionado nas entrevistas que a proposta da agroecologia aparece pela primeira vez para os recém-assentados no momento de elaboração do PDA, mas, conforme foi visto no capítulo 4, a lógica subjacente de pensar sobre as interações homem e natureza está presente desde antes da criação do PA influenciando estudos não-oficiais que afirmaram a viabilidade de implantação desse assentamento rural e a readequação do parcelamento oficial. Assim, afirma-se que, *da forma com que foi construída a orientação dos projetos*, sempre contando com a participação efetiva dos assentados que decidiam coletivamente sobre seus rumos, associado ao respeito e resgate de saberes e práticas tradicionais de manejo, essa proposta se mostrou mais condizente com a realidade sócio-cultural e produtiva desses agricultores assentados. Nesse sentido, o serviço de assistência técnica ganha importância, na medida priorizou uma abordagem metodológica de cunho construtivista e participativa.

Observou-se que as orientações técnicas conseguiram eliminar algumas práticas que se comprovaram em longo prazo insustentáveis, auxiliados pela experimentação participativa, conduzida pelos próprios agricultores assentados. Por meio de uma observação e comparação criteriosa, os assentados puderam notar os benefícios de novas práticas, técnicas, e procedimentos na agricultura considerados mais adequados à realidade da categoria dos agricultores familiares com baixa disponibilidade de capital, trabalho e terra, que passaram a ser incorporadas na medida em que as vantagens comparativas se faziam evidentes. De modo geral, as inovações adotadas pelos agricultores assentados representam procedimentos de fácil condução, tecnologias acessíveis e de baixo custo, baseadas primordialmente em recursos endógenos¹⁷⁷. A proposta da assistência técnica, que de modo mais amplo projeta-se na concepção de desenvolvimento alternativo da ONG CAA, em que a agroecologia é referência norteadora,

¹⁷⁷ Segundo diagnóstico realizado pelo PCA/INCRA, quanto às práticas de cultivo e conservação de solos foi levantado que 100% dos assentados declararam não utilizar agrotóxicos nas lavouras, utilizar somente sementes crioulas para os cultivos, e não usar fogo nos lotes, salvo no primeiro ano de cultivo em áreas recém desmatadas; 60% dos assentados declararam fazer uso de faixas de retenção nas roças e 30 % indicaram que usam defensivos alternativos (caldas, preparados caseiros e outros).

certamente induziu a uma (re)orientação no campo da produtivo mais condizente com as possibilidades e necessidades dos assentados e com as potencialidades e limitações características do lugar de realização dessa experiência.

Outro elemento considerado importante para a construção e continuidade dessas práticas agroecológicas, mesmo na ausência de uma assistência técnica mais efetiva e pontual nos lotes, foi a *elevada capacidade dos assentados de se organizarem internamente e se articularem* com outros atores e organizações locais e supra-locais, e de atuarem eficazmente em situações que requereram mobilização para alguma mudança social desejada pelo grupo, o que contribuiu para o entendimento e incorporação da proposta agroecológica, e garante, em grande medida, a permanência da experiência. Assim, a forte união do grupo e a participação coletiva nos diversos âmbitos de decisão, fato que pode ter vinculação direta com as relações de parentesco e reciprocidade entre os assentados do Tapera, contribui para a existência de um projeto comum de constituir um assentamento diferenciado dos demais. Nas palavras do técnico os assentados “*carregam essa bandeira enquanto comunidade*”, de ser um exemplo de que os assentamentos rurais provenientes de reforma agrária podem ser economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis. Estas são evidências que concorrem para a construção social da agroecologia no assentamento Tapera.

A análise da experiência social desenvolvida no assentamento Tapera confirmou que esse assentamento, no que se refere ao padrão tecnológico, orientou-se pela proposta da agroecologia, ao contrário da realidade da maioria dos PA no país. Outro fator que merece ser destacado, no caso estudado, é que foi se norteando pelas proposições da agroecologia que os agricultores assentados têm conseguido quitar todos os financiamentos adquiridos, apresentando hoje 0% de inadimplência junto às instituições financeiras, comprovando a viabilidade técnica e econômica desta proposta. Contudo, notamos que no assentamento Tapera, a proposta da agroecologia transcende o aspecto da viabilidade econômica e representa mais do que uma estratégia de sobrevivência e reprodução social para a categoria dos agricultores familiares, uma vez que contribui para o ideal de sustentabilidade, em suas dimensões social, cultural, política e ambiental.

Um dos indicadores positivos associados às conseqüências da adoção da agroecologia pelos assentados do Tapera pode ser recorrentemente encontrado em

suas falas relacionadas às indicações de melhoria nas condições de vida em termos de possibilidade de acesso ou melhoria no provimento de serviços sociais; isto é, se referem a melhorias nas áreas da saúde, educação, moradia, infraestrutura básica (saneamento, energia, água potável e canalizada, estradas), além da melhoria da renda familiar que lhes permitem ter acesso a serviços e bens de produção e consumo. O sentimento de mudança social pode ser expresso pelas modificações nas relações de poder, em função da eliminação da sujeição social, econômica e política ao proprietário da terra, proporcionado pela desapropriação desta para fins de reforma agrária. Com a criação do PA ocorre também mudança na postura do Estado para com essa população, na medida em que se torna responsável por prover as condições básicas que permitem a operacionalidade do assentamento e cria políticas públicas específicas para o fortalecimento da categoria dos agricultores familiares. Além disso, outra mudança significativa refere-se ao modo com que a instituição financeira (banco responsável pelo repasse dos créditos para os beneficiários da reforma agrária) vê e trata os assentados em questão. De uma posição inicial de intransigência e negação do empréstimo – já que o projeto técnico apresentado para financiamento não foi aprovado, por não se “enquadrar” no padrão tecnológico que o Banco entendia por viável – e o tratamento diferenciado do dias atuais marcado pela confiança, houve um grande progresso, no qual o Banco oferece altos empréstimos para os assentados, haja vista a total adimplência desses.

Devido ao assentamento ter uma produção de alimentos com “apelo” ambiental, de produzir um alimento orgânico e mais saudável, foi possível a inserção da produção agrícola no mercado por outras vias de negociação, eliminando a figura do atravessador, e obtendo maior valoração no mercado. Assim, parte da produção do assentamento é comercializada através da Cooperativa de agricultores familiares e agroextratistas Grande Sertão, que a repassa para um Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal, executado pela CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento). Ressalta-se que existindo uma estrutura adequada para que os produtos agroecológicos se insiram no mercado com esse diferencial, este terá maior valorização em comparação com os produtos derivados de sistemas agroquímicos, garantindo maior rendimento ao produtor. Contudo, o sistema agroecológico é considerado

por Veiga (2005) como maior demandante em trabalho comparado ao sistema agroquímico, o que não lhe garantiria competitividade econômica. No entanto, considerando os outros fatores que estão imersos nos custos de produção, como os insumos diversos, condição essencial na agricultura químico-mecanizada baseada em alta demanda de insumos e energia, essa desvantagem na competitividade não seria tão preponderante¹⁷⁸. Tendo como base as entrevistas de campo, obtiveram-se diversas afirmações no sentido da percepção do aumento da produtividade dada pelo sistema agroecológico; além disso, apostou-se na diversificação das atividades produtivas e das espécies cultivadas, o que potencializou a estabilidade da produção frente às instabilidades climáticas ou oscilações de mercado no preço de determinado produto, garantindo conseqüentemente a estabilidade econômica e maior autonomia do agricultor.

Apesar de se ter enfatizado no estudo de caso, a construção da agroecologia mais no âmbito de um conjunto de práticas ou procedimentos adotados na agricultura, ou a partir do desenho de um novo sistema de produção com vistas à conservação dos recursos naturais, ressalta-se que essa abordagem considera que a construção de sistemas complexos, de alta diversidade, estão intrinsecamente correlacionados às estratégias sociais que permitem obter maior equidade, estabilidade, segurança alimentar e autonomia, isto é, melhoria nas condições gerais de vida por parte dos agricultores assentados, constituindo-se desta forma em uma estratégia social e política voltada para o fortalecimento da categoria dos agricultores familiares.

A partir do estudo de caso, tendo por referência uma realidade geográfica delimitada, comprovou-se o potencial da proposta da agroecologia como uma alternativa de promoção do desenvolvimento, que em conjunto com políticas públicas para os assentamentos rurais, atuação da associação dos assentados do Tapera e dos mediadores sociais envolvidos, houve a convergência de ações destes atores, que estão dando passos largos em direção da “eliminação das privações de liberdade” na concepção de desenvolvimento dado por Amartya Sen, de expansão das liberdades substantivas, isto é, maiores oportunidades

¹⁷⁸ Há estudos que indicam que os custos de produção dos sistemas agroecológicos são de 20 a 30% menores, variando dependendo da cultura e do padrão tecnológico adotado anteriormente. Há também indicativos de aumento de produtividade, para maiores detalhes ver Uphoff (2007).

econômicas, liberdades políticas, aumento das facilidades sociais (acesso à saúde, educação, etc).

Ao longo desse trabalho, encontrou-se a constante afirmação, presente nas falas de servidores do INCRA, agentes de mediação e de outros profissionais que conhecem a realidade desse assentamento, de que o PA Tapera é um “assentamento modelo”, representa um caso de sucesso, pois consideram que os assentados possuem um “nível de renda razoável”, que a “segurança alimentar é absoluta” e além de tudo isso, “a maior parte do cerrado está de pé, é um caso totalmente anti-convencional”, conforme relatou um dos consultores do INCRA na ocasião da realização da pesquisa.

No entanto, existem limitações neste PA, como diferenciados níveis de adoção da agroecologia pelos assentados; há especificamente dificuldades por parte dos assentados que obtém renda primordialmente da atividade pecuária em se adequar a uma produção menos degradante, e ainda houve assentados que afirmaram fazer uso predatório do ambiente, em momentos de maior dificuldade financeira da família, quando o desmatamento ocorre visando a produção de carvão. Contudo, uma assentada reconhece que “(...) *a gente enxerga que é uma coisa muito errada que a gente faz, é a gente fazer desmate e acabar com a natureza, assim como a gente não quer ser destruído, a natureza não quer ser destruída né.*” (A.C.S. assentada, em entrevista).

Outro limitante que tem sido notado pelo técnico que assessora o PA é a desmobilização dos assentados criada pela sensação de melhoria de vida. Esse técnico se recorda que no início do seu trabalho as reuniões no assentamento tinham maior participação dos que as atuais, e nota que à medida que foram acontecendo as melhorias, percebeu uma desmobilização e menor participação dos assentados, já que uma parcela restrita desses assentados acreditam que já alcançaram o que almejavam, se dão por satisfeitos e conseqüentemente se acomodam. Nesse sentido, esse técnico relata sobre as possíveis causas dessa desmobilização:

Eu queria fazer reunião aqui colocava aviso na rádio todo mundo chegava, hoje não, quase ninguém mais houve rádio hoje, não é mais um meio de comunicação na Tapera, quase todos têm parabólica, quase todo mundo tem DVD em casa, né, não se ouve mais rádio, é um meio de comunicação que você não consegue falar mais com o pessoal; aí o pessoal acaba se desligando das reuniões, começa a ter outras prioridades, é novela, é filme, é desenho, e acaba entrando em

outro mundo, da globalização, e acaba se afastando dessa discussão e perdendo esse vínculo familiar, a família tapera né. É o preço que se paga por isso, do conforto, dos meios de comunicações (Marcelo, técnico do assentamento Tapera).

Um agricultor assentado, que fez parte da diretoria da associação dos assentados, considera que o que contribuiu para que o PA Tapera se destacasse dos demais assentamentos foi mais do que a agroecologia, que também considera importante, mas em sua opinião “*o que segurou foi manter a união, discutir os problemas juntos, decidir junto*”¹⁷⁹. Com essa afirmação, fica a dúvida e o questionamento sobre qual seria o futuro desse assentamento com a desmobilização de parte dos assentados e o atual processo de individualização?

Para além das dúvidas, permanece a certeza de que a prática de uma agricultura conciliada com a conservação do ambiente não poderá resultar da difusão ampliada de qualquer inovação pronta, visto que, conforme salientou Veiga (2005, p.212) “*as soluções consideradas mais sustentáveis não são facilmente multiplicáveis, são bem específicas a cada ecossistema e muito exigentes em conhecimento agroecológico*”. Pode-se dizer que existe uma concepção idealizada da agroecologia, contudo, cada lugar com suas especificidades irá construir sua prática, sua experiência, já que as apropriações e implementações práticas da agroecologia dependerão dos atores e agentes sociais que irão incorporá-la, significá-la, construí-la com outros agentes (agricultores) que por sua vez irão (re)significá-la e implementá-la na prática cotidiana.

Deste modo, não se teve a intenção, ao estudar a experiência agroecológica no assentamento Tapera, de mistificá-la ou torná-la referência de um conjunto de procedimentos que devem ser difundidos para outras realidades, ou um “modelo” a ser seguido por outros assentamentos rurais. Pelo contrário, procurou-se enfatizar as especificidades que possibilitaram a construção dessa experiência, que conformaram a realidade que aqui se procurou desvendar, representativa de uma evidência concreta de que existem alternativas sociais e econômicas bem sucedidas à concepção hegemônica desenvolvimento.

¹⁷⁹ A tese de Amâncio (2000) também dá indicações nesse sentido, ao levantar fatores que influenciam na sustentabilidade dos projetos de assentamento do cerrado mineiro, estudando comparativamente três PA, entre eles o PA Tapera, identificou a importância da participação/organização social neste como componente do processo de viabilização da sustentabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, E. *Intervenção tutorial ou participativa: dois enfoques da extensão rural*. Caderno de Administração rural. Lavras: UFLA, v.2 n.1, p.23-43, 1990.
- ALMEIDA, J e NAVARRO, Z. *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento sustentável* (org). Porto Alegre: UFRGS, 1997.
- ALMEIDA, J. *A Construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no Sul do Brasil*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.
- ALMEIDA, J. Da idéia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J e NAVARRO, Z (org). *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento sustentável*. Porto Alegre: UFRGS, 1997.
- ALMEIDA, S. G e PETERSEN, P. *Rincões transformadores: trajetórias e desafios do movimento agroecológico brasileiro – uma perspectiva a partir da rede PTA*. Projeto Olhar crítico, 2004.
- ALMEIDA, S. G; PETERSEN, P. e CORDEIRO, A. *Crise socioambiental e conversão ecológica da agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2001.
- ALTIERI, M. *Agroecologia: bases científicas de la agricultura alternativa*. Comisión de investigación de la agricultura alternativa. Santiago, Chile, 1984.
- ALTIERI, M. *Agroecologia: as bases conceituais da agricultura alternativa*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1989.
- ALTIERI, M. *Agroecologia: bases científicas para una agricultura sustentable*. Montevideo: Nordan-Comunidad, 1999.
- ALTIERI, M. e NICHOLLS, C.I. *Agroecología: teoría e práctica para una agricultura sustentable*. México: PNUMA/ONU, 2000.
- ALTIERI, M. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. Guaíba, Rio Grande do Sul: AS-PTA, 2002.
- ALTIERI, M. Agroecología: principios e estrategias para diseñar sistemas agrarios sustentables. In: SARONDÓN (org.). *Agroecologia: el camino hacia una agricultura sustentable*. La Plata: Ediciones Científicas Americanas, 2002.
- ALTIERI, M. e MASERA. Desenvolvimento rural na América Latina: construindo de baixo para cima. In: ALMEIDA, J e NAVARRO, Z (org). *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento sustentável*. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

- ALTIERI, M. e NICHOLLS, C.I. *Una base ecológica para el diseño de sistemas diversificados*. Manejo Integrado de plagas y agroecología, n.73, Costa Rica, 2004.
- AMÂNCIO, R. *O uso de indicadores locais de desenvolvimento e a sustentabilidade da reforma agrária no cerrado do norte e noroeste de Minas Gerais*. Tese de Doutorado CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2000.
- AMÂNCIO, R. *Agricultura e sustentabilidade*. Curso de Pós-Graduação à Distância em Gestão de Programas de Reforma Agrária e Assentamento. Lavras: UFLA/FAEPE, 2004.
- ASSIS, R. L., ROMEIRO, A. R. *Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências*. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, n.6, p.67-80, jul./dez. 2002.
- BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4504.htm. Acesso em 15 jan. 2008.
- BONILLA, J. A. *Fundamentos da Agricultura ecológica: sobrevivência e qualidade de vida*. São Paulo: Nobel, 1992.
- BOUDON, R. *A ideologia ou a origem das idéias recebidas*. Ática, 1989.
- BRANDENBURG. *Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas*. I Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2002.
- BRANDÃO, C. R. *Pensar a prática: escritos de viagem e estudos sobre a educação*. São Paulo: Edições Loyola, 1984.
- CAA/NM. *Uma descrição do perfil institucional*. Montes Claros, 2001.
- CAA/NM. *Relatório de Auto-Avaliação do CAA/NM*. Eric Sauborin e Carlos Walter Porto Gonçalves. Montes Claros, julho de 1997.
- CAA/NM. *Redes sócio-técnicas e agricultura sertaneja: novos enfoques em programa de ATER*. Montes Claros, 2007.
- CAA/NM. *Sistematização da experiência do CAA/NM: Gestão de territórios em redes sócio-técnicas*. Montes Claros: Projeto ATER/AMA, 2006.
- CAMPOS, J.C.F. *Formações vegetais do Brasil*. Caratinga: Funec, 2001.
- CANUTO, J.C. *Agricultura ecológica en Brasil: perspectivas socioecológicas*. Tese de Doutorado. Instituto de Sociologia y Estudios Campesinos/ISEC. Universidad de Córdoba, España, 1998.
- CAPORAL, R. F; COSTABEBER, J. A. *Agroecologia: enfoque científico e estratégico*. Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v.3 nº2, 2002a.
- CAPORAL, R.F; COSTABEBER, J.A. *Análise multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da agroecologia*. Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v.3 nº3, 2002b.

- CAPORAL, R.F; COSTABEBER, J.A e PAULUS, G. *Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável*. Brasília: no prelo, 2006.
- CAPRA, F. *A Teia da Vida: uma nova compreensão científica aos sistemas vivos*. São Paulo: Editora Cultrix, 1996.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- CASTELLS, M. *O poder da identidade* (A era da informação, economia, sociedade e cultura, v.2) 3ªed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- COELHO, F. M. *A arte das orientações técnicas no campo: concepções e métodos*. Viçosa: Ed. UFV, 2005.
- DAYRELL, C.A. *Geraizeiros e biodiversidade no Norte de Minas: a contribuição da etnoecologia e da agroecologia nos estudos dos agroecossistemas tradicionais*. Universidade Internacional de Andalucia. La Rabica, 1998.
- DIAS, M. M.; DIESEL, V. *A proposta das ONGs brasileiras para o desenvolvimento rural: uma avaliação crítica*. Extensão Rural (Santa Maria) v.5, n.1, p.31-45, 1999.
- DIAS, M.M. *As ONGs e a construção de alternativas para o desenvolvimento rural: um estudo a partir da Assessoria a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA)*. Tese de Doutorado, CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2004.
- DIEGUES, A.C. *O mito moderno da natureza intocada*. 3ªed. São Paulo: Hucitec, 2001.
- DATER. *O uso de agrotóxicos no Brasil: dimensões e consequências*. Disponível em: www.pronaf.gov.br/dater. Acesso em 24 abr. 2006.
- EHLERS, E. *Agricultura Sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma*. 2ª ed. Gaíba: Agropecuária, 1999.
- EMBRAPA. *Marco referencial em Agroecologia*. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.
- ENA. Boletim do Encontro Nacional de Agroecologia. Agosto de 2002.
- ESTEVA, G. *Desenvolvimento*. In: Sachs, W. *Dicionário do Desenvolvimento: guia do conhecimento como poder*. São Paulo: Vozes, 2000.
- FARIA, N.M.X; FASSA,A.G; FACCHINI,L.A. *Intoxicação por agrotóxico no Brasil: os sistemas oficiais de informação e desafios para realização de estudos toxicológicos*. Revista Ciência e Saúde Coletiva.v.12, n°1, Rio de Janeiro, 2007.
- FEIDEN, A. *Agroecologia: introdução e conceitos*. In: AQUINO, A.M e ASSIS, R.L. *Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável*. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005.
- FERNANDES, B.M. *Gênese e desenvolvimento do MST*. Caderno de Formação MST. São Paulo, 1998.

- FREITAS, M.T; SOUZA, S.J & KRAMER, S. *Ciências Humanas e Pesquisa: Leituras de Mikhail Bakhtin*. São Paulo: Ed. Cortez, 2003.
- FUKUOKA, M. *Agricultura Natural: teoria e prática da filosofia verde*. São Paulo: Nobel, 1995.
- GOHN, M. G. *Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 5ªed. São Paulo: Editora Loyola, 2006.
- GOHN, M. G. *Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização*. São Paulo: Cortez, 1997.
- GOMES, J.C.C. As bases epistemológicas da Agroecologia. In: AQUINO, A.M e ASSIS, R.L. *Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável*. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005a.
- GOMES, J.C.C. Pesquisa em Agroecologia: problemas e desafios. In: AQUINO, A.M e ASSIS, R.L. *Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável*. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005b.
- GONÇALVES, C.W.P. *O Desafio Ambiental*. Coleção os porquês da desordem mundial: mestres explicam a globalização. Rio de Janeiro: Record, 2004a.
- GONÇALVES, C.W.P. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. In: OLIVERA e MARQUES (orgs.). *O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004b.
- GOODMAN, D; SORJ B e WILKINSON, J. *Das lavouras às biotecnologias*. São Paulo: Nobel, 1993.
- GRAZIANO DA SILVA, J e HOFFMANN, R. *A estrutura agrária brasileira*. In: CONTADOR, C.R. *Tecnologia e Desenvolvimento Agrícola*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975.
- GRAZIANO DA SILVA, J. Agricultura sustentável: um novo paradigma ou um novo movimento social. In: ALMEIDA, J e NAVARRO, Z (org). *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento sustentável*. Porto Alegre: UFRGS, 1997.
- GRAZIANO DA SILVA, J. O progresso técnico na agricultura. In: *Tecnologia e agricultura familiar*. Rio Grande do Sul: UFRGS, 1999.
- GRAZIANO NETO, F. *Questão Agrária e Ecologia: crítica da moderna agricultura*. 2ªed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- GUZMÁN, E. S e MIELGO, A.M.A. *Para una teoría etnoecológica centro-periferia desde la agroecologia*. I Congreso de la sociedad española de Agricultura ecológica. Toledo, Septiembre, 1994.
- GUZMÁN, E. S. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. In: AQUINO, A.M e ASSIS, R.L. *Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável*. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005.

- GUZMÁN, E. S. Origem, evolução e perspectivas do desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J e NAVARRO, Z (org). *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento sustentável*. Porto Alegre: UFRGS, 1997.
- GUZMÁN, E. S; CASADO, G.G; MORALES,J. *La acción social colectiva en agroecología*. II Congreso de la sociedad española de agricultura ecológica. Pamplona-Irunã, septiembre de 1996.
- HAGUETTE, T.M.F. *Metodologias qualitativas na sociologia*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes 1992.
- HECHT, S.B. La evolución del pensamiento agroecológico. In: ALTIERI, M. *Agroecología: bases científicas para una agricultura sustentable*. Montevideo: Nordan-Comunidad, 1999.
- HOUTZAGER, P. *Os últimos cidadãos: conflito e modernização no Brasil rural (1964-1995)*. Tradução Graziela Schneider. São Paulo: Globo, 2004.
- INCRA. *Relatório de vistoria técnica da Fazenda Tapera*. Belo Horizonte, 1989.
- INCRA. *Levantamento dos recursos naturais da Fazenda Tapera*. Belo Horizonte, 1995.
- INCRA. *Seminário interno de metodologias para tratamento da questão ambiental no processo de Reforma Agrária*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agropecuário e Reforma agrária, 1998.
- IBGE. Censo Agropecuário de 1970, 1975, 1980, 1985, 1996. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em 19 jan. 2008.
- JESUS, E. L. Diferentes abordagens de agricultura não-convencional: história e filosofia. In: AQUINO, A.M e ASSIS, R.L. *Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável*. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005.
- KECK, M.; SIKKINK, K. *Activists beyond borders: advocacy network in international politics*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1998.
- KIENER. C.I. *ONGs e ideologias de desenvolvimento: o caso do IDACO*. Dissertação de Mestrado em Extensão rural. Viçosa: UFV, 2001.
- KNORR-CETINA, K.D. *Scientific Communities or Transepistemic Arenas of Research? A critique of quasi-economic models of science*. Social Studies of science (SAGE, London and Beverly Hills), vol.12, 1982, p.101-130.
- KUHN, T. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. 5ªed, São Paulo: Ed. Perspectiva, 1991.
- LANDIM, L. *A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão sem nome*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional e da UFRJ. Rio de Janeiro, 1993.
- LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. *Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*. Porto Alegre, v.3, n.1, jan/mar de 2002.
- LEFF, E. *Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

- LEITE, S; HEREDIA, B; MEDEIROS, L.S [et al.] (orgs.) *Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. Brasília: IICA: NEAD; São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- LTEIF, A.P.A.S.A. *A Agroecologia na prática – a Área de Experimentação e Formação em Agroecologia do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas Gerais e o Assentamento Tapera: viabilidade, potencialidades e limites*. Monografia de conclusão de curso: CUNP, Belo Horizonte, 2003.
- MARCONI, M.A e LAKATOS, E.M. *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1986.
- MARTINS, J. S. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MARTINS, J.S. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.
- MARTINS, J.S. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MARTINS, J.S. *Reforma Agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: Edusp, 2000.
- MAZZETTO SILVA, C. E. *Cerrados e Camponeses no Norte de Minas: um estudo sobre a sustentabilidade dos ecossistemas e das populações sertanejas*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências/UFMG, 1999.
- MAZZETTO SILVA, C. E. *Democracia e Sustentabilidade na agricultura: subsídios para a construção de um novo modelo de desenvolvimento rural*. Projeto Brasil Sustentável e Democrático. FASE, Rio de Janeiro, 2001.
- MAZZETTO SILVA, C. E. Sustentabilidade ambiental e gestão do uso da terra: uma abordagem voltada aos assentamentos de reforma agrária. *Revista Informe Agropecuário*, v.21, n.202, jan/fev, 2000.p.120-126.
- MCADAM, D; MCCARTHY, J; ZALD, M. *Comparative Perspectives on Social Movements*. Cambridge university Press, 1996.
- MDA/INCRA. *Plano de Consolidação do Assentamento – PCA Tapera*. Programa de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária. Riacho dos Machados, julho de 2003.
- MEDEIROS, L. S. de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.
- MEDEIROS, L. S. de. *Reforma Agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural*. Brasília, 2004.
- MOONEY, P. *O escândalo das sementes: o domínio na produção de alimentos*. São Paulo: Nobel, 1987.
- NORGAARD, R. A base epistemológica da agroecologia. In: ALTIERI, M. *Agroecologia: as bases conceituais da agricultura alternativa*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1989.

- NORGAARD, R; SIKOR, T. Metodologia e prática de la agroecologia. In: ALTIERI, M. *Agroecologia: bases científicas para una agricultura sustentable*. Montevideo: Nordan-Comunidad, 1999.
- NOVAES, R. A mediação no campo: entre a polissemia e a banalização. In: MEDEIROS et al, *Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora Unesp, 1994.
- OLIVEIRA, A.U. A geografia agrária e as transformações recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A.F.A. *Caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 2001.
- OLIVEIRA, M.M. As circunstâncias da criação da extensão rural no Brasil. *Cadernos de ciência e tecnologia*, Brasília, v.16, n.2, p.93-134, maio/agosto, 1999.
- PÁDUA, J.A (org.). *Ecologia e política no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1992.
- PÁDUA, J.A. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- PAULUS, G. *Do padrão moderno à agricultura alternativa: possibilidades de transição*. Dissertação de Mestrado. UFSC, 1999.
- RIBEIRO, R. F. O Eldorado do Brasil Central: história de convivência sustentável com o cerrado. In: ALIMONDA, H (org.). *Ecología Política: naturaleza, sociedad y utopía*. Buenos Aires: Clacso, 2002.
- SACHS, I. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.
- SACHS, I (org.). *Política ambiental*. Revista agricultura e meio ambiente. Publicação MANA, n/1, ano 1, s/d.
- SACHS, W. *Dicionário do Desenvolvimento: crítica do conhecimento como poder*. São Paulo: Vozes, 2000.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 6ªed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SANTOS, B. S. *Fórum Social Mundial: manual de uso*. São Paulo: Cortez, 2005b.
- SANTOS, B.S. *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005a.
- SANTOS, B.S. e RODRÍGUEZ, C. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, B.S. *Produzir para viver: os caminhos da produção não-capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SARONDÓN, S. El desarrollo y uso de indicadores para evaluar la sustentabilidad de los agroecosistemas. In: SARONDÓN (org.). *Agroecologia: el camino hacia una agricultura sustentable*. La Plata: Ediciones Científicas Americanas, 2002.
- SAUER, S. *Reforma agrária e geração de emprego e renda no meio rural*. São Paulo: ABET, 1998.
- SEN, A. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

- SENN FILHO, A. R. *Organizações não-governamentais de assessoria popular, novos movimentos sociais, Estado e Democracia*. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, v.15, n.45, p. 42-65, ago. 1994.
- SHERER-WARREN, I. ONGS na América Latina: trajetória e perfil. In: Viola, E.d. Meio Ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais. São Paulo: Cortez, 1995.
- SHERER-WARREN, I; LÜCHMANN, L.H.H. *Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil*. Política & Sociedade. Revista de Sociologia Política. Florianópolis: Cidade Fortuna, 2004.
- SCHERER-WARREN, I. Redes sociais: trajetórias e fronteiras. In: DIAS, L. C. SILVEIRA, R. L. (orgs.). *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.
- SHIKI, S. Crítica ao modelo de desenvolvimento dominante nos Cerrados e à transição agroecológica. Encontro Nacional de Agroecologia. Rio de Janeiro, 2002 Disponível em www.encontroagroecologia.org.br, acesso em 30 de out. 2003.
- SOBREIRA, A.E.G e ADISSI, P.J. *Agrotóxicos: falsas premissas e debates*. Revista Ciência e Saúde Coletiva.v.8, n°4, Rio de Janeiro, 2003.
- TEIXEIRA, O.A. e LAGES, V.N. *Do produtivismo à construção da agricultura sustentável*. Cadernos de C&T, Brasília, v.13, n.3, 1996.
- TOLEDO, V. M; CHAIRES, P.BARÓN, L. *Estudiar lo rural desde una perspectiva interdisciplinaria: una aproximación al caso de México*. Estudios agrários (s/d).
- TOLEDO, V. Agroecologia, sustentabilidad y reforma agraria: la superioridad de la pequeña producción familiar. *Rev.Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável*, Porto Alegre, v.3, n.2, abril/jun, 2002.
- TOURAINÉ, A. *Em defesa da sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1976.
- TOURAINÉ, A. Os movimentos sociais. In: FORRACHI, M.M. e MARTINS, J.S. *Sociologia e Sociedade: leituras de introdução à sociologia* (orgs). Rio de Janeiro: Livros Técnicos e científicos Editora, 1978.
- UPHOFF, N. O sistema de intensificação de arroz e suas implicações para a agricultura. *Revista Agriculturas*, v.4, n°1, 2007.
- VEIGA, J. E. A crise socioambiental nos Estados Unidos. In: ALMEIDA, J e NAVARRO, Z. (org). *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento sustentável*. Porto Alegre: UFRGS, 1997.
- VEIGA, J. E. Agricultura. In: TRIGUEIRO, A. (coord.). *Meio ambiente no século XXI*. 4ªed. Campinas: Armazém do Ipê, 2005.
- WOORTMANN,E.F e WOORTMANN, K. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Editora da Universidade de Brasília, 1997.

ANEXOS

ANEXO A: Registro Fotográfico



Foto 1: Vista geral da escola do PA Tapera



Foto 2: Centro de vivência do PA Tapera



Foto 3: Padrão de casa do assentado do PA Tapera com sistema de captação da água chuva.



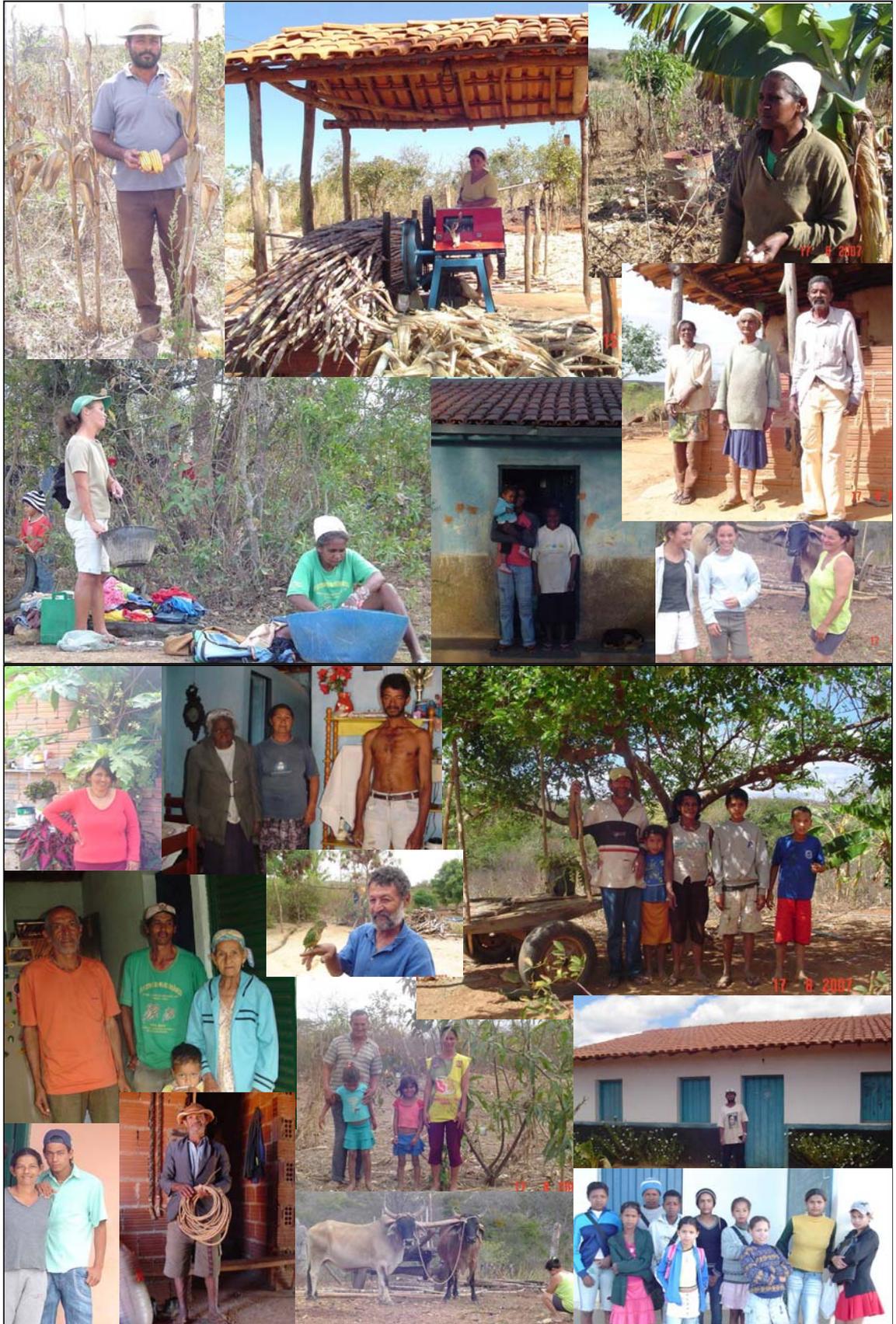
Foto 4: Plantio consorciado (mandioca, milho e cana).



Horticultura orgânica praticada pelos assentados do PA Tapera.



Agricultores(as) assentados(as) do PA Tapera que participaram da pesquisa



Agricultores(as) assentados(as) do PA Tapera que participaram da pesquisa.

ANEXO B: Nome dos entrevistados no Assentamento Tapera com identificação do lote e nome completo do beneficiário correspondente.

N° do lote	Nome dos Entrevistados	Nome Completo do Beneficiário
04	Noé e D. Neuza	Noé Camilo do Carmo
05	Moacir	Eva Pereira dos Santos
07	Laurita	Laurita Cardoso dos Santos
09	Adriana	Geraldo Oliveira da Silva
12	D. Ana	Ana da Conceição Santos
18	Joaninha e D. Dina	Joana da Conceição Santos
19	Mariinha	Maria das Graças Reis Santos
21	Elenice	José Nunes de Araújo
22	Chicão	Francisco Borges da Silva
25	Antônia	Antônia Cardoso dos Santos
27	Zezé	José Pereira dos Santos
29	Cristiano	Cristiano Patrício dos Santos
31	Cirso	Cirso Duarte Ramos
32	João Tiú	João Mendes de Carvalho
33	Seu Zé	Antônio Augusto da Silva
34	João Franco	João Batista Gonzaga
37	Juvenato	Juvenato Camilo do Carmo
38	Zé Pereira e D. Anita	José Pereira dos Santos
39	Toni	Antônio Pereira dos Santos
41	Sô Pedrinho	Pedro José dos Santos
43	Geraldo de Ruza	Geraldo Pereira dos Santos
45	Jesuílda	Custódio Camilo do Carmo
47	Clemente	Clemente José dos Santos
48	Eduardo	Eduardo Pereira
51	Aroldo	Santinha Rodrigues dos Santos
52	Geraldinho	Geraldo José Pereira

Assentados entrevistados fora do Assentamento: Custódio, Lô (esposa de João Franco), Senhorinha (Maria Senhora) e João Paulo.

ANEXO C: Questionário complementar à entrevista direcionado ao técnico do CAA que presta serviço de assistência técnica no Assentamento Tapera

Respondente: Marcelo Lopes Rodrigues

- 1) Houve um momento em que foi firmado um compromisso/acordo entre técnico e assentados no que se refere opção por produzir de forma mais sustentável?
- 2) No campo produtivo, quais foram as técnicas, práticas e propostas trabalhadas com os assentados? Quais se mantiveram, quais se perderam?
- 3) Como foi a recepção dos assentados a essa proposta de produção? Quais as características dos assentados que mais incorporaram os princípios agroecológicos?
- 4) Quem são os sócios do Assentamento Tapera na cooperativa Grande Sertão? Quais produtos são comercializados pelos assentados? Para vender através da cooperativa é necessário ser sócio? O produto a ser comercializado através da cooperativa deve possuir características especiais?
- 5) Quantos assentados, na sua avaliação, possuem inserção no mercado de forma mais intensa, isto é, sempre tem sobra de produção para comercializar?
- 6) Em sua opinião, o que faz com que as práticas/técnicas/tecnologias alternativas adotadas pelos assentados se mantenham/sustentem ao longo do tempo?

ANEXO D: Roteiro da entrevista realizada com o ex-técnico do CAA que participou do processo de elaboração do estudo favorável para desapropriação das terras da fazenda Tapera em contraposição ao laudo oficial do INCRA

Respondente: C. E. M.

- 1) Conte sua trajetória de vida até o momento de criação do CAA.
(Esta questão pretende saber um pouco da trajetória pessoal do técnico, onde nasceu, em que curso graduou-se, onde/com que trabalhou, sobretudo o que fez com que se atentasse para o problema sócio-ambiental na região Norte de Minas).
- 2) Como se deu a criação do CAA? O que motivou a criação de uma organização como essa?
- 3) Como foi o processo de aproximação do CAA com os antigos posseiros da fazenda Tapera?
- 4) Como foi a construção do segundo laudo de vistoria das terras da Fazenda Tapera para fins de reforma agrária?
- 5) Em que momento e como foi firmado o compromisso/acordo entre técnico e assentados em produzir de forma mais sustentável, o que é atualmente denominado opção pela agroecologia?
- 6) Em sua opinião, quais os limites da agroecologia em uma área de assentamento rural, tendo como referência de análise o Assentamento Tapera.

Obrigado pela atenção!